



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1881/1930)

UMA PERSPECTIVA COMPARADA E TRANSNACIONAL

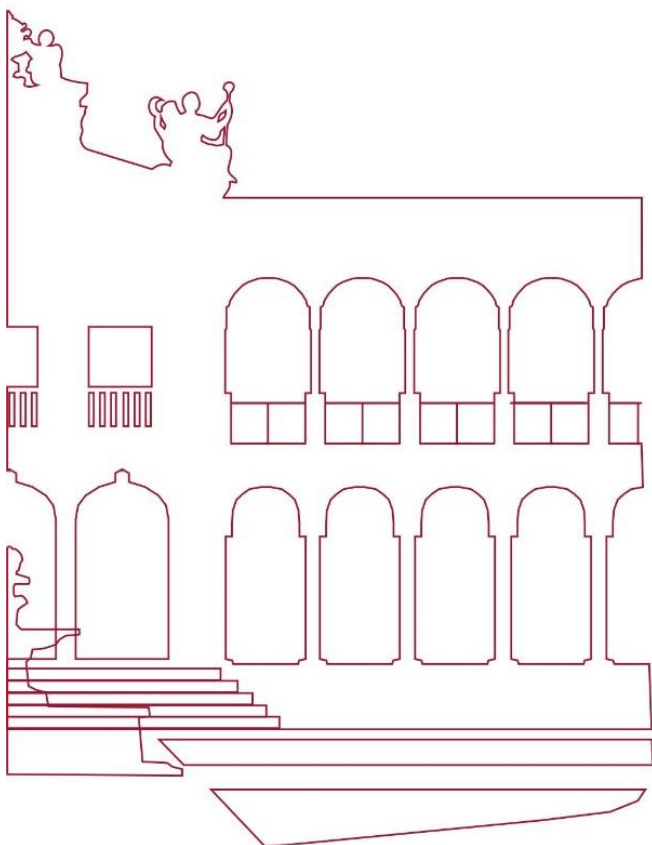
Leandro de Araújo Crestani

ORIENTADOR: Prof. Doutor Helder Adegar Fonseca

CO-ORIENTADOR: Prof. Doutor Erneldo Schallenberger

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de
Doutor em História Contemporânea.

Évora, 2019.



PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

**HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E ARGENTINA
(1881/1930): UMA PERSPECTIVA COMPARADA E TRANSNACIONAL**

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em História Contemporânea da Escola de Ciências Sociais e Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História Contemporânea.

Orientador

Prof. Doutor Helder Adegar Fonseca
Universidade de Évora – UEVORA

Co-orientador

Prof. Doutor Erneldo Schallenberger
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Évora, 2019.

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI

**HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E ARGENTINA
(1881/1930): UMA PERSPECTIVA COMPARADA E TRANSNACIONAL**

Presidente do Júri

Doutor Manuel Couret Pereira Branco
Professor Catedrático da Universidade de Évora

Vogais

Doutor Helder Adegar Fonseca (Orientador)
Professor Catedrático da Universidade de Évora

Doutor Erneldo Schallenberger (Co-orientador)
Professor Sénior da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Doutor Valdir Gregory
Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Doutor Rui Cunha Martins
Professor Auxiliar da Universidade de Coimbra

Doutora Ana Cristina Ribeiro Marques Roque
Investigadora Auxiliar do Centro de História da Universidade de Lisboa

Doutor Jorge Fernandes Alves
Professor Catedrático da Universidade do Porto

Data: 14/01/2019.

Hora: 15:00:00.

Local: Sala de Atos da Universidade de Évora.

A minha esposa Jaqueline e a nossa filha Lara Maitê,
que tornam os dias melhores.
A minha mãe, Maria Teixeira, por ter acreditado que um
dia seu filho seria Doutor.

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, Professores Helder Adegar Fonseca e Erneldo Schallenberger, que me orientaram e me auxiliaram a gestar a presente tese: a Helder, por toda a colaboração durante o período do Doutorado, sem o seu acolhimento e ajuda não seria possível estudar na Universidade de Évora; a Erneldo, por ter despertado em mim a paixão pelo estudo da fronteira e me auxiliado a definir o rumo da tese. A ambos, gratidão e reconhecimento.

Aos professores que se fizeram presentes durante o Doutorado: Professor Doutor Paulo Guimarães; Professor Doutor Fernando Martins; Professor Doutor Francisco Vaz; Professor Doutora Eunice Cabral; Professor Doutora Laurinda Abreu; Professor Doutora Maria de Fátima Nunes Ferreira; Professor Doutora Maria Rego e Professora Doutora Maria Bernardo.

À Divisão de Mobilidade e Relações Internacionais, pela ajuda com a documentação da Mobilidade Internacional através do Programa Luso-brasileiro.

Ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus Toledo, por aceitar a mobilidade internacional e, extensivamente, ao professor Moacir Piffer, com o qual cursei a disciplina de Geografia Regional, e à Professora Miriam Braum, com quem cursei a disciplina de Cidades, Regiões e Comércio Internacional; também ao Professor Doutor Pery Francisco Assis Shikida, atual coordenador do programa de Doutorado, à Clarice e João, pela presteza durante a Mobilidade pelo Programa Luso-Brasileiro.

É mister manifestar meu agradecimento a meu amigo Nilton Marques, pela experiência e debate durante o nosso doutoramento e pelos textos produzidos ao longo do período da Mobilidade.

Não poderia deixar de agradecer aqui aos Professores Antonio Marcos Myskiw e ao Fábio Hahn. Antonio, muito obrigado pelas fontes cedidas e também materiais digitalizados; Fábio, gratidão pela ajuda com os relatos de viajantes da fronteira Oeste do Paraná.

Ao Professor Leandro Baller, pelas conversas em relação à tese.

Agradeço também ao Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL, a Carlos Edgar Acosta, da Biblioteca Kaul Grunwald da Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Misiones e a Jorge Aníbal Alcaráz, também da Universidad Nacional de Misiones.

A CAPES e ao programa Ciência Sem Fronteira, pelo incentivo.

LISTA DE SIGLAS E ESCLARECIMENTOS

Na presente pesquisa, adotou-se para produção do texto escrito, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor desde 2009. As citações das fontes pesquisadas, entretanto, seguem a grafia original, desde os títulos até o texto citado, com o propósito de seguir fielmente o original.

ARG – Argentina.

BR – Brasil.

EUA – Estados Unidos da América.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IGN - Instituto Geográfico Nacional Argentino.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná.

SIC - citação de texto reproduzido exatamente da mesma forma que o original.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE QUADROS.....	13
LISTA DE GRÁFICOS.....	16
RESUMO.....	17
ABSTRACT.....	18
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I - A RESOLUÇÃO DO CONFLITO ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA TERCEIRA FASE DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA: QUESTÃO DE MISIONES..	60
1. CONTEXTO HISTÓRICO DA QUESTÃO DE MISIONES	60
2. ALEGAÇÕES ENTRE ARGENTINA E BRASIL PELA POSSE DO TERRITÓRIO DE MISIONES NO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	66
3. A INTERFERÊNCIA DOS EUA E A SOLUÇÃO DO CONFLITO PELA FRONTEIRA	88
CAPÍTULO II - A TERCEIRA ETAPA DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA NORDESTE – MISIONES/OESTE DO PARANÁ NOS RELATOS DE VIAGEM E NOS RELATÓRIOS E MENSAGENS DO ESTADO (1881 A 1930).....	92
1. A EXPLORAÇÃO DOS RELATOS DE VIAGENS, RELATÓRIOS ESTADUAIS E MENSAGENS AO CONGRESSO COMO FONTES DA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO.....	92
2. A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DO PARANA: A DINÂMICA “BRASILEIRA”	104
<i>a) Entre 1881 a 1890: A era da ocupação militar I.....</i>	<i>104</i>
<i>b) Entre 1891 a 1900: A era da ocupação militar II</i>	<i>112</i>
<i>c) Entre 1901 a 1910: A era da ocupação militar III</i>	<i>117</i>
<i>d) Entre 1911 a 1920: A era da ocupação político-administrativa</i>	<i>135</i>
<i>e) Entre 1921 a 1930: A era das ocupações econômica, demográfica e cultural.....</i>	<i>143</i>
3. A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA NORDESTE - MISIONES: A DINÂMICA “ARGENTINA”.....	146
<i>a) Entre 1881 a 1890: A era da ocupação militar</i>	<i>146</i>
<i>b) Entre 1891 a 1900: A era da ocupação político-administrativa</i>	<i>155</i>
<i>c) Entre 1901 a 1910: A era da ocupação econômica.....</i>	<i>162</i>

<i>d) Entre 1911 a 1920: A era da ocupação demográfica</i>	169
<i>e) Entre 1921 a 1930: A era das ocupações político-administrativa, econômica, demográfica e cultural</i>	171
4. SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES NA TERCEIRA ETAPA DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA NORDESTE – MISIONES/OESTE DO PARANÁ	173
CAPÍTULO III - A FRONTEIRA OESTE (PARANÁ) E NORDESTE (MISIONES) NA TERCEIRA ETAPA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, TERRITÓRIOS E SUJEITOS SOCIAIS	178
1. OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E ARGENTINA	178
2. MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE DO PARANÁ	180
<i>a) Reconhecimento do território do Oeste (1876 a 1908)</i>	180
<i>b) Criação de Caminhos e a exploração econômica (1911 a 1919)</i>	187
<i>c) A marcha para Oeste (1921 a 1938)</i>	193
<i>d) Ocupação efetiva do Oeste (1939 a 1960)</i>	198
3. DEPARTAMENTOS DA FRONTEIRA NORDESTE - MISIONES	201
<i>a) Marcha para o Nordeste: a exploração da erva-mate (1850 a 1865)</i>	201
<i>b) A marcha da civilização para Misiones (1881 a 1888)</i>	206
<i>c) Ocupação efetiva para Misiones (1895 a 1960)</i>	210
4. EVOLUÇÃO POPULACIONAL DA FRONTEIRA OESTE DO PARANÁ	215
<i>a) Censo de 1872 – fronteira Oeste (PR)</i>	215
<i>b) Censo de 1890 – fronteira Oeste (PR)</i>	221
<i>c) Censo de 1900 – fronteira Oeste (PR)</i>	230
<i>d) Censo de 1920 – fronteira Oeste (PR)</i>	231
<i>e) Censo de 1940 – fronteira Oeste (PR)</i>	232
<i>f) Censo de 1950 – fronteira Oeste (PR)</i>	234
<i>g) Censo de 1960 – fronteira Oeste (PR)</i>	236
5. EVOLUÇÃO DA POPULACIONAL DA FRONTEIRA NORDESTE – MISIONES	237
<i>a) Censo de 1869 – fronteira Nordeste – Misiones</i>	237
<i>b) Censo de 1895 – fronteira Nordeste – Misiones</i>	237
<i>c) Censo de 1912 – fronteira Nordeste – Misiones</i>	240

<i>d) Censo de 1914 – fronteira Nordeste – Misiones.....</i>	<i>242</i>
<i>e) Censo de 1947 – fronteira Nordeste – Misiones.....</i>	<i>260</i>
<i>f) Censo de 1960 – fronteira Nordeste – Misiones.....</i>	<i>261</i>
6. SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES NOS ASPECTOS TERRITORIAIS E DEMOGRÁFICOS.....	262
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	282
FONTES E BIBLIOGRAFIAS.....	288

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Abrangência da área da unidade analítica da pesquisa.	22
FIGURA 2 - Fronteiras Nordeste da Província de Misiones (ARG) e Oeste do Paraná (BR) após o processo de ocupação e colonização.....	23
FIGURA 3 - Fronteira Oeste do Estado do Paraná – após a Quarta etapa de Ocupação e Colonização.....	30
FIGURA 4 - Fronteira Nordeste – Misiones – após a Quarta etapa de Ocupação e Colonização	33
FIGURA 5 - Área do território litigioso entre Argentina e Brasil	62
FIGURA 6 - Misiones: território em litígio entre Argentina e Brasil.....	63
FIGURA 7 - Território Litigioso (Questão de Misiones) entre Argentina e Brasil entre os anos de 1858 a 1895.	63
FIGURA 8 - Tratado de Montevideu (1890): linha divisória do acordo entre Estanislao Severo Zeballos e Quintino Bocayúva.	65
FIGURA 9 - O “verdadeiro” Mapa das Cortes apresentado por Estanislao Severo Zeballos em sua alegação de posse do Território em 1894.	72
FIGURA 10 - O “falso” Mapa das Cortes apresentado por Estanislao Severo Zeballos em sua alegação de posse do Território em 1894.	73
FIGURA 11 - Confluência do Rio Iguaçu em 1789 segundo Zeballos o “traçado Correto”.....	74
FIGURA 12 - Confluência do Rio Iguaçu em 1891 - o traçado errado.....	75
FIGURA 13 - Mapa mostrando o erro de 1759 (os Rios em preto são desenhados de acordo com o Mapa das Cortes)	76
FIGURA 14 - Elaborado pelos comissários espanhóis depois da segunda demarcação entre Argentina e Brasil.	78
FIGURA 15 - Mapa manuscrito de 1749 que serviu aos “Plenipotenciários” de Portugal e Espanha na negociação do Tratado de 1750.	79
FIGURA 16 - Mapa elaborado pela comissão brasileira e argentina referente ao ano de 1749.....	79
FIGURA 17 - Falsas cachoeiras e saltos nos mapas alegados pela Argentina no século XVIII	80
FIGURA 18 - Trecho do Rio Uruguay entre os Rios Pepiry-Guaçu e Guarita ou Uruguay Pità de 1759.....	81
FIGURA 19 - Misiones: território em litígio 1894.....	86
FIGURA 20 - Território de Misiones: proposta para o acordo com o Brasil (1894).	86

FIGURA 21 - Limites entre Argentina e Brasil desde 1895	89
FIGURA 22 - Fronteira entre Argentina e Brasil em 1903.....	90
FIGURA 23 - Casa dos Engenheiros – Porto 12 de Outubro.....	121
FIGURA 24 - Regresso das turmas de Medição	121
FIGURA 25 - Sede da Coletaria Estadual (Foz do Iguaçu).....	122
FIGURA 26 - Valle do Paraná descrito Domingos Nascimento.....	125
FIGURA 27 - Linha Divisória entre Brasil e Argentina descrito por Domingos Nascimento	126
FIGURA 28 - Valle do Iguassú descrito por Domingos Nascimento	127
FIGURA 29 - Entrada para o serviço de Barthe – Pouso	128
FIGURA 30 - Transporte da Erva-mate	129
FIGURA 31- Saltos da Sete Quedas	130
FIGURA 32 - Saltos de Foz do Iguaçu (Cataratas).....	131
FIGURA 33 - Sertão – Acampamento central	134
FIGURA 34 - Sertão - Distribuição de rações.....	134
FIGURA 35 - Ruínas do Edifício do Quartel Federal em Foz do Iguaçu	137
FIGURA 36- Ruínas de edifício para a Mesa de Rendas em Foz do Iguaçu	137
FIGURA 37 - Visita de Julio Nogueira no grupo de Saltos.....	140
FIGURA 38 - Vista geral dos Saltos Argentinos.....	140
FIGURA 39 - Fotografia dos índios Caingua.....	154
FIGURA 40 - Quartel - Comisário de Santa Ana (Policia).....	163
FIGURA 41 - Comissário Torres e os Peões Armados	163
FIGURA 42 - Quartel Militar em Posadas.....	164
FIGURA 43 - Casa do Governo em Posadas.....	165
FIGURA 44 - Peonada acampando em Tacuaruzú	167
FIGURA 45 - Acampamento ervateiro em Campiña de Américo	167
FIGURA 46 - Barbacué cayado e peões canchando erva	168
FIGURA 47 - Mapa Geral da Província do Paraná em 1876.....	183

FIGURA 48 – Mapa Topográfico da Província do Paraná em 1881	184
FIGURA 49 - Mapa da Província do Paraná em 1896.....	185
FIGURA 50- Planta da Viação do Estado do Paraná em 1908	186
FIGURA 51 - Mapa do Estado do Paraná em 1911.....	188
FIGURA 52 - Mapa do Estado do Paraná em 1912.....	190
FIGURA 53 - Mapa do Estado do Paraná em 1919.....	192
FIGURA 54 - Mapa do Estado do Paraná em 1921.....	195
FIGURA 55 - Mapa do Estado do Paraná em 1924.....	196
FIGURA 56 - Mapa do Estado do Paraná em 1938.....	197
FIGURA 57 - Mapa do Estado do Paraná em 1944.....	199
FIGURA 58 - Mapa do Estado do Paraná em 1940.....	200
FIGURA 59 - Mapa do Estado do Paraná em 1951.....	200
FIGURA 60 - Mapa do Estado do Paraná em 1960.....	201
FIGURA 61 - Mapa do Território de Misiones 1768.....	204
FIGURA 62 - Mapa do Território de Misiones em 1865 (Representação da presença indígena e dos ervais)	205
FIGURA 63 - Mapa do Território de Misiones em 1881	208
FIGURA 64 - Mapa do Território de Misiones em 1888	209
FIGURA 65 - Mapa dos Departamentos de Misiones em 1895.....	211
FIGURA 66 - Mapa do Departamentos de Misiones em 1914	212
FIGURA 67 - Mapa do Departamentos de Misiones em 1947	213
FIGURA 68 - Mapa do Departamentos de Misiones em 1960	214
FIGURA 69 - Ocupação político-administrativa da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1869 a 1880	263
FIGURA 70 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1881 a 1895	266
FIGURA 71 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1896 a 1912	269
FIGURA 72 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1914 a 1920	271

FIGURA 73 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1921 a 1940	273
FIGURA 74- Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1941 a 1950	275
FIGURA 75 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1951 a 1960	277
FIGURA 76 - Processo de Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1869 a 1960	279

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Relatos de viajantes brasileiros para a fronteira.....	94
QUADRO 2 - Relatos de viajantes argentinos para a fronteira.....	95
QUADRO 3 - Financiadores dos viajantes para a fronteira.....	98
QUADRO 4 - Principais pontos dos relatos dos viajantes para fronteira Oeste do Estado do Paraná	100
QUADRO 5 - Principais pontos dos relatos dos viajantes para fronteira Nordeste, Província de Misiones.....	101
QUADRO 6 - Relatórios e Mensagens de governo do Paraná entre 1881 a 1930	103
QUADRO 7 - Mensagens de governo dos Presidentes argentinos entre 1881 a 1930	103
QUADRO 8 - População da Parochia de Nossa Senhora de Bethalem de Guarapuava em 1872	215
QUADRO 9 - Nacionalidade da Parochia de Nossa Senhora de Bethalem de Guarapuava em 1872	216
QUADRO 10 - Nacionais na Parochia de Nossa Senhora de Bethalem de Guarapuava em 1872.	216
QUADRO 11 - Estrangeiros da Parochia de Nossa Senhora de Bethalem de Guarapuava em 1872	217
QUADRO 12 - População da Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1872..	218
QUADRO 13 - Nacionalidade da Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1872	218
QUADRO 14 - Nacionais da Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1872..	219
QUADRO 15 - Estrangeiros da Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1872	219
QUADRO 16 - População da Fronteira Oeste em 1872.....	220
QUADRO 17 - Nacionalidade no Oeste do Paraná em 1872.....	220
QUADRO 18 - População da Parochia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava em 1890.....	222
QUADRO 19 - População da Parochia Santa Thereza de Therezina em 1890.....	223
QUADRO 20 - População da Parochia Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1890	224
QUADRO 21 - População de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista Palmas em 1890	225
QUADRO 22 - Nacionalidades de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava em 1890.....	226
QUADRO 23 - Nacionalidades na Parochia Santa Thereza de Therezina em 1890	226
QUADRO 24 - Nacionalidades de Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1890	227

QUADRO 25 - Nacionalidades em Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista de Palmas em 1890 ...	227
QUADRO 26 - População do Oeste do Paraná em 1890	228
QUADRO 27 - Nacionalidades no Oeste do Paraná em 1890.....	229
QUADRO 28 - População do Oeste do Paraná em 1900.	230
QUADRO 29 - População do Oeste do Paraná em 1920	231
QUADRO 30 - População do Oeste de acordo com a cor da pele em 1940	232
QUADRO 31 - Nacionalidades no Oeste do Paraná em 1940.....	233
QUADRO 32 - Estrangeiros no Oeste do Paraná em 1940.....	233
QUADRO 33 - População do Oeste do Paraná em 1950	234
QUADRO 34 - Nacionalidades do Oeste do Paraná em 1950.....	235
QUADRO 35 - População na zona urbana, suburbano e rural do Oeste em 1950.....	235
QUADRO 36 -Municípios e habitantes do Oeste do Paraná em 1960	236
QUADRO 37 - População de Misiones em 1869	237
QUADRO 38 - População de Misiones em 1895	238
QUADRO 39 - População urbana e rural por departamento no Território de Misiones em 1895	238
QUADRO 40 - População por sexo e nacionalidade do Território de Misiones em 1895.....	239
QUADRO 41 - Estrangeiros no Território de Misiones em 1895 (Europeus)	239
QUADRO 42 - Estrangeiros no Território de Misiones em 1895 (Americanos)	240
QUADRO 43 - População urbana e rural do Território de Misiones em 1912	241
QUADRO 44 - Nacionalidade do Território de Misiones em 1912	241
QUADRO 45 - População total do Território de Misiones (Nacionalidade e Sexos) em 1912...242	
QUADRO 46 - População urbana e rural do Território de Misiones em 1914	243
QUADRO 47 - Nacionalidades no Território de Misiones em 1914.....	243
QUADRO 48 - Nacionalidades nos Departamentos do Território de Misiones em 1914.....	244
QUADRO 49 - Nacionalidades no Departamento de Posadas em 1914.....	246
QUADRO 50 - Nacionalidades no Departamento de Apóstoles em 1914	247
QUADRO 51 - Nacionalidades no Departamento de Campo Grande em 1914.....	247
QUADRO 52 - Nacionalidades no Departamento de Candelaria em 1914	248
QUADRO 53 - Nacionalidades no Departamento de Cerro Corá em 1914.....	249
QUADRO 54 - Nacionalidades no Departamento de Concepción em 1914.....	250

QUADRO 55 - Nacionalidades no Departamento de Itacaruaré em 1914	251
QUADRO 56 - Nacionalidades no Departamento de La Frontera em 1914.....	252
QUADRO 57 - Nacionalidades no Departamento de Monteagudo em 1914.....	252
QUADRO 58 - Nacionalidades no Departamento de San Ignacio em 1914	253
QUADRO 59 - Nacionalidades no Departamento de San Javier em 1914.....	254
QUADRO 60 - Nacionalidades no Departamento de San José em 1914.....	255
QUADRO 61 - Nacionalidades no Departamento de San Pedro em 1914.....	256
QUADRO 62 - Nacionalidades no Departamento de Santa Ana em 1914.....	257
QUADRO 63 - Nacionalidades por etnias no Território de Misiones em 1914.....	259
QUADRO 64 - População do Território de Misiones em 1947.....	260
QUADRO 65 - Nacionalidade do Território de Misiones em 1947	260
QUADRO 66 - População dos Departamentos do Território de Misiones em 1947	261
QUADRO 67 - População da Província de Misiones em 1960	261
QUADRO 68 - Nacionalidade da Província de Misiones em 1960	262
QUADRO 69 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1869 a 1880	264
QUADRO 70 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1881 a 1895	267
QUADRO 71 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1896 a 1912	270
QUADRO 72 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1914 a 1920	272
QUADRO 73 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1941 a 1950.	276
QUADRO 74 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1951 a 1960	278

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Comparação da População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1869 a 1960	280
GRÁFICO 2 - População total da Espaço transnacional entre Brasil e Argentina.....	280

RESUMO

HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1881/1930): UMA PERSPECTIVA COMPARADA E TRANSNACIONAL

A presente pesquisa versa sobre o processo de ocupação e colonização na fronteira entre Brasil e Argentina e tem como recorte temporal e espacial a terceira etapa de ocupação da fronteira Oeste do Paraná e fronteira Nordeste – Misiones (1881 a 1930). Tal delimitação visa comparar as experiências de ocupação de ambos os lados da fronteira num momento considerado decisivo, posto que as etapas anteriores não foram marcadas pela soberania na fronteira. Objetiva-se discutir a ideia de uma construção fronteiriça que só se efetiva por um processo de dupla ocupação: a “nacionalização” da fronteira externa (separação entre nações/a construção da fronteira “a partir de cima”) e interna (ocupação das áreas fronteiriças das províncias/a construção da fronteira “a partir de baixo”). Tal abordagem encontra na História Comparada e Transnacional o eixo analítico fundamental, haja vista que a complexidade do objeto de estudo requer múltiplos ângulos de observação, mesmo porque, no percurso histórico da construção dos Estados nacionais argentino e brasileiro, os processos de ocupação militar, político-administrativo, econômico, demográfico e cultural contribuíram para a colonização efetiva da fronteira como local de encontros de diversos sujeitos, dentre eles, argentinos, paraguaios, brasileiros, imigrante europeus, indígenas e caboclos. Esses sujeitos moldaram o sentido transnacional desse espaço, contribuindo para o estabelecimento da fronteira externa e posteriormente, interna, as quais tiveram a mesma dinâmica de ocupação, forjada a partir da ação dos mesmos sujeitos e visando, de ambos os lados, à garantia da posse da terra e não a necessidade de desenvolvimento da “brasilidade” ou da “argentinidade” da fronteira.

Palavras-chave: História Comparada (Brasil e Argentina); História Comparada da Ocupação das Fronteiras (Oeste do Paraná e de Misiones); História das Fronteiras e Transnacionalismo.

ABSTRACT

HISTORY OF OCCUPATION AT THE FRONTIER BETWEEN BRAZIL AND ARGENTINA (1881/1930): A COMPARED AND TRANSNATIONAL PERSPECTIVE

The present research deals with the process of occupation and colonization on the border between Brazil and Argentina and has as temporal and spatial clipping the third stage of occupation of the western border of Paraná and the Northeast - Misiones border (1881 to 1930). This delimitation aims at comparing the experiences of occupation on both sides of the border at a moment considered decisive, since the previous stages were not marked by border sovereignty. The idea is to discuss the idea of a frontier construction that is only effective through a dual occupation process: the “nationalization” of the external border (separation of nations/the construction of the frontier “from above”) and internal borders of the provinces/construction of the border “from below”). Such an approach finds in the Comparative and Transnational History the fundamental analytical axis, since the complexity of the object of study requires multiple observation angles, even though, in the historical course of the construction of the Argentine and Brazilian national States, the processes of military, political occupation administrative, economic, demographic and cultural factors contributed to the effective colonization of the frontier as a meeting place for several subjects, among them Argentineans, Paraguayans, Brazilians, European immigrants, Indians and caboclos. These subjects shaped the transnational sense of this space, contributing to the establishment of the external border and later, internal, which had the same dynamics of occupation, forged from the action of the same subjects and aiming, on both sides, to guarantee ownership of the land and not the need to develop the “brazilianness” or “argentinidad” of the frontier.

Keywords: Comparative History (Brazil and Argentina); Comparative History of the Occupation of Borders (West of Paraná and Misiones); History of Borders and Transnationalism.

INTRODUÇÃO

Ao longo da formação dos Estados nacionais em países de colonização portuguesa e espanhola, a ocupação das fronteiras foi um processo marcado por disputas externas e disputas internas, as quais, geralmente, estiveram associadas a conflitos pela posse da terra.

Essa dinâmica da ocupação do espaço entre os Estados nacionais fez aflorar o problema da construção do território nacional de cada país quanto à fronteira externa, especificamente no que tange à definição de marcos geográficos, políticos, econômicos e sociais voltados ao estabelecimento do fim e do início dos territórios brasileiros e argentino.¹ No entanto, há que se destacar ainda, nesse processo, que a problemática não se limitou à fronteira externa, haja vista que do ponto de vista interno, cada Estado operou a seu modo para garantir a ocupação, embora, em linhas gerais, a dinâmica da ocupação interna dos territórios se entrecruze: a criação de municípios e Unidades Federativas (Estados) no Brasil e de departamentos e Províncias na Argentina, cada qual mobilizado com vistas a atrair correntes imigratórias para a garantir a ocupação territorial.²

Conforme aponta Erneldo Schallenger, as formações das fronteiras externa e interna não se limitaram apenas à construção do território, “mas mobilizaram, entre ameaças, conflitos e tensões, sujeitos sociais e agentes políticos e econômicos em busca de novas oportunidades, quer para fortalecer as relações de poder, quer para a construção de territórios que facultassem espaços de vivência para a recriação de identidades”.³

No caso específico da ocupação e formação das fronteiras entre Brasil e Argentina, a historiografia, tanto argentina quanto a brasileira, identifica este espaço como um limite entre duas

¹ Erneldo Schallenger, “Fronteiras em movimento e territórios em construção: o caso do Paraná” in Silvio Antonio Colognese, (Org.), *Fronteiras e identidades regionais*. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.

² Márcia Motta e Marina Machado, “Fronteiras internas: apontamentos para pesquisa” in Silvio Antonio Colognese, (Org.), *Fronteiras e identidades regionais*. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.

³ Erneldo Schallenger, “Do Guairá ao Paraná: fronteiras de conflito e territórios em construção,” in IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre. *Vestígios do passado: a história e suas fontes*. Porto Alegre: ANPUH-RS, v.1, p. 01-14, 2008: 2.

áreas, cidades, estados, regiões ou países.⁴ Tal entendimento levou a conceber as fronteiras como produtos da territorialização dos Estados nacionais, ora marcadas pela soberania e pelo poder do Estado em determinado espaço, ora pela falta de soberania e poder do Estado, formando assim, estas últimas, como no caso da Bacia do Iguaçu, um espaço “transnacional” no sentido em que estando habitado por populações de várias “nações” não estava efectivamente ocupado, com instrumentos de soberania interna, pelos estados-nação que a disputavam.

Seguindo a narrativa histórica tradicional do século XIX, a formação da fronteira se configurou a partir de uma política de Estado Nacional que visou, no caso argentino, o domínio e a conquista de “espaços vazios”, “selvagens” e, no caso do Brasil, de espaços “desérticos” e de “sertões”⁵. Essas diferenças conceituais ou de apropriação dos adjetivos, no entanto, acabam confluindo com o objetivo comum de integrar tais espaços ao todo nacional (soberania política) e explorá-los economicamente (soberania econômica). A fronteira, sob essa ótica, estava associada à ideia de um espaço de encontro entre a “civilização” e a “barbárie” e por isso era considerada o principal obstáculo à marcha da civilização e à consolidação do Estado-Nação.

Partindo dessa linha de raciocínio, a formação da fronteira entre Argentina e Brasil não pode ser compreendida apenas sob a ótica da geopolítica e da visão nacionalista da formação do Estado-Nação em sua pretensão de estabelecer “linhas reais ou imaginárias; concretas ou simbólicas – que poucas vezes cumpriram sua função reguladora e restritiva”.⁶ É necessário compreender esse espaço transnacional a partir do processo de ocupação e, posteriormente, de

⁴ Cf. José Maria da Silva Paranhos Junior [Barão do Rio Branco], *Questões de limites República Argentina* [1894] (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012).; Estanislao Severo Zeballos (Ministro de Relaciones Exteriores), *Límites entre Las Repúblicas Argentina y del Brasil*. Extracto de La Memoria Presentada Al Congreso de la Nacion, (Imprenta y Litografía “La Nueva Universidad” Calle Moreno n° 477. 1892).; Eduardo Racedo, *La Conquista del Desierto*. Projectada y Llevada a Cado por El Exmo. Señor Ministro de La Guerra y Marina General D. Julio A. Roca, (Tomo Segundo. Memoria Militar y Descriptiva Sobre La Campaña de La 3ª Division Expedicionaria. Buenos Aires. Editores: OSTAWALD Y MARTINEZ, Calle de la Florida 136. 1881); Manuel J. Olascoaga, *La Conquista del Desierto*, Projectada y Llevada a Cabo por el Exmo. Señor Ministro de La Guerra y Marina General D. Julio A. Roca, (Tomo Primeiro. Estudio Topografico de La Pampa y Rio Negro. Segunda Edicion. Buenos Aires. Editores OSTWALD Y MARTINEZ, Calle de la Florida 136. 1881).

⁵ O termo “espaços vazios”, “desérticos” e “sertão” são expressões presentes nas narrativas, crônicas, relatos de viagens e documentos oficiais sobre a região de fronteira de ambos os países e serão problematizadas nos próximos capítulos.

⁶ Cf. Eudes Fernando Leite, “Prefácio,” in Leandro Baller. *Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios* (1954-2014). (Curitiba, PR: CRV, 2014): 9

colonização efetiva, como um local de encontros entre diversos sujeitos que o moldaram através da ação humana, produzindo um sentido de fronteira por meio de um processo de constituição histórica.

Para Boris Fausto e Fernando J. Devoto, a construção nacional da Argentina e do Brasil se deu, principalmente, pela abundância de terras disponíveis em seus territórios. A partir de um estudo comparado, ambos apontaram que a principal semelhança na exploração econômica da fronteira agrícola foi a abundância de terras. Argentina e Brasil, após o rompimento com suas metrópoles, visando à definição de sua unidade territorial, iniciaram uma longa fase de expansão na busca de territórios enormes, subpovoados e subocupados: “nenhum dos dois Estados exercia plenamente a soberania sobre os territórios que juridicamente lhes pertenciam, segundo uma demarcação eminentemente formal”.⁷

Segundo Fausto e Devoto, no momento da independência a Argentina dominava pouco mais de um terço de seu território: “em meados do século [XIX], a Argentina pouco avançara, com quase metade de seu território ainda em poder dos índios. No caso brasileiro, a ocupação, nesse mesmo período, aproximava-se da metade do território nacional e esses espaços eram ocupados por grupos indígenas menos articulados com a civilização latino-americana que aqueles situados na fronteira do sudoeste argentino”.⁸

A fronteira, enquanto territorialidade deste espaço transnacional entre Argentina e Brasil (*Figura 1*), foi forjada por múltiplos interesses, destacando-se os *econômicos, políticos e sociais*, haja vista a intencionalidade de cada nação no que se refere ao propósito de cumprir sua função reguladora e restritiva sobre os sujeitos que habitavam a fronteira. O espaço transnacional da Bacia do Iguazu, objeto de estudo desta tese, pode ser visualizado na figura 1:

⁷ Boris Fausto e Fernando J. Devoto, *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. (São Paulo: Editora 34, 2004): 32.

⁸ Boris Fausto e Fernando J. Devoto, *Brasil e Argentina*: 32-33.

FIGURA 1 - Abrangência da área da unidade analítica da pesquisa.

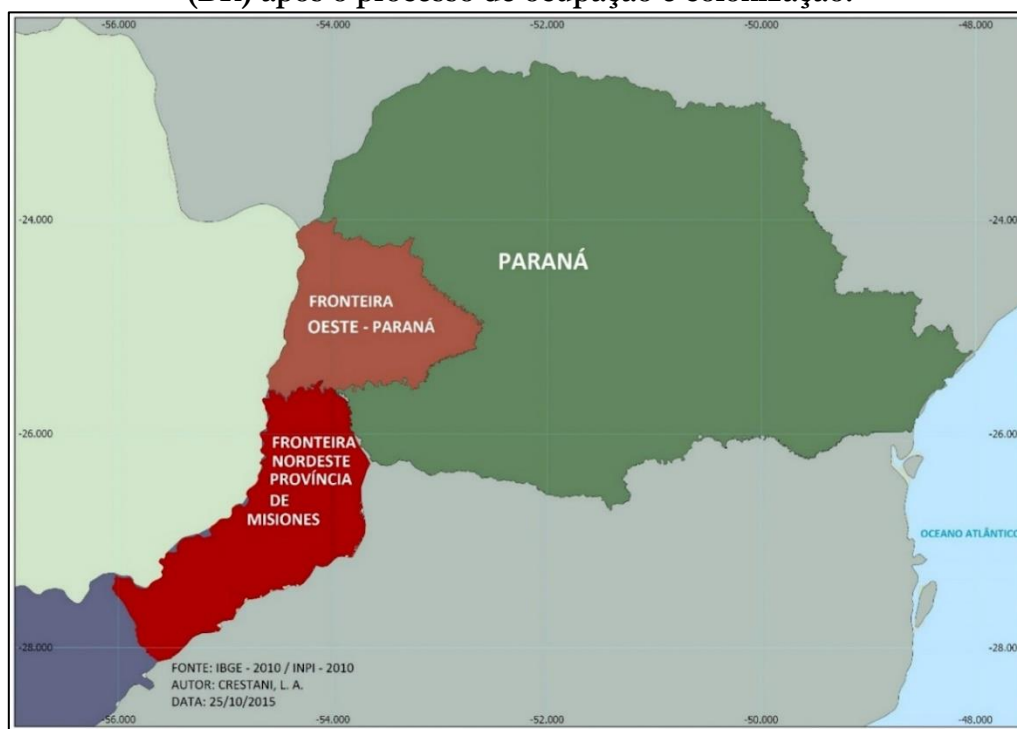


A independência, por outro lado, gerou algumas complicações, pois a partir do rompimento com as Metrôpoles (Espanha e Portugal), Argentina (1810) e Brasil (1822) enfrentaram dificuldades nas regiões de fronteira, principalmente nos espaços que ainda não haviam sido integrados aos centros de decisão política e econômica de ambos os países. A conquista e ocupação da fronteira Nordeste, na Província de Misiones (ARG), e da fronteira Oeste, na Província do Paraná (BR), só começaram a tomar amplas dimensões após aprovação das leis de acesso à terra e à imigração, as quais visavam o desenvolvimento e o progresso das fronteiras e, sobretudo, a nacionalização dos espaços considerados vazios.⁹

⁹ Argentina, *Ley nº 817 – Inmigración y colonización de 1876*. Consultado no dia 13 dezembro 2015. URL: em: http://valijainmigracion.educ.ar/contenido/materiales_para_formacion_docente/textos_de_consulta/18%20Ley%20817.pdf ; Brasil, *Lei de Terras de 1850*. Consultado no dia 14 dezembro 2015 URL. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm

Em seu conjunto, o espaço transnacional da Bacia do Iguazu foi, à época, tomado como um “vazio demográfico”, um local despovoado, cuja situação exigia dos Estados nacionais que o disputavam a promoção de estratégias imediatas de ocupação e colonização efetivadas por meio de uma política de migração que privilegiasse uma população branca, de origem europeia, que sobrepusesse territórios nativos forjando a identidade nacional para o desenvolvimento da fronteira. A figura 2, a seguir, permite visualizar a área do referido espaço de fronteira em cada nação cuja intenção era a de colonizar para garantir a posse do território.

FIGURA 2 - Fronteiras Nordeste da Província de Misiones (ARG) e Oeste do Paraná (BR) após o processo de ocupação e colonização.



O espaço transnacional disputado pela Argentina e pelo Brasil, nessa perspectiva, pode ser compreendido como um lugar e não como um limite territorial, isto é, a construção transfronteiriça se apresenta como um espaço de representações, de tensão, com múltiplas dinâmicas, envolvendo disputas políticas, econômicas e de interesses particulares de domínio entre Estados nacionais, indígenas e migrantes envolvidos no processo de ocupação e colonização.

Tem-se, assim, que a fronteira entre Argentina e Brasil se configura como um espaço transnacional demarcado por disputas e alegações de ambos os países, marcadas muito mais pela posse do território e exploração do potencial econômico das terras do que pela formação de uma identidade cultural argentina ou brasileira. Assim, a relação conflituosa presente nessa territorialidade não ocorreu por conta da preocupação com a construção da identidade nacional, tampouco, assume a característica da *frontier thesis*, que entende a fronteira como o símbolo de desenvolvimento do povo argentino e brasileiro, e, sim, pela posse das riquezas disponíveis na fronteira: a terra, a erva-mate, a madeira e as Cataratas do Iguaçu.

Num estudo seminal (1893) sobre tal temática, intitulado “*The Frontier in American History*”, Frederick Jackson Turner desenvolveu a “*frontier thesis*” com o propósito de compreender o desenvolvimento histórico da fronteira estadunidense. A conquista da fronteira Oeste foi apresentada como uma história épica para a origem da nação estadunidense, reveladora do espírito criativo e corajoso e, em grande parte, dos ideais históricos desse povo, que desencadeou o processo da conquista (alargamento) dessa fronteira em busca de terras supostamente livres.¹⁰

No caso da fronteira em estudo, é preciso que se compreenda os conflitos externos entre Argentina e Brasil e, na mesma medida, que se considere a face interna da ocupação da fronteira Nordeste da Província de Misiones, no caso argentino, e Fronteira Oeste da Província do Paraná, no lado brasileiro, para entender que o processo de ocupação surge calcado numa dinâmica diferente da apresentada na tese de Turner: aqui, o espaço de fronteira foi forjado com o intuito de civilizar espaços vazios através de leis de incentivos para a vinda de imigrantes alicerçando-se no argumento da fronteira como “vazio demográfico”.

¹⁰ Além do estudo seminal de Frederick Jackson Turner “*The Frontier in American History*”, pode-se citar outras contribuições, dentre as quais: Charles Alistair Hennessy, *The Frontier in Latin American History*. (Albuquerque, University of New Mexico Press, 1978.; Charles Alistair Hennessy, “The frontier in Latin American history,” in *Les phénomènes de frontière dans les pays tropicaux: Table ronde organisée en l’honneur de Pierre Monbeig* [en ligne] [1981]. (Paris: Éditions de l’IHEAL, 1981). Consultado no dia 14 junho 2016. URL: <http://books.openedition.org/iheal/1387>; Paula Covington, ed. *Latin American Frontiers, Borders, and Hinterlands*: (Research Notes and Resources, University of New Mexico, 1990); David J. Weber e Jane M. Raush, *Where Cultures Meet: Frontiers in Latin American History* (Jaguar Books on Latin America, Wilmington, SR Books, 1994).

É mister ressaltar que o conceito de fronteira como limite geográfico é recente, pois os povos indígenas que habitavam esse território, Xetá, Kaingang e Guarani, seguiam uma lógica de definição de fronteiras pautada numa territorialidade simbólica, de redes de relações intertribais que se costuravam através da circulação dos membros das tribos na busca de seus parentes. Não se tratava, portanto, de um território definido na lógica do Estado-Nação, mas de um espaço compreendido e definido a partir de sistemas complexos de intervenção e interação humana, sem aparatos jurídico-institucionais e político-administrativos que o delimitasse.¹¹

A definição do espaço de fronteira entre os Estados nacionais (modernos) em estudo, ambos emergentes da colonização europeia, teve como desfecho a repartição da Bacia do Iguaçu entre os dois países. O espaço de abrangência de cada país é objeto de estudo abordado como duas unidades analíticas de comparação sobre a dinâmica da ocupação da fronteira a partir da concepção de “vazio demográfico”. Parte-se do princípio de que havia, à época, um conjunto de ações políticas que buscavam dar conta da construção da unidade territorial através de imigrações de origem europeia para a fixação da fronteira e ocupação do espaço.

No caso específico da fronteira Nordeste da Argentina e Oeste do Brasil, a historiografia tradicional apresenta o processo de ocupação através da narrativa da conquista dos espaços vazios, desérticos, selvagens e de terras devolutas, assumindo características similares da fronteira Oeste dos Estados Unidos, retratada nos estudos de Turner (ou até mesmo influenciada pela teoria turneriana). Esse processo de ocupação da fronteira Oeste (conquista do deserto) foi representado nos estudos de Turner como o símbolo do desenvolvimento do povo estadunidense. Dessa maneira, a ocupação e a colonização da fronteira passam a ser consideradas como motor do desenvolvimento nacional, assumindo um papel fundamental no progresso das condições econômicas e políticas do espaço fronteiro, principalmente para aqueles que não tinham

¹¹ Erneldo Schallenger, *O Guairá e o espaço missioneiro: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses*. (Cascavel – PR: Coluna do Saber, 2006).

oportunidades em áreas já colonizadas. Dito de outra forma, a fronteira passava a representar um local de oportunidades.¹²

No entanto, ao observar as especificidades da fronteira transnacional da Bacia do Iguazú, nota-se que o sentido de *fronteira* descrito por Turner não se encaixa a esse espaço porque a ideia de Estado-Nação baseada na homogeneidade étnica e cultural da sua população não apresenta, no caso da Argentina e do Brasil, a mesma dinâmica de consolidação das fronteiras na formação dos Estados nacionais como ocorreu em grande parte da Europa.¹³

As historiografias brasileira e argentina convergem na identificação de quatro etapas na ocupação dos territórios do Paraná (fronteira Oeste) e Misiones (fronteira Nordeste), ainda que com algumas defasagens temporais: a 1ª etapa de ocupação foi a indígena (população originária), a 2ª etapa a da ocupação jesuítica (religiosa), a 3ª etapa a das obras (exploração extrativista) e a 4ª etapa as das Companhias Colonizadoras (empresas privadas).

As etapas de ocupação no Oeste do Paraná podem ser assim descritas: 1ª) Corresponde ± 10.000 a.C a ocupação indígenas na América até 1610; 2ª) De 1610 até 1881 a ocupação jesuítica; 3ª) De 1881 até 1930 a das obras 4ª) De 1930 até 1950 das companhias colonizadoras.¹⁴ Na fronteira Nordeste - Misiones¹⁵ as etapas de ocupação correspondem: 1ª) O seu início é ± 10.000 a.C a ocupação indígenas na América e é fundada em 1586; 2ª) De 1586 até 1767 temos a presença jesuítica; 3ª) De 1881 até 1920 as obras e a 4ª) De 1920 até 1953 as companhias colonizadoras.

¹² Frederick Jackson Turner, *The frontier in American History* (New York: Henry Holt and Company, 1920).

¹³ Eric Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).

¹⁴ Na historiografia tradicional da fronteira Oeste do Paraná, o domínio da fronteira se efetivou através de uma dinâmica dividida em quatro etapas, conforme descrita por Angelo Priori *et al.* (2012): 1) Ocupação indígena; 2) jesuítica; 3) Obras e a 4) Companhias colonizadoras. E nesse estudo, consideramos essas etapas correspondentes ao processo de ocupação da fronteira. Conferir Angelo Priori, Luciana Regina Pomari, Silvia Maria Amâncio, Verônica Karina Ipólito, *História do Paraná: (séculos XIX e XX)* (Maringá: Eduem, 2012).

¹⁵ Acerca da ocupação da fronteira Nordeste de Misiones, Alfredo Bolsi (1976) destaca que o processo de ocupação se deu em três etapas: a primeira entre 1768 a 1810, período que Corrientes tinha posse de Misiones; a segunda se estende até o final da Guerra do Paraguai resultando em um movimento espontâneo de pessoas que apreciaram as condições particulares de Misiones; o terceiro cobre até 1920 e é caracterizado pela economia extrativista (Bolsi, 1976: 11). Cumpre ressaltar que, nesse estudo, optou-se por uma cronologia da ocupação que tem elementos comum e similares entre os países na ocupação dessa fronteira. Conferir em Alfredo Bolsi, “El proceso de poblamiento pionero em Misiones (1830-1920),” *Folia Histórica del Nordeste*, nº 2, Resistencia-Chaco, IIGHI-UNNE, 1976: 9-176.

Dada a cronologia geral de ocupação e colonização da totalidade da fronteira entre Brasil e Argentina, resta apresentar um panorama geral da outra unidade analítica desta pesquisa, especificamente a parte Oeste da antiga (Província) e atual Estado do Paraná, que compreende as microrregiões de Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel. Esta região, inicialmente pertencente à Espanha e, posteriormente, a Portugal, era habitada por indígenas e ocupada por espanhóis. O território em questão passou a pertencer ao Brasil após vários tratados com a Espanha, ficando, então, anexo à província de São Paulo.

A fronteira Oeste do Paraná seguiu as seguintes etapas de ocupação: a primeira etapa é decorrente da ocupação do continente sul-americano por tribos indígenas (\pm 10.000 a.C). A existência das tribos indígenas ficou conhecida já no período do “descobrimento do Brasil” e, no caso específico do referido território, as expedições de Cabeça de Vaca foram fundamentais para o conhecimento da presença de índios Xetá, Kaingang e Guarani. Tais povos indígenas migravam por todo o território e foram retirados pela ação do colonizador europeu, etapa que culminou com destruição das missões jesuíticas.

Nos territórios de migração milenar dos índios Xetá, Kaingang e Guarani (designada Oeste do Paranaense em 1853¹⁶), a partir do início do século XVII (1610) ocorreu a ocupação espanhola através das “Reduções” ou “Missões Jesuíticas”.¹⁷ Segundo Erneldo Schallenger, esta ocupação ficou marcada pela evangelização e o controle social dos nativos através do seu aldeamento forçado, uma estratégia presente nos primórdios da colonização que visava a organização de uma estrutura de base para a “redução”, apropriando-se da força de trabalho: “Assim, os colonos poderiam contratar a mão-de-obra indígena domesticada, sob a mediação dos padres”.¹⁸ Este quadro territorial se manteve inalterado até as últimas décadas do século XIX.

¹⁶ A denominação de Oeste do Paranaense surge a partir de 1853 com a criação da Província do Paraná. Nesse período o Oeste era pertencente à Espanha.

¹⁷ As reduções eram “povoados organizados pelos padres jesuítas que reuniam os nativos indígenas para a missão de catequizá-los. Darci Alda Barros, et al. *Paraná povo e chão: história e geografia regional (4º e 5º ano)*, (1. ed. Curitiba: Base Editorial, 2014): 186.

¹⁸ Schallenger, *O Guairá e o espaço missionário*: 46.

Para Ângelo Priori *et. al.*, entre 1881 a 1930 ocorreu uma nova etapa da história da ocupação daquele território, associada à implantação do sistema de Obrages¹⁹ entre Foz do Iguaçu e Guaíra, na qual o principal objetivo consistia na exploração do erva-mate e de madeira de forma extrativista.²⁰ Uma das principais características das obrages era a ausência de controle ou cercamento sobre o território a ser explorado nesse sistema. Os mensus²¹ que trabalhavam nas obrages tinham um pagamento muito baixo e eram explorados pelos obrageiros que detinham o monopólio da venda dos produtos na própria obrage.

Segundo Vander Piaia, essa era uma atividade muito lucrativa para os argentinos, pois não havia custo para montar a obrage, o transporte era feito pelo rio e o comércio era realizado com o mercado platino. Além disso, dispunham de liberdade fiscal devido à ausência do controle burocráticos do Estado brasileiro na fronteira.²²

Para José Augusto Colodel, as obrages não representaram uma forma de exploração em si mesmas, antes, eram a maior demonstração da falta de interesses que a região despertava junto as autoridades estaduais e federais brasileiras responsáveis pelo processo de nacionalização do território.²³

¹⁹ Para Edson dos Santos Dias, o sistema de obrages foi “descrito da seguinte forma: Como no oeste paranaense não havia presença brasileira nem fiscalização, o sistema das ‘obrages’ desenvolveu-se na região. O ‘obrageiro’ [proprietário desse tipo de latifúndio] argentino descobria satisfeito que seus navios tinham direito de navegar até as Sete Quedas pelo rio Paraná. Organizava então uma firma. Algumas vezes comprava do governo paranaense uma extensa porção de terras e organizava uma expedição. Entretanto, na maioria das vezes penetrava em território paranaense de forma ilegal. Dezenas de peões, os chamados ‘mensus’, todos índios paraguaios (guaranis modernos), acompanhavam a expedição. Levavam consigo alimentos e ferramentas para a colheita da erva-mate. Desembarcavam do vapor na margem do rio Paraná e subiam as barrancas, típicas das margens do rio na região. Eram barrancas de 50, 80 e até 100 metros de altura, cavadas pelas águas revoltas e barrentas do rio Paraná. Assim nascia um povoado que era ‘porto’, pelo qual escoava-se o mate e posteriormente a madeira, extraídos dos sertões do oeste paranaense”. Edson dos Santos Dias. “Desenvolvimento Regional e Conservação Ambiental: a ‘Estrada do Colono’ como via de (des)integração do Oeste-Sudeste Paranaense”, (Tese Doutorado em Geografia, UNESP, 2006): 32.

²⁰ Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito, *História do Paraná*.

²¹ Para Aluizio Palmar, os mensus são uma derivação do espanhol mensualista, mão-de-obra empregada nos trabalhos de extração. Sua arremetimento era feita pela força e eles deviam obediência irrestrita aos obrageiros e seus capatazes, verdadeiros monarcas com poder de vida e morte sobre os trabalhadores. Essa situação perdurou mesmo depois da instalação da Colônia Militar. Aluizio Palmar. *Obrages e Mensus*. Postado online no dia 22 março 2008, consultado no dia 14 fevereiro 2014. URL: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/911535>

²² Vander Paia, “*A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*”, (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2004).

²³ José Augusto Colodel, “Cinco Séculos de História,” in Alfredo Fonseca Peris, (Org.). *Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná*. (1ª reimpressão, Cascavel: Edunioeste, 2005).

Nessa etapa de ocupação, no ano de 1889, ocorreu a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu como forma de controlar fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai. Segundo Liliane da Costa Freitag, essa colônia foi constituída na égide da administração militar do Império Brasileiro e era parte de um amplo projeto político que tinha como meta defender os contornos físicos da nação, ou seja, integrar o espaço por meio da ocupação e do espalho de populações brasileiras.²⁴

Segundo Micael Alvino da Silva, a existência da Colônia Militar de Foz do Iguaçu no Oeste do Paraná, não visava o combate da exploração não controlada dos recursos naturais como erva-mate e madeira, nem ao controle do trabalho semi-escravo nas obrages, mas à garantia do processo de ocupação e administração da distribuição de terras para que o “sertão” fosse “povoado”.²⁵

A ocupação e exploração da fronteira Oeste por estrangeiros durante esse período dificultava o desenvolvimento deste território, fazendo com que a colonização brasileira fosse fundamental para a integração do Oeste ao restante do Paraná. Segundo Piaia, o fim da presença das obrages, foi dada pela Insurreição de 1924: “A fuga de rebeldes de São Paulo e sua peregrinação armada pelo Oeste foi acompanhada pela imprensa, que por sua vez difundia a existência das obrages e sua forma peculiar de atuação, com os mensus – descritos muitas vezes como escravos, tão estrangeiros quantos os proprietários e capatazes, além de revelar a opulência dos obrageros e a grande riqueza vegetal, inerte aos nacionais”.²⁶

A passagem da Coluna Prestes²⁷ pelo Oeste contribuiu para que o sistema de exploração das obrages ficasse conhecido no Brasil, pois essa expedição denunciou o descaso com a fronteira do Brasil e, principalmente, a presença do sujeito estrangeiro em território tido como brasileiro.

²⁴ Liliane da Costa Freitag, “Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898,” *Revista de História Regional* 12(2), 2007: 191-224.

²⁵ Micael Alvino Silva, “Notas sobre Administração Pública em Foz do Iguaçu (1888-1937),” *História na Fronteira*, Foz do Iguaçu, v.3, n.3, jul./dez, 2009: 115-137.

²⁶ Piaia, “*A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel*”: 125.

²⁷ “Movimento revolucionário também chamado Coluna Miguel Costa-Prestes, que, sob a liderança dos “tenentes” Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, empreendeu longa marcha por vários estados do país entre abril de 1925 e fevereiro de 1927”. Alzira Alves de Abreu, *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Luis Carlos Prestes (verbetes). (Rio de Janeiro: FGV, 2001).

A quarta etapa corresponde ao período compreendido entre os anos de 1930 e 1950 e é a mais recente, estando diretamente ligada à “Marcha para Oeste” alavancada pelo Presidente Getúlio Vargas em 1930 e à atuação de empresas colonizadoras privadas que promoveram a efetivação da colonização moderna do Oeste paranaense após o fim do sistema de obrages. A figura 3 a seguir, permite visualizar a extensão da fronteira brasileira no período correspondente à quarta etapa de ocupação.

FIGURA 3 - Fronteira Oeste do Estado do Paraná – após a Quarta etapa de Ocupação e Colonização.



FONTE: IBGE, 2010/ AMOP, 2014.

Para Piaia, essa etapa correspondeu à “tomada” do espaço oestino através da colonização pelos sujeitos nacionais. Nesse período, especificamente em 1937, foi criado pelo Estado Nacional

brasileiro o *Sistema Federal de Segurança* que instituiu a *Comissão Especial da Faixa de Fronteira* sendo responsável pela concessão de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira. Para Freitag, o Francisco Campos, reconhecido ideólogo da Carta Estadonovista de Getúlio Vargas idealizou a chamada “Lei de Fronteiras” que “estabeleceu a extensão de 150 km para faixa limítrofe [...] determinava que essa área deveria ser ocupada por brasileiros natos e empresas de capital nacional”.²⁸ Nessa etapa, objetivava-se povoar a fronteira visando a integração nacional e o desenvolvimento da brasilidade na fronteira.

Segundo Valdir Gregory, no Oeste do Paraná a ocupação e povoamento da fronteira se deu pela presença de populações brancas, tanto de origem europeia quanto brasileira, que foram sobrepondo territórios nativos. Esse processo de ocupação foi findado em 1950, com a atuação de Companhias Colonizadoras Privadas.²⁹

Na Argentina, a Província de Misiones constitui uma parte do território argentino que, tardiamente³⁰, foi integrado ao Estado Nacional com a política de anexação de territórios ao Norte e ao Sul de Buenos Aires, ainda não completamente controlados pelo Estado Argentino durante o século XIX.³¹ A referida Província está situada na fronteira Nordeste da Argentina, limitando-se a Oeste com o Paraguai e separada deste pelo Rio Paraná e a Nordeste com o Brasil, separada pelos rios Iguazu, San Antonio, Pepirí Guazú e Uruguay.

Até o século XVI, essa região era ocupada por tribos indígenas e esse período era desconsiderado pela historiografia tradicional da ocupação de Misiones. A partir do século XVII,

²⁸ Freitag, “Impressões de um dirigente”: 193.

²⁹ Valdir Gregory, *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-70)* (Cascavel: EDUNIOESTE, 2002).

³⁰ Antes de ser anexada à Argentina, a região norte do Território de Misiones pertencia ao Paraguai e só passou a ser território argentino depois da *Guerra do Paraguai* ocorrida entre 1864 a 1870 (ou Guerra da Triplice Aliança). Participaram dessa da Guerra os seguintes países: Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai. Segundo González (1931 *apud* Gómez, 2011, p.116): “Cinco años de guerra de la Triple Alianza (Brasil, Argentina y Uruguay) contra el Paraguay, no era suficiente; outra fatalidade nos esperaba. Los gobiernos aliados, perdieron la memoria y, olvidándose que ante el mundo habían proclamado que hacían la guerra al tirano [Solano] López y no al Paraguay, sacaron a la República 3.324 leguas, de sus mejores yerbales, el Brasil y 5.020 leguas la República Argentina”. Cf. Demetrio Gustavo Núñez Gómez, “Límites territoriales: deuda de Guerra impuesta al Paraguay tras la Guerra de La Triple Alianza. Pasado-Presente”, in Erneldo Schallenberg, Org. *Identidades nas fronteiras: Território, Cultura e História*. São Leopoldo: Oikos, 2001.

³¹ Bruno Pereira de Lima Aranha, “Rumo à fronteira de Misiones: O “Destino Manifesto” Argentino (1882-1898)”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 16, Jan./Jul. 2014: 225-248.

tem-se a presença da Companhia de Jesus e a fundação das reduções, que passaram a integrar a “Província Jesuítica do Paraguai”.³² No ano de 1743, esse território passou a ser subordinado ao governador de Buenos Aires (Francisco de Paula Bucarelli) que, em 1768, expulsou os jesuítas do espaço de domínio espanhol.

A segunda etapa, entre 1768 até 1881, corresponde ao início da ocupação de Misiones após a expulsão dos jesuítas.³³ Durante esse processo, Misiones, que pertencia à Província de Corrientes, recebeu correntes imigratórias advindas da Europa, dentre as quais, frentes italianas, espanholas, ucranianas, croatas, suecas e alemãs. No ano de 1830³⁴, o exército missioneiro atuava na Guerra contra o Império do Brasil e Corrientes invadiu e tomou posse do território de Misiones.³⁵

Durante o período da presidência de Nicolás Avellaneda (1874 a 1880), criou-se a Lei de Imigração e Colonização (1876) que tinha o objetivo de promover o processo de colonização de Misiones com a população europeia. A partir da criação dessa lei, ocorreu a terceira etapa de ocupação, que corresponde aos anos de 1881 até 1920. Em 22 de dezembro de 1881, o então presidente da República Argentina, Julio Argentino Roca, assinou o decreto da Lei de Federalização de Misiones, transformando-a, por meio desse ato, em Território Nacional do Estado Argentino e a separando da Província de Corrientes.

No período pós-separação, Misiones assumiu uma grande importância econômica devido à fertilidade dos campos, das madeiras existentes em sua extensa selva e às grandes extensões naturais de erva-mate. Além disto, neste período, Misiones tornou-se um ponto estratégico para o

³² Erneldo Schallenger. *A integração do Prata no Sistema Colonial: Colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá*. (2.ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2015): 115-129.

³³ Alfredo Bolsi, “El proceso de poblamiento pionero de Misiones” in: Randle Patricio, (editor). *La Geografía y la Historia en la Identidad Nacional*. (Tomo 2. Buenos Aires: Oikos. 1981).

³⁴ Nesse local e período, desencadeava-se a Guerra do Prata (1851-1852), uma disputa entre Brasil, Argentina e Uruguai contra a influência do Paraguai na região do Rio do Prata. Cf. Wagner Cardoso Jardim. A Geopolítica no Tratado da Triplice Aliança: Brasil/Argentina/Uruguai. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Postado online julho 2011, consultado no dia 20 janeiro 2016. URL: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848393_ARQUIVO_ARTIGOANPUH.pdf E também conferir María Cecilia Gallero e Elena M. Krautstoft, Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970). *Avá*. n° 16, Posadas, ene./jul. 2010: 245-264.

³⁵ Província de Misiones (Argentina), *Historia Contemporánea*. Consultado no dia 12 outubro 2016. URL: <http://www.misiones.gov.ar/index.php/component/content/article?id=7:historia-contemporanea>

governo argentino, pois por meio de seus portos fluviais, tinha o controle comercial da rota para o Oceano Atlântico. A figura 4 a seguir permite visualizar a delimitação do espaço argentino na fronteira em estudo no período correspondente à quarta etapa de ocupação.

FIGURA 4 - Fronteira Nordeste – Misiones – após a Quarta etapa de Ocupação e Colonização



Ministerio de Cultura y Educación, *Misiones 21*, (1ª ed. Posadas: Ministerio de Cultura y Educación de Misiones, 2008): 22.

Na quarta etapa de ocupação, entre os anos de 1920 e 1953, ocorreu na Província de Misiones a colonização por meio de companhias colonizadoras privadas que articulavam, principalmente, a vinda de imigrantes alemães. Destacaram-se neste período, as seguintes

companhias: “*La Cía. Eldorado Colonización y Explotación de Bosques Ltda. S.A., de Adolf Schwelm; La Sociedad Colonizadora Alto Paraná Culmey y Cía., de Carlos Culmey*”.³⁶ Tais companhias foram responsáveis pela colonização da região do Alto Paraná, área considerada “selvagem” e à qual se tinha acesso somente por via fluvial, dada a vegetação densa e a inexistência de caminhos. É importante registrar, entretanto, que além da presença da colonização privada, ocorreu neste espaço uma colonização secundária, realizada por familiares e amigos de colonos que haviam imigrado da Alemanha e do Rio Grande do Sul (Brasil) para a Província de Misiones.

O resultado deste longo processo de colonização iniciada no século XVI foi particularmente acelerado a partir do século XIX, de modo que, em meados do século XX, o território de Misiones era ocupado por uma população predominantemente de origem europeia, de múltiplas nacionalidades, nomeadamente da: “Alemania, Rusia, Ucrania, Austria, Finlandia, Noruega, Polonia, Italia, Dinamarca, Suecia, Paraguay, Suiza, Brasil, El Líbano, Francia, Inglaterra, España y Siria”.³⁷

Partindo desse quadro geral do processo de ocupação e colonização, o arco cronológico de estudo se volta para a terceira etapa de ocupação da fronteira Oeste do Paraná e fronteira Nordeste – Misiones (1881 a 1930), visando comparar as experiências de ocupação dos dois lados da fronteira entre Brasil e Argentina. Essa etapa foi decisiva na ocupação nacional, já que as anteriores não foram marcadas pela soberania na fronteira. O propósito aqui, é o de analisar concretamente como ocorreu o processo de ocupação militar, político-administrativo, econômico, demográfico e cultural durante a terceira etapa na “fronteira” Nordeste - Misiones (1881 a 1930), na “fronteira” Oeste – Paraná (1881 a 1930).

O ponto de partida para a presente investigação foram as narrativas históricas da Argentina e do Brasil acerca da construção da “fronteira” e de seu processo de ocupação e colonização. Os primeiros estudos das fronteiras modernas na América tiveram início com a

³⁶ Província de Misiones (Argentina), *Historia Contemporánea*.

³⁷ Província de Misiones (Argentina), *Historia Contemporánea*.

história da colonização da fronteira estadunidense, que compreendia a fronteira como “terra livre”, para ser conquistado; que, para Turner, representou a expansão do povo estadunidense através do deserto (ou da conquista do Oeste). Sob essa ótica, colonização e ocupação foram os motores do prolongamento e sucessiva integração territorial, assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento, pelo progresso econômico e político da fronteira e pela acomodação demográfica das populações que não tinham oportunidade nas cidades.³⁸

Para Victor Belaúnde, a construção da fronteira nos países da América espanhola seguiu o modelo Turneriano, ou seja, a ocupação da fronteira foi um processo de frequente integração territorial acompanhado da assimilação das novas áreas pela ação civilizadora (branca), que, por sua vez, consolidou o processo de povoamento das fronteiras hispânicas na América.³⁹

Na perspectiva de Alastair Hennessey, estudar a fronteira não é uma questão simples, já que não é possível delimitá-la em um único conceito. Em sua análise, na América Latina existem diversas fronteiras, dentre elas, as religiosas, as indígenas, a ambiental, a de exploração dos recursos naturais, a étnica, a cultural, a econômica, entre outras. A fronteira na América Latina só pode ser compreendida a partir de um conceito polissêmico, em função da existência de “regiões vazias” e de outras “colonizadas”. Acrescentou o autor que a história da América Latina só pode ser compreendida a partir da conquista destas fronteiras, configurando-se assim como um processo lento no que se refere aos povos e ao meio ambiente e um processo de valorização durante o século XIX, quando entendido como o mito fundador da nacionalidade das fronteiras latino-americanas. Na ótica de Hennessey, a disponibilidade de regiões vazias deu a possibilidade para os governos nacionais promoverem a imigração para extensões que, em tese, estariam “vazias”.⁴⁰

Hennessey enfatiza, contudo, que para compreender a fronteira na América Latina é necessário a libertação das influências da “frontier thesis” de Turner. Numa perspectiva histórica, não é possível entender a fronteira como responsável pela democracia americana e como acesso a

³⁸ Frederick Jackson Turner, *The frontier in American History*, (New York: Henry Holt and Company, 1920).

³⁹ Victor Andrés Belaúnde, *The frontier in Hispanic America. The Rice Institute Pamphlet*, v.10, nº4, Oct. 1923: 202-213.

⁴⁰ Hennessey, “*The frontier in Latin American history*”.

“terras livres”, pois ao longo desse processo, houve conflitos com os habitantes da fronteira. Para o autor, a fronteira na América Latina é compreendida como uma continuidade e uma descontinuidade de expansão movida pela conquista do espaço/ambiente e pela destruição dos povos indígenas. Esse processo gerou confrontos entre “civilização” e “barbárie”, entre agricultores (imigrantes europeus) e população nativa. A marcha para a fronteira, dessa forma, foi responsável por fazer sucumbir e marginalizar a população ali existente, pois a fronteira se abre impondo força contra os povos que ali coexistiam, subjugando-os.⁴¹

Numa perspectiva diferente da anteriormente mencionada, Silvio Zavala, ao testar as teses de Turner sobre a fronteira, ressaltou a existência de poucas similitudes na formação das fronteiras norte-americana e sul-americana. Para Zavala, somente em algumas regiões pouco povoadas, a exemplo do norte do México, sul do Chile e do Pampa argentino, os hispânicos se defrontaram com a hostilidade dos indígenas após o fim da era colonial. O autor enfatiza, também, que os conflitos nas fronteiras dependeram dos valores transportados pelos colonizadores.⁴²

Ainda nesse contexto de análise da fronteira da América Latina, William McNeill, analisou a ocupação e a colonização da fronteira como algo que ocorreu durante a conquista hegemônica da Europa na América. Nessa perspectiva, a expansão das sociedades europeias, não só contribuiu com o “progresso”, a “liberdade” e a “igualdade”, mas também com o extermínio cultural, social e econômico dos habitantes (população não-europeia) que eram sinônimo de atraso e tomados como empecilhos na conquista (marcha) da “civilização” para a fronteira.⁴³

Hebe Clementi defende a ideia de que a formação das fronteiras na América Latina também contribuiu para reforçar a nacionalidade e o individualismo. O autor identificou semelhanças entre o bandeirante brasileiro, o gaúcho argentino e o pioneiro americano, argumentando que estes atores sociais teriam sido elementos determinantes na formação da

⁴¹ Hennessy, “*The frontier in Latin American history*”.

⁴² Silvio Zavala, *The frontiers of hispanic America*, (Editora University of Wisconsin, 1957).

⁴³ William McNEILL, *The Great Frontier: freedom and hierarchy in Modern times*, (Princeton University Press, 1983).

nacionalidade argentina e brasileira, exercendo nessas culturas um papel análogo ao exercido pelo pioneiro na cultura americana.⁴⁴

Tal tema continuou a ser objeto de análise em estudos mais recentes, dentre os quais o de Hugo Gagiotti que associou o conceito de fronteira aplicado pelos hispano-crioulos no período colonial ao de espaço de nomadismo, ou seja, como espaço de características improdutivas, limítrofe da civilização. Em contraste, durante o século XIX, a noção de fronteira se revitalizou e se transformou, construindo-se assim, uma nova ideia de fronteira que passou a desempenhar um papel central na formação do Estado (extensão do território, alteração da hierarquia social) e da economia (formação de uma nova zona produtiva).⁴⁵

A natureza, diferente dos obstáculos à ocupação territorial, implicou diferenciadas atitudes do Estado em relação ao processo de ocupação dos “espaços vazios”. Na Argentina, a incorporação das terras indígenas constituiu um movimento que mobilizou vastos recursos humanos e materiais, enquanto que no Brasil, com algumas exceções, a fronteira se moveu, quase exclusivamente, ao sabor das oscilações econômicas e dos interesses privados. Como notou Hebe Clementi, esta distinção deu ao processo de ocupação da fronteira, na Argentina, um caráter predominantemente político. Todavia, em ambos os casos, o resultado do processo foi o fortalecimento do poderio econômico dos grandes proprietários de terras, tornando-os os principais beneficiários da marcha para a fronteira. Na realidade, a existência de grandes extensões de “terras livres” (no sentido do século XIX) apareceu no imaginário argentino e brasileiro como um sinal negativo e como um “peso” que as regiões do litoral precisavam carregar.⁴⁶

Para Francisco Escamilla há uma mistificação do processo de “conquista do Oeste” na obra de Turner, a partir da criação de uma visão afirmativa do “ideal americano”, representando a

⁴⁴ Um exemplo é o estudo Lígia Osório da Silva, “Fronteira e identidade nacional”, *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu, MG: ABPHE, 2003. E também o estudo de Hebe Clementi, *El significado de la frontera en la historia americana*, (Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1992).

⁴⁵ Hugo Gagiotti, “La Pampa Río Platense: un espacio degradado en el imaginário Hispano-Criollo”. *Scripta Nova*, nº 17, 1998.

⁴⁶ Clementi, *El significado de la frontera en la historia americana*.

proeza da civilização na luta contra a natureza e contra todas as adversidades presentes na fronteira. Na ótica do autor, a tese de Turner expressa um sentido romantizado da conquista da fronteira e da ocupação sobre a conquista dos “territórios vazios”.⁴⁷

Na Argentina, a temática da fronteira integrou os principais objetos de análise de historiadores, políticos, cronistas e viajantes desde o século XIX e sempre numa perspectiva nacionalista. Em meados do Século XIX, Domingos Faustino Sarmiento, em sua obra “Civilização e Barbárie” (1845), argumentava que a abundância de recursos existentes na fronteira não modificava positivamente o homem, antes, ajudava a embrutecê-lo. Foi a partir dessa ideia de fronteira enquanto espaço de abundância que se consolidou na Argentina um entendimento oposto ao da tese de Turner que contribuiu para caracterizar o gaúcho como preguiçoso.⁴⁸ Segundo tal entendimento, somente as luzes trazidas pela civilização europeia poderiam redimir a Argentina. Por essa razão, Sarmiento foi favorável à ocupação dos “espaços vazios” pela população europeia, que traria consigo cultura e civilização. Nesse processo, é interessante observar que este intelectual e político argentino escreveu sobre o *pampa*⁴⁹ sem ter estado lá, pois vivia em Buenos Aires e via o gaúcho⁵⁰ como um bárbaro, um dos grandes motivos do atraso argentino.

A dualidade entre “civilização” e “barbárie” representa uma perspectiva cultural de transformação da fronteira como um espaço selvagem que ganharia contornos civilizatórios através da ação do Estado Nacional moderno em construção. O discurso de Sarmiento questionou o tipo ideal de colonizador da fronteira e o sujeito que deveria constituir a nação argentina. Em sua ótica, a Argentina deveria ser constituída por colonos euro-americanos e europeus, ou seja, por gente

⁴⁷ Francisco Escamilla, “El significado del termino frontera,” Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. N° 140, 2 de marzo de 1999.

⁴⁸ Domingos Faustino Sarmientos, *Facundo: Civilización i Barbarie en las Pampas argentinas*, (4ª ed. Paris: Libreria Hachette y Cia. 1874).

⁴⁹ Espaço aberto por onde circulava o gaúcho (sem fronteira).

⁵⁰ Uma denominação sociocultural regional.

muito diversa, exceto pela população indígena que habitava o deserto argentino, a região de fronteira.⁵¹

Juan Bautista Alberdi, grande liberal argentino, tinha a fronteira argentina como um local selvagem no qual faltava a presença da ação civilizadora oriunda da Europa. Em seus escritos, a fronteira era entendida como a causa do atraso no desenvolvimento da Argentina. O autor enfatizava que o grande obstáculo para progresso da Argentina era a sua fronteira e que “gobernar es poblar en el sentido que poblar es educar, mejorar, civilizar, enriquecer y engrandecer espontánea y rápidamente, como ha sucedido en los Estados Unidos”. Em sua perspectiva, o processo civilizatório da fronteira se daria por meio da população livre e europeia e não dos próprios habitantes da Argentina, já que estes estariam em desvantagem em relação à posição dos europeus frente à questões de liberdade e desenvolvimento⁵².

A incorporação da fronteira da Argentina no final do século XIX ocorreu com a Campanha do Deserto (1879) e a construção de estradas de ferro e implicou a incorporação de grandes contingentes de terras férteis e pastos naturais para as atividades agrícolas e a criação de gado, estimulando a inserção do país no cenário econômico mundial.⁵³

Em seu conjunto, a historiografia acerca da fronteira Nordeste, especificamente da Província de Misiones, deu particular ênfase a imigração europeia e à formação de colônias agrícolas como base para a ocupação e colonização do espaço.

⁵¹ Cf. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, “Sarmiento e seus monstros: caudilhos, deserto e violência na Argentina do século XIX”, *História da historiografia*, Ouro Preto, número 7, nov./dez. , 2011:29-55. Consultado no dia 15 janeiro 2016, URL: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/324/199>

⁵² Juan Bautista Alberdi, *Fundamentos da organização política Argentina* [1852], (Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994). E também: Juan Bautista Alberdi, *Bases y puntos de partida para la organización de la República Argentina*, (Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915).

⁵³ A Campanha do Deserto aconteceu em 1879, na Argentina, visava, essencialmente, expulsar os índios da região localizada ao sul de Buenos Aires de modo a incorporar esta região às atividades produtivas de exportação. Este fato histórico foi denominado Campanha do Deserto ou *La Conquista del Desierto*. Maria Heloisa Lenz, “O Papel de La Conquista del Desierto na Construção do Estado Argentino no Século XIX”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 27, n° 2, Out. 2006. Após a Campanha para o sul de Buenos Aires, esse processo aconteceu em direção da fronteira Nordeste da Argentina e demais fronteiras “consideradas vazias”. E também conferir: Maria Heloisa Lenz, “A incorporação de novos territórios na Argentina, no final do século XIX: a Campanha do Deserto e as estradas de ferro”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2004: 561-588, p. 563.

Ryszard Stemplowski, em seu estudo sobre os “colonos eslavos” do Nordeste Argentino entre os anos de 1891 a 1938, mostrou que a imigração europeia promoveu o câmbio social na formação do território fronteiriço da Argentina, contribuindo, principalmente, para o desenvolvimento da agricultura e a exploração das riquezas naturais. Vale ressaltar que o Estado Nacional argentino primou pela formação de pequenas propriedades e pela articulação de políticas imigratórias de população branca europeia. Segundo Stemplowski, a colonização através do imigrante europeu foi o mecanismo nacional e social predominante desde os meados do século XIX na ocupação do Nordeste da Argentina, conferindo o mesmo pendor “etho”, de que é exemplo a formação do território denominado “Estado Polaco”.⁵⁴

Outra contribuição sobre o processo de povoamento e migração para a Província de Misiones é o estudo de María Cecilia Gallero e Elena M. Krautsofl, no qual as autoras fazem um mapeamento etnográfico da população de Misiones entre os de 1881 à 1970, durante a fase da formação do território nacional. O estudo toma como base uma cartografia etnográfica da imigração para Misiones que foi palco do desenvolvimento de um projeto de construção do Estado Nacional moderno calcado na ideia de que a vinda dos imigrantes europeus levaria esse território ao progresso.⁵⁵

Para Gallero e Krautsofl, não é possível ignorar a coexistência da diversidade étnica na formação de Misiones, pois a presença de índios, crioulos, imigrantes europeus e asiáticos que coexistiram na constituição da formação do território reforçaram a exaltação do espírito pioneiro

⁵⁴ Ryszard Stemplowski, “Los colonos eslavos del Nordeste Argentino (1897-1938): Problemática, fuentes e investigaciones en Polonia”. *Estudios Latinoamericanos*. n. 10, 1985. Consultado no dia 03 outubro 2015, URL: http://www.ikl.org.pl/Estudios/EL10/EL10_7.pdf . Também há outros estudos sobre essa temática: Ryszard Stemplowski, “Los ucranianos en la Argentina. *Estudios Latinoamericanos*”, n° 3 1976: 289-307. Consultado no dia 10 outubro 2015, URL: http://www.ikl.org.pl/Estudios/EL03/el03_16_stem.pdf ; Ryszard Stemplowski, “Los eslavos en Misiones: consideraciones en torno al número y la distribución geográfica de los campesinos polacos y ucranianos (1897-1938)”, *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de America Latina*. Volume 19, Issue 1 (Dec 1982). Consultado no dia 10 outubro 2015, URL: <http://www.degruyter.com/view/j/jbla.1982.19.issue-1/jbla-1982-0116/jbla-1982-0116.xml>

⁵⁵ María Cecilia Gallero e Elena M. Krautsofl, “Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970)”. *Avá*, n°16, 2010: 245-264. Consultado no dia 14 maio 2014, URL: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ava/n16/n16a13.pdf>

(de conquista) como elemento de configuração sócio-cultural da Província e como referência de progresso e desenvolvimento da Argentina.⁵⁶

Jorge Alcaráz estudou a expansão territorial em direção à Misiones baseando-se nos relatos dos viajantes Alejo Peyret, Ramón Lista, Giacomo Bove, Gustavo Niederlein, Juan Bautista Ambrosetti e Juan Queirel, responsáveis pelo reconhecimento e elaboração de um inventário de Misiones para a nação argentina. As viagens, assim, constituíram um processo de exploração e produção de informações relativas a atual Província de Misiones. De fato os viajantes estudados por Alcaráz estão vinculados às expedições científicas que visavam estudar áreas onde o Estado Nacional argentino não se fazia presente durante o processo de incorporação do território nacional, entre os anos de 1880 e 1890. Os relatos contribuíram, na ótica de Alcaráz, para a legitimação da ocupação estatal da República Argentina sobre os “novos territórios”, principalmente os da fronteira Nordeste, no plano das políticas de modernização.⁵⁷

Outro elemento relevante destacado por Alcaráz é a vinculação destes viajantes ao poder político argentino visando à legitimação da soberania sobre a fronteira. “La literatura de viajes en el periodo de expansión del Estado argentino, señaló y exhibió una relación entre los acontecimientos políticos y necesidad ideológica de legitimación del proceso de expansión territorial [...]”.⁵⁸ Ao mesmo tempo, essas expedições e relatos dedicados a Misiones levaram o “novo território” ao conhecimento das elites urbanas, destacando seus aspectos econômicos e geopolíticos. Para o autor, os viajantes podem mesmo ser considerados os “construtores da fronteira”, no sentido de formar um grupo de exploradores de novos territórios que colaboraram na formação identitária e no processo de modernização através de suas narrativas de viagem.

Nesse mesmo sentido, Bruno Pereira de Lima Aranha, também com base em relatos de viajantes, estudou a temática “civilização e barbárie” na região de Misiones, apresentando uma

⁵⁶ Gallero e Krautsofl, “Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970)”.

⁵⁷ Jorge Alcaráz, *Misiones a través de los relatos de viaje* (1ª ed. Posadas: EDUNAM – Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2009).

⁵⁸ Alcaráz, *Misiones a través de los relatos de viaje*.

análise das viagens de Buenos Aires a Misiones, então conhecida como a terra da erva-mate, entre os anos de 1882 a 1898. Os relatos se referem às viagens realizadas por Ramón Lista, Rafael Hernández, Eduardo Holmberg, Juan Bautista Ambrosetti e Florencio de Basaldúa nas quais são referidas as extensas áreas de floresta, aptas para a colonização e para o desenvolvimento econômico e reforçada a visão tradicional da vinda dos imigrantes europeus como elemento indispensável para o processo civilizador do Nordeste argentino. O autor sugere que os viajantes, em seus relatos de viagens, apresentam um discurso de “centro” *versus* “periferia”, ou seja, apresentam Buenos Aires como o centro civilizado com características europeias e Misiones como território periférico, o qual, segundo esses viajantes, deveria ser ocupado por imigrantes europeus, posto que “carecia de civilização”. Assim, nos relatos estudados por Aranha, nota-se que os viajantes recriaram a dicotomia entre civilização-barbárie.⁵⁹

No caso brasileiro, a busca pela integração, desenvolvimento e progresso da fronteira Oeste foi fomentada, sobretudo, pelo ideal politizado da “Marcha para o Oeste”, consolidada durante o governo de Getúlio Vargas (1930). Nesse período, apresentou-se um projeto nacionalista de ocupação efetiva, de manutenção das fronteiras e de integração territorial dos “espaços vazios”. Alguns estudos de caráter nacionalista buscaram enfatizar essa perspectiva.

Em “*Caminhos e fronteiras*” (1949), Sérgio Buarque de Holanda enfatizou que a configuração da fronteira Oeste aconteceu por meio de conflitos que envolveram os habitantes locais (indígenas) e os agentes representantes dos impérios português e espanhol (o homem branco) durante os séculos XVII e XVIII.⁶⁰

⁵⁹ Bruno Pereira de Lima Aranha, *De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens realizados à terra do mate (1882-1898)*. (Dissertação de Mestre em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, Paulo, 2014). Ver ainda, do mesmo autor: Bruno Pereira de Lima Aranha, “A Natureza em Misiones e a Construção da Identidade Nacional na Argentina: representações imagéticas nos relatos de expedições portenhas da segunda metade do século XIX”, *Domínios da Imagem (UEL)*, v. 9, 2015: 166-195. Consultado no dia 13 janeiro 2016, URL: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/22688> ; Bruno Pereira de Lima Aranha, Rumo à fronteira de Misiones: O “Destino Manifesto” Argentino (1882-1898). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. XIII, 2014: 225-248, 2014. Consultado no dia 15 novembro 2015, URL: <http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1643>

⁶⁰ Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras* (3ª ed. 3ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1994): 12-13.

Leo Waibel considera que o conceito de zonas pioneiras era melhor aplicado à ideia de avanço em direção ao interior, pois essa ação não formava uma faixa contínua, antes constituía núcleos que ficavam a grandes distâncias uns dos outros, separados por vários quilômetros de terras de povoamento escasso e economicamente estagnados.⁶¹

Durante o século XIX, assim como na Argentina, a “abundância de terras” foi vista como uma característica a ser “contornada” e não glorificada. Esta perspectiva também contaminou a discussão do primeiro projeto de Lei de Terras de 1843 do Império brasileiro. Foram poucas as vozes como a de Tavares Bastos (1839-1875) que perceberam o potencial da fronteira enquanto elemento construtor da nacionalidade dada a situação colonial.

Frederico Rondon argumentou que o Brasil do século XIX e XX era considerado por seu imenso território, dando a impressão de uma obra inacabada que, muito cedo, abandonou o ideal do bandeirante, perdendo o “élan” que havia levado nossos maiores até quase aos contrafortes andinos, deixando por terra, de modo irremediável, a irrisória barreira de Tordesilhas. A diversidade de forças nacionais criou no novo Império brasileiro uma sensação de segurança que resultou no esmorecimento do “espírito bandeirante” até a quase extinção e abandono das “fronteiras pátrias”, ou seja, as fronteiras setentrionais e ocidentais que teriam sido penosamente conquistadas.⁶²

A fronteira Oeste, na perspectiva de Joe Foweraker, coloca o homem em confronto com a natureza, exigindo-lhe o domínio do ambiente físico, que é a base de toda atividade econômica existente neste espaço. O ato de avançar acarretou igualmente o confronto entre os homens (civilizados *versus* indígenas), revelando as relações políticas e sociais que frequentemente permaneceram ocultas nas fronteiras dos Estados nacionais. Na ótica do autor, figuras brasileiras como os bandeirantes têm acentuado destaque, pois são tomadas como exploradores que romperam os limites geográficos e culturais, permitindo avançar até o interior do território

⁶¹ Leo Waibel, “As Zonas Pioneiras do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 17, nº4, 1955: 389-422.

⁶² Frederico Rondon, “Livro I – Pelo Brasil Central” in *Pelos Serões e Fronteiras do Brasil: Sob as Ordens de Rondon, O Civilizador*. Coletânea de Estudos Amazônicos. Botafogo. Reper Editora. 1969.

brasileiro (fronteira Oeste). Essa ocupação deu-se pela ação dos sujeitos que ficaram no esquecimento da historiografia tradicional: os indígenas.⁶³

O estudo que mais se dedicou a investigar a constituição da fronteira foi o realizado por Vianna Moog⁶⁴, no qual aponta que a ocupação da fronteira não produziu no Brasil um mito “nacionalizante”. Segundo o autor, os bandeirantes e pioneiros são símbolos da civilização brasileira na conquista de territórios, pois eram desbravadores de fronteiras, muito embora a conquista da fronteira não criasse a nacionalidade no Brasil, como no caso da conquista do Oeste dos Estados Unidos, como afirmou Turner.

Para José de Souza Martins, a fronteira foi a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas. Em suas palavras, é “um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o homem e o humano”. A fronteira foi, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. A fronteira foi, na verdade, o ponto limite de territórios que se redefiniam continuamente, disputados de diferentes modos, por diferentes grupos humanos. As sociedades latino-americanas, na perspectiva de Martins, estavam, até a 1980, no estágio da fronteira: ainda se encontravam naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estavam, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente ocupadas”.⁶⁵

A história recente do deslocamento da fronteira é uma história de destruição, mas também, de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança. Por isso, a fronteira é “o lugar da alteridade”, do encontro e do desencontro. É isso que a torna uma realidade singular. À primeira vista, é o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si: o índio, de um lado e os “civilizados”, de outro; os grandes proprietários de terra de um lado e os

⁶³ Joe Foweraker, *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais* (Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A. 1981).

⁶⁴ Clodomir Viana Moog, *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas* (14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983).

⁶⁵ José de Souza Martins, *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano* (São Paulo: Editora HUCITEC, 2009).

camponeses pobres, de outro. Para autor, a fronteira no Brasil aparece, frequentemente, como o limite do humano; a “fronteira da humanidade”. Nesse espaço, estava o não-humano, o natural, o animal e a fronteira nessa ótica, era um espaço a ser humanizado.⁶⁶

Em relação ao objeto de análise desta pesquisa, faz-se necessário destacar alguns estudos sobre a Fronteira Oeste do Paraná que trazem importantes contribuições acerca do processo de formação e demarcação do território. Dentre tais abordagens, Liliane da Costa Freitag, pesquisou a formação territorial e a (re)ocupação no final do século XIX e meados do século XX, elaborando uma análise que teve como foco o processo da construção de atribuições identitárias tecidas em torno da região do “extremo” oeste do Estado do Paraná. Segundo Freitag, as características atribuídas serviram de suporte para a elaboração de novas representações da região, forjando atributos para promover a ocupação e a colonização do Oeste do Paraná e, por decorrência, da fronteira. As terras vazias da fronteira se transformaram em terra-mercadoria, com valores simbólicos atribuídos em detrimento da natureza, fixando a região Oeste no imaginário discursivo das autoridades Provinciais como um território “vazio” e impregnado pelo “estrangeirismo”, um “sertão abandonado” mas simultaneamente uma “região magnífica”.⁶⁷

Fabiana Marreto Secariolo pesquisou o Oeste paranaense a partir dos relatos dos viajantes Nestor Borba, José Cândido Muricy, e Thomas Plantagenet Bigg Wither, os quais narram o processo de ocupação e exploração do Oeste na segunda metade do século XIX. A autora assinala que os viajantes em questão tiveram um papel importante no projeto político do império durante a nacionalização dos sertões, pois apresentaram informações que contribuíram para a ocupação territorial e que seus relatos incorporaram a natureza enquanto possibilidade de modernidade, visando à reversão do sertão numa região disponível para a ocupação dos imigrantes.⁶⁸

⁶⁶ Martins, *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*.

⁶⁷ Liliane da Costa Freitag, “Extremo – Oeste Paranaense: História territorial, região, identidade e (re)ocupação” (Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca, 2007).

⁶⁸ Fabiana Marreto Secariollo, “O espaço paranaense em relatos de viajantes: fronteira, território e ocupação (1870-1900)” (Dissertação de Mestrado em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2010).

Num estudo sobre a “Colônia Militar de Foz do Iguaçu” durante o período de 1888 a 1907, Antonio Marcos Myskiw investigou o território do Oeste do Paraná, situado nos campos de Guarapuava, buscando retratar o processo de exploração, ocupação e colonização da fronteira a partir dos meados do século XIX. Os relatos dos viajantes Nestor Borba, Telêmaco Borba, José Maria de Brito, José Francisco Thomaz do Nascimento, José Cândido da Silva Muricy, Domingos Nascimento, Cândido Ferreira de Abreu e Silveira Netto analisados por Myskiw permitiram reconstruir uma narrativa histórica sobre a formação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, apontando as dificuldades econômicas, o isolamento geográfico e as tensões sociais presentes na fronteira Oeste. Este estudo mostrou que o isolamento da população e o extrativismo de erva-mate e madeira adotados pelos militares brasileiros na fronteira contribuíram para a sobrevivência dos habitantes, que podiam comercializar seus produtos com os argentinos de Posadas e Corrientes. Além de trabalhar com os relatos dos viajantes brasileiros, Myskiw utilizou as matrículas das terras concedidas aos colonos para averiguar os conflitos agrários que aconteceram pela falta de demarcação e titulação da posse da terra pelos seus ocupantes.⁶⁹

Valdir Gregory analisou a fronteira a partir das narrativas de viajantes brasileiros Domingos Nascimento, João Cabanas, Coelho Junior, Manuel Carrão, Correa Filho, Julio Nogueira, César Martinez, Wilson Sidwel, Silveira Netto e de trabalhos de investigação sobre os aspectos da exploração dos sertões durante as primeiras décadas do século XX. Em seu trabalho, mostra a construção da nacionalidade brasileira a partir das disputas de fronteiras (conflitos externos) entre as nações da Bacia do Prata (Argentina/Brasil/Paraguai).⁷⁰

⁶⁹ Antonio Marcos Myskiw, *A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz de Iguaçu (1888-1907)* (Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: UFF, 2011). Do mesmo autor ver ainda: Antonio Marcos Myskiw, “Ser colono na fronteira: A singularidade da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1889/1910),” *Revista Perspectiva Geográfica*, vol. 6, 2011: 33-50.; Antonio Marcos Myskiw, “Notas sobre o conceito de Fronteira,” *Revista do IEEE América Latina*, Cascavel, vol. 1, nº2, 2003: 14-28.; Antonio Marcos Myskiw, “Na fronteira, florestas para explorar e terras para cultivar” in Márcia Motta, Beatriz Anselmo Olinto e Oséias de Oliveira, (Org.), *História Agrária - Propriedade e conflito* (1. ed. Guarapuava/PR: Unicentro, 2009: 341-357).; Antonio Marcos Myskiw, “Ser colono na fronteira: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)” in Elione Silva Guimarães e Marcia Maria Menendes Motta, (Org.), *Campos em Disputa: história agrária e companhia* (1ed. São Paulo/SP: Anablume, 2007).; Antonio Marcos Myskiw, “Os colonos de Foz do Iguaçu (1907)” in *XXIV Simpósio Nacional de História - História e Multidisciplinaridade*, São Leopoldo/RS: Oikos Editora, vol. 1. 2007: 218-218.

⁷⁰ Cf. Valdir Gregory, “Fronteiras e territórios: narrativas sobre os sertões do Paraná no início do século XX” (Tese de Pós-doutorado em História – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2009).

Noutro trabalho, “*Obrages nos sertões do Paraná: exploração, trabalho e fronteiras*” (2012), Gregory analisa as atividades de extração de riquezas dos sertões paranaenses durante o período da República Velha do Brasil (1889-1930), abordando questões referentes à estrutura da exploração ambiental e à produção e comercialização extrativista no mercado platino em torno das obrages. Além disso, discorre sobre a forma pela qual ocorreu a exploração dos trabalhadores da fronteira durante a construção da nacionalidade brasileira no que se refere a disputas entre as nações da Bacia do Prata (Brasil, Argentina e Paraguai).⁷¹

O conjunto de estudos até aqui compilados contribuiu para a discussão e análise acerca do processo de ocupação e colonização da fronteira de Argentina e Brasil, no entanto, cabe ainda assinalar que há um fator em comum não analisado por essas pesquisas: a visão global do processo da ocupação e construção da fronteira a partir de baixo. Além disso, não guardam entre si qualquer interconexão com aquilo que se passa no outro lado da fronteira, onde se vive uma experiência semelhante.

Tanto no caso do Brasil quanto da Argentina, esses estudos apresentam uma análise a partir de uma única perspectiva, ou seja, a nacional. Seguindo a lógica das comparações evidenciadas até aqui, faz-se necessário entender a região Misiones/Oeste do Paraná sob a ótica do processo dinâmico de duas forças condutoras: a argentina e a brasileira, analisando a experiência de construção da fronteira transnacional como um único processo, imbricado e esse é o objetivo central do presente estudo.

Sabe-se que há poucos estudos comparados nessa área: pode-se citar como uma abordagem dessa natureza o estudo de Maristela Ferrari, que analisa as interações transfronteiriças na zona da fronteira brasileiro-argentina, localizada no conjunto do extremo oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná e nordeste de Misiones (ARG). A perspectiva desse estudo é a de

⁷¹ Valdir Gregory, “Obrages nos sertões do Paraná: exploração, trabalho e fronteiras,” *Revista do Centro de Educação e Letras – Ideação*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus Foz do Iguaçu, vol. 14 – nº1 – 2001: 43-65.

estabelecer interações transfronteiriças na região formada pelos departamentos de Manoel Belgrano e San Pedro a partir do viés da geografia das fronteiras.⁷²

Outro trabalho fundamentado nessa ótica é o de Clovis Antonio Brighenti, que busca analisar a situação fundiária do povo Guarani que vive no Brasil (Santa Catarina) e na Argentina (Misiones) a partir das relações entre “Estado” *versus* “Povos Indígenas” numa perspectiva comparada sobre a meta legislativa e a prática do governo na integração/incorporação do indígena à sociedade nacional.⁷³

Partindo do princípio de que a construção e ocupação do espaço fronteiriço se deu de forma mais intensa quando houve a efetivação da soberania da fronteira, tanto do lado do território brasileiro quanto do território argentino, pode-se dizer, em linhas gerais, que a construção da fronteira, no sentido aqui defendido, não se limita apenas a questões geográficas, como demarcação de territórios, linhas ou faixa divisória entre dois países, estados, municípios ou regiões. Antes, busca-se discutir a ideia de uma construção fronteiriça que só se efetiva por um processo de dupla ocupação: a “nacionalização” da fronteira externa (separação entre nações/a construção da fronteira “a partir de cima”) e interna (ocupação das áreas fronteiriças das Províncias/a construção da fronteira “a partir de baixo”) nas regiões transfronteiriças do Sul do Brasil e Nordeste da Argentina. Trata-se de um estudo de caso acerca da ocupação da faixa de fronteira das Províncias do Paraná (BR) e Misiones (ARG) que emerge em meados do século XIX e só se consolida por volta de 1930.

O conceito de ocupação, nesse estudo, tem como perspectiva a ideia de soberania no sentido de entender que ocupação e soberania são elementos interligados em suas múltiplas dimensões: militar, político-administrativa, demográfica, econômica e cultural do território da fronteira Oeste do Paraná e da fronteira Nordeste de Misiones.

⁷² Maristela Ferrari, “Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX),” (Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2011).

⁷³ Clovis Antonio Brighenti, “A territorialidade guarani e a ação do Estado – estudo comparado entre Brasil e Argentina,” *Tellus*, Campo Grande – MS, ano 4, nº 6, 2004:111-136.

A faixa de fronteira das Províncias do Paraná (BR) e Misiones (ARG) é aqui entendida como um espaço transnacional envolvendo nações, Províncias e fronteiras (externa e interna), e populações, acerca das quais procurar-se-á comparar as práticas políticas e sociais de ocupação e colonização da fronteira por sujeitos nacionais e não nacionais, visando à delimitação efetiva por vias econômicas de exploração da terra e não pela necessidade de demarcação da fronteira para a construção da identidade nacional.

Os estudos de história comparada e transnacional na América Latina ainda estão em processo de desenvolvimento⁷⁴, haja vista que muitos tendem partir da história nacional para a compreensão de suas fronteiras.⁷⁵ Diferentemente da América Latina, a historiografia da América do Norte tem explorado a história da formação das fronteiras numa perspectiva transnacional, a qual orienta os anseios desta pesquisa.⁷⁶

Os conflitos em relação à apropriação da terra foram relacionados ao problema mais amplo da consolidação das fronteiras, o que requer o exame de uma série de questões relacionadas às esferas econômica, política, social e cultural. A análise da formação da fronteira entre Argentina e Brasil, requer dessa forma, uma leitura da dimensão transnacional, na perspectiva da ação dos agentes políticos e dos sujeitos sociais envolvidos nesse processo.

A inserção da proposta de pesquisa no campo da História Comparada e Transnacional encontra razão na complexidade do objeto de estudo, que requer múltiplos ângulos de observação.

⁷⁴ Podemos citar os seguintes estudos: Maria Ligia C. Prado, “América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional,” *Anuário* - Universidad Nacional de Rosario, vol. 24, 2013: 9-22.; Maria Ligia C. Prado, “Repensando a História Comparada da América Latina,” *Revista de História (USP)*, vol. 153, 2005: 11-33, 2005.; Fausto e Devoto. *Brasil e Argentina*.

⁷⁵ Para o caso argentino ver: José Hernández, *La Vuelta de Martín Fierro*. Consultado no dia 05 março 2010, URL: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/martin2.html> ; Horacio Quiroga, *Cuentos* (Biblioteca Ayacucho, 2004): 108.; Alberdi, *Bases y puntos de partida para la organización de la República Argentina*.; Carlos Eduardo Reboratti, “Migraciones y frontera agraria: Argentina y Brasil en la cuenca del Alto Paraná-Uruguay,” *Desarrollo Económico*, vol. 19, nº74, Jul. – Sep., 1979:189-209. Para o caso brasileiro ver: Waibel, “As Zonas Pioneiras do Brasil”.; Euclides Cunha, *Os sertões*, (São Paulo: Círculo do Livro, s/d): 87-88.; Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*: 12-13.; RONDON, “Livro I – Pelo Brasil Central”.; Foweraker, *A luta pela terra*.; Moog, *Bandeirantes e Pioneiros*.; Corcino Medeiros dos Santos, “Mauá e a influência brasileira no Rio da Prata,” *Revista de História de América*, nº 104, Jul. – Dec. 1987:31-64.

⁷⁶ Ver por exemplo os estudos de: Casey Walsh, *Building the Borderlands: A Transnational History of Irrigated Cotton along the Mexico-Texas Border* (College Station, TX: Texas A&M University Press, 2008).; Brenden Rensink, *The Transnational Immigrant-Refugee Experience of Mexican Yaquis and Canadian Chippewa-Crees in Arizona and Montana* (Ann Arbor, The University of Nebraska – Lincoln, 2009).; Brenden Rensink, *Native but foreign: Indigenous transnational refugees and immigrants in the U.S.-Canadian and U.S.-Mexican borderlands, 1880-present* (Ann Arbor, The University of Nebraska – Lincoln, 2010).

Como notou Sean Purdy, a história comparada dá atenção à metodologia e à teoria, cuja relação intrínseca deve estar sempre presente a complexidade principal de escolher duas ou mais unidades comensuráveis de estudo e explorar similaridades, diferenças e interconexões.⁷⁷

Segundo José D'Assunção Barros, a história comparada impõe a escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obriga o historiador a atravessar duas ou mais realidades socioeconômicas, políticas ou culturais distintas e, de outro lado, essa mesma história comparada imprime, através do seu próprio modo de observar a realidade histórica, a necessidade, a cada instante atualizada, de conciliar uma reflexão que, simultaneamente, atenda às semelhanças e às diferenças.⁷⁸

Marc Bloch viu o método comparativo como uma espécie de instrumento técnico de uso corrente nas ciências em geral; instrumento manejável e capaz de levar a resultados positivos. Para o autor, o método comparativo determina procedimentos, a começar pela escolha de seu objeto. Dessa forma, devem-se escolher dois ou mais fenômenos que parecessem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre eles, em um ou vários meios sociais diferentes.

A preferência de Bloch foi a de estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, sociedades “sincrônicas”, próximas umas das outras no espaço. Desse modo, a história comparada poderia indicar a existência de problemas diante de fenômenos aceitos como naturais e que “aparentemente não necessitavam de explicação”.⁷⁹

A história comparada e transnacional é uma forma de libertar a análise histórica centrada em um “único” espaço-temporal, a exemplo de estudos nacionais, permitindo ao historiador, romper com limites impostos pelo nacionalismo metodológico.

Como notaram Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, o transnacional oferece à pesquisa uma boa ilustração dupla: “[...] em uma perspectiva de história cruzada, o transnacional

⁷⁷ Sean Purdy, “A História Comparada e o Desafio da Transnacionalidade,” *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, 6-1, 2012: 64-84.

⁷⁸ José D'Assunção Barros, “História comparada: Atualidade e Origens de um campo disciplinar,” *História Revista*, Goiânia, vol. 12, nº 2, jul./dez. 2007: 279-315.

⁷⁹ Marc Bloch, “Pour une histoire comparée des sociétés européennes,” *Revue de Synthèse Historique*. 6: 1928: 15-50.

não pode simplesmente ser considerado como um nível suplementar de análise que viria somar-se ao local, regional ou nacional, segundo uma lógica de mudança de foco. Ele é, pelo contrário, apreendido enquanto um nível que se constitui em interação com os precedentes e que engendra lógicas próprias, com efeitos retroativos sobre as outras lógicas de estruturação do espaço. Longe de se limitar a um efeito de redução macroscópica, o estudo do transnacional faz aparecer uma rede de inter-relações dinâmicas, cujos componentes são em parte definidos por meio dos vínculos que entretêm e das articulações que estruturaram suas posições”.⁸⁰

Esta modalidade de análise historiográfica rompe com recortes “monocentrados” e supera os limites impostos à fronteira nacional como falso isolamento geopolítico. Na unidade de análise, exploramos o espaço transnacional a exemplo do caso da fronteira entre Argentina e Brasil como histórias interconectadas, mesmo que nelas se vislumbrem mais diferenças do que semelhanças: “A proximidade do Brasil e Argentina no espaço e no tempo, e a ocorrência de estruturas estatais análogas”.⁸¹ Um ponto crucial no desenvolvimento desse tipo de estudo é a tipologia das fontes a serem utilizadas, pois o historiador dependeria: “[...] cada vez mais da chamada ‘literatura secundária’ (os trabalhos já desenvolvidos pelos demais historiadores), e o historiador precisará lidar com um arrefecimento da pretensão de controlar em profundidade todas as fontes e informações diretas”.⁸² Todavia, no presente estudo, tal dependência é matizada pelo recurso de fontes históricas diretas de ambos os contextos em análise, dada a familiaridade dos idiomas e a disponibilidade de muitas das fontes necessárias como recursos digitais.⁸³

Entende-se assim, que a história da construção da fronteira entre Argentina e Brasil teve como palco o espaço transnacional compreendido entre Misiones e o Oeste do Paraná, uma

⁸⁰ Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, “Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade,” *Textos de História* (Dossiê: a justiça no Antigo Regime), vol. 11, n.1/2, p. 83-127, 2003: 102 -103.

⁸¹ José D’Assunção Barros, *História Comparada* (Petrópolis: Vozes, 2014): 138.

⁸² Barros, *História Comparada*: 138.

⁸³ Entretanto, Barros enfatiza, que: “os historiadores poderão contar cada vez mais com os recursos digitais e informáticos, com os benefícios da rede mundial de computadores, com as inúmeras possibilidades de comunicação que unem especialistas de todo o mundo. Os ventos tecnológicos sopram a favor da História Comparada: a disponibilização digital de arquivos e textos de todos os tipos, a integração editorial em um grande mercado global [...]”. Barros, *História Comparada*: 161.

territorialidade sobre a qual incidiram duas dinâmicas interconectadas, opostas e em colisão: a ocupação brasileira e sua congênere argentina.

Para efetivar tal análise, o roteiro de fontes primárias inclui uma exploração sistemática das alegações ministeriais, dos relatórios e mensagens de governo (presidenciais e de Províncias/Estado), dos relatos de viagens, dos censos demográficos e da cartografia. A seleção das fontes documentais é fator exponencial para tanto. Muitas delas já foram exploradas por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos e economistas, porém não da mesma maneira que aqui se propõe. Ainda é necessário observar que uma parte da historiografia utiliza fontes apenas para comprovar determinadas argumentações em relação à região fronteira entre esses países, sob a ótica da história nacional.

A metodologia de análise das fontes e o tratamento das questões propostas estão vinculadas a um exame sistemático dos recortes. No que tange à disputa pela posse da fronteira entre Argentina e Brasil, esse estudo parte da análise dos processos de litígios acerca da alegação de cada país quanto a reivindicação de um espaço considerado “Vazio” ou “Desértico”. Para o entendimento desta dinâmica da ocupação, foi necessário resgatar a trajetória dos conflitos da fronteira externa, reconstruindo a dinâmica da definição dos limites da fronteira, a polêmica do direito da posse da Questão de Misiones (ou Questão de Palmas), cuja definição, medição e demarcação acabou por ser submetida ao arbítrio do Presidente do Estados Unidos a América - EUA, Stephen Grover Cleveland, em 1894.

O primeiro ponto para o entendimento do litígio da fronteira é a análise dos processos de reivindicação de posse sobre Misiones. A memória (1892) apresentada ao Congresso da Argentina, por Estanislao Severo Zeballos (Ministro das Relações Exteriores), resulta uma narrativa dos limites entre as Repúblicas Argentina e Brasil, desde o litigioso que envolveu Espanha e Portugal (1857 à 1822) até o julgamento do litígio pelo Presidente dos EUA (1895), segundo a perspectiva da

Argentina.⁸⁴ Além dessa memória, utiliza-se também o “*Alegato de la República Argentina – sobre la Cuestión de Límites con el Brasil en el Territorio de Misiones sometida al Presidente de Los Estados Unidos de acuerdo con el Tratado de Arbitraje de 7 de Setiembre de 1889*”⁸⁵ no qual Zeballos apresenta os documentos e mapas que formam “La Prueba Argentina” sobre o território conflituoso com o Brasil e o Tratado de Misiones do litígio solucionado entre Argentina e Brasil do ano de 1890.⁸⁶

Um equivalente brasileiro ao memorial de Zeballos é a obra que José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco) dedicada ao assunto com similar profundidade temporal tal qual a memória argentina supracitada. O referido estudo apresenta um regaste histórico desde as disputas entre Espanha e Portugal até a decisão arbitral do Presidente Stephen Grover Cleveland (EUA) em 1895 para a compreensão da problemática da fronteira entre Brasil e Argentina, assinalando os problemas de limites entre estes países com definição da primeira linha de demarcação estabelecida no período colonial, a partir do Tratado de Tordesilhas (1494), perpassando, também, o Tratado de Madrid, de 13 de Janeiro de 1750 e o Tratado de 28 de setembro de 1885, que determinou o reconhecimento dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio como limite defendido pelo Brasil e os rios Chapecó (Pequirí-Guazú) e Chopim como limites reclamados pela Argentina desde 1881, pelo o Tratado de Arbitramento, de 7 de setembro de 1889.⁸⁷

Essas duas versões “nacionais” da fronteira externa se iniciam com a disputa conhecida como o Litígio do Território de Misiones⁸⁸ que Argentina e Brasil submeteram ao tribunal dos EUA para que o Presidente Stephen Grover Cleveland julgasse a questão em relação à demarcação da fronteira, ou seja, definisse marcos de divisas do território pertencente à Argentina e ao Brasil.

⁸⁴ Estanislao Severo Zeballos, *Límites entre Las Repúblicas Argentina y del Brasil*. Extracto de La Memoria Presentada Al Congreso de la Nacion. (Imprenta y Litografía “La Nueva Universidad”, 1892).

⁸⁵ Estanislao Severo Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil en el territorio de Misiones, sometida al presidente de los Estados Unidos de acuerdo con el Tratado de Arbitraje de 7 de septiembre de 1889: seguido de los documentos y mapas que forman la prueba Argentina* (Washington: [s.n.], 1894).

⁸⁶ Tratado de Misiones: Litígio Solucionado. Las Republicas Brasileras y Argentina. Homenajes El Ministro Brasileros Bocayuva El Plata. Firma Del. de las Fiestas 1889-90. 1890.

⁸⁷ José Maria da Silva Paranhos Junior, *Questões de limites República Argentina* [1894].

⁸⁸ Também identificado, na Historiografia brasileira, como a “Questão das Missões”, “Missões” ou “Questão de Palmas” e no caso da Argentina, como o “Litígio de Misiones” ou “Question Misiones”. Adotou-se aqui a denominação de “Questão de Misiones”, pois as diversas fontes aqui analisadas apresentam essa nomenclatura comum para definir este litígio que será objeto de análise no capítulo 1.

O consenso sobre a demarcação e divisão das terras da fronteira, segundo Elione Guimarães, foi estabelecido através da avaliação das terras, da contratação de um agrimensor para a medição e demarcação e da indicação de testemunhas conhecedoras dos marcos de divisas que neste caso, seriam os conhecedores da fronteira.⁸⁹

No espaço transnacional, a falta de delimitação e demarcação da fronteira externa é equivalente à inexistência de divisas judiciais consolidadas e, em muitos casos, desvela que a garantia da posse não está nos documentos como instrumentos jurídicos internacionais e sim, na conquista por meio da ocupação e da colonização.

Foram úteis, nesse sentido, em primeiro lugar os relatórios e mensagens provinciais do Paraná, publicados no período correspondente aos anos de 1881 a 1930 e, no caso argentino, as mensagens de governo (presidenciais) publicados entre os anos de 1881 a 1930. Levou-se em consideração a percepção que cada Estado nacional projetou sobre a região Misiones/Oeste do Paraná e, principalmente, sobre o processo de ocupação destas terras tidas como “ociosas” e consideradas devolutas e necessárias para o desenvolvimento de cada país.

Os relatórios e mensagens de governo, tanto na Argentina quanto no Brasil, são de grande relevância para o estudo da fronteira, pois, conforme assinala Cristiano Luíz Christillino, estes relatórios descreviam as atividades realizadas ao longo de um período (semestre/ano), expondo os principais fatos ocorridos na sua esfera de abrangência, apresentando informações relevantes acerca de várias questões nacionais e, principalmente, daquelas que envolviam a ocupação da fronteira (externa e interna) do país.⁹⁰ Sobre essa matéria, os relatórios e mensagens apresentam várias informações relativas à mão de obra disponível e à características locais, permitindo diversas análises sobre o processo de consolidação dos Estados nacionais, bem como, informações sobre a organização econômica e as explorações presentes na fronteira, promovidas pelos ervateiros.

⁸⁹ Elione Guimarães, “Demarcação e divisão de terras,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* (Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011).

⁹⁰ Cristiano Luíz Christillino, “Relatórios Ministeriais,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* (Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011).

No Brasil, de modo geral, os relatórios e mensagens dos presidentes de Província (ou país) trazem uma característica regional e local mais informativa, tais como, “eleições, obras públicas, agricultura, judiciário, leis, educação, polícia e segurança, divisão territorial, colônias, e catequeses indígena”.⁹¹ Na ótica deste estudo, a importância deste tipo de fonte documental reside em fornecer elementos sobre realidades específicas, além de permitir repensar como a gestão compreendia a posse das terras da fronteira através das leis e políticas públicas que implementavam. “Vale ressaltar ainda que estamos nos referindo a documentos produzidos por indivíduos específicos, os Presidentes das Províncias, e, portanto, permeados de interesses e valores”.⁹²

Outra fonte essencial para a reconstrução das experiências da ocupação da região Misiones/Oeste do Paraná é constituída pelos relatos de “viajantes”, em geral a serviço dos estados. Além da componente descritiva dos espaços físicos e sociais, um dos aspectos ressaltados nestes relatos, que vai na contramão da perspectiva da documentação oficial sobre fronteira, é a identificação, por parte dos viajantes, da dinâmica da ocupação do espaço, descrevendo o *tipo ideal* de imigração para a fronteira e principalmente as relações conflituosas que afloraram no processo de ocupação das terras e na demarcação das fronteiras internas da Argentina e do Brasil.

Para Antonio Marcos Myskiw, é preciso destacar que por trás da terminologia “viajantes”, escondem-se profissionais como botânicos, etnólogos, zoólogos, missionários, sertanistas, literatos, pintores, entre outros, tanto nacionais, quanto estrangeiros. Como o autor também mostra: “o relato de viagem começa a tomar forma quando o viajante registra, o que viu, ouviu e ponderou, num diário de viagem (ou caderno de notas). São as informações que figuram no diário de viagem, além de outras memórias não anotadas, que facilitam ao viajante escrever (extrair, selecionar, excluir e/ou resumir) o relato da viagem que está a realizar ou que acabara de encerrar”.⁹³ O autor acentua ainda, que este tipo de narrativa aponta o itinerário da viagem, enfatizando os

⁹¹ Marina Machado, “Relatórios de Presidentes de Província,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* (Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011): 203.

⁹² Machado, “Relatórios de Presidentes de Província”: 205.

⁹³ Antonio Marcos Myskiw, “Relatos de Viajantes,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* (Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011): 207.

caminhos percorridos, os lugares visitados, os estudos realizados, as pessoas encontradas, as comidas e os abrigos. Além desses aspectos, tais fontes revelam como os viajantes entendiam, defendiam e divulgavam as políticas de colonização das fronteiras.

A dinâmica das fronteiras, em particular da sua ocupação interna, pode ser, também, captada a partir de notas biográficas ou por testemunhos. Por isso, serão explorados e comparados não apenas os relatos de viajantes argentinos e brasileiros cujas narrativas, mas também, os relatos de militares, administradores, engenheiros e aventureiros que circulavam num, noutro ou em ambos os lados da fronteira. Entende-se que a exploração deste tipo de fonte é de suma importância para a presente análise, pois “há referências com relação a características diversas sobre populações locais, sobre a ausência de civilização, sobre a natureza e sobre as potencialidades econômicas da região”.⁹⁴

Na exploração desses relatos o foco da comparação incidirá nas características dos seus habitantes: nacionalidade, origem étnica, nível cultural, capacidade produtiva, distância entre centros “civilizados” e “fronteira”, recursos naturais, limites, além das categorias usadas para classificar os habitantes (“incivilizados”, “bárbaros”, “selvagens”, “atrasados”) e o território (“inóspito”, “sertão”, “espaço vazio” e “selvagem”).⁹⁵

Na perspectiva de Myskiw, o viajante, ao escrever as suas memórias de viagem, imagina um público “*leitor ideal*”, que pode ser amplo ou até mesmo restrito. “O grupo social e intelectual a que pertence o viajante; Instituições de Pesquisa e Ensino e; órgãos governamentais, são alguns exemplos”.⁹⁶

Tanto a Argentina quanto o Brasil possuem um vasto acervo de relatos de viajantes nacionais e estrangeiros. Na presente pesquisa, foram selecionados, no caso argentino, os relatos dos viajantes que percorreram o itinerário “centros civilizados argentinos – Cataratas do Iguazu”

⁹⁴ Valdir Gregory, “Fronteiras múltiplas: narrativas sobre os sertões do Paraná,” Silvio Antônio Colognese e Eric Gustavo Cardin, (Orgs.), *As Ciências Sociais nas fronteiras: teoria e metodologias de pesquisa* (1. ed. CASCAVEL: JB, 2014): 185-186.

⁹⁵ Gregory, “Fronteiras múltiplas”.

⁹⁶ Myskiw, *Relatos de Viajantes*: 208.

e, no caso brasileiro, relatos de viajantes que percorreram os “centros civilizados brasileiros – Cataratas do Iguazu”. Seguindo esse critério, o estudo se baseia nos seguintes relatos argentinos: Alejo Peyret (1881)⁹⁷; Ramon Lista (1883)⁹⁸; Rafael Hernández (1882/1883)⁹⁹; Juan Bautista Ambrosetti (1891; 1892, 1894a; 1894b)¹⁰⁰; Juan Queirel (1885)¹⁰¹; Carlos Burmeister (1899)¹⁰²; Florencio de Basaldúa (1897/1898)¹⁰³; Manuel Bernádez (1901)¹⁰⁴; Francisco Manzi (1909)¹⁰⁵; Carlos Spegazzini (1909)¹⁰⁶ e Santiago Pusso (1906)¹⁰⁷. E no caso brasileiro, tal universo inclui os relatos de José Francisco Thomaz do Nascimento (1885)¹⁰⁸, José Cândido da Silva Muricy (1892)¹⁰⁹; Domingos Virgílio Nascimento (1903)¹¹⁰; Arthur Martins Franco (1904/1905)¹¹¹; Julio Nogueira (1919)¹¹²; Manuel Azevedo da Silveira Netto (1905)¹¹³; Cesar Prieto Martinez (1920)¹¹⁴; João Cabanas (1924/1925)¹¹⁵; José Lima Figueiredo (1930)¹¹⁶; e Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior

⁹⁷ Alejo Peyret, *Cartas sobre Misiones* (Buenos: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881).

⁹⁸ Ramón Lista, *El Territorio de las Misiones* (Buenos Aires: Imprenta La Universidad de J.N. Klingelfuss, 1883).

⁹⁹ Rafael Hernández, *Cartas Misioneras: reseña histórica, científica y descriptiva de las misiones argentinas* (Buenos Aires. Establecimiento Tipográfico de Luz del Alma, 1887).

¹⁰⁰ Juan Bautista Ambrosetti, *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay* (Parte Descriptiva) (La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892).; Juan Bautista Ambrosetti, “Segundo viage Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú),” Buenos Aires: Publicado en el Tomo XV *del Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, 1894a.; Juan Bautista Ambrosetti, *Tercer viaje a Misiones* [1895] (Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008).; Juan Bautista Ambrosetti, “Los indios Caingá del Alto Paraná (Misiones),” *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*. Tomo XV. Buenos Aires: Imprenta Roma. 1894b.

¹⁰¹ Juan Queirel, *Misiones* (Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1897).

¹⁰² Carlos Burmeister, *Memoria sobre el Territorio de Misiones*, Ministerio de Agricultura de la República Argentina, Buenos Aires: Imprenta Litog. Y Encuadernación de J. Pruser, 1899).

¹⁰³ Florencio de Basaldúa, *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones* (La Plata: s/d, 1901).

¹⁰⁴ Manuel Bernádez, *De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico á Corrientes y Misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas* (Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, Segunda edición, 1901).

¹⁰⁵ Francisco Manzi, *Impresiones de Viaje: breves apuntes sobre el Territorio de Misiones* (Corrientes: La Popular, 1910).

¹⁰⁶ Carlos Spegazzini, “Al través de Misiones,” *Revista de la Facultad de Agronomía y Veterinaria*, Tomo V (Segundo Época) – Universidad Nacional de La Plata, Plata: Talleres Gráficos de Joaquín Sesé, 1909.

¹⁰⁷ Santiago Pusso, *Viaje por mi tierra – Al Iguazú – A Nabuel Hauapí – Por las costas de Sur* (Casa Editorial MAUCCI: Barcelona, 1912).

¹⁰⁸ José Francisco Thomaz do Nascimento, “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Provincia do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares,” *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnografico do Brazil*, tomo XLIX, 267-281. Rio de Janeiro Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C. 1886.

¹⁰⁹ José Cândido da Silva Muricy, *A’ Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava á Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892* (Impressora Paranaense, Curitiba: Paraná, 1896).

¹¹⁰ Domingos Virgílio Nascimento, *Pela Fronteira* (Curitiba: s/ed, 1903).

¹¹¹ Arthur Martins Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná* (Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1973).

¹¹² Julio Nogueira, *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra* (Rio de Janeiro. Typ. Editora Carioca, 1920).

¹¹³ Manuel Azevedo da Silveira Netto, *Do Guairá aos Saltos do Iguazu* [1920] (Curitiba: Fundação Cultural, 1995).

¹¹⁴ Cesar Prieto Martinez, *Sertões do Iguassú* (São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925).

¹¹⁵ João Cabanas, *A columna da morte* (Rio de Janeiro: Livraria Editora Almeida & Torres, 1926).

¹¹⁶ José Lima Figueiredo, *Oeste Paranaense* (São Paulo – Rio de Janeiro – Recife: Campanhia Editora Nacional, 1937).

(1919)¹¹⁷. Os relatos serão utilizados para a análise das relações intersubjetivas que perpassaram o imaginário transnacional, obedecendo à ordem cronológica de suas respectivas viagens.

O conjunto dos relatos de viajantes se situa no arco temporal que vai de 1881 a 1912, no caso argentino e de 1885 a 1930, no caso brasileiro. Apesar da evidente disparidade cronológica, ambos os grupos de relatos destacam a problemática da posse da terra e a necessidade da promoção de correntes migratórias da Europa para as suas fronteiras, além de permitirem justapor e confrontar as visões e argumentos dos viajantes com a visão presente nos Tratados, Alegações e Relatórios e mensagens de Presidentes da Província e do País, e dos censos populacionais¹¹⁸ da Argentina, entre os anos de 1872 a 1960, e do Brasil¹¹⁹, entre os anos de 1872 a 1960 e a cartografia oficial. A conexão destas fontes permite a construção de um arcabouço documental que facilitará a compreensão do processo de ocupação e colonização e da formação efetiva da “fronteira” na região “Misiones/Oeste do Paraná”, visto a partir de baixo.

Como este guião de fontes escritas e cartográficas, exploradas qualitativamente e sistematizadas em quadros comparáveis, o estudo organiza-se em três capítulos:

O capítulo I – “*A resolução do conflito entre Brasil e Argentina na terceira fase de ocupação da fronteira: Questão de Misiones*” – volta-se à análise da dinâmica conflituosa que envolveu a fronteira externa entre os referidos países, especificamente o caso do Território de Misiones, mostrando a

¹¹⁷ Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior, *Pelas Selvas e Rios do Paraná* (Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1946).

¹¹⁸ Argentina, *Primer Censo de la República Argentina, de septiembre de 1869* (Buenos Aires: Imprenta del Porvenir 1872); Argentina, *Segundo Censo de la República Argentina, realizado el 10 de mayo de 1895* (Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, Tomo I, II y III. 1898); Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919); Argentina, *Censo General de los Territorios Nacionales* (Buenos Aires, Establecimiento Gráfico A. De Martino, Tomo I. 1920); Argentina, *Cuarto Censo General de la Nación*. (Buenos Aires, Dirección Nacional del Servicio Estadístico, Guillermo Kraft Ltda. 1947); Argentina, *Censo Nacional de Población 1960* (Buenos Aires, Dirección Nacional de Estadísticas y Censos, Tomo V. 1967).

¹¹⁹ Brasil, *Recenseamento da Província do Paraná em 1872*; Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898); Brasil, *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900* (Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1905); Brasil, *Anuario Estatístico do Brazil. 1º anno (1908-1912)* (Volume I. Território e População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916); Brasil, *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920* (Volume IV (População). Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1920); Brasil, *Sinopse Estatística do Estado do Paraná - nº 2*. Anuário Estatístico do Brasil, Ano II – 1937, (Curitiba: Soc. Ltda. de Artes Graficas, 1938); Brasil, *Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940. Parte XVIII – Paraná* (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951); Brasil, *Censos Demográficos e Econômicos (Estado de Paraná)*, (Série Regional, Volume XXVI, Rio de Janeiro, 1955); Brasil, *Censo Demográfico de 1960* (Paraná. VII Recenseamento Geral do Brasil. Volume I. Tomo XIV.

trajetória histórica dos conflitos nesta fronteira em torno dos limites territoriais nacionais no espaço transnacional.

Após a discussão sobre a resolução do conflito pela fronteira externa, o capítulo II, denominado “*A terceira etapa da ocupação da fronteira Misiones-Oeste Paraná nos relatos de viagem e nos relatórios do estado (1881 a 1930)*” busca reconstruir as múltiplas dimensões do processo de ocupação (militar, administrativa/política, econômica, administrativa e cultural) a partir dos relatos do viajantes (sobre a fronteira e dos relatórios administrativos).

Em seguida, no capítulo III – “*A fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) na terceira etapa do processo de ocupação: aspectos demográficos, territórios e sujeitos sociais*”, é centrado nos atores sociais que ocuparam a “fronteira” entre Brasil e Argentina. A partir de uma análise demográfica (Censos Populacionais) e da dinâmica da criação de municípios (organização administrativa), procura-se reconstituir o processo de ocupação efetiva do espaço da fronteira.

CAPÍTULO I

A RESOLUÇÃO DO CONFLITO ENTRE BRASIL E ARGENTINA NA TERCEIRA FASE DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA: QUESTÃO DE MISIONES

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA QUESTÃO DE MISIONES

A história do processo de formação da fronteira externa entre Argentina e Brasil envolvendo a região do Território de Misiones está diretamente relacionada a uma disputa que marcou as relações político-diplomáticas de ambos os países durante a consolidação de suas fronteiras, principalmente ao longo de sua constituição enquanto “Estado Nação”.

Na abordagem desenvolvida neste estudo, entende-se que a formação da fronteira entre Argentina e Brasil diverge do conceito da *frontier thesis* de Turner, que analisa o processo de conquista das terras a Oeste dos Estados Unidos como uma frente de expansão criadora da fronteira e, principalmente, de constituição da identidade nacional. A ocupação e a colonização da fronteira não se deu de forma espontânea, como uma frente de expansão ou como uma válvula de escape para que a população nacional migrasse em busca de melhores condições de vida, a exemplo do que ocorre no caso estadunidense. A conquista da fronteira, neste caso, não se pautou pela busca por terra livres para a população nacional, mas sim por meio de um processo urdido pelos Estados nacionais brasileiro e argentino, que forjaram a nacionalidade da fronteira com a vinda de imigrantes da Europa que ocuparam e colonizaram as terras devolutas deste espaço.

Para entender o processo migratório desta fronteira, faz-se necessário identificar seu processo de delimitação, que ocorreu a partir do conflito pela posse da terra. Através da geo-história da formação da fronteira, é possível analisar de que forma Argentina e Brasil promoveram a ocupação e a colonização de um espaço entendido como vazio, deserto ou selvagem. Contudo, antes de tecer qualquer comparação acerca de semelhanças, diferenças ou interconexões sobre a forma como procederam estes países na ocupação e colonização do espaço fronteiro pelos

imigrantes europeus, é imperativo analisar como esse espaço entre duas nações se constituiu historicamente.

No tocante a esse processo, este estudo utiliza a denominação de *Questão de Misiones* para designar o espaço de fronteira, pautando-se em diversas fontes que abordam o conflito entre Argentina e Brasil. Algumas destas fontes se reportam a este conflito como “Questão das Missões”, “Missões”, “Questão de Palmas” entre outras denominações, contudo, a documentação analisada traz a nomenclatura comum de Território de Misiones, definição pela qual optamos para tratar o litígio em questão.¹²⁰

Este conflito envolveu a disputa pela posse do território situado entre quatro rios: *Peperiguaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim*. A Argentina reivindicava os rios Chapecó e Chopim como limites de seu território e o Brasil reafirmava sua posse como o espaço compreendido entre os Peperi-Guaçu e Santo Antônio¹²¹. A figura 5, a seguir, retrata esta área litigiosa, motivo de disputa territorial tanto entre Portugal e Espanha (1494 a 1777) quanto entre Brasil e Argentina (1857 a 1895).

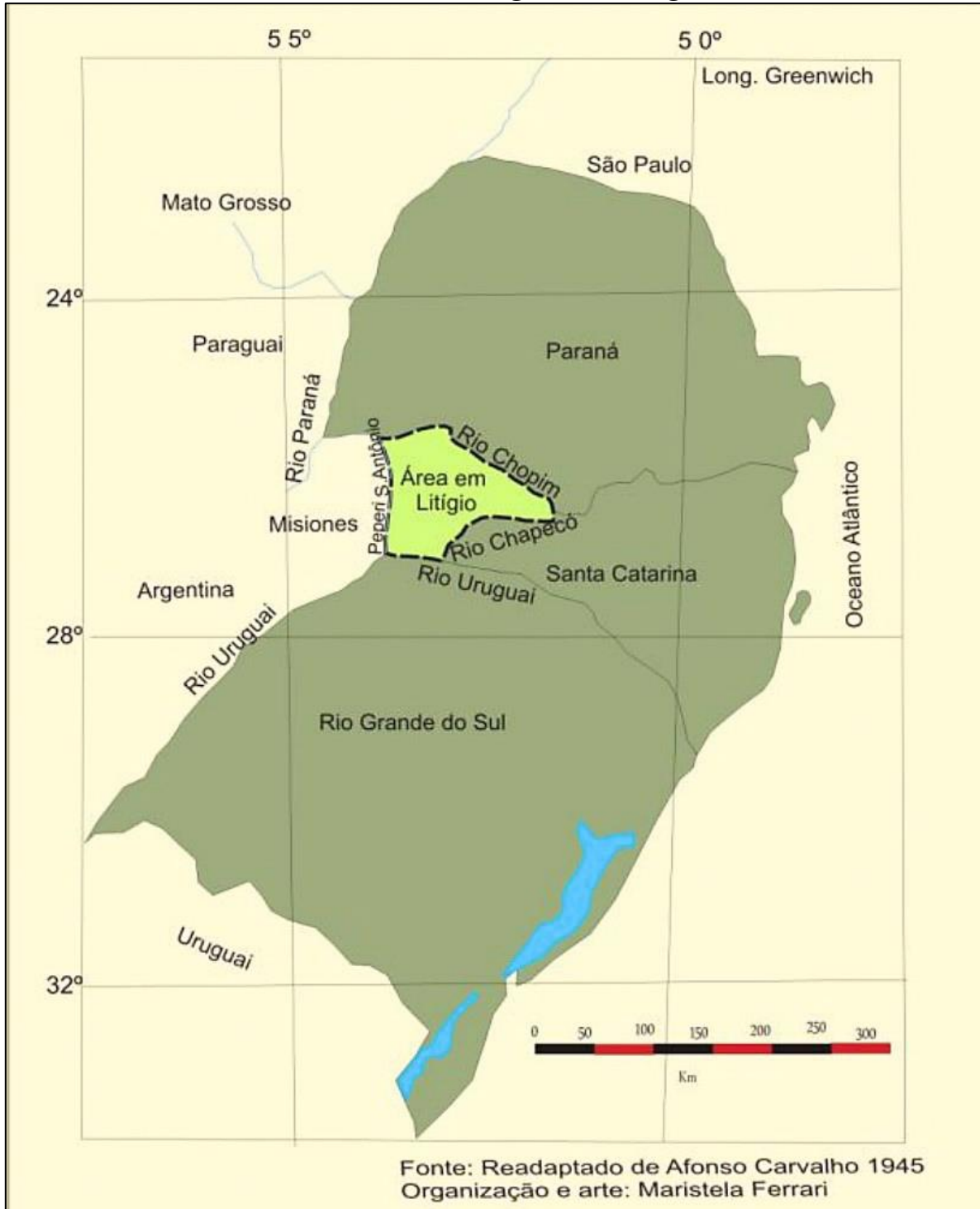
Esta disputa territorial ocorreu entre os anos de 1857 a 1895 e envolvia uma área que gera dúvida quanto a sua dimensão: a Argentina reclamava cerca de 31,000 km², uma área que se aproximava da reivindicada pelo Brasil 30.621 km². Segundo Pereira (1945) e Ferrari (2011), essa delimitação não ficou expressa na documentação consultada. Atualmente incorporada ao Brasil, a Questão de Misiones marcou um período de conflito entre um Brasil independente e uma Argentina República¹²², cuja divergência pode ser conferida nas figuras 6 e 7, apresentadas adiante.

¹²⁰ Tratado de Misiones: Litígio Solucionado. Las Republicas Brasileira y Argentina. Homenajes El Ministro Brasileiro Bocayuva El Plata. Firma Del. de las Fiestas 1889-90. 1890.

¹²¹ Boletín del Instituto Geografico Argentino, *La Cuestion Misiones – Límites Interacionales* (Buenos Aires: Imprenta de Martín Biedma, 1892).

¹²² Argentina, *Memoria de Relaciones Exteriores presentada al honorable Congreso Nacional* (Buenos Aires: Imprenta de Martin Biedma, 1895).

FIGURA 5 - Área do território litigioso entre Argentina e Brasil.



FONTE: Ferrari, “Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina”: 99 (Adaptado por Leandro de Araújo Crestani, 2015).

FIGURA 6 - Misiones: território em litígio entre Argentina e Brasil.



Fonte: Renato Barbosa Rodrigues Pereira, "O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil.", *Revista Brasileira de Geografia*. Ano VII, nº 2 (Abril/julho) 1945: 187-245, 1945, p. 195.

FIGURA 7 - Território Litigioso (Questão de Misiones) entre Argentina e Brasil entre os anos de 1858 a 1895.



Fonte: IBGE, 1946
Organização e arte final:
Maristela Ferrari

FONTE: Ferrari, "Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina": 98. (Adaptado por Leandro de Araújo Crestani, 2015).

A disputa pela definição da fronteira entre Argentina e Brasil se inicia ainda no período colonial, envolvendo os reinos da Espanha e Portugal, respectivos países colonizadores. Nesta fase, o conflito esteve presente em diversos atos diplomáticos durante o período colonial, como o Tratado de Tordesilhas (1494)¹²³, o Tratado de Madri (1750)¹²⁴ e o Tratado de Santo Ildefonso (1777)¹²⁵.

O conflito sobre o Território de Misiones é fruto de um litígio histórico entre portugueses e espanhóis, remanescente desde 1759 e 1789, período em que se tentou definir a fronteira dos referidos países a partir do reconhecimento de quatro rios: o Peperi-Guaçu, o Santo Antônio, o Chapecó e o Rio Chopim, que limitavam o oeste brasileiro e o nordeste da Argentina, demarcando o território litigioso de Misiones.¹²⁶

Na primeira demarcação (1777), portugueses e espanhóis fixaram como fronteira o curso do rio Pepiri (ou Pequeri) e o afluente do Iguaçu, aos quais deram o nome de Santo-Antônio, declarando conservar ao Pepiri (ou Pequiri) dos seus antigos.¹²⁷

Para a segunda demarcação (1788), foram nomeados representantes de Portugal e Espanha para delimitarem as demarcações dos afluentes acima nomeados. Nesse processo, comissários espanhóis descobriram, na margem direita do Uruguai, que a confluência do Pepiri-Guaçu ia muito mais a leste, na foz de outro rio que figurava sem nome nos mapas daquela época.¹²⁸

¹²³ O Tratado de Tordesilhas é o célebre acordo entre Portugal e Espanha sobre a colonização das terras da América do Sul, no qual se estipulou uma linha imaginária, com demarcação no meridiano de 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde.

¹²⁴ Foi o tratado que fixou, em 13 de janeiro de 1750, os limites de possessões na América Meridional entre Portugal e Espanha.

¹²⁵ O Tratado de Santo Ildefonso ocorreu em 01 de outubro de 1777 e abordou o ajuste entre a coroas de Portugal e Espanha acerca dos limites de suas possessões na América Meridional.

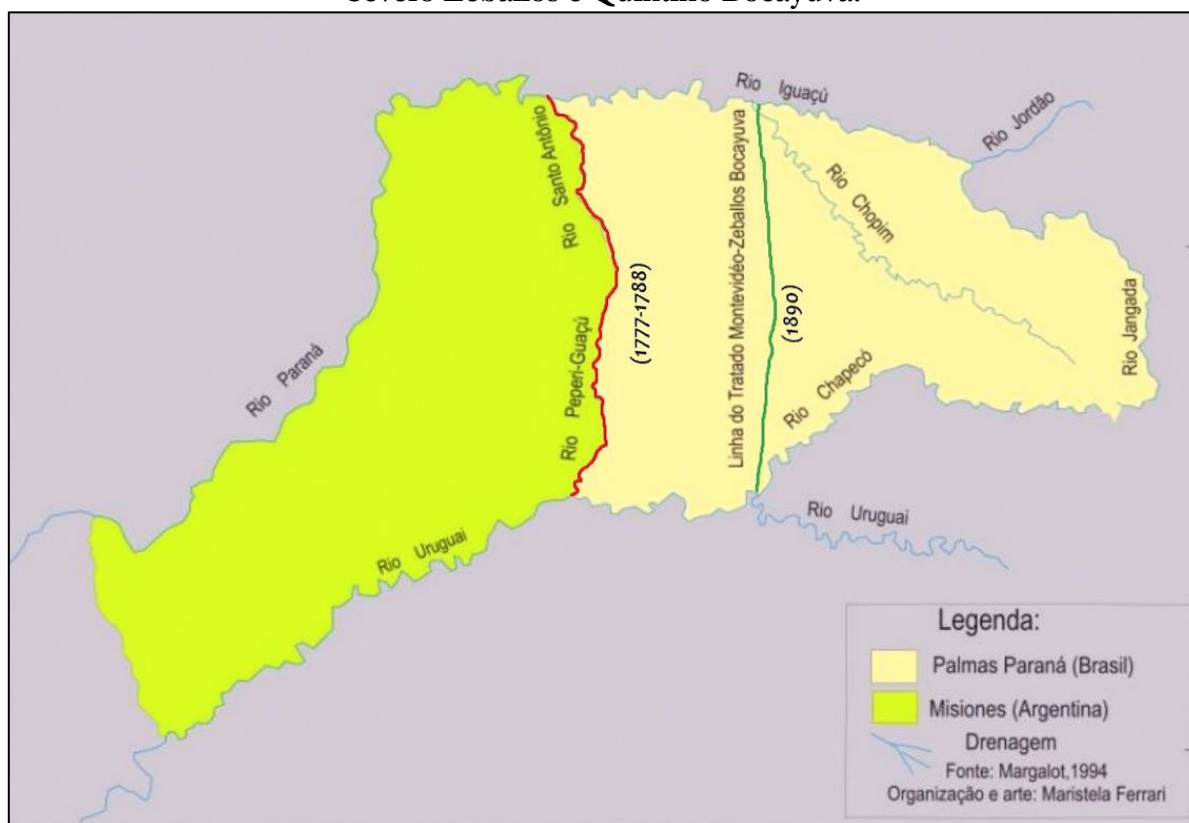
¹²⁶ Os nomes Pepiri e Pequiri são escritos indiferentemente, terminando por - y – ou por - i -. Guaçu, na língua dos índios chamados guaranis e tupis, significa – grande – e mirim ou mirin, - pequeno. Os portugueses escreviam – guaçu – ou – guassu. Os brasileiros adotaram a grafia – guaçu. Os espanhóis e seus descendentes argentinos, escrevem – guazú. O adjetivo – mirim – ou – mirin, - assim escrito pelos portugueses e espanhóis, argentinos e paraguaios em minín – e – miní. Santo Antonio, em português, e San Antonio em espanhol, são um e o mesmo nome. Paranhos Junior, *Questões de limites República Argentina* [1894]: 58

¹²⁷ Pereira, “O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil”.

¹²⁸ Pereira, “O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasil”.

Segundo Ferrari, os ministros das relações exteriores de Argentina e Brasil, respectivamente Estanislao Severo Zeballos e Quintino Bocayúva, negociaram a demarcação do litígio histórico entre estas nações na assinatura do Tratado de Montevidéu (1890), dividindo a área por uma linha que ia da foz do Rio Chapecó ao Rio Chopim, conforme a representação da Figura 8.¹²⁹ Esse tratado, no entanto, foi gerador de polêmicas. Conforme Adelar Heinsfeld, a imprensa brasileira questionou o Tratado de Montevidéu por ter sido mantido, inicialmente, em segredo, alheio ao conhecimento público e dos demais interesses nomeadamente a *elite agrária*.¹³⁰

FIGURA 8 - Tratado de Montevidéu (1890): linha divisória do acordo entre Estanislao Severo Zeballos e Quintino Bocayúva.



FONTE: Ferrari, “Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina”:104. (Adaptado por Leandro de Araújo Crestani, 2015).

¹²⁹ Ferrari, “Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina”.

¹³⁰ Conforme apontamentos de Heinsfeld (1997, p.112), “a imprensa brasileira, que vinha acompanhando a questão já há bastante tempo, e dedicando espaço bastante amplo nos jornais, notadamente do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, ficou impedida de revelar detalhes sobre o assunto, por um decreto de 23 de dezembro de 1889, do governo provisório, impondo censura parcial à imprensa”. Cf. Adelar Heinsfeld, “A Geopolítica nas Relações Brasil x Argentina: a Questão de Palmas presente nas páginas do Jornal do Commercio-RJ,” *Roteiro* (Joaçaba), Joaçaba - SC, v. 19, n.37, 1997: 109-135.

A demarcação das possessões da Argentina e do Brasil, mesmo após o período colonial não ficou definida.¹³¹ O governo Imperial brasileiro alegava, desde a época de independência e da constituição das nacionalidades sul-americanas, o princípio da *uti possidetis* (ocupação efetiva) e considerava que as estipulações do Tratado Ildefonso (1777) não contrariavam tal princípio, vendo aí as bases para assentar os limites entre Argentina e Brasil e, também, entre os estados de origem espanhola.¹³²

Argentina e Brasil, após o rompimento com os seus países colonizadores, iniciaram um novo processo na constituição de seus Estados nacionais, principalmente no que tange à definição de suas fronteiras externas. Na busca pela definição, o processo de disputa envolvendo o Território de Misiones deu continuidade ao conflito herdado ainda no período colonial, que se findou sem que os limites da região de fronteira fossem estabelecidos.

2. ALEGAÇÕES ENTRE ARGENTINA E BRASIL PELA POSSE DO TERRITÓRIO DE MISIONES NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

A disputa do Território de Misiones foi retomada após a independência da Argentina, em 1810. Nesse período, o Império brasileiro pôs em ação o plano de expansão territorial para as terras devolutas, principalmente em direção às terras indígenas situadas na fronteira Oeste: “[...] Argentina no reclama grandes territorios que actualmente posee el Brasil sin derecho alguno, por cuanto ellos están comprendidos en las antiguas jurisdicciones Asunción y Montevideo, es indudable que para apoyar su derecho al territorio en litigio, puede invocar, é invoca, los títulos históricos de su

¹³¹ Henrique C. R. Lisboa, *A Questão Missões perante o Tribunal Arbitral – novos elementos para a confirmação dos direitos do Brasil* (Petrópolis: Typ. do Mercantil, 1892).

¹³² José Maria da Silva Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brasil e a República Argentina submetida á decisão arbitral do Presidente Clewend, dos Estados Unidos da América. Exposição que os Estados Unidos do Brazil apresentaram ao Presidente dos Estados Unidos da América como arbitro* (Vol. II, exposição (The Original Statement), New York, 1894).

tradición colonial, en la época en que formaba un solo cuerpo administrativo y político con las naciones antes nombradas”.¹³³ (sic)

Os primeiros processos de contestação de posse no litígio do Território de Misiones têm como representante do Brasil *Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada*, Barão de Aguiar de Andrada, que tentou, em 1857, vários acordos com o governo argentino em negociações com o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Bernardo de Irigoyen, que não aceitava os limites apresentados pelo Brasil.

Os representantes subsequentes destes países foram os Ministros das Relações Exteriores, Quintino Bocayúva e Estanislao Severo Zeballos (1854-1923)¹³⁴ e o último a representar o Brasil foi *José Maria da Silva Paranhos Junior*, o Barão do Rio Branco¹³⁵, que negociou com Zeballos até a subordinação do litígio à decisão do então Presidente dos Estados Unidos da América, Stephen Grover Cleveland.

As alegações construídas por Argentina e Brasil refletem a preocupação com a vulnerabilidade de suas fronteiras como proteção do espaço nacional¹³⁶, porém a ideia de posse sobre o território litigioso era, na verdade, a de expansão territorial (para região de fronteira) para

¹³³ Carlos A. Aldao, *La cuestión de Misiones ante el Presidente de los Estados Unidos de América* (New York: Imprenta América, 1894): 3.

¹³⁴ Foi decano da Faculdade de Direito de Buenos Aires. Político influente, exerceu o cargo de Deputado e senador pela Província de Buenos Aires. Ocupou o Ministério das Relaciones Exteriores e Culto da Argentina três vezes, nas presidências de Juarez Célman (1889/1890), Carlos Pelligrini (1891/1892) e Figueroa Alcorta (1906/1908). Utilizou largamente a imprensa para divulgar suas ideias, notadamente *La Prensa* (do qual foi editor), *La Razón* e *El Sarmiento*. No entanto, é através das páginas da *Revista de Derecho, Historia y Letras*, da qual foi fundador e editor, que melhor se pode conhecer seu pensamento. Cf. Adelar Heinsfeld, “Falsificando telegramas: Estanislau Severo Zeballos e as relações Brasil-Argentina no início do século XX.”. Consultado no dia 20 novembro 2015, URL: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211228384_ARQUIVO_FalsificandoTelegramas.pdf

¹³⁵ Foi “Bacharel em Direito, jornalista e deputado, estudioso da História e da Geografia do Brasil, diplomata e cônsul (num período em que as duas carreiras eram separadas). O Barão do Rio Branco foi homem público de múltiplos valores. À frente do Ministério das Relações Exteriores entre 1902 e 1912 – morreu Chanceler, em seu Gabinete de trabalho no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro –, consolidou a imagem do profissional incansável a serviço dos direitos do Brasil. Estadista pragmático, mais afeito ao argumento político do que às especulações abstratas, firmou-se, desde logo, como referência duradora da História diplomática do País”. Antonio de Aguiar Patriota, “Prefácio,” in *Obras do Barão do Rio Branco I: questões de limites República Argentina*. (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012): 25.

¹³⁶ Essas preocupações estão expressas nas alegações apresentadas ao Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland: Estanislao Severo Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil en el territorio de Misiones, sometida al presidente de los Estados Unidos de acuerdo con el Tratado de Arbitraje de 7 de septiembre de 1889: seguido de los documentos y mapas que forman la prueba Argentina* (Washington: [s.n.], 1894); e Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República Argentina submetida á decisão arbitral do Presidente Clelend, dos Estados Unidos da América*. Exposição que os Estados Unidos do Brazil apresentaram ao Presidente dos Estados Unidos da América como arbitro. Vol. II, exposição (The Original Statement), New York, 1894.

futuras áreas produtivas. Tão logo estas terras passassem a ter valor, seriam comercializadas, de modo que quem estivesse de posse desse território teria a terra como reserva de valor. Contudo, é interessante ressaltar que nas alegações de ambos os países os pontos principais apresentados se circunscreviam às questões da definição de limites pelos rios (e as nomenclaturas), além da presença de habitantes de sua nacionalidade no Território de Misiones.

No período de dezembro de 1881 (ou março de 1882)¹³⁷ a Argentina criou o *Governo Nacional de Misiones*, que incluía os Campos de Palmas, território que permanecia em foco de conflito com o Império do Brasil, que considerava Palmas como espaço nacional e essencial ponto de garantia da defesa do território brasileiro com as nações vizinhas. Caso a Argentina tivesse a posse de Palmas, haveria, praticamente, uma separação entre o sul e o sudeste do Brasil.

Para Maristela Ferrari, a federalização do Território de Misiones foi uma tentativa do governo argentino de fixar os limites com o Brasil, temendo perder parte do território que julgava seu. A partir de 1882, foram reiniciadas as negociações e cada país apresentou diferentes pontos de localização dos rios que limitavam os territórios fronteiriços. “O Brasil prosseguia reafirmando o limite pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, como é hoje, enquanto para a Argentina o limite era assinalado pelos rios Chapecó e Chopim, e mais tarde pelo rio Jangada”.¹³⁸

Segundo Francisco Doratioto, os militares argentinos e brasileiros trabalhavam com a hipótese de guerra entre as duas nações, partindo do princípio de que o país que tivesse a posse de Palmas, neste caso a Argentina, poderia cortar rapidamente a ligação terrestre entre o sul e sudeste do Brasil, levando assim a posse do Rio Grande Sul para os argentinos.¹³⁹ Nesta perspectiva, o interesse do Brasil sobre o Território de Misiones não era apenas o de delimitar suas fronteiras, antes, havia o medo de perder o território do Rio Grande do Sul para a Argentina, paralisando os planos de uma futura expansão da fronteira agrária para as terras indígenas da fronteira Oeste.

¹³⁷ Há uma divergência entre essas datas conforme: Francisco Doratioto, “Rio Branco e a Questão de Palmas” in *Obras do Barão do Rio Branco I: questões de limites República Argentina* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012): 41.

¹³⁸ Ferrari, “Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina”:

¹³⁹ Francisco Doratioto, “Rio Branco e a Questão de Palmas” in *Obras do Barão do Rio Branco I: questões de limites República Argentina* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012).

A não resolução do conflito sobre o Território de Misiones era compreendida como elemento de retardo da “marcha da civilização” e do “progresso” tanto para a Argentina quanto para o Brasil. No caso da República da Argentina, o não desenvolvimento da ocupação e colonização da fronteira era entendido como sinal de atraso, referência a um espaço selvagem.¹⁴⁰ A resolução se fazia imperativa pelo fato de não haver condições da população avançar para um território não definido, hostil, sem leis e sem segurança.

No Brasil, o Território de Misiones era frequentemente apresentado como uma região fértil, ótima para o desenvolvimento da agricultura, com numerosas fazendas de criação de gado, cujo solo possuía todos os elementos para o desenvolvimento das mais importantes culturas agrícolas, as quais, naquele período, ainda eram produzidas em pequena escala.¹⁴¹

A narrativa de José da Costa Azevedo, [Barão Ladário] (1891), sobre a “Questão das Missões” atenta para o fato de que os argentinos pretendiam aumentar suas posses com o litígio e as exigências se pautavam na esperança de obter algumas concessões, porém não tão consideráveis como as que, inesperadamente, lhes foram oferecidas e outorgadas no tempo do Império.

O território litigioso, na descrição de Costa Azevedo, foi apresentado como um local de grande potencialidade, perfeito para o desenvolvimento de atividades agrícolas, com riquezas naturais que, naquele período, não eram exploradas pelo Brasil: “Em toda a zona da controvérsia, situada em geral a grandes altitudes, em alguns pontos a mais de mil metros acima do nível do mar, encontram-se campos de pastagem muitas léguas de perímetro, com as suas lindíssimas cochilhas, semelhantes às da campanha do Rio Grande; mattas cerradas e immensas, a perder de vista, com diversas e esplendidas variedades de madeiras de lei; extensas florestas de pinheiros (fachinaes), que encerram riqueza inexplorada; magníficos herbaes, que brutalmente são dizimados pelos que, sem conhecimentos algum, entregam-se à Industria do matte”¹⁴²

¹⁴⁰ Tratado de Misiones: Litigio Solucionado.

¹⁴¹ José da Costa Azevedo [Barão Ladário], *A questão das Missões estudada à luz dos documentos históricos: artigos editoriaes d'a Tribuna criticando a missão Bocayuna sobre limites com a confederação Argentina* (Rio de Janeiro: Typ. D'a Tribuna, 1891).

¹⁴² Azevedo, *A questão das Missões estudada à luz dos documentos históricos*.

De acordo com este documento, as povoações do território das Missões eram a Vila de Palmas e a freguesia da Boa-Vista (ou Palmas do Sul), que tinha muitos habitantes dispersos pelo sertão, mais ou menos próximos aos povoados. Além destas povoações, havia somente florestas virgens, sem estradas, que eram percorridas apenas pelos exploradores e aventureiros, ou por bandidos que procuravam se ocultar.

Fora da zona contestada, mas em suas circunvizinhanças, encontrava-se, a leste, a florescente povoação do porto da União de Vitória, donde partia a estrada de rodagem para Palmas, tendo ao norte, a Colônia Militar de Chopim e ao Sul, a do Chapecó: “as commissões que os têm percorrido estiveram sujeitas aos maiores perigos, e mais de um Brasileiro ficou então sepultado naquellas longuinguas paragens, sacrificado em prol dos interesses da Patria, e de sua integridade, que todos desejam manter. Alguns, que nos estão lendo, sem duvida sentirão eriçarem-se-lhes os cabellos quando se recordarem dos momentos de tantas angustias, dos sacrificios e das enfermidades que os acabrunharam, já quando se internaram por esse deserto, estudando os direitos do nosso paiz, postos de parte, segundo diz-se, por esse recente tratado, que nos obriga à defesa que empreendemos, do mesmos direitos”.¹⁴³ (*sic*)

De acordo com os apontamentos de Zeballos, o Brasil, desde o século XVIII, vinha mudando o nome dos rios, como estratagemas para manutenção da posse da terra. Um exemplo disso é o *Rio San Antonio Guazú* que teve seu nome mudado para *Yangada* e o *Rio Pequiry-Guazú* que foi alterado para *Chapecó*. Na alegação em defesa do território para a Argentina, Zeballos enfatizou que nenhum documento dos séculos XVI a XVIII fazia referência ao nome dos rios que davam ao Brasil a posse do Território de Misiones.¹⁴⁴

Na alegação pela posse, o Brasil, em 1890, se sustentava na questão de *uti possidetis*, baseando o seu direito de posse sobre esse território desde a época da independência do Brasil, em 1822, alegando: “[...] que era o mesmo reconhecido pelos Missionarios Hespanhoes quando, desde o

¹⁴³ Azevedo, *A questão das Missões estudada à luz dos documentos históricos*: 3.

¹⁴⁴ Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*.

século XVII até meados do XVIII, mantinham a Oeste do Pequiry brasileiro um posto de observação para dar notícia dos movimentos dos Paulistas; posse igualmente reconhecida por Hespanha no Tratado de 1750 e admitida pelo próprio Governo Argentino, porquanto no largo periodo de setenta annos, decorridos desde 1810 até 1881, não manifestou pretensão alguma de fronteira mais oriental do que essa, e no periodo de quarenta annos, decorridos desde a occupação effectiva e permanente d'esse territorio por cidadãos e autoridades do Brazil, em 1838 e 1840, até 1881, não reclamou ou protestou contra essa occupação brasileira”.¹⁴⁵

A alegação da Argentina partia do princípio de que, desde o Tratado de Tordesilhas, os portugueses ocuparam uma grande extensão do território a Oeste da famosa linha imaginária do tratado. Para o Brasil, “[...] essa occupação se fez de boa fé, durante o XVII e princípios do XVIII século, quando os cálculos de longitude não podiam ter precisão de hoje e ainda não se tinha a medida exacta de um graó equatorial”.¹⁴⁶ Em resposta a este erro de cálculo, desde a época colonial, o Brasil era acusado pela Argentina de falsificar as cartas geográficas (cartográficas) do Território de Misiones na tentativa de justificar sua posse sobre a área litigiosa.

Em relação a essa acusação, Paranhos Junior enfatizou: “É, portanto, injusto estar a attribuir usurpações de uma parte, calando as do lado contrario, e accusar os Portuguezes de falsificar em suas cartas geograficas do XVI e XVII seculos a posição do Brazil. Ninguem que tenha noções de historia geographica póde hoje tomar ao sério semelhante accusação. É mais leal, mais digno e verdadeiro admitir que n'aquelle tempo Portuguezes e Hespanhoes estavam de boa fé, e esquecer erros e inconsequências que nenhuma relação têm com o presente debate. Os conhecimentos astronomicos e geographicos eram então muito incompletos, e deve-se ter presente que tambem a boa fé dos Hespanhoes foi suspeitada [...]”.¹⁴⁷ (*sic*)

A mudança de nome “Pequiry” ou “Pepiry”, referindo-se ao mesmo rio, era uma *estratégia* utilizada para contestar a posse do Território de Misiones, presentes no processo de falsificação de

¹⁴⁵ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*: 13-14.

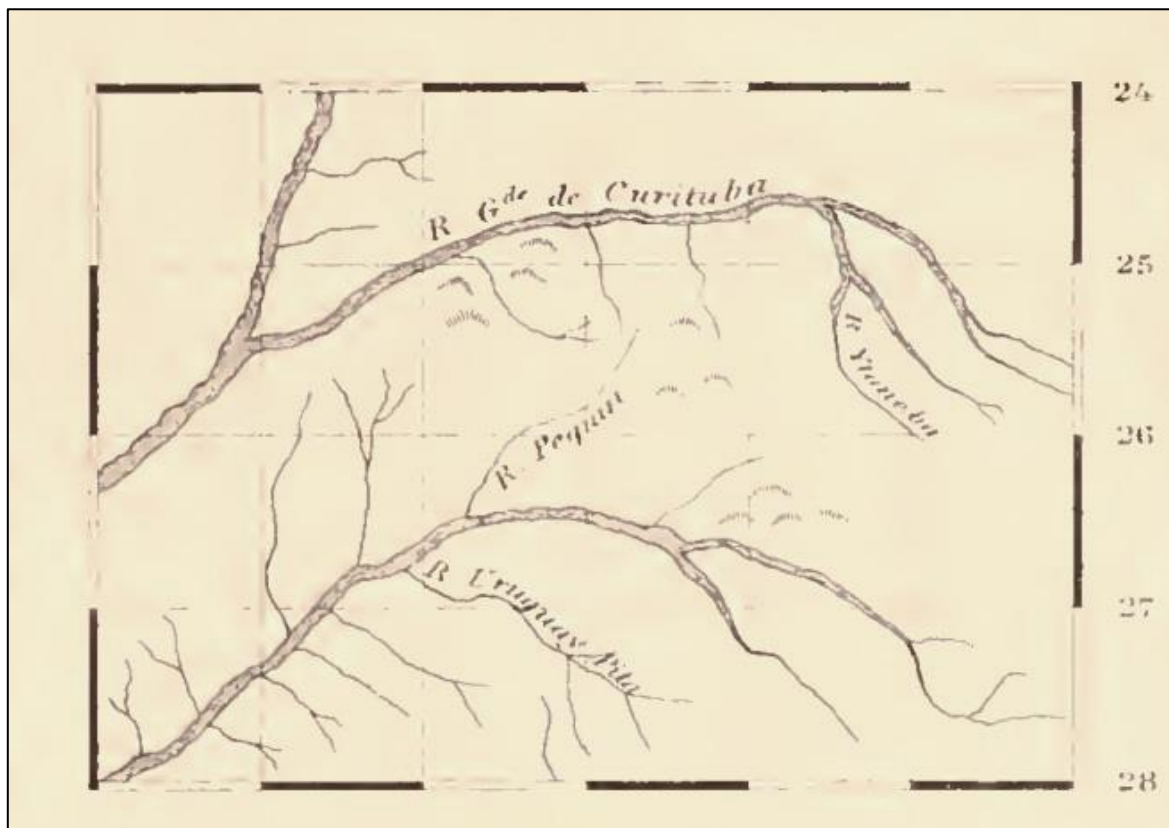
¹⁴⁶ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*: 16.

¹⁴⁷ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*: 17-18.

mapas durante este conflito. A mudança do nome dos rios era uma tática para, futuramente, se contestar a posse, tanto da Argentina quanto do Brasil, e a construção de novos mapas do território litigado era um mecanismo para impedir que o outro país tivesse acesso à área contestada.

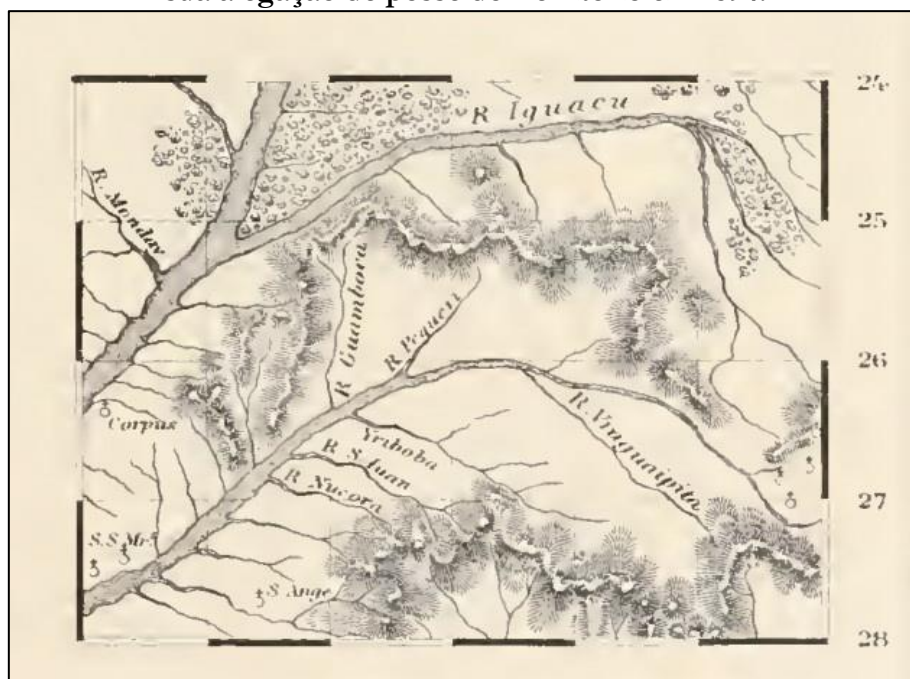
De fato, na disputa de Misiones, ambos os países se utilizaram da falsificação cartográfica para justificar a posse. A falsificação, assim, foi o principal instrumento na tentativa de justificar a posse do território e a colonização das terras. Por meio desse estratagema, criaram cartografias e mudaram nomes de rios, trajetos e divisas; tal artimanha pode ser notada no *Mapa das Cortes* que representava os limites do Tratado de 1750, então, o principal ponto de questionamento do Brasil sobre a Argentina, bem como, o principal elemento de falsificação por ambos os países, conforme especifica as figuras 9 e 10, a seguir:

FIGURA 9 - O “verdadeiro” Mapa das Cortes apresentado por Estanislao Severo Zeballos em sua alegação de posse do Território em 1894.



FONTE: Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 133.

FIGURA 10 - O “falso” Mapa das Cortes apresentado por Estanislao Severo Zeballos em sua alegação de posse do Território em 1894.



FONTE: Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 133.

Segundo Zeballos o Mapa das Cortes coincidia, de uma maneira extraordinária, com o mapa do Território de Misiones levantado em 1885-1891 pela comissão constituída por argentinos e brasileiros em virtude do Tratado de 1885.¹⁴⁸ “Esta coincidência, á través del Tiempo, y no obstante los adelantos de los métodos geográficos en la época actual, comprenba definitivamente la falta de razón del Brasil para sostener como limite un arroyo situado más al Oeste que el verdadeiro río del límite”.¹⁴⁹

No que se refere à falsificação cartográfica, a Figura 9 apresenta o trajeto “verdadeiro” do Mapa das Cortes da área litigiosa descrita por Zeballos com o devido apontamento dos rios “Curitiba”, “Pequiri” e “Uruguay” e “Yangada”. A Figura 10, tida como falsa, retrata vários rios e apresenta o rio “Iguaçu”, que não aparece na Figura 9. Já a Figura 11, a seguir, apresenta, segundo Zeballos, a confluência do Rio Iguazu no “traçado correto” do ano de 1789, bem como, os rios

¹⁴⁸ O Tratado em questão foi assinado entre Argentina e Brasil em 28 de setembro de 1885, determinando o reconhecimento dos rios Pequiri-Guaçu e Santo Antônio, limite defendido pelo Brasil, e Chapecó (Pequiri-Guazú) e Chopim, limite da reclamação argentina desde 1881.

¹⁴⁹ Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 136.

Pepiry-Guaçu e S. Antonio do Tratado de 1777 pelos dois rios mais orientaes, inventados em 1788 e 1791, nunca fez parte da antiga Provincia das Missões da Companhia de Jesus no Paraguay, depois chamada pelos Hespanhoes – Provincia de Misiones”.¹⁵²

De acordo com alegação de Paranhos Junior, desde 1706 não existiam variações em relação aos limites orientais e setentrionais da ocupação espanhola no Território de Misiones. Na região Sul do rio Uruguai, os bosques eram ocupados pelos “selvagens” (indígenas) que fechavam qualquer tipo de comunicação com o território reclamado pela Argentina. Na parte ocidental, a norte desse rio, São Xavier, em sua margem direita e à esquerda do Rio Paraná, era desde 1641, a posição ocupada por espanhóis, uma das mais avançadas e próximas da fronteira com o Brasil pelo Rio Pequiry (ou Pepiry), depois como Pepiry-Guaçu.¹⁵³

Nesta disputa, Paranhos Junior recorreu a elementos insustentáveis para justificar a posse brasileira. Um exemplo foi o de argumentar que os espanhóis nunca pisaram no território por eles reivindicado, alegando que estes não tinham desenvolvido ou nunca tiveram “missões” ou “estabelecidos” neste local: “Não podem ser attribuidas aos Hespanhoes ou aos Jesuitas da Provincia do Paraguay as antigas fortificações de que se trata. Os ultimos nunca tiveram missões ou estabelecimentos n’esse territorio, e sempre se conservaram muito apartados d’elle, mantendo apenas em suas proximidades o destacamento de que se fez menção, para espreitar os Paulistas. O caminho seguido na transmigração de 1631 mostra o cuidado com que os missionarios evitaram a passagem por esse territorio. Só dez annos depois, quando foram atacar o forte dos Paulistas no Pepiry, estiveram acidentalmente os Guarany’s de Misiones n’essa fronteira do Brazil. Os Hespanhoes, porém, nunca pisaram o territorio hoje contestado e suas vizinhanças senão nas duas occasiões em que foram com os Portuguezes fazer a demarcação determinada pelos Tratados de 1750 e 1777”.¹⁵⁴

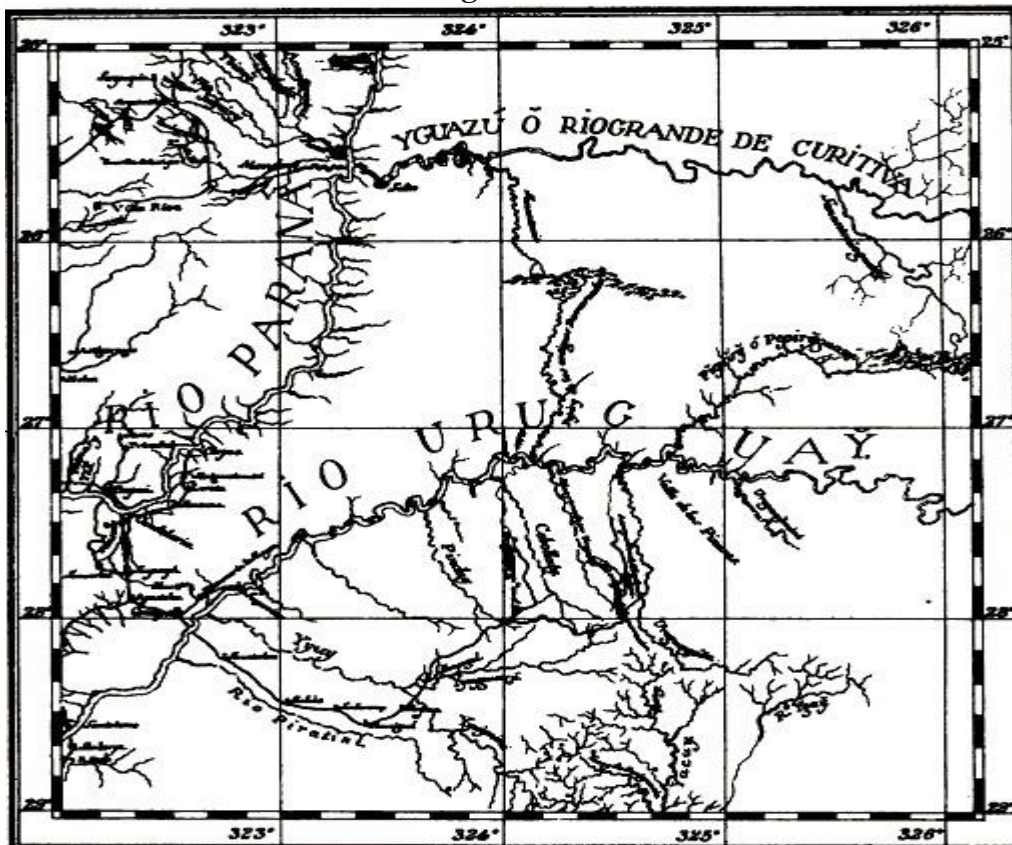
¹⁵² Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*: 206-207.

¹⁵³ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*.

¹⁵⁴ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*: 220-221.

A alegação do Brasil, segundo Paranhos Junior, partia do pressuposto de que não havia documento algum que demonstrasse a presença de espanhóis neste território durante os três séculos do período colonial.¹⁵⁵ Assim como Zeballos, Paranhos Júnior utilizou a cartografia para justificar a posse do território para o Brasil, apresentando os seguintes mapas: 1) mapa elaborado pelos comissários Espanhóis depois da segunda demarcação de terras entre Argentina e Brasil (Figura 14); 2) o manuscrito de 1749 que serviu a Portugal e a Espanha para negociação do tratado de 1750 (Figura 15); 3) mapa elaborado pela comissão brasileira e argentina referente ao ano de 1749 para a negociação do litígio (Figura 16); e trecho do rio Uruguay entre os rios Pepiry-Guaçú e Guarita ou Uruguay Pitã, de 1759, que comparava as demarcações dos rios (Figuras 17 e 18).

FIGURA 14 - Elaborado pelos comissários espanhóis depois da segunda demarcação entre Argentina e Brasil.



FONTE: Paranhos Junior, *Statement submitted by the United States Of Brazil to the President of the United States of America*: 70.

¹⁵⁵ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*.

FIGURA 17 - Falsas cachoeiras e saltos nos mapas alegados pela Argentina no século XVIII.

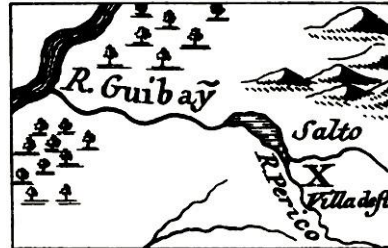
No. 27

FACSIMILE OF SEVERAL
WATERFALLS REPRESENTED IN MAPS OF THE
XVIII CENTURY.

FACSIMILE DE VARIOS SALTOS
DE RIOS REPRESENTADOS EM MAPAS DO XVIII
SECULO.



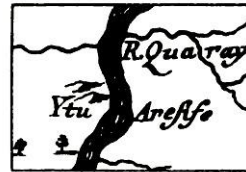
1—GREAT FALLS OF THE PARANÁ.
1—SALTO GRANDE DO PARANÁ.



2—FALLS OF THE GUIBAÏ, NOW IVAHY.
2—SALTO DO GUIBAÏ, HOJE IVAHY.



3—GREAT FALLS OF THE IGUAÇU.
3—SALTO GRANDE DO IGUAÇU.



4—FALLS OF THE URUGUAY.
4—SALTO DO URUGUAY.



5—GREAT FALLS OF THE URUGUAY.
5—SALTO GRANDE DO URUGUAY.



6—GREAT FALLS OF THE URUGUAY.
SALTO GRANDE DO URUGUAY.



7—GREAT FALLS OF THE URUGUAY.
SALTO GRANDE DO URUGUAY.

JULIUS BIEN & CO. N.Y.

Nos. 1, 2, 3, 4, 5—FROM THE MAP OF PARAGUAY BY THE JESUITS, 1722.

No. 6—FROM THE MANUSCRIPT MAP OF THE PLENIPOTENTIARIES, 1749.

No. 7—FROM THE MANUSCRIPT MAP OF PARAGUAY BY D'ANVILLE, 1722.

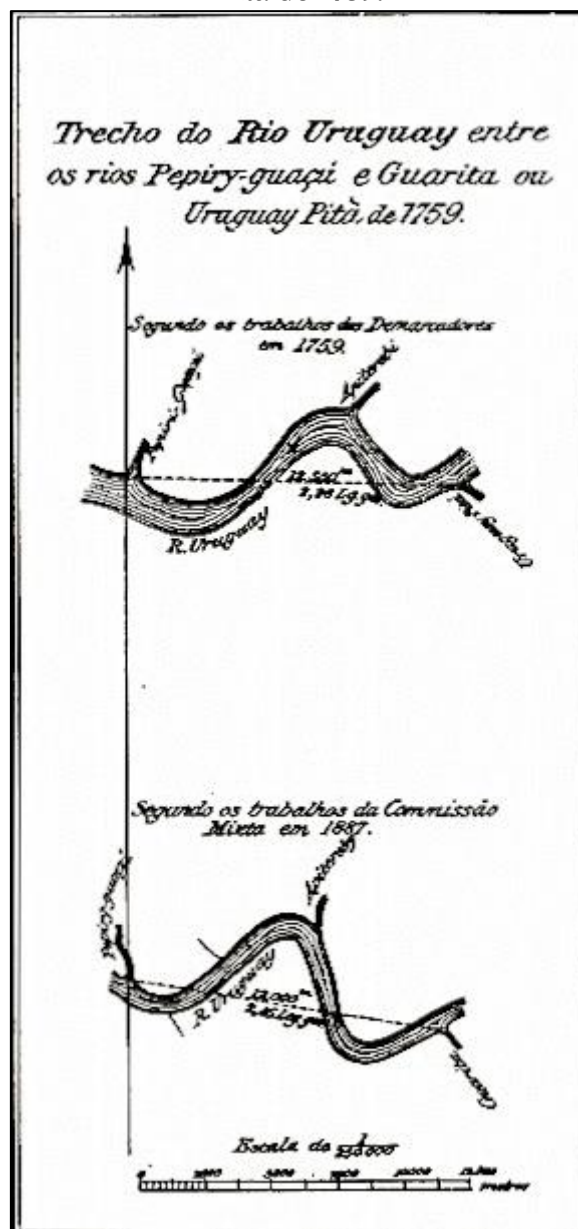
Nos. 1, 2, 3, 4, 5—DO MAPPA DO PARAGUAY PELOS JESUITAS, 1722.

No. 6—DO MAPPA MANUSCRITO DOS PLENIPOTENCIARIOS, 1749.

No. 7—DO MAPPA MANUSCRITO DO PARAGUAY POR D'ANVILLE, 1722.

FONTE: Paranhos Junior, *Statement submitted by the United States Of Brazil to the President of the United States of America*: 88.

FIGURA 18 - Trecho do Rio Uruguay entre os Rios Pepiry-Guaçu e Guarita ou Uruguay Pitã de 1759.



FONTE: Paranhos Junior, *Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America*. 92.

A construção da cartografia por Paranhos Junior procurou demonstrar que o Brasil tinha conhecimento do território de Misiones entre Argentina e Brasil, tal como traçado pelos comissionários espanhóis (Figura 14) e que, desde 1749, Portugal e Espanha haviam definido a linha de fronteira entre ambas as nações para a elaboração do Tratado de 1750, conforme as Figuras 15 e 16. Além disto, demonstra como, no século XVIII, Portugal (depois Brasil) tinha conhecimento das cartografias “falsas” que Espanha (depois Argentina) apresentava para

demonstrar suas posses, incluindo a alegação de falsas cachoeiras e saltos (Figura 17). Por fim, discute que, desde o ano de 1759, Portugal (e depois Brasil) tinha conhecimento da falsificação cartográfica promovida pela Espanha do trecho do Rio Uruguay entre os Rios Pepiry-Guaçu e Guarita ou Uruguay Pità de 1759 (Figura 18).

Outro item apresentado por Paranhos Junior se refere a alguns mapas espanhóis e argentinos que apresentavam um traçado errado na cartografia ao longo do rio Iguaçu. Na perspectiva brasileira, a cartografia do Território de Misiones: “[...] está traçada erradamente ao longo do rio Iguaçu o percurso da celebre expedição hespanhola dirigida por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. Adelantado e Governador do Rio da Prata, a qual partindo em fins de 1541 do littoral de Santa Catharina, seguiu por terra até á cidade de Assumpção do Paraguay, e chegou ao seo destino no anno seguinte”.¹⁵⁶

Estavam de acordo com o exposto acima, a “*Carta*” construída em 1802 por Joseph Maria Cabrer e a *Carta Geographica de la Provincia de Corrientes* do ano de 1865. Na alegação de Paranhos Junior, demonstra-se ainda, que no próprio mapa de Cabrer havia uma nota do autor descrevendo a “exactidão do itinerário”: “Ultimamente querendo corrigir o engano de um escriptor brasileiro, o qual supôs que Cabeça de Vaca tivesse passado pelo antigo Pequiry ou Pepiry, afluente do Uruguay, pretendeo o Dr. Zeballos demonstrar que, segundo a direção da marcha, a expedição hespanhola só podia ter atravessado o Chapecó ou Pequiri-Guazú para chegar ao rio Iguaçu”.¹⁵⁷

Em sua alegação, Paranhos Junior tentou mostrar, desde logo, que os espanhóis (período colonial) não tinham nem pisado, ocupado ou colonizado o Território de Misiones por eles contestado, ou seja, que para o Brasil, era “fácil mostrar que esses Hespanhoes não pisaram em ponto algum o território hoje contestado, e, portanto, não podiam ter visto nem o Chapecó, como afirma o Dr. Zeballos, nem o Pepiry-Guaçu, antigo Pepiry ou Pequiry, como suppoz o seo contendor brasileiro”.¹⁵⁸ E isso poderia ser comprovado nos capítulos VI a XI dos

¹⁵⁶ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*: 221.

¹⁵⁷ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*: 222.

¹⁵⁸ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brazil e a República*: 223.

“Comentarios”¹⁵⁹ escritos por Pedro Hernandez, secretário do Governador Alvar Núñez Cabeza de Vaca¹⁶⁰. Também foi enfatizado que todos os historiadores espanhóis que estudaram os “Comentários” de Hernandez traduziram a obra perfeitamente¹⁶¹ e que o mais antigo cronista a estudar o Paraguai e o Rio da Prata, Ruiz Diaz de Guzman, também havia descrito o mesmo trajeto que Hernandez: “N’elles se vê que a expedição partio do rio Ytabucú, hoje Itapucú, no litoral de Santa Catharina, subio a cadeia marítima chamada Serra do Mar, entrou pelos campos do planalto de Curityba, passou da margem esquerda para a direita do Iguacú, atravessou o Tibagy (Tibagí, Cap. VII), e continuou pela margem esquerda d’este affluente do Paranapanema no rumo N.N.O. Depois, atravessou outro rios entre os quaes o Pequiry, *afluente do Paraná*, e seguindo no rumo do Sul, paralelamente ao curso d’este ultimo rio, alcançou a margem direita do Iguacú logo acima do seo Salto Grande. Desceo então o Iguacú até á sua confluência no Paraná, transpoz este rio e proseguio através do Paraguay”.¹⁶² (*sic*)

Segundo Paranhos Júnior, a alegação da Argentina acerca da posse tinha como fundamento a existência de indústrias rudimentares iniciadas pelos criadores de gado no Território de Misiones,

¹⁵⁹ Uma edição desse documento histórico Alvar Núñez Cabeza de Vaca foi publicada em 1902 pelo Instituto Paraguayo. Cf. Pedro Hernández, “*Los comentarios de Alvar Núñez Cabeza de Vaca – Adelantado y Gobernador del Río de La Plata* (Instituto Paraguayo, 1902).

¹⁶⁰ “Álvar Núñez Cabeza de Vaca nasceu na Espanha, em 1490, e morreu também na Espanha, em 1560. Navegador e explorador, depois de uma vida de aventuras, tornou-se monge na cidade de Sevilha. Como prêmio por uma de suas expedições, foi nomeado governador do Paraguai em 1542. Neto de Pedro de Vera, conquistador da ilha de Gran Canaria, ainda jovem participou da fracassada expedição de Pánfilo de Narváez à Flórida (1527-1535), que percorreu a costa sul americana, desde a baía de Tampa, na Flórida, até o rio Bravo. Com a morte de Narváez, a expedição atravessou o Texas e entrou no atual território mexicano, alcançando à Cidade do México, antes que ele voltasse à Espanha. Assinou, em 1540, um contrato real em que o imperador Carlos V lhe confiava a chefia da expedição à pouco conhecida região do Rio da Prata e lhe concedia dez por cento de tudo que ali encontrasse. A expedição partiu de Cádiz (1540) e no ano seguinte os espanhóis desembarcaram na ilha de Santa Catarina, no Brasil, onde souberam da fundação da cidade de Assunção por parte de expedições anteriores. Decidiu partir para Assunção e no caminho descobriu as grandes cataratas do Iguacu. Instalou-se na cidade, reorganizou o governo e promoveu uma expedição à serra da Prata, na região de Potosí, na Bolívia. Com o fracasso da iniciativa, voltou para Assunção, onde teve que combater um motim (1544) contra sua política de defesa dos índios. Quando enviado novamente à Espanha, foi deportado para a África. De volta à Espanha foi desterrado em Orán, mas foi reabilitado por Filipe II que nomeou-o presidente do tribunal supremo de Sevilha”. L&PM Editores, *Vida e Obra: Álvar Núñez Cabeza de Vaca*. Consultado no dia 07 dezembro 2015, URL: http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=935474

¹⁶¹ Há um fator interessante sobre essa afirmação de Paranhos Junior (1894), ele refere que vários historiadores espanhóis que estudaram os “Comentarios” de Hernandez, porém em sua alegação não apresentou quem eram e nem o ano da publicação.

¹⁶² Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brasil e a República*: 223.

os quais viviam sem condições para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas e eram descritos como colonos que trabalhavam e viviam miseravelmente nessa área litigiosa.¹⁶³

O Território de Misiones representava um potencial econômico para ambos os países, logo, a decisão da posse, daria ao país ganhador da causa uma área com valor econômico estratégico, tanto para o desenvolvimento da indústria ervateira quanto para a potencialização da agricultura. Por exemplo, na alegação de Zeballos, por parte da Argentina, seria fundamental a posse de território em conflito pelo fato de que “*el valor material del mismo es insignificante para el Brasil, porque esta nación tiene mas de 3,2000,000 millas cuadradas de extensión, cuya totalidad ó mayor parte, no podrá ocupar, ni civilizar durante muchos siglos*”.¹⁶⁴ Segundo esta reivindicação, não valia a pena para o Brasil lutar pela posse de um território tão inferior, dada a sua dimensão territorial.

Na perspectiva do Brasil, retratada por Paranhos Junior, a área contestada era de mais de 30.621 quilômetros quadrados, ou 11.823 milhas, ou ainda 1.313,6 léguas inglesas quadradas, equivalendo a quase 1.000 léguas geográficas quadradas.¹⁶⁵ Enfatizou, também, que segundo o recenseamento realizado, em 31 de dezembro de 1890, a população residente na comarca de Palmas, nesse território, “era de 9.601 habitantes, sendo 9.470 brasileiros e 131 estrangeiros”. “Entre esses, não havia um só cidadão argentino”¹⁶⁶, enquanto da parte da Argentina com base em censo do mesmo período (Censo de 1890), alegava a existência de 5.793 habitantes (argentinos), e dos quais existiam 30 estrangeiros (brasileiros) no território de Misiones.¹⁶⁷

Outro fator apontando na alegação argentina foi o fato de que, de 1862 a 1880, o país passou por crises políticas e conflitos internos entre as Províncias do Litoral e do Interior, o que levou o Brasil a tirar vantagem e avançar suas fronteiras militares para os contornos do território

¹⁶³ Paranhos Junior, *Questão de limites entre o Brasil e a República*.

¹⁶⁴ Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 6.

¹⁶⁵ Obras do Barão do Rio Branco: questões de limites República Argentina. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

¹⁶⁶ Obras do Barão do Rio Branco: 59.

¹⁶⁷ Argentina, *Memoria de Relaciones Exteriores presentada al honorable Congreso Nacional* (Buenos Aires: Imprenta de Martin Biedma, 1895).

argentino de Misiones, aproveitando-se da crise política e dos conflitos internos que a Argentina viveu.¹⁶⁸

Além, da *disputa nacional*¹⁶⁹ do Território de Misiones, outra preocupação durante a construção do Estado Nacional foi a presença de escravos “brasileiros” refugiados nesta fronteira: “Los esclavos que huían, y se refugiaban en las Repúblicas Argentina ó del Uruguay, quedaban *ipso facto* libres y amparados por las respectivas constituciones. Los políticos del Imperio gestionaban á menudo su devolución, y apremiados por la aristocracia de la nobleza y de los plantadores, pretendieron arrancar á las repúblicas del Prata tratadas sobre prisión y extradición de los esclavos, contrários á sus constituciones y á los principios de Libertad y de Humanidad que ellas habían proclamado con su Independencia”.¹⁷⁰

O litúgio do Território de Misiones compreendia uma área de 31,000 km² equivalente a 1240 léguas, de acordo com o documento de contestação apresentado ao Presidente dos EUA (Figuras 19 e 20). A descrição do espaço de Misiones apresentava uma “naturaleza tropical y escabrosa dificulta y á veces imposibilita la acción fundadora del hombre”.¹⁷¹ Por conta da vegetação, o acesso à Misiones era mais povoado pelos argentinos e a área pertencente aos brasileiros permanecia em “estado selvage, son largas, difíciles y no sempre libres de peligros”.¹⁷²

¹⁶⁸ Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*.

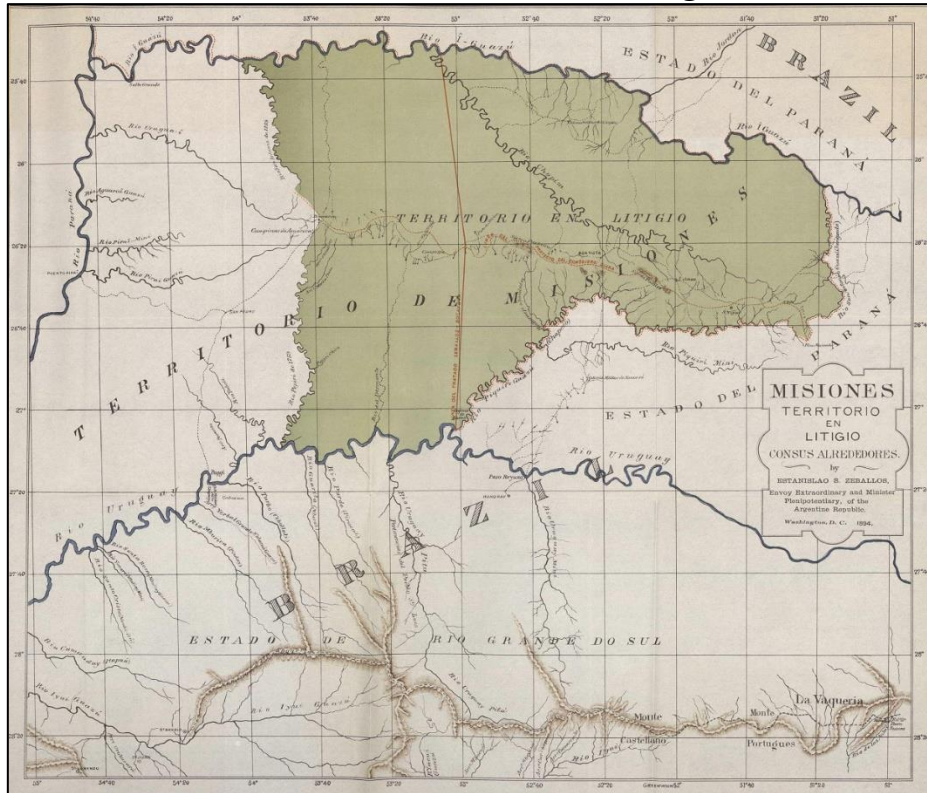
¹⁶⁹ Enrique César Schaller, *La Provincia de Corrientes y la ocupación de la Banda Occidental del Río Uruguay (1830-1895)*. Consultado no dia 07 dezembro 2015, URL: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-14.pdf>

¹⁷⁰ Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 8.

¹⁷¹ Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 6.

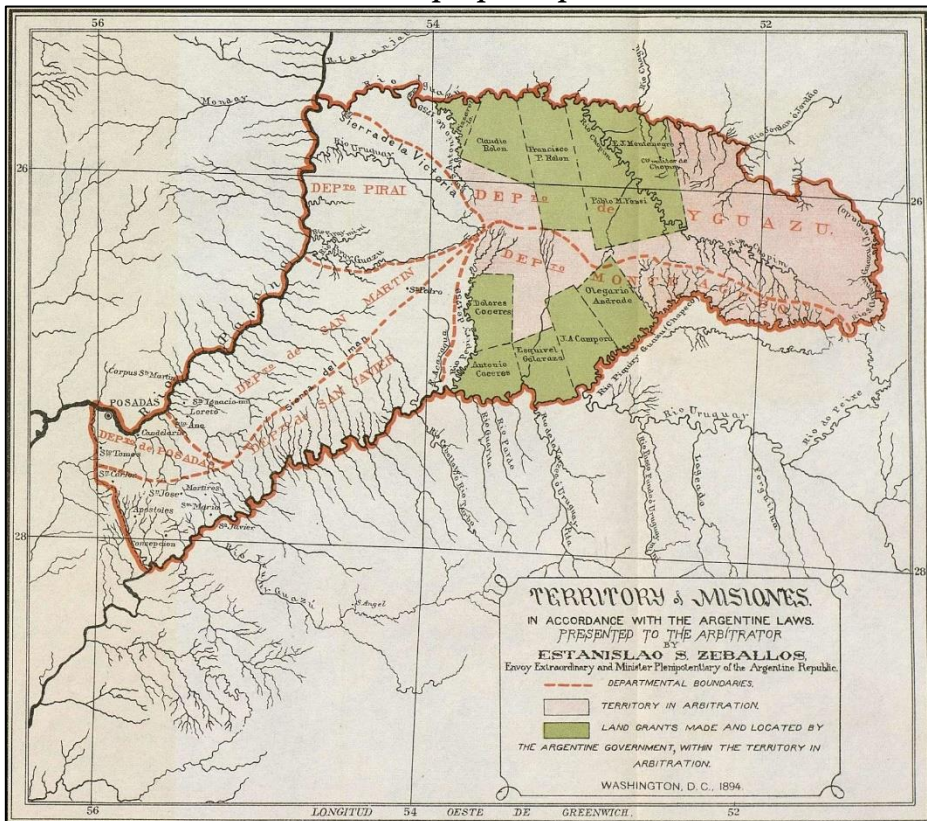
¹⁷² Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 6.

FIGURA 19 - Misiones: território em litígio 1894.



FONTE: Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 4.

FIGURA 20 - Território de Misiones: proposta para o acordo com o Brasil (1894).



FONTE: Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 96.

A República Argentina alegava que a fronteira Oeste do Brasil era um território desorganizado, que servia de refúgio a vários escravos. A intenção do governo argentino era a de denunciar a proliferação de escravos fugitivos, evitando a formação de propriedades, pois muitos destes escravos poderiam se tornar posseiros no território missioneiro, representando um problema para a consolidação do Estado Nacional argentino.

Na ótica argentina, a posse da fronteira seria garantida mediante a ocupação do espaço por colônias agrícolas e/ou militares.¹⁷³ De acordo com Zeballos, havia a necessidade de fundar colônias militares na fronteira entre Argentina e Brasil e essa medida contribuiria para garantir a posse do Território de Misiones. A colônia militar era uma forma de garantir a ocupação do espaço como território argentino, sobretudo, pelo ponto referencial em que se localizava, entre o rio Iguaçu e a confluência com a Província do Paraná, que fechava a fronteira para qualquer tentativa inimiga, limitando o Paraguai e a Província de Corrientes: “Y las ventajas estratégicas, administrativas y comerciales fácilmente se comprenden, desde que aprovechamos el camino que parte del litoral y el portón en Palmeira, encuentra la navegación franca del Yguazú, ó se busca este rio, navegando el rio Negro, facilitándose el comercio de Palmas, Guarapuava. *En esa frontera hacen los correntinos digresiones sobre la Província de Paraná, y la cuestión de límites con Buenos Aires es una cuestión que exige algún cuidado, y alguna prevención, de parte el Gobierno brasilero*”.¹⁷⁴ (*sic*)

Percebe-se assim, que o Território de Misiones era significativo para a Argentina. De acordo com os dados apresentados por Zeballos, o governo argentino deveria cuidar desse espaço principalmente por ser uma região de fronteira, cujo abandono poderia ser muito prejudicial e perigoso ao país.

Na verdade, tanto para a Argentina quanto para o Brasil, além da perspectiva da consolidação de suas fronteiras externas, aspecto que fica expresso em suas alegações, o interesse

¹⁷³ Porém, a ocupação ocorreu pela formação de colônias agrícolas com a vinda do imigrante europeu.

¹⁷⁴ Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil*: 97 (*grifos do autor*).

pelo Território de Misiones incluía a apropriação de recursos econômicos considerados valiosos, destacando-se a erva-mate, que a essa altura era um produto com elevada procura externa.¹⁷⁵

3. A INTERFERÊNCIA DOS EUA E A SOLUÇÃO DO CONFLITO PELA FRONTEIRA

A disputa pelo território de Misiones foi acaloradamente discutida, debatida e analisada pelos estadistas argentinos e brasileiros desde 1857 até o ano de 1891. Após a proclamação da República brasileira, em 15 de novembro de 1889, a Argentina foi o primeiro país a reconhecer o novo regime na tentativa de que o Brasil cedesse à disputa do território fronteiriço. No dia 03 de dezembro de 1889, o governo argentino, através da “*Homenagem à República dos Estados Unidos do Brasil*”, procedeu ao reconhecimento da nova República na América Latina.

A decisão do Presidente Stephen Grover Cleveland, foi estabelecida pelo Tratado de Arbitramento¹⁷⁶ concluído no dia 07 de setembro de 1889 entre a República Argentina e o Império do Brasil acerca do limite disputado. Em seu artigo primeiro, definiu-se que: “La discusión del derecho que cada una de las Altas Partes Contratantes juzga tener al territorio en litigio entre ellas, quedará cerrada en el plazo de noventa días contados desde la conclusión del reconocimiento del terreno en que se encuentran las cabeceras de los ríos Chapecó ó Pequiry-Guazú y Jangada ó San Antonio Guazú. Entiéndese concluído ese reconocimiento el día en que las comisiones nombradas

¹⁷⁵ Nesse período, a erva-mate da Província do Paraná era exportada pelo Porto de Paranaguá: “em maior escala para Buenos Aires e Montevideú, bastante para o Chile e muito pouco para o Rio de Janeiro e Santa Catarina, sendo certo que ano financeiro de 1852-53 (a que me referi sempre porque dos antecedentes nem do há pouco findo tenho dados) a exportação para Buenos Aires foi do valor de 259:990\$230, para Montevideú de 68:931\$850 e para Valparaíso de 186:264\$300, para o Rio de Janeiro 12:550\$000, para Santa Catarina de 261\$000”. Conferir em Samuel Guimarães da Costa, *A erva-mate* [1919] (Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995): 39

¹⁷⁶ Brasil e Argentina firmaram Tratado de Arbitramento para a pronta solução da questão de limites pendente na região de Palmas. A Argentina reconhece o regime republicano no Brasil em 1895 a arbitragem sobre a questão de Palmas. O laudo do Presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, dá ganho de causa ao Brasil (19 de novembro). Cf. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. República Argentina. Consultado no dia 07 junho 2016, URL: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>

en virtud del Tratado de 28 de Septiembre de 1885 presenta sin á sus gobiernos las memorias, y los planos á que se refiere el art. 4º del mismo Tratado”.¹⁷⁷

Em 05 de fevereiro de 1895, após analisar as alegações da Argentina e Brasil acerca do litígio de Misiones, o Presidente Cleveland deu o ganho de território ao Brasil, declarando que a parte da “Questão de Misiones”, “Questão das Missões”, “Questão de Palmas”, ficaria situada entre os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio conforme a Figura 21.

FIGURA 21 - Limites entre Argentina e Brasil desde 1895.



FONTE: Ferrari, “Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina”: 110.

¹⁷⁷ Boletín Oficial de La República Argentina. Año I. n. 528. Buenos Aires, Jueves 18 de abril de 1895: 117-118.

A decisão do presidente Cleveland incidiu na delimitação geográfica de cada país, fixando a fronteira “externa” e dinamizando o processo de ocupação e colonização do Território de Misiones. Contudo, embora documentalmente o limite cartográfico oficial de ambas as nações tenha sido definido em 1895, a ocupação da fronteira em litígio foi efetivada somente em 1903 (conforme a Figura 22), com o início do processo de colonização da região transnacional entre Argentina e Brasil.¹⁷⁸

FIGURA 22 - Fronteira entre Argentina e Brasil em 1903.



Assim, o acordo articulado pelos EUA resolveu o problema da fronteira, separando definitivamente Brasil e Argentina. No entanto, essa decisão política vertical não levou em consideração as dinâmicas da fronteira, haja vista que não atentou para a existência de argentinos e paraguaios em território brasileiro, ou seja, para a mescla de sujeitos de diferentes nacionalidades

¹⁷⁸ Ferrari, “Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina”.

que compunham o território. Em tese, o documento assinado pelo presidente dos EUA punha fim ao conflito da região transnacional, permitindo a efetiva consolidação da fronteira. Cumpre ressaltar que acerca do litígio de Misiones, houve várias vitórias diplomáticas do Brasil sobre a Argentina, entre as quais, a posse do território de Palmas. No entanto, em nenhuma delas evidenciou-se a discussão acerca do potencial de riqueza desse espaço, somente a questão da importância geopolítica da fronteira para a manutenção da unidade brasileira ou argentina.

Definida a fronteira, o processo de nacionalização ou ocupação nacional passou a ocupar a atenção dos governantes e esse aspecto é o foco dessa tese: a nacionalização da fronteira. Considerando, conforme assinalado acima, que a oficialização do litígio não dissolveu a presença do estrangeiro na fronteira nacional, a compreensão da realidade da ocupação e definição desse espaço não deve levar em conta somente a documentação oficial, dadas as incontingências populacionais assinaladas. Assim, faz-se necessário analisar esse espaço a partir dos relatos dos viajantes e pelos relatórios presidenciais e de Província, aspecto sobre o qual se concentrarão os esforços analíticos do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A TERCEIRA ETAPA DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA NORDESTE – MISIONES/OESTE DO PARANÁ NOS RELATOS DE VIAGEM E NOS RELATÓRIOS E MENSAGENS DO ESTADO (1881 A 1930)

1. A EXPLORAÇÃO DOS RELATOS DE VIAGENS, RELATÓRIOS ESTADUAIS E MENSAGENS AO CONGRESSO COMO FONTES DA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO

Neste capítulo, busca-se enfatizar as dimensões do processo de ocupação da terceira etapa da fronteira Nordeste - Misiones/Oeste do Paraná, no período entre 1881 a 1930. Acredita-se que a partir dos relatos de viagens, relatórios e mensagens de governo ao congresso/legislativo é possível revelar outros aspectos da ocupação da fronteira, especificamente, da nacionalização e posterior consolidação da soberania nacional da Argentina e do Brasil.

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário um olhar específico para o processo de ocupação da fronteira Nordeste - Misiones/Oeste do Paraná, considerando cinco etapas distintas de ocupação: a *militar* – com a criação de colônias militares; a *político-administrativa* – efetivada pela fundação de núcleos coloniais, pela construção de estradas, pela disponibilização de meios de comunicação e a introdução de órgãos do Estado e com o incentivo à vinda de companhias colonizadoras e de imigrantes; a *econômica* – com a exploração da erva-mate e da madeira, com a venda das terras públicas ou fiscais e com o desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris. Há ainda a ocupação *demográfica* – com o surgimento de povoados e núcleos coloniais, com a vinda de imigrantes europeus ou nacionais, com a presença das populações indígenas, de caboclos, de argentinos, de paraguaios e de brasileiros; e a *cultural* – que se deu com catequização dos indígenas e com a implantação de escolas para o ensino da língua portuguesa (BR)/espalhola (ARG) e da cultura brasileira/argentina à população da fronteira.

Quando se considera essas cinco formas distintas e entrelaçadas de ocupação e colonização da fronteira como um marco evidente da presença e da atuação humana, é possível

afirmar que a ideia de um *vazio demográfico*, argumento muito presente na documentação oficial, não passou de uma estratégia para legitimação da ocupação das terras da fronteira por parte dos Estados nacionais.

As dimensões da ocupação não constituem foco analítico da historiografia tradicional de Misiones e do Oeste do Paraná. Logo, para a reconstrução dessas dimensões, fez-se necessário analisar fontes documentais, neste caso, os relatos de viagens e relatórios de governo empregados para compreensão da constituição desta fronteira. Tais documentos permitem apresentar os sujeitos sociais que ficaram ocultos nesse processo, a saber: *índios, argentinos, paraguaios e o caboclo brasileiro* que habitavam o espaço transnacional entre Argentina e Brasil.

Os viajantes foram as extensões do Estado Nacional na fronteira, ou seja, o conhecimento de espaço passou primeiro pelo crivo dos olhares dos viajantes e depois pelo processo de ocupação iniciado pelos Estados nacionais. Neste particular, tanto Argentina quanto Brasil possuem vasto acervo de relatos de viajantes nacionais e estrangeiros, dentre os quais foram selecionados nesta pesquisa, os relatos dos viajantes argentinos que percorreram o itinerário “centros civilizados argentinos – Cataratas do Iguazú” e de viajantes brasileiros que percorreram os “centros civilizados brasileiros – Cataratas do Iguazú”.

Seguindo esse critério, foram selecionados os seguintes relatos sobre a fronteira Oeste do Paraná (Quadro 1).

QUADRO 1 - Relatos de viajantes brasileiros para a fronteira.

Nº	Viajantes	Relatos	Ano da viagem	Ano da publicação do relato
1.	José Francisco Thomaz do Nascimento	Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Provincia do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daqueles lugares.	1885	1892
2.	José Cândido da Silva Muricy	Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuáva á Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892.	1892	1896
3.	Domingos Virgilio Nascimento	Pela Fronteira.	1903	1903
4.	Arthur Martins Franco	“Recordações de viagens ao Alto Paraná”.	1904/1905	1973
5.	Manuel Azevedo da Silveira Netto	“Do Guairá aos Saltos do Iguacu”	1905	1939
6.	Julio Nogueira	“Do Rio ao Iguassú e ao Guayra”	1919	1920
7.	Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior	“Pelas Selvas e Rios do Paraná”	1919	1946
8.	Cesar Prieto Martinez	“Sertões do Iguassú”	1920	1925
9.	João Cabanas	“A Columna da Morte”	1924 e 1925	1927
10.	José Lima Figueiredo	“Oéste Paranaense”	1930	1937

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

No caso argentino, seguem abaixo elencados os relatos utilizados acerca da fronteira Nordeste – Misiones (Quadro 2).

QUADRO 2 - Relatos de viajantes argentinos para a fronteira.

Nº	Viajantes	Relatos de viagens	Ano da viagem	Ano da publicação do relato
1.	Alejo Peyret	Cartas sobre Misiones	1881	1881
2.	Ramon Lista	El territorio de Las Misiones	1883	1883
3.	Rafael Hernández	Cartas Misioneras	1882/1883	1887
4.	Juan Queirel	Misiones	1885	1897
5.	Juan Bautista Ambrosetti	Viaje a Las Misiones Argentinas y Brasileiras por el Alto Uruguay (Parte descriptiva)	1891	1892
6.	Juan Bautista Ambrosetti	Segundo Viagem Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú)	1892	1894
7.	Juan Bautista Ambrosetti	Tercer Viaje a Misiones	1894	1894
8.	Juan Bautista Ambrosetti	Los Indios Caingua del Alto Paraná (Misiones)	1894	1894
9.	Carlos Burmeister	Memoria sobre El Territorio de Misiones	1899	1899
10.	Florencio de Basaldúa	Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones	1897 a 1898	1901
11.	Manuel Bernádez	De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico á corrientes y misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas	1901	1901
12.	Santiago Pusso	Viaje por mi tierra – Al Iguazú – A Nahuel Hauapí – Por las costas de Sur	1906	1912
13.	Carlos Spegazzini	Al Través de Misiones	1909	1909
14.	Francisco Manzi	Impresiones de Viaje: Breves apuntes sobre El Territorio de Misiones	1909	1910

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa.

Em ambos os casos, os relatos apresentam o olhar dos viajantes acerca das dimensões de ocupação e do processo de intervenção dos Estados nacionais modernos na fronteira em estudo, pois são observações que justificavam a intervenção da fronteira a partir de uma visão nacionalista: a necessidade da marcha da sociedade civilizada em direção à fronteira, visando à superação da selvageria e do atraso.

A maioria dos viajantes tomaram os centros civilizados como ponto de partida em direção à fronteira (e também como elemento de comparação). As narrativas têm em comum as Cataratas do Iguaçu como ponto referencial e trazem representações e impressões da vida social e do quadro ambiental da fronteira antes da integração ao Estado Nacional, apresentando uma ideia geral dos locais visitados. O marco temporal dos relatos vai de 1881 a 1909, no caso argentino, e de 1885 a 1930 no caso brasileiro. Apesar da disparidade cronológica das publicações, todos destacam a problemática da ocupação da terra neste espaço transnacional, daí serem tomados como pares analíticos de comparação.

Em linhas gerais, pode-se dizer que as reflexões contidas nos relatos de viajantes abriram espaço para o surgimento de informações científicas e descritivas sobre a fronteira Nordeste - Misiones/Oeste do Paraná por meio de descrições da fauna e da flora e pela narrativa das experiências vividas. Por essa razão é que tais documentos dão suporte para compreensão de fatos que ficaram à margem da História Tradicional, como a presença indígena na ocupação da fronteira. Além disso, permitem também, a compreensão da fronteira a partir da retórica dos sujeitos que a vivenciaram, os *viajantes*, cujos relatos apresentam-se como um inventário da fronteira e um *discurso político e intelectual* vinculado a sua época que contribui para a formação de um novo olhar sobre este espaço.

As viagens realizadas eram, em sua grande maioria, expedições científicas que buscavam levantar informações sobre os caminhos que levavam os centros civilizados até a fronteira de seus países visando ao desenvolvimento da ocupação e colonização. Esses viajantes descreveram, para seu mundo “civilizado”, um local geograficamente remoto, selvagem, desértico, perigoso, conflituoso, mas, por outro lado, rico em recursos naturais até então ignorados.

Os relatos de viagem utilizados nesta pesquisa foram publicados em forma de livros ou em periódicos científicos com o objetivo de que, futuramente, as informações aí contidas dessem base para fomentar a ocupação e colonização dos territórios explorados pelos viajantes. Conforme aponta Antonio Marcos Myskiw, os viajantes tiveram uma grande contribuição no processo de

conquista e ocupação territorial da fronteira, pois suas narrativas de viagem contribuíram para apontar caminhos, perigos e riquezas que poderiam ser exploradas com o desbravamento, conseqüentemente, integrando tudo isso à “nação”¹⁷⁹

Sob essa perspectiva, viajar para a fronteira e, posteriormente, publicar relatos, significava trazer a público (para as elites urbanas) as descrições e observações de lugares que poderiam ser explorados, ocupados e colonizados. Conforme Valdir Gregory, os viajantes sabiam olhar as oportunidades em face do enfretamento dos obstáculos, e descreviam a natureza e a potencialidade econômica apontando a necessidade de nacionalizar a fronteira, mas negligenciavam a presença de civilização, mesmo diante da existência de populações nativas.¹⁸⁰

Sabe-se, também, que essas narrativas são permeadas de juízos de valor, conceitos e preconceitos acerca do mundo observado¹⁸¹, pois se circunscrevem ao discurso civilizador do Estado Nacional moderno, cujo objetivo era o de nacionalizar, conquistar e desenvolver a fronteira, justificando a necessidade de uma população civilizada sobre os selvagens.

Considerando essa limitação, selecionou-se para análise vinte e quatro relatos: dez sobre o Oeste do Paraná e quatorze sobre Misiones. O exercício de comparação parte de pontos comuns que estão presentes em todas as narrativas: as observações sobre o trajeto de viagem, a população encontrada, os recursos naturais assinalados, os problemas presentes na fronteira, a exploração e colonização possíveis e a descrição de ponto comum para os viajantes, as Cataratas do Iguazu.

É mister observar que em ambos os países, os viajantes não eram sujeitos comuns a procura de uma aventura pela fronteira: eram pessoas patrocinadas por organizações públicas ou pelo Estado para viajarem em direção à fronteira com o objetivo de descrever o espaço e as oportunidades de desenvolvimento aditadas a este espaço, além de serem auxiliarem a forjar a nacionalidade para garantir a posse da terra. O quadro 3, a seguir, permite entender melhor esta

¹⁷⁹ Myskiw, “Relatos de Viajantes”.

¹⁸⁰ Gregory, “Fronteiras e territórios”.

¹⁸¹ Gregory, “Fronteiras e territórios”.

questão, apresentando os financiadores dos viajantes para fronteira, tanto para o Oeste do Paraná quanto para o Nordeste de Misiones.

QUADRO 3 - Financiadores dos viajantes para a fronteira.

FRONTEIRA OESTE – PARANÁ – BRASIL	
VIAJANTES	FINANCIADORES
José Francisco Thomaz do Nascimento	Pelo Ministério da Agricultura, durante o governo imperial
José Cândido da Silva Muricy	Comissão Estratégica do Paraná
Domingos Virgílio Nascimento	Governo da Província do Paraná e relato publicado pela Sociedade de Agricultura do Paraná.
Arthur Martins Franco	Governo da Província do Paraná
Manuel Azevedo da Silveira Netto	Governo Federal, para a instalação de Mesa de Rendas na fronteira
Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior	Governo da Província do Paraná
Julio Nogueira	Governo Federal
Cesar Prieto Martinez	Governo do Estado do Paraná
João Cabanas	Governo Federal
José de Lima Figueiredo	Governo Federal
FRONTEIRA NORDESTE – MISIONES – ARGENTINA	
VIAJANTES	FINANCIADORES
Alejo Peyret	Estado Nacional argentino
Ramon Lista	Sociedad Geográfica Argentina e ao Instituto Geográfico Argentino
Rafael Hernández	Estado Nacional argentino
Juan Bautista Ambrosetti	Estado Nacional argentino
Carlos Burmeister	Estado Nacional argentino/ Direção de Agricultura e Ganadería do Ministerio de Agricultura de la República Argentina
Florencio de Basaldúa	Estado Nacional argentino
Manuel Bernárdez	Estado Nacional argentino/Ministro de Agricultura Martín García Mérou
Francisco Manzi	Estado Nacional argentino
Santiago Pusso	Viajante vendedor de Mercaderia, repassava as informações para o Presidente da Camara de Comércio, del Banco Municipal de Préstamos y Concejalía de Rosario.

FONTE: Relatos sobre a fronteira Nordeste – Misiones (ARG) entre 1881 a 1909 e Relatos sobre fronteira Oeste – Paraná (BR) entre 1885 a 1930.

Estes viajantes eram pagos pelo Estado Nacional com o objetivo de produzir estudos, apontar a situação da fronteira e listar as riquezas que poderiam ser exploradas. O comboio era formado por comissionados que tinham como função levantar informações para a tomada de decisões por parte do Estado Nacional e a organização do espaço fronteiriço; daí notar-se a recorrente referência a um *projeto civilizador e modernizante* para a fronteira entre Argentina e Brasil nos relatos dos viajantes. Dito de outra forma, foi com base nesses levantamentos que se efetivou a política nacionalista de ocupação da fronteira por parte do Brasil e da Argentina.

Todos os viajantes tiveram como meta de *descrever, descobrir e explorar a fronteira*, construindo um inventário do espaço transnacional entre Argentina e Brasil, ou seja, descrevendo os possíveis locais para a fundação de colônias (futuramente cidades) e levantando informações sobre a população, os caminhos, os recursos naturais, a colonização e os problemas existentes na fronteira com vistas a possibilitar o processo de exploração.

A compilação dos principais pontos dos relatos dos viajantes apresentados nos quadros 4 e 5, a seguir, reforça o argumento da intenção de um projeto civilizador e modernizador por parte de ambos os países em relação à fronteira. É possível verificar semelhanças nas observações dos viajantes, principalmente no que se refere à necessidade de justificar a *marcha da civilização* para esse espaço transnacional.

Os relatos de viajantes da Argentina e do Brasil permitem vislumbrar um traço da realidade do espaço transnacional: a necessidade da integração à nação. Nesse contexto, viajar para a fronteira e publicar relatos em forma de livros e boletins informativos significava trazer a público as descrições e observações de um lugar que poderia ser *explorado, ocupado e colonizado*.

QUADRO 4 - Principais pontos dos relatos dos viajantes para fronteira Oeste do Estado do Paraná.

DESCRIÇÕES					
VIAJANTES	POPULAÇÃO	CAMINHO	RECURSOS NATURAIS	COLONIZAÇÃO	PROBLEMAS NAS FRONTEIRA
José Francisco Thomaz do Nascimento	Índios coroados e Guarany's.	A presença de indígenas durante a viagem.	Sete Quedas e a Erva-Matte.	A vinda de Portugueses com gados e cavalos para a promover a colonização.	Ausência do controle do Império sobre a fronteira.
José Cândido da Silva Muricy	Indígenas, Colonos, Caboclos bugres, Estrangeiros (argentinos e paraguaios).	Perigoso, Mato limitava.	Erva-mate, Terra fértil, Cataratas do Iguçu.	Colonização como garantia de posse da fronteira.	Estrangeiros explorando a fronteira (argentinos); Problema com a titulação da posse da terra; Falta de comunicação do centro civilizado com a fronteira.
Domingos Virgílio Nascimento	Indígenas Mansos e Bravios.	“Semi-selvagem”, e impenetrável.	Floresta Erva-mate, Cataratas do Iguçu.	Colonização para garantir a posse das terras da fronteira.	Exploração estrangeira (argentino) das riquezas nacionais e <i>escravização branca</i> .
Arthur Martins Franco	Índios mansos.	Não demonstrou dificuldades no trajeto.	Erva-mate e madeira, Cataratas do Iguçu.	Colonização para integrar ao território da fronteira a Nação.	Exploração dos ervateiros sobre “homem branco”.
Manuel Azevedo da Silveira Netto	Indígenas.	Caminho perigoso e longo.	Erva-mate, madeira, terra, e Cataratas do Iguçu.	Colonização para desenvolver o sertão (Oeste).	Exploração das riquezas pelos os argentinos e dos peões nas obrages.
Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior	Índios, Caboclos e Mensus.	Selva.	Erva-mate e Cataratas do Iguçu.	Trazer o imigrante para a colonização da fronteira.	Exploração argentina e escravização do homem branco.
Julio Nogueira	Estrangeiros (argentinos e paraguaios).	Selva.	Erva-mate, Madeira e Cataratas do Iguçu.	Colonização para integrar a fronteira ao Território nacional.	Presença de estrangeiro (argentinos e paraguaios).
Cesar Prieto Martinez	Índios, paraguaios e argentines.	Selva.	Erva-mate e Cataratas do Iguçu.	Promover a colonização para integrar ao território.	Exploração estrangeira da fronteira.
João Cabanas	Índios, paraguaios, argentinos e “ <i>revolucionários</i> ”.	Não demonstrou dificuldades no trajeto.	Erva-mate.	Promover a ocupação com os brasileiros.	Exploração estrangeira da fronteira, tanto da erva-mate e da população nas obrages.
José de Lima Figueiredo	Índios, paraguaios, argentinos e imigrantes.	Selva difícil de ser vencida.	Erva-mate, madeira Cataratas e Sete Quedas.	Promover a imigração para consolidar a ocupação.	Problema na fiscalização, exploração da população que vivia em regime de escravidão.

Fonte: Relatos sobre fronteira Oeste – Paraná (BR) entre 1885 a 1930.

QUADRO 5 - Principais pontos dos relatos dos viajantes para fronteira Nordeste, Província de Misiones.

DESCRIÇÕES					
VIAJANTES	POPULAÇÃO	CAMINHO	RECURSOS NATURAIS	COLONIZAÇÃO	PROBLEMAS NAS FRONTEIRA
Alejo Peyret	Índios e colonos.	Selvagem e incivilizado.	Erva-mate, Terra roxa, rios e as Cataratas do Iguaçu.	Colonização para civilizar a fronteira.	Atraso no desenvolvimento pela existência de índios.
Ramon Lista	Índios.	Selvagem.	Erva-mate, madeira, terra e as Cataratas do Iguaçu.	Colonização com a população branca de origem europeia.	Atraso em relação da população presente e a falta de caminhos e comunicação com a fronteira.
Rafael Hernández	Índios, brasileiros, argentinos e paraguaios.	Selva.	Solo, vegetação, Erva-mate e as Cataratas do Iguaçu.	Colonização com a população branca para civilizar a fronteira.	Faltava comunicação e problema na identidade nacional da população da fronteira.
Juan Bautista Ambrosetti	Índios, peões nas obrages.	Selva.	Erva-mate e as Cataratas do Iguaçu.	Desmitifica a visão sobre o índio como atrasado, porém defendia a imigração.	Exploração da população pelos donos dos ervais.
Carlos Burmeister	Colonos.	Selva.	Madeira, terra roxa, água, erva-mate, Cataratas do Iguaçu.	Erro da colonização com imigrante europeu, pois não era apto para a região.	Exploração da madeira por estrangeiros (brasileiros e paraguaios).
Florencio de Basaldúa	Índios e imigrantes europeus.	Selva.	Erva-mate, Cataratas do Iguaçu.	Colonizar com imigrante europeu.	População era escravizada e faltava a integração da fronteira com a Nação.
Manuel Bernárdez	Índios, ervateiros, agricultores.	Selva.	Erva-mate, madeira, Terras férteis, vegetação e as Cataratas do Iguaçu.	Colonização e exploração deveria ser promovida pelo Estado.	Exploração dos ervateiros e a falta de meios de comunicação.
Francisco Manzi	Índios, imigrantes europeu, paraguaio e brasileiros.	Selva.	Terras férteis, Florestas Virgens, Erva-mate e as Cataratas do Iguaçu.	Colonização por estrangeiro para o desenvolvimento da agricultura e da indústria.	Faltava meios de comunicação entre a capital e a fronteira.
Santiago Pusso	Índios, argentino, brasileiros e Paraguai.	Não descreveu como selvagem.	Floresta, rios, as Cataratas do Iguaçu.	Corrente de imigração oficial.	Falta de higiene e da presença do Estado, além da criação de caminho de ligação para a fronteira.

Fonte: Relatos sobre a fronteira Nordeste – Misiones (ARG) entre 1881 a 1909.

Considera-se que esses relatos foram essenciais para a construção de um discurso identitário no que tange às políticas nacionalistas de ambos os países para a ocupação e colonização

da fronteira. Tanto Argentina quanto Brasil forjaram a ideia de *vazio demográfico* para a *construção da fronteira externa e interna* conferindo ao ato de viajar em direção à fronteira a condição de mecanismo para conhecimento de questões culturais, políticas, sociais e, principalmente, econômicas, bem como, para a construção da territorialidade através do processo de ocupação.

A integração dos centros civilizados à fronteira era complexa devido à dificuldade de acesso e a conseqüente falta de comunicação e isso era tomado como fatores que atrasavam a ocupação, a colonização e o decorrente avanço da população civilizada, pois segundo os relatos, a falta de presença do Estado gerava até mesmo a escravidão branca por parte dos donos de obrages.

A necessidade de exploração da erva-mate, da madeira, da terra e das Cataratas do Iguaçu, recursos naturais disponíveis na fronteira é um fator evidente em todos os relatos. Partia-se do princípio de que, no processo de venda, tanto as riquezas quanto a terra seriam mercantilizadas, evidenciando que a apropriação espacial da fronteira traria grandes possibilidades econômicas para os Estados nacionais.

O registro da terceira etapa do processo de ocupação da fronteira Nordeste - Misiones/Oeste do Paraná foi retratado nos relatórios e mensagens governo do Paraná, publicados no período correspondente aos anos de 1881 a 1930 e, no caso argentino, nas mensagens presidenciais para o Congresso Argentino, publicados entre os anos de 1881 a 1930.

Nesses documentos, nota-se a percepção que cada Estado nacional projetou sobre essa região de fronteira, principalmente, sobre a ocupação das terras tidas como “ociosas” e consideradas devolutas. Contudo, os relatórios e mensagens são fontes históricas que apresentam a experiência da ocupação administrativa do Estado Nacional.

No caso brasileiro, foram selecionados os seguintes relatórios e mensagens provinciais e estaduais sobre a fronteira Oeste do Paraná (quadro 6).

QUADRO 6 - Relatórios e Mensagens de governo do Paraná entre 1881 a 1930.

Relatórios e Mensagens a Assembleia Legislativa (1881-1930)	
Presidentes	Ano da Mensagem
João José Pedrosa	1881
Sancho de Barros Pimentel	1882
Carlos Augusto de Carvalho	1882
Luiz Alves Leite de Oliveira Bello	1883 a 1884
Brazilio Augusto Machado Oliveira	1884 a 1885
Alfredo Descragnolle Taunay	1886
Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho	1886 a 1887
Balbino Candido da Cunha	1888
Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho	1888
José Cesario de Miranda Ribeiro	1888
Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá	1889
José Marques de Oliveira	1890
Vicente Machado da Silva Lima	1893 a 1894
Francisco Xavier da Silva	1895
José Pereira Santos Andrade	1896 a 1900
Francisco Xavier da Silva	1901 a 1904
Vicente Machado da Silva Lima	1905 a 1906
Joaquim Machado de Carvalho e Silva	1908
Francisco Xavier da Silva	1909 a 1912
Carlos Cavalcanti de Albuquerque	1913 a 1916
Afonso Alves de Camargo	1917 a 1920
Caetano Munhoz da Rocha	1921 a 1928
Afonso Alves De Camargo	1928 a 1930

FONTE: Relatórios dos Presidentes de Província/Governadores do Paraná entre 1881 a 1930.

No caso argentino, foram selecionados as seguintes Mensagens presidenciais sobre a Misiones (quadro 7).

QUADRO 7 - Mensagens de governo dos Presidentes argentinos entre 1881 a 1930.

Mensagens ao Congresso Argentino (1881-1930)	
Presidentes	Ano da Mensagem
Julio Argentino Roca	1881 a 1886
Miguel Juárez Celman	1887 a 1890
Carlos Pellegrini	1891 a 1892
Luis Sáenz Peña	1893 a 1894
José Evaristo Urriburu	1895 a 1898
Julio Argentino Roca	1898 a 1904
Manuel Quintana	1904 a 1906
José Figueroa Alcorta	1906 a 1910
Roque Sáenz Peña	1910 a 1913
Victorino de la Plaza	1914 a 1915
Hipólito Yrigoyen	1916 a 1922
Máximo Marcelo Torcuato de Alvear	1922 a 1928
Hipólito Yrigoyen	1928 a 1930

FONTE: Mensagens dos Presidentes da República para o Congresso Argentino de 1880 até 1931.

As mensagens presidenciais ao Congresso argentino enfatizam os seguintes pontos: situação do interior do país, relações exteriores, comércio, fazenda, obras públicas, processo de colonização, imigração, comunicações (correios e telégrafos), agricultura, Territórios Nacionais, Estradas de Ferros, Marinha e desenvolvimento das Instruções públicas (Escolas). Como a Província de Misiones ainda estava sobre o controle do Estado Nacional, não existem relatórios administrativos sobre esse local, porém as Mensagens dos Presidentes Argentinos para o Congresso permitem identificar como o Estado estava procedendo em relação à ocupação da fronteira.

2. A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE DO PARANA: A DINÂMICA “BRASILEIRA”

a) Entre 1881 a 1890: A era da ocupação militar I

Para análise das dimensões da ocupação militar, político-administrativa, econômica, demográfica e cultural da fronteira Oeste do Paraná entre o período de 1881 a 1890, foram utilizados os seguintes relatórios de governo: João José Pedrosa (1881); Sancho de Barros Pimentel (1882), Carlos Augusto de Carvalho (1882), Luiz Alves Leite de Oliveira Bello (1883 a 1884), Brazilio Augusto Machado Oliveira (1884 a 1885), Alfredo Descragnolle Taunay (1886), Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho (1886 a 1887), Balbino Candido da Cunha (1888), Joaquim d’Almeida Faria Sobrinho (1888), José Cesario de Miranda Ribeiro (1888), Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (1889) e José Marques de Oliveira (1890). Além dos relatórios de governos, foi utilizado o relato de viagem de José Francisco Thomaz do Nascimento¹⁸².

Nota-se convergência nos relatórios de governo da Província do Paraná acerca da existência de uma *Comissão de Militares* que estudava a fronteira Oeste, especificamente em Chapecó e Campo do Erê, com a intenção do desenvolvimento da *Ocupação Militar*. O presidente da Província, João José Pedrosa, chegou a afirmar da necessidade da presença de militares na fronteira,

¹⁸² Não há uma descrição sobre a biografia deste desse viajante.

argumentando que: “é preciso, pois, que a policia aqui disponha de bastante força, como tenho representado ao Governo Imperial, e de auxiliares activos e enérgicos, para que os desrespeitadores da propriedade sejam apanhados e o crime efficazmente reprimido”.¹⁸³ Em seu discurso, ressaltou que o Governo Imperial criara, naquele período, duas colônias militares, uma em Chapecó outra em Campo do Erê, as quais serviriam de esteio para o desenvolvimento regional: “uma colonia nessa posição vigiaria não só as nossas fronteiras com as Repúblicas Argentina e do Paraguay, como se tornaria, dentro em pouco tempo, um dos maiores empórios do comércio da Província”.¹⁸⁴

Para o presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, a Colônia Militar de Chapecó servia ao propósito de promover a ocupação da fronteira, dispondo, para tanto, de 20 praças de cavalaria e 20 de infantaria que contribuía com o povoamento da região.¹⁸⁵ Pensamento semelhante aparece no relato de Brazilio Augusto Machado D’Oliveira, para quem as forças militares eram: “[...] destinadas a povoação e defeza da fronteira é, no meu humilde entender, uma questão mais do domínio do ramo da arte militar denominado – politica da guerra – do que da estratégia em sua accepção stricta”.¹⁸⁶ (*sic*)

Um fator interessante, no período de 1881 a 1890, foi a necessidade de ocupação político-administrativa da fronteira Oeste, visando à criação de núcleos coloniais em parceria com o Ministério da Agricultura. Além disso, destacava-se também a ênfase na política da “catequização dos índios” da fronteira Oeste, para a qual o Ministério da Agricultura vinha concedendo dinheiro à Província do Paraná para desenvolver o serviço de catequese dos índios. Dentre os casos, ressaltasse o exemplo do município de Guarapuava, onde foi fixada uma gratificação mensal de 20\$000 réis

¹⁸³ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881: p.8.

¹⁸⁴ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881: 49

¹⁸⁵ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da 2ª sessão da 15ª legislatura, em 1 de outubro de 1883. Curitiba: Typ. Perseverança, 1883.

¹⁸⁶ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Brazilio Augusto Machado D’Oliveira, na abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, em 15 de setembro de 1884. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884: 26

a cada um dos caciques (Bandeira, Gregório e Jangió) que governavam as tribos indígenas selvagens das margens do rio Pequiry para a promoção dessa política.¹⁸⁷

Dentre os pontos de interesse, destaca-se a construção de estradas em direção a Guarapuava e linhas telefônicas que ampliassem a comunicação, as quais seriam patrocinadas pelo Governo Imperial. Aliado a isso, despontava a necessidade de elaboração de mapas sobre o território paranaense, aspecto apontado pelo Engenheiro Francisco Antonio Monteiro Tourinho, que sugeria a elaboração da “Carta Chorographica da Província”.¹⁸⁸

Apesar dos fatores acima mencionados, nota-se nesse período a ausência de interesse do Governo Provincial do Paraná pela ocupação político-administrativa da fronteira Oeste: “o certo é que as nossas fronteiras com Paraguay e Corrientes [era Misiones] só têm por guardas os rios Paraná e Iguassú. Tanto que se desejam ir-se para alli estabelecer: não sei porque não se abre caminho para isso, o que se póde fazer com pouco dispendio; basta o Governo querer e estará por alli tudo povoado, e a fonte aberta para o comercio e riqueza!”¹⁸⁹

Segundo o presidente João José Pedrosa, a única forma de ocupação político-administrativa da fronteira Oeste seria através da criação de estradas entre *Guarapuava* e *Salto das Sete Quedas/e Cataratas do Iguaçu*, seguindo em direção ao *Piquiry*¹⁹⁰. Essas estradas colocariam Guarapuava em contato com a República do Paraguai e atrairia empresas privadas para a explorar a região fronteira da Província.¹⁹¹

Para o Presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na Vila de Palmas e nos povoados de Boa-vista o governo provincial vinha promovendo os seguintes trabalhos: medição de lotes, construção de estradas, incentivo à agricultura e criação de animais (porcos). Na Colônia de

¹⁸⁷ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

¹⁸⁸ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

¹⁸⁹ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881: 278.

¹⁹⁰ As fontes mencionam Rio Pequiry, Pirquiry, Piquiri, porém, este rio aparece em mapas argentinos da época e que o rio Piquiri é um rio no Estado do Paraná, sendo afluente do rio Paraná. E que nos mapas se refere a outro rio.

¹⁹¹ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

Chapecó, por sua vez, evidenciava-se um trabalho de demarcação do território e construção de casas de madeiras para os colonos que ali habitavam.¹⁹² Um dos grandes problemas da ocupação da fronteira Oeste, no entanto, era distância entre as colônias militares e os centros urbanos do Paraná, principalmente Guarapuava. Acerca dessa questão, o presidente Brazílio Augusto Machado D'Oliveira, chegou a observar que em caso de assalto aos povoados de Boa-Vista ou Villa de Palmas, os habitantes não tinham a quem recorrer.¹⁹³

Visando ampliar a presença do Estado na fronteira e promover a ligação com os centros civilizados, o governo provincial, conforme relatos, estava promovendo a abertura de caminhos e picadas para a medição e demarcação de lotes, construção de casas e o desenvolvimento das primeiras plantações, as quais eram as tentativas de resolver o problema da ausência do Estado na fronteira. Outra problemática apontada residia no fato que de Guarapuava à Colônia de Foz do Iguaçu havia vasta extensão de mata virgem que dificultava o deslocamento, o que reforçava a necessidade de abertura de vias.¹⁹⁴

Em face dessas inoperâncias, o presidente Alfredo Descragnolle Taunay apontou a política de incentivo da vinda do *imigrante europeu* como solução para as dificuldades econômicas e sociais do Paraná: “Hoje em dia, o melhor e maior signal de patriotismo é cuidar de immigração européa”. Ainda enfatizou nesse relatório, a necessidade da naturalização do imigrante para o progresso do país.¹⁹⁵ Em paralelo, outra política-administrativa promovida pelo governo provincial na fronteira Oeste era a *catequese dos índios*: “[...] o serviço da catechese anda muito desenrado, e que é índole dócil e indolente dos nossos selvagens se devem os casos relativamente raros, em todo o Imperio, de morticínios e assaltos. D'esse mesmo gênio pacífico e soffredor, é que resultão os inúmeros abusos que se dão com os pobres índios, já por parte dos seus intitulados directones e

¹⁹² Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Brazílio Augusto Machado D'Oliveira, na abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, em 15 de setembro de 1884. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884.

¹⁹³ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Brazílio Augusto Machado D'Oliveira, na abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, em 15 de setembro de 1884. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884.

¹⁹⁴ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Brazílio Augusto Machado D'Oliveira, na abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, em 15 de setembro de 1884. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884.

¹⁹⁵ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Alfredo Descragnolle Taunay, na Assembleia Legislativa do Paraná, em 3 de maio de 1886.

protectores, já por d'aqueles que empregão a preconisada civilização em enganal-os, e d'elles tirar todo o proveito possível".¹⁹⁶

O relatório de governo de Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho enfatiza o desenvolvimento da *Especoria Especial de Terras e Colonização* para o reconhecimento da fronteira Oeste, a qual teria como *Inspector Especial de Terras e Colonização* o *Engenheiro Candido de Ferreira de Abreu* e como ajudantes, o *Engenheiro Manoel Francisco Ferreira Correia*, o *Agrimensor Virgilio Ricardo dos Santos*, o *Escriturário Manoel Leocádio da Costa* e *Cândido Rodrigues Soares de Meirelles* como *Agente Oficial de Colonização*. Essa equipe seria responsável por desenvolver a demarcação e reconhecimento da fronteira Oeste.¹⁹⁷

O presidente Miranda Ribeiro, enfatizou a necessidade de uma estrada ligando interior e capital da Província pela qual se viabilizasse a exploração dos *Valles do Iguaçu e Pequiry*. Além disso, realçou a urgência do desenvolvimento de meios de comunicação entre o interior e o litoral do Paraná. A intervenção política-administrativa da fronteira conduzida por esse presidente se deu pela nomeação de uma Comissão chefiada por *Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo* com vistas à realização do levantamento da população presente nas margens do Rio Paraná, a qual estava excluída da proteção e da administração do Paraná.¹⁹⁸

Durante a presidência de José Marques Guimarães foi criada a "*Commissao de Terras do valle do Iguaçu*", sob a proposta do *Engenheiro João Carlos Greenhalgh* que, como chefe da comissão, teve a responsabilidade de discriminar as terras e medir lotes no "valle do rio Negro ou Iguaçu", além de julgar o local mais conveniente para o estabelecimento de imigrantes: "[...] Terras e Colonização de existir naquella zona grande quantidade de terrenos devolutos muitos proprios para a fundação de nucleos coloniaes".¹⁹⁹

¹⁹⁶ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Alfredo Descagnolle Taunay, na Assembleia Legislativa do Paraná, em 3 de maio de 1886: 92

¹⁹⁷ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho, na Assembleia Legislativa do Paraná, em 26 de dezembro de 1888.

¹⁹⁸ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Miranda Ribeiro, na Assembleia Legislativa do Paraná em 1888.

¹⁹⁹ Relatório do Presidente da Província do Paraná, do Contra-almirante José Marques Guimarães, em 18 de fevereiro de 1890, Curitiba: Typographia d'a República, 1890:19.

Nota-se assim, que os presidentes de Província visavam ao reconhecimento das dimensões do território e às possibilidades de exploração da fronteira. Para o viajante José Francisco Thomaz do Nascimento, o presidente de Província deveria tomar providência em relação a ocupação político-administrativa da fronteira: “a necessidade que tem a grande quantidade do povo existente nesses lugares de terrenos de cultura, vêm-se na dura precisão de invadirem os terrenos nacionaes devolutos, e assim os vão estragando, sem formarem domicilio certo: isto com grande detrimento do Estado”.²⁰⁰

Em relação a ocupação econômica, o relatório de governo de João José Pedrosa enfatiza que a fronteira Oeste vinha sendo ocupada em Campo do Erê e Palmas por *estrangeiros* (argentinos) que estavam extraíndo erva-mate e madeira daquele território sem autorização da Província do Paraná e que os moradores da fronteira temiam a presença de estrangeiros que exploravam o território de forma ilegal.²⁰¹

Nos relatórios de governo dos presidentes Luiz Alves Leite de Oliveira Bello e Brazilio Augusto Machado D’Oliveira, o Oeste foi descrito para a Assembleia como espaço fértil, rico e desconhecido pelo governo, o que impunha a urgência de agilizar sua ocupação, ponto em que, uma vez mais ressalta a importância do colono e a abertura de vias de comunicação para o transporte da produção.²⁰²

O relato de viagem de José Francisco Thomaz do Nascimento evidencia a exploração econômica da população indígena na fronteira. Citou que os *Guaranys* trabalhavam nas plantações de erva-mate dos argentinos ao longo do rio Iguaçu e eram usados como mão de obra barata.

Em relação à população presente na fronteira naquele período, o relatório de governo de Brazilio Augusto Machado D’Oliveira ressalta que no município de Palmas existiam três toldos de

²⁰⁰ Nascimento, “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento”: 280.

²⁰¹ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881.

²⁰² Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na Assembleia Legislativa, em 22 de agosto de 1884. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884, e Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Brazilio Augusto Machado D’Oliveira, na abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, em 15 de setembro de 1884. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884.

indígenas e que o governo tinha encarregado a *Comissão Militar de Chapecó* para escolher um local apropriado para aldeamento destes índios. A ideia do governo consistia em criar um grande aldeamento nas *Formigas*, fundindo em um só local os três toldos existentes: “Segundo informações particulares que tive, os indígenas cathechizados de Palmas levão uma vida semi-nomada e ociosa, entregão-se a embriaguez e frequentemente furtão. Nestas condições dadas certas circunstancias, em vez de se poder confiar n’elles como elemento defensor da fronteira, podem tornar-se perigosos aos habitantes”.²⁰³ (sic)

Ainda sobre a ocupação demográfica da fronteira, o presidente João José Pedrosa, ressaltou a intenção de construir um povoado para o aldeamento dos índios constituindo com eles uma “guarda defensiva contra novos assaltados dos que persistirem bravios”.²⁰⁴ Esse reduto visava facilitar a entrada do colono que, em suas palavras somente se efetivaria com a vinda de *imigrantes pobres* devidamente remunerados para tanto. Entedia-se que somente o imigrante pobre aceitaria as condições que a fronteira impunha: ausência de centros civilizados e dificuldades de acesso à recursos, leis e outros elementos presentes na capital.

Na narrativa de José Francisco Thomaz do Nascimento, o desconhecido sertão de Guarapuava era habitado por um grande contingente de indígenas, dentre os quais, os *índios coroados*, definidos por ele como os mais bravos que ocupavam dezoito léguas em direção à faixa de fronteira do Paraná.²⁰⁵ As observações relacionadas às características dos indígenas e ao seu convívio com o homem branco reforçavam suas façanhas como uma tentativa de demonstrar conhecimento do sertão.

Um ponto interessante em relação a ocupação cultural do Oeste é que os presidentes de província do período em questão, ainda estavam promovendo a catequização dos indígenas: “Na colonia, o homem civilisa, atraindo os selvagens com agrado e insignificantes presentes, e pouco a

²⁰³ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Brazilio Augusto Machado D’Oliveira, na abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, em 15 de setembro de 1884. Curitiba: Typ. Perseverança, 1884: 31

²⁰⁴ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881: 18.

²⁰⁵ Nascimento, “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento”.

pouco, aprendendo algumas cousa de sua língua e ensinado-lhe parte da nossa, póde, dentro em certo tempo, exercer grande influência sobre eles, aldeal-os e induzilos ao trabalho, que melhora a indole e presdispões para a civilização”.²⁰⁶ Segundo os relatos, os índigenas da fronteira Oeste eram ansiosos: “tão ansiosos estão os selvagens do Piquiry de fazer causa commun conosco, que se propõem elles a abrir uma picada que dê aos seus toldos e ao saltos das Sete Quedas comunicação fácil com Guarapuava”.²⁰⁷

No relatório de governo de Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, nota-se certa ênfase na criação da escola de primeiras letras nas Colônias Militares de Chapecó e Chopim. No caso de Chapecó, já existia a escola, porém nesse período estava faltando a presença de um capelão que seria responsável tanto pela escola quanto pela celebração do culto. Aliado a isso, reforçava-se a necessidade de catequizar os índios, o que se ampliaria com a presença da escola somada à religião e ao *Ministério de Guerra*.²⁰⁸

Para o presidente Miranda Ribeiro, a melhoria da cultura da fronteira adviria da imigração europeia, reforçando a ideia do *fator étnico* como elemento para desenvolver o território e livrá-lo da presença da população indígena.²⁰⁹ Em semelhante proposta, José Francisco Thomaz do Nascimento enfatizou a necessidade de ocupação da fronteira pelo sujeito de origem europeia, dado que quanto mais se adentrava aos sertões, maior a presença selvagem e não civilizada, pois os índios ainda permaneciam com suas tradições, mesmo em face do contato com o homem branco. É corolário dessa situação à descrição dada pelo viajante quanto às mulheres indígenas: “[...] se vestiam e, pendurando os espelhos, se penteavam e enfeitavam, ficando então muito faceiras; isto faziam em todos os pousos; é preciso notar-se que as mulheres cortam os cabello como os padres franciscanos e abrem grandes coroas; pedia a ellas que não mais cortassem os cabellos e nem

²⁰⁶ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881: 78.

²⁰⁷ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curitiba: Typ. Perseverança, 1881: 80.

²⁰⁸ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da 2ª sessão da 15ª legislatura, em 1 de outubro de 1883. Curitiba: Typ. Perseverança, 1883.

²⁰⁹ Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Miranda Ribeiro, na Assembleia Legislativa do Paraná em 1888.

abrissem mais coroas; alegres prometteram-me que sim, que querem ser como nós”.²¹⁰ Tal discurso reforçava a importância da presença branca como elemento civilizador, no sentido cultural e econômico, posto que sua narrativa reforçava a ideia de que os indígenas deveriam cultivar e desenvolver o espaço que habitavam.

b) Entre 1891 a 1900: A era da ocupação militar II

Para análise das dimensões da ocupação entre o período de 1891 a 1900, foram utilizados os seguintes relatórios de governo: José Marques de Oliveira (1891), Vicente Machado da Silva Lima (1893 a 1894), Francisco Xavier da Silva (1895) e José Pereira Santos Andrade (1896 a 1900). Além destes relatórios de governo, o relato de viagem de José Cândido da Silva Muricy²¹¹.

Os relatos de governos deste período não apresentam dados acerca de como estava ocorrendo a ocupação militar da fronteira Oeste entre 1891 a 1900. As observações de José Cândido da Silva Muricy sobre a viagem de Guarapuava à Colônia de Foz do Iguaçu, registradas em seu diário de viagem, apresentavam dados acerca do trajeto enfatizando que fora forçado pelas exigências do serviço de *Comissão Estratégica no Paraná* a fazer uma penosíssima viagem à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, no famoso sertão Oeste, em suas palavras, “o maior e mais bruto do Paraná”.²¹² A referida comissão determinou que um grupo formado por trabalhadores, civis e militares, dirigidos por oficiais, abrissem caminho até a fronteira: “[...] fim [de] alargar e aperfeiçoar

²¹⁰ Nascimento, “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento”: 272.

²¹¹ José Cândido da Silva Muricy (Curitiba, 1863 – Rio de Janeiro, 1943): “filho do médico baiano José Cândido da Silva Muricy, que fora convidado em 1853 pelo presidente da recém-criada Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, para trabalhar nesta Província e de Iria Nacisa Ferreira. Foi militar, com participações em eventos que circundaram a instalação da República brasileira, como o próprio movimento que deflagrou a República, a Revolta da Armada e a Revolução Federalista; ocupou diversas patentes no Exército (1890 – 2º Tenente de Artilharia; 1892 – 1º Tenente; 1897 – capitão; 1911 – Major; 1918 – Tenente-Coronel; 1928 - Coronel). Foi Deputado no Congresso Legislativo do Paraná entre 1895 e 1905. Escreveu e publicou livros frutos de experiências de viagens, ligados a sua experiência no Exército, contos, poesias. Foi sócio fundador do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná”. Sílvia Gomes Bento Mello, “Percepções sobre o Paraná na escrita de José Cândido Muricy: fronteira, natureza e civilização, no final do século XIX,” in *XIV Encontro Regional de História (ANPUH) – 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil* (7 a 10 de outubro de 2014). Universidade Estadual do Paraná - Campo Mourão/PR, 2014: 1092.

²¹² Muricy, “A’ Foz do Iguaçu”.

a picada feita pelos Dr. Fermino, construindo provisoriamente um caminho, perfeitamente, viável por cargueiros”.²¹³

Na descrição de José Cândido da Silva Muricy, os índios estavam aldeados pela *Comissão Estratégica* por intermédio do capitão *Baptista da Costa Junior* e principalmente do tenente Joaquim Rafael Pessoa de Mello, que os reuniu em Catanduvas: “[...] onde eram protegidos dos ataques dos coroados. Fallam o Guarany, já bastante alterado e diferente do que falam no Paraguay. Em estado selvagem vestem-se com chiripas, tecidos com fibras de urtiga selvagem que n’esses sertões atingem a proporções de arvores, á imitação dos índios Chiripás do Paraguay, ou com um cinto do mesmo tecido, com uma facha, que, passando por entre as pernas, vae se prender outra vez no cinto atraz, como usam os índios Cainguás do Paraguay.”²¹⁴

Em relação à ocupação político-administrativa, prevalecia a preocupação com a construção de estrada em direção à fronteira Oeste, embora a grande questão para os presidentes de província deste período era a disputa da fronteira interna entre o Paraná e Santa Catarina.²¹⁵

Os relatos deixam entrever que a grande dificuldade para os habitantes da Colônia Militar de Foz do Iguaçu era a ausência de comunicação com as autoridades brasileiras, como afirmou José Cândido da Silva Muricy, que estabeleceu comunicação direta com as repúblicas vizinhas para ter segurança e fiscalizar as costas da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em suas palavras, um território em grande parte dividido em lotes urbanos e agrícolas, habitado por grande número de colonos de diferentes nacionalidades. Esse dado reforçava a ideia de que a ocupação vinha ocorrendo por estrangeiros devido a ausência do Estado na fronteira para controlar essa situação.²¹⁶ O argumento

²¹³ Muricy, “*A’ Foz do Iguaçu*”: 4.

²¹⁴ Muricy, “*A’ Foz do Iguaçu*”: 5.

²¹⁵ Nesse período, iniciou-se um litígio no territorial nacional entre os estados do Paraná e Santa Catarina por 48.000 km², que ficou conhecido como “Contestado”. Paralelamente a essa disputa, desenvolveu-se na área um conflito messiânico que causou a morte de milhares de pessoas entre os anos de 1912 e 1916. Após o fim desse conflito, a questão territorial foi decidida judicialmente. O Paraná obteve pouco mais de 20.000 km², que compreendiam Clevelândia, Rio Negro e parte de União da Vitória. Santa Catarina incorporou ao seu território mais de 27.000 km² com grande parte de União da Vitória e uma pequena porção do Rio Negro”. Priori, Pomari, Amâncio, e Ipólito, “*História do Paraná*”: 62-63.

²¹⁶ Muricy, “*A’ Foz do Iguaçu*”.

girava em torno do fato de que as terras férteis eram propícias ao desenvolvimento da agricultura, “especialmente a grande lavoura de café”.²¹⁷

José Cândido da Silva Muricy apontou a erva-mate como um produto a que o Estado do Paraná não dava o valor necessário, favorecendo a exploração sem autorização ou conhecimento do governo: “Infelizmente esse principal produto do nosso Estado, é ahi quase sem valor, pela grande distancia, dos centros consumidores e dificuldade de transporte, por falta de uma via regular de comunicações”.²¹⁸ Este mesmo viajante observa que os lotes no sertão Oeste estavam divididos entre urbanos e agrícolas, porém nem todos os habitantes tinham legitimidade de posse e titulação da propriedade. Acerca dos lotes rurais, nota-se um endeusamento das riquezas naturais, as quais são descritas como espaço de vegetação abundante, com solo rico e fértil, capaz de gerar riquezas a Província. Dentre as espécies vegetais, há destaque para a erva-mate, apontada como uma produção não incentivada pela Província do Paraná, dada a distância entre a fronteira, a capital e os centros consumidores.

Madeira e a erva-mate despontam como as principais riquezas encontradas na região Oeste do Paraná e que, segundo o relato, eram abundantes e estavam disponíveis para exploração. Porém, José Cândido da Silva Muricy aponta que caboclos²¹⁹ e *bugres*²²⁰ confirmavam a existência de ouro, prata e pedras preciosas nos leitos dos rios que cortavam o caminho. Essa riqueza relatada pelos bugres, no entanto, não foi confirmada e nem verificada durante a viagem, ficando apenas como mero elemento informativo.

Em relação à *Colônia Militar de Foz do Iguaçu*, nota-se uma preocupação em relatar a grande dificuldade em negociar produtos com os estrangeiros, que cobravam preços exorbitantes dos colonos que ali habitavam: “Infelizmente ella transpareceu e elle teve de lutar com a má vontade dos negociantes, todos estrangeiros, que ou não queriam fornecer ou forneciam os seus generos

²¹⁷ Mensagem do Presidente da Província do Paraná lida perante ao Congresso, de Francisco Xavier da Silva, em 13 de novembro de 1895, Curitiba: impresora Paranaense, 1895.

²¹⁸ Muricy, “*A’ Foz do Iguaçu*”: 8.

²¹⁹ Era o mestiço de branco (europeu) com os índios.

²²⁰ Essa denominação era em relação aos índios não civilizados.

por preços exorbitantes sem quererem cingir-se às variações do cambio, sem levarem em conta as duas diferenças. Os generos fornecidos não eram bons e a carne secca que vinha de Posadas (cidade Argentina) coberta de uma camada branca de bolor, continha além dos ossos das costellas, todos as vertebraes, buxo, lingua, beiços etc”.²²¹

Segundo José Cândido da Silva Muricy, somente os estrangeiros (argentinos e paraguaios) tinham o controle do câmbio em território brasileiro. Decorre daí que as condições para os colonos brasileiros não eram as melhores, pois compravam gêneros alimentícios de baixa qualidade por altos preços e o dinheiro brasileiro não tinha valor em seu próprio território.

Da *Colônia Militar de Foz do Iguaçu*, o relato dá especial destaque às *Cataratas do Iguaçu*, buscando demonstrar que além das grandes pedras presentes, a cor e a densidade da água chamavam a atenção daqueles que por ali passavam. Além de demonstrar uma sensação de espanto com a força dos rios e o espetáculo da vegetação, o relato apresenta uma medida vultosa das Cataratas, segundo o qual, desde a costa brasileira até a argentina o paredão d’água media de 2000 a 2500 metros. Os números fundamentam a comparação entre as Cataratas do Iguaçu e as Cataratas do Niágara dos Estados Unidos: “Grande numero de saltos, dissemos nós, formão ellas, de espaço a espaço, grandes, e em nada, creio eu, inferiores ao Niagara de baixo de qualquer ponto de vista em que se os encare e pequenos até ou quase imperseptivel fio dagua, que francamente lista de branco o aspero paredão de acima abaixo”.²²²

As Cataratas do Iguaçu, para José Cândido da Silva Muricy, eram o símbolo da fronteira entre Argentina e Brasil. O relato de viagem enfatiza a urgência de exploração do sertão Oeste da Província do Paraná, especialmente, da fronteira, um local pertencente ao Estado Nacional brasileiro, mas que, dominado por argentinos, não tinha nem sua própria moeda aceita. Demonstrou também, a necessidade da criação de estradas para o contato da fronteira com a capital e para escoação das riquezas que poderiam ser exploradas.

²²¹ Muricy, “*A’ Foz do Iguaçu*”: 20.

²²² Muricy, “*A’ Foz do Iguaçu*”: 35.

Somente os estrangeiros (argentinos e paraguaios) tinham o controle do câmbio em território brasileiro, por isso, as condições para os colonos brasileiros não eram as melhores: o dinheiro brasileiro não tinha valor no próprio território, conforme evidencia o relato a seguir: “o dinheiro brasileiro valia muito menos que o dinheiro argentino e paraguayo e isso até que o mesmo Vice-Director, valendo-se da sua autoridade fez com que elle, nos dominios da colonia, tivesse o seu verdadeiro valor. Era quase impossivel á Commissão Estrategica, á cujo cargo estava a colonia, mandar-lhe os socorros de que precisava, porque ella própria não os tinha para si e a conducção era difficilima. Tal era a má vontade de todos, para a Commissão, a quem o Paraná tanto deve, que alem de não lhe darem o dinheiro necessario, moviam-lhe uma guerra, incomprehensivel”.²²³

Sobre a ocupação demográfica, o relatório do governo de Francisco Xavier Silva do ano de 1895, apontou o contingente populacional da fronteira Oeste como sendo de 4.237 imigrantes no Rio Negro e Iguaçu, sem discriminar a nacionalidade e desconsiderando a presença de indígenas e nacionais da fronteira.²²⁴ José Cândido da Silva Muricy apontou a presença de índios reforçando o estilo de vida e a poligamia, “podendo cada índio ter 5, 6 ou mais mulheres, sendo as meninas ao nascerem, designadas para mulheres, d’estes ou d’aquelles, que as criam até a puberdade, que é quando passam a ser suas mulheres”.²²⁵ Com a mesma ênfase, apontou o convívio entre colonos e índios em Foz do Iguaçu, “[...] esses curiosos índios foram dispersos e os poucos que restam (crianças e mulheres) vivem hoje como colonos na Fóz do Iguassú”.²²⁶ Em sua análise, a fronteira era o espaço de convívio entre os colonos e os indígenas no qual a selvageria se fazia presente, dada a ausência do Estado Nacional moderno.

Durante esse período, tanto os relatórios de governo quanto os de viagem de José Cândido da Silva Muricy não apresentaram dados acerca da ocupação cultural da fronteira Oeste,

²²³ Muricy, “*A’ Foz do Iguassú*”: 20.

²²⁴ Mensagem do Presidente da Província do Paraná lida perante ao Congresso, de Francisco Xavier da Silva, em 13 de novembro de 1895, Curitiba: impresora Paranaense, 1895.

²²⁵ Muricy, “*A’ Foz do Iguassú*”: 5-6.

²²⁶ Muricy, “*A’ Foz do Iguassú*”: 6.

ficando somente nas dimensões da ocupação militar, político-administrativa, econômica e demográfica.

c) Entre 1901 a 1910: A era da ocupação militar III

Durante o período de 1901 a 1910, as dimensões da ocupação da fronteira Oeste, foram apresentadas nos relatórios de governo dos seguintes presidentes: Francisco Xavier da Silva (1901 a 1904), Vicente Machado da Silva Lima (1905 a 1906), Joaquim Machado de Carvalho e Silva (1908) e Francisco Xavier da Silva (1909 a 1912). E pelos seguintes viajantes: Domingos Virgílio Nascimento²²⁷ (1903), Arthur Martins Franco²²⁸ (1904 e 1905) e Manuel Azevedo da Silveira Netto²²⁹ (1905).

Nesse panorama, o estabelecimento de *colônias militares* seria, na visão de Domingos Virgílio Nascimento, um ponto estratégico para a segurança da fronteira nacional e para a criação

²²⁷ Sobre Domingos Virgílio Nascimento: “nasceu na cidade de Guaraqueçaba, litoral paranaense, em 1863. Ao atingir a maioridade, seus pais, o pescador Francisco Luiz do Nascimento e a indígena guarani Antonia Luiza do Nascimento, não tendo condições de financiar seus estudos, enxergaram na carreira militar a solução para a frágil situação financeira que enfrentavam. Assim em 1881, Nascimento partiu para o Rio de Janeiro, para estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, onde ficou até 1886, período este de forte envolvimento com o positivismo, dado o fato de ter sido aluno de Benjamim Constant. Seus estudos se completaram no Rio Grande do Sul, na Escola Militar de Porto Alegre, quando se filiou ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), comandado pelo político gaúcho Júlio de Castilhos. Inclusive nesta época atuou como jornalista em ‘A Federação’, jornal de cunho castilhista. Após esse período de formação, retornou ao Paraná, em 1889, e passou a residir em Curitiba. Em sua trajetória, que se encerrou em 1915, comandou o Batalhão Patriótico 19 de Dezembro, quando da invasão da Armada carioca em território paranaense em 1893, escreveu a letra do hino do Paraná, publicou várias obras, algumas poesias, outras em prosas, além de discursos, descrições, contos, matérias de jornais e outros. Militar, jornalista, poeta, positivista, republicano, simbolista e deputado estadual”. Fernanda Lorandi Lorenzetti, “O futuro paranaense em seu meio natural: a escrita de Domingos Nascimento e a produção de uma identidade ao Paraná no início do século XX,” *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*, v.1, n.1, p.45-59 jan./jul. 2010: 46.

²²⁸ Arthur Martins Franco era Engenheiro e Comissário de Terras dos Municípios de Assunguy, Tamandaré e Cerro Azul.

²²⁹ Foi funcionário público federal, tendo a missão de instalar a Mesa de Rendas do Ministério da Fazenda em na cidade de Foz do Iguaçu (antiga Colônia Militar). Segundo Miranda, “nasceu em Morretes, Paraná, em 4 de novembro de 1872 e, após 1879, morou em Curitiba. Iniciou e interrompeu o curso de humanidades, para estudar gravura e desenho. Cursou a Escola de Belas-Artes de Curitiba, sem realizar o sonho de chegar à Academia de Belas-Artes, do Rio. Ingressou, por concurso, na Fazenda Federal, em 1891, iniciando carreira de dignidade e zelo. Casou-se em 1893 e viveu passagens dolorosas com a morte de cinco filhos. Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de dezembro de 1942”. Antonio Miranda, “Silveira Netto (1872-1942)”. Consultado no dia 24 dezembro 2015, URL: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/parana/silveira_netto.html

de meios de ligação com a capital. As comissões militares seriam responsáveis por essas colônias e pela construção de estradas ou de meios fluviais para ligação dessas localidades.²³⁰

Mesmo em face do estabelecimento de três colônias militares: *Foz do Iguaçu, Chapecó e Chopim*, os argentinos dominavam o território do Oeste do Paraná, demonstrando que a colônia militar não estava garantindo a posse do território para o Brasil. Daí a soma de críticas, dentre as quais, a de que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu tinha 11 anos de existência, recrutara cerca de um milhar de contos de reais e ainda não tinha traçado limites: “não tem uma estrada, não tem um porto, não tem uma Oficina funcionando, não tem uma casa digna de constituir uma moradia decente, comoda e higienica. O que existe de casinhas de madeira está em ruínas”.²³¹ Entretanto, tais limitações se deviam à própria ingerência e descaso do Estado do Paraná que, segundo Domingos Virgílio Nascimento, não tinha desenvolvido até ali uma *Carta geográfica* correta daquela zona de fronteira.

Em relação à ocupação político-administrativa da fronteira Oeste, os relatórios de governo apontavam o conflito da fronteira interna entre o Paraná e Santa Catarina como ponto inicial da abertura dos relatórios, o que explicaria o descaso com a fronteira externa. Para Francisco Xavier da Silva, a problemática central residia em não ter a intenção de subsidiar a vinda dos imigrantes para o Paraná: “cessada em 1896 a chamada colonização oficial, desde então bem fraca corrente inmigratoria espontanea se encaminhou para o Estado. Não serei de opinião que devemos faser reviver a colonização subsidiada. Devemos nos limitar a conceder ao immigrante um lote de terra em plena propriedade, por preço modico e a longo praso”.²³²

O relato de governo de Vicente Machado da Silva Lima justifica a limitação do processo de colonização nesse período pelo fato de que o Governo Federal teria rescindido os contratos para a vinda de imigrantes, deixando o Paraná somente com a *colonização espontânea*: “As grandes

²³⁰ Nascimento, *Pela Fronteira*.

²³¹ Nascimento, *Pela Fronteira*: 114-115.

²³² Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 5ª Legislatura de Francisco Xavier da Silva, Curitiba: Typographia D'A Republica 1901: 9.

levas de imigrantes desapareceram, de modo que com muito mais lentidão se vaie fazendo o trabalho do povoamento do Estado. [...] O trabalho de colonização do Estado se faz de modo moroso, porque por si elle não pode, sem sacrificar as suas finanças, provocar o encaminhamento de correntes immigratórias para aqui”.²³³

Para Vicente Machado da Silva Lima, a ocupação esbarrava na ilicitude do favorecimento de uma corrente de imigração para o Paraná sem que os colonos encontrassem ali tudo preparado para a ocupação, desde lotes medidos a casas feitas, além do fornecimento de salários, pois isso seria essencial para suportarem as adversidades do local.²³⁴

No ano de 1906, Vicente Machado da Silva Lima, apontou que os municípios de Guarapuava e Palmas, eram as duas mais longínquas localidades e também as mais importantes do Estado no desenvolvimento econômico, estando ligadas por *estradas de rodagem*, tendo comunicação com as *linhas de estradas de ferro* e de *navegação fluvial*.²³⁵

No retorno do governo de Francisco Xavier da Silva, o relatório do ano de 1909 informa que a intenção era a de que os imigrantes ocupassem as terras devolutas da fronteira Oeste do Estado do Paraná e assumissem a responsabilidade pelo desenvolvimento do local, aspecto que esbarrava na necessidade de continuidade da política de imigração.²³⁶

A situação da ausência do Estado na fronteira era, a esse tempo, tão preocupante, que se segundo Domingos Virgílio Nascimento, há duas léguas de Catanduvas, sobre o rio Tormentas, existiam os primeiros acampamentos argentinos no Oeste do Paraná, parecendo com um território estrangeiro. Os argentinos eram os senhores de terras e os únicos a tirarem vantagem do espaço: “Foram os argentinos que colonizaram, ainda que adventiciamente, o mais rico e fundo sertão do Paraná. Caminhamos em território brasileiro, mas somente ouvimos o dialeto castelhano por toda

²³³ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 7ª Legislatura de Vicente Machado da Silva Lima, Curitiba: Typographia da Livraria Economica, 1905: 38.

²³⁴ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 7ª Legislatura de Vicente Machado da Silva Lima, Curitiba: Typographia da Livraria Economica, 1905.

²³⁵ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado no dia 1º de fevereiro de 1906 de Vicente Machado da Silva Lima, Curitiba: s/ed., 1906.

²³⁶ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 9ª Legislatura de Francisco Xavier da Silva, em 3 de fevereiro de 1909, Curitiba: Typographia D'A Republica, 1909.

a parte”.²³⁷ Segundo o viajante, havia a necessidade do governo do Estado do Paraná estabelecer um posto fiscal na localidade de Barracão, na fronteira do Brasil com a Argentina, contribuindo para estabelecer limites entre os países e principalmente sobre a questão dos ervateiros das missões argentinas. As colônias militares seriam pontos estratégicos para isso, mas como assinalado acima, estavam em parte, inoperantes. As comissões militares responsáveis por essas colônias (Chapecó e Chopim) tinham como meta a construir excelentes estradas ou descobrir meios fluviais para efetivar a ligação dessas localidades, pois a abertura de caminhos em direção à Argentina viabilizaria a ligação comercial, trazendo lucro ao Paraná, além, de criar caminhos para os sertões.

Domingos Virgílio Nascimento via vantagens de comércio para região Oeste do Paraná e acreditava que a abertura de caminhos traria benefícios comerciais por ligar povoados estratégicos, como o Alto Paraná, o para comercialização com Entre Rios e Corrientes (ARG). Durante o tempo em que esteve na Colônia Militar de Foz do Iguaçu, o viajante tomou conhecimento das intenções do governo argentino de criar um “Parque Argentino” na região, o qual aguardava somente a demarcação definitiva da *Comissão Mista de Limites* para iniciar.²³⁸

Arthur Martins Franco retratou a ocupação político-administrativa da fronteira Oeste registrando por meios de fotografias a dinâmica de demarcação territorial, conforme se observa nas figuras 23 e 24, a seguir:

²³⁷ Nascimento, *Pela Fronteira*: 93.

²³⁸ Nascimento, *Pela Fronteira*.

FIGURA 23 - Casa dos Engenheiros – Porto 12 de Outubro.



FONTE: Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná.*

FIGURA 24 - Regresso das turmas de Medição.



FONTE: Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná.*

A figura 25 faz referência à presença do *Coletaria Estadual em Foz do Iguaçu*, atividade de responsabilidade de João Ribeiro da Fonseca, funcionário estadual escolhido para exercer o cargo

nessa nova e difícil fase da arrecadação de impostos na zona fronteiriça. Esses foram os primeiros passos do controle político-administrativo do Estado sobre a fronteira Oeste.

FIGURA 25 - Sede da Coletaria Estadual (Foz do Iguaçu).



FONTE: Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*.

Segundo o relato de Manuel Azevedo da Silveira Netto, o coronel Luiz Cleve vinha estudando as necessidade e condições de povoação na sede da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, além da criação de repartições para arrecadação de impostos. Em suas palavras; “o dia em que a locomotiva chegar a essa localidade (Foz do Iguaçu – Mato Grosso), aproximando-a melhor do centro do Estado, será o início da fronteira Oeste do paraná no incalculável desenvolvimento”.²³⁹

Apesar da ausência nos relatórios de governo sobre o potencial econômico do Oeste, os relatos de viagens de Domingos Virgílio Nascimento, Manuel Azevedo da Silveira Netto e Arthur Martins Franco apresentam a possibilidade de exploração econômica do sertão do Oeste paranaense sobre a floresta (vegetação) como um atrativo para os ervateiros: geração de grandes lucros sobre terras devolutas do Estado Nacional brasileiro, porém exploradas por argentinos.

²³⁹ Silveira Netto, *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu* [1920]: 42.

Este território, de acordo com sua narrativa de viagem de Domingos Virgílio Nascimento, não pertencia nem ao Paraná e nem ao Brasil, pois as riquezas estavam entregues aos argentinos que, em suas palavras, não tinham zelo pelo local. Nesse contexto, a abertura de caminhos até a fronteira significaria uma possibilidade uma ligação comercial que traria lucro ao Paraná, permitindo a escoação de ervas e de madeiras para outros estados e países.

Destaca-se aqui, a preocupação em retirar os ervais das mãos de exploradores que chegaram a escravizar argentinos, paraguaios e brasileiros, conforme excerto: “Outros companheiros, argentinos, paraguayos e brasileiros há que vivem para toda a vida escravizados sem nunca conseguirem a liberdade”.²⁴⁰

Os trabalhadores dos ervais eram contratados por um gerente que os pagava com moeda argentina e quando o trabalhador necessitava do fornecimento de roupas, utensílios, mantimentos, entre outros, deveria fazer as compras no armazém do próprio contratante: “mas o trabalhador precisa de mantimentos, roupas e utensílios. A casa fornece o que o contractante exigir; quanto maior o fornecimento melhor. O trabalhador sae para o sertão devendo ao fornecedor por um anno e mais de serviço”.²⁴¹

O trabalhador, sem saída, comprava os mantimentos por preços *abusivos* e sempre ficava devendo para o dono da obrage, sendo obrigado a ficar trabalhando até quitar a dívida: “Os preços das mercadorias são fabulosos, de maneira que aquelle infeliz quando vae ‘arreglar’ as suas contas já está devendo o dobro. Se ousa fugir, é agarrado e castigado, tal como aquella celebre escravidão branca das uzinas de Matto Grosso”.²⁴² Os que ousassem fugir dessa obrage eram capturados e castigados, justificando assim o argumento da escravização que Nascimento definiu como *escravidão branca*.

Para evitar a escravização dos colonos pelos ervateiros, seria necessário, na perspectiva de Nascimento, que o Estado Nacional brasileiro tomasse o controle da fronteira, impondo leis e

²⁴⁰ Nascimento, *Pela Fronteira*: 94.

²⁴¹ Nascimento, *Pela Fronteira*: 94.

²⁴² Nascimento, *Pela Fronteira*: 94.

policimento, pois os colonos eram escravizados por longos anos: “Depois de escravizados por longos annos – estrada fora! Ora isto só num paiz como o nosso! Haja leis reciprocas que garantam os proprietários do engodo de empregados indignos e vadios, mas que tambem garantam aos homens honestos da ganancia e da deshumanidade dos senhores feudais. A fiscalização e o policimento, concorrentes da justiça e do respeito mútuos, são medidas de alta necessidade por essas paragens; do contrario, dentro de poucos annos toda essa zona voltará ao que primitivamente era: esconderijo de selvagens, furnas de feras”.²⁴³ (*sic*)

Os donos dos ervais (obrage), dada a ausência do governo, atuavam como bem entendessem, escravizando os trabalhadores pelas “dívidas” que geravam nas obrages. Domingos Virgilio Nascimento observa que os mantimentos custavam bem mais do que os trabalhadores recebiam pelo trabalho desenvolvido nos próprios ervateiros, aspecto que se amparava no argumento de que a fronteira era um local difícil e seus habitantes estavam à margem da garantia da lei. Exemplo dessa situação pode ser encontrado no trecho em que Nascimento observa que um lenço custava 400 *reais* em *Posadas na Argentina* e era vendido nesta região a 3.000 ou 4.000 *reais*.²⁴⁴

Mesmo vendo as condições que os trabalhadores enfrentavam nos sertões do Oeste do Paraná, Domingos Virgilio Nascimento, enfatizou que esse local deveria ser ocupado independente da nacionalidade: “Eu quero que todos quantos possuem fortuna venham empregar os seus capitaes no Brazil. Quero ver a minha terra ocupada pelo estrangeiro – seja de que paiz fôr – que arroteie a terra, desbaste as florestas longínquas, colonize o solo, aproveite e ensine aos nossos naturaes o trabalho fecundo, activo e bem calculado”.²⁴⁵

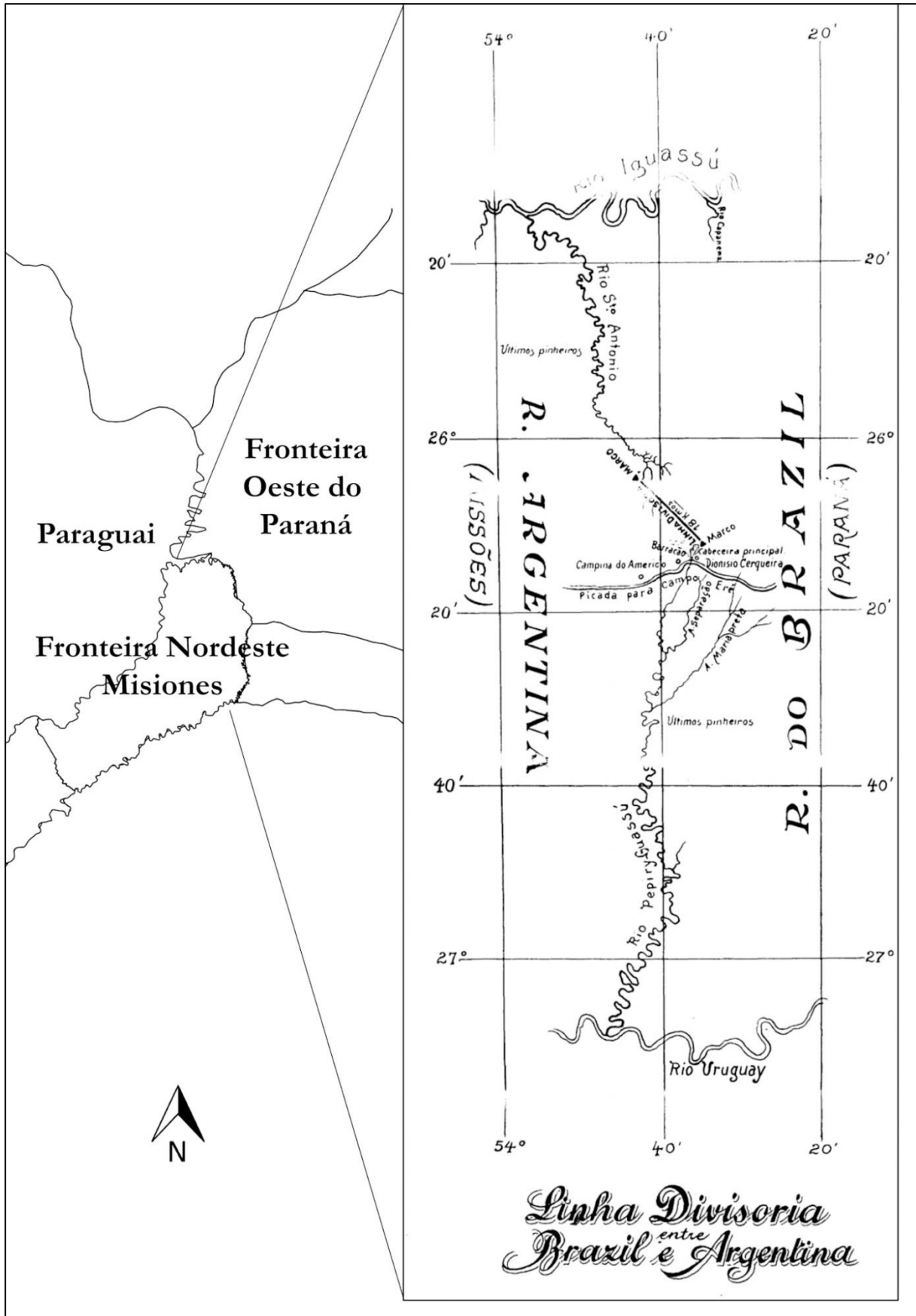
Em seu relato é apresentado o mapeamento da exploração econômica pelas obrages no Oeste do Paraná, conforme as figuras 26, 27 e 28.

²⁴³ Nascimento, *Pela Fronteira*: 97.

²⁴⁴ Nascimento, *Pela Fronteira*.

²⁴⁵ Nascimento, *Pela Fronteira*: 96.

FIGURA 27 - Linha Divisória entre Brasil e Argentina descrito por Domingos Nascimento.



Fonte: Nascimento, *Pela Fronteira*. (Adaptado e relaborado por Leandro de Araújo Crestani).

tempo, a permanecer no serviço até a liquidação do seu débito, pelo menos. Para garantirem a permanência do pessoal no trabalho, as empresas tomam as providências necessárias para evitar a fuga deles, e, entre essas providências, as empresas à margem dos rios navegáveis, costumam ter bem seguras as pequenas embarcações que possam ser utilizadas para aquele fim. Era o que se passava no porto Guayra”²⁴⁷

Arthur Franco Martins apresentou em relato de viagem algumas fotografias, para demonstrar a exploração estrangeira no Oeste, conforme observa-se a seguir, nas figuras 29 e 30.

FIGURA 29 - Entrada para o serviço de Barthe – Pouso.



FONTE: Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*.

²⁴⁷ Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*: 59.

FIGURA 30 - Transporte da Erva-mate.



FONTE: Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*.

Um ponto comum nos relatos de viagens e ausente nos relatórios de governo foi a defesa da exploração econômica das Cataratas do Iguazu. Domingos Virgílio Nascimento as comparou às Cataratas do Niágara, nos Estados Unidos e, com o mesmo propósito de exaltar a natureza, o viajante descreve as extintas “Cataractas das Sete Quedas”²⁴⁸ em Guayra. Para Manuel Azevedo da Silveira Netto, as confluências das Cataratas do Iguazu, neste contexto, estabeleciam uma notável e original feição geográfica para o desenvolvimento do turismo, de modo que essa riqueza natural não poderia ficar abandonada pelo Estado Nacional brasileiro.²⁴⁹ Em relação à Cidade de Foz do

²⁴⁸ “Em 12 de fevereiro de 1967, foi criada a Comissão Mista Técnica Brasileira-Paraguaia com a incumbência de realizar estudos e levantar possibilidades de aproveitamento econômico do rio Paraná e dos saltos na fronteira entre Brasil e Paraguai. Esta comissão chegou à proposta da construção da represa da Itaipu Binacional, o que acarretou a inundação [extinção] de Sete Quedas. No dia 13 de outubro de 1982, com o fechamento das comportas da barragem de Itaipu, começava a lenta agonia das cataratas de Guaíra”. Cf. Valdir Gregory e Erneldo Schallenger. *Guaíra: um mundo de águas e histórias* (Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2018): 298-299.

²⁴⁹ “Estamos na época do turismo e não fosse o abandono ali dominante por anos seguidos, da parte dos poderes públicos nacionais, e teríamos hoje um recanto em nosso país em nada inferior talvez ao celebrado parque norte-americano de *Yellow-Stone*, para acirrar a curiosidade e prender a atenção deslumbrada de visitantes estrangeiros, e mesmos nacionais. Atualmente a antiga colônia militar da Foz do Iguazu (agrícola e pastoril, mas onde até galinhas, ovos e produtos da pequena lavoura, tal o milho, o feijão e legumes, eram adquiridos a bordo dos navios que subiam de *Posadas*, a capital das *Misiones* argentinas. Isto ainda em 1905) é uma cidade, no limiar do progresso, apenas; mas já

Iguaçu, o viajante aponta o turismo como elemento fundamental para o progresso da região de fronteira, enfatizando as Cataratas do Iguaçu como local propício para gerar energia elétrica: “[...] calcula a energia elétrica dos *Salto do Iguaçu* em 14.000.000 de cavalos-vapor, e se repartem pelo Brasil e Argentina”.²⁵⁰ O viajante enfatizou o interesse da Argentina em ocupar e desenvolver essa região com a criação de um Parque Nacional e escola de silvicultura e agronomia, uma estação zoológica e uma usina hidroelétrica.²⁵¹

Segundo Arthur Martins Franco, as Cataratas do Iguaçu e o Salto da Sete Quedas (em Guaíra) eram um espetáculo surpreendente e maravilhoso para aqueles que a olhavam: “Não há, talvez, descrição capaz de dar uma idéia do seja esse deslumbrante conjunto de belezas inenarráveis!”.²⁵² Conforme as figuras 31 e 32:

FIGURA 31- Saltos da Sete Quedas.



FONTE: Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*.

tem foros de cidade e com eles conta elementos de vida material e econômica bastantes para a animação da localidade. O mais, o surto verdadeiro e merecido virá somente quando o trem de ferro chegar às margens do Paraná, como transfusão vital de energias e de civilização”. Silveira Netto, *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu* [1920]: 23-24. (Grifos do autor).

²⁵⁰ Silveira Netto, *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu* [1920]: 84. (Grifo do autor).

²⁵¹ Silveira Netto, *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu* [1920].

²⁵² Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*: 66.

FIGURA 32 - Saltos de Foz do Iguaçu (Cataratas).



FONTE: Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*.

Em relação à ocupação demográfica, somente Francisco Xavier da Silva enfatizou em seu relatório de governo que no município de Guarapuava havia *tribos indígenas* que ocupavam o território com cultura efetiva e morada habitual, atingindo uma área suficiente para o desenvolvimento dos seus trabalhos agrícolas e de outras tribos que nelas tinham o interesse em se estabelecer.²⁵³

Em relação às populações indígenas, o viajante Domingos Virgílio Nascimento afirmou que estavam distribuídas em espaços variados, conforme segue: “*Guaranys*, margem direita do Baixo Iguassú e margens do Paraná; *botocudos*, desde as cabeceiras do Chapecó até a serra do Limoeiro, concentrando-se nas cabeceiras do rio do Peixe e Espigão do Bugre, fazendo excursão sobre o S. João e Jangada e plo valle do rio Negro; *coroados*, demoram entre o Chapecó, Chagú, barras de Piquiry e Ivahy, até os campos de Guarapuava; *cayoás*, ao norte do Ivahy até Paranapanema; *chacantes*, forquilha entre Tibagy e o norte do Paranapanema; *cacolleiros*, que vêm de Matto Grosso adventiciamente e fazem excursões na barra do Tietê e Paranapanema, extendendo as suas pescarias

²⁵³ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 6ª Legislatura de Francisco Xavier da Silva, Curitiba: Typographia D'A Republica 1902.

até o rio Paraná, a noroeste do nosso Estado. Os *coroados*, mais propriamente chamados *caingangas*, são em maior numero e habitam também a zona missioneira, e, como os guaranys, descendem da grande e velha raça tupy, cujo idioma, tão adulterado pelas luctas, novos cruzamentos e verdadeiros exodos, através de séculos no seu recuo constante para o interior do Brazil, tem as suas antigas raizes no *Kario*, como este no *Kopto*, como este ainda no *eskera*, antiquíssimo idioma oriental”.²⁵⁴

Além de relatar a existência de *índios bravios*, o viajante apontou a presença de *índios mansos* no caminho entre Chagú e o rio das Cobras acerca dos quais procurou demonstrar que eram adaptados à cultura do homem branco: “São índios mansos em numero de 500: alguns já falam regularmente o nosso idioma e vivem em boa harmonia com a soldadesca em serviço da estrada: cultivam milho e feijão”.²⁵⁵

O relato enfatiza a presença de *índios botocudos* na fronteira entre as Províncias do Paraná e de Santa Catarina, então considerados como “bravios” e “índomáveis”. A presença desses índios era motivo de preocupação para o desenvolvimento do processo de colonização da região de fronteira, pois, segundo a visão do governo, eles impediam a presença da civilização: “[...] habita desde a margem esquerda do Iguassú, penetra o grande sertão até Campos Novos, fazendo correrias, a partir das serras a leste do município do Rio Negro até os campos. Numa extensão de 18 léguas, e desde Jaraguá, território catharinense, até a nossa União da Victoria, numa extensão de 50 leguas. No interior da serra do Espigão, que limita os dois Estados Vizinhos, há um alto morro chamado Tayó, em pleno sertão impenetrável, em cujos arredores habita essa grande tribo, infelizmente de uma ferocidade implacável, até o presente refractaria à civilização”.²⁵⁶

Domingos Virgilio Nascimento relatou a hostilidade desse povo, argumentando que os botocudos vigiavam a margem do Alto Iguazu, percorrendo os seus povoados para incentivar contra-ataques e atravessavam os caminhos dos tropeiros, disparando flechas contra aqueles que adentravam suas terras. Em suas palavras, os índios botocudos davam: “[...] signaes mysteriosos; e

²⁵⁴ Nascimento, *Pela Fronteira*: 75-76. (Grifos do autor).

²⁵⁵ Nascimento, *Pela Fronteira*: 82.

²⁵⁶ Nascimento, *Pela Fronteira*: 16.

quando por ventura ousam aproximar-se de uma cabana ou de uma roça, atacam o lavrador impenitentemente, causando morticínios e estragos materiaes”.²⁵⁷

A tentativa de promover a povoação regular nessa região passava a ser, então, uma forma de obrigar os *índios botocudos* a migrarem para outra região. Conforme relato, havia constantes confrontos entre homens brancos e índios a ponto de os colonos moradores de fazendas nos Campos de Palmas cercarem suas casas para se proteger dos *índios bravios*, conforme se depreende da leitura do excerto a seguir: “Notei que alem dos muros resistentes de pedra contornando as propriedades a casa principal tinha as paredes de alvenaria de uma espessura de quase um metro. Vim a saber que os antigos proprietarios dessa antiquaria fazenda – a mais importante de ha 30 annos – doptavam as suas moradas da mais solida construcção e de outros meios de defesa, para residir aos ataques constantes dos indios bravios que dominavam aquellas plagas”.²⁵⁸

Nos campos de Palmas, havia desavenças recorrentes entre os *índios mansos* e *bravios* que, segundo Domingos Virgílio Nascimento, povoavam as matas em que fora assentada a cidade de Palmas, levando a população dessa região à constante vigilância, com medo de ataques. O relato deixa entrever o medo de um levante de indígenas, pois os índios também estavam se armando: “[...] recorrem aos brancos, pedindo armas para a defesa, e ficaram de alerta vigiando continuamente os campos e os sertões próximos”.²⁵⁹

Arthur Martins Franco narrou que o Comandante de Foz do Iguaçu, *Emiliano Ponce de Leon*, havia informado a existência de um aldeamento de índios mansos neste local e que os peões que trabalhavam nas companhias ervateiras estavam entregues à própria sorte nestes sertões do Alto Paraná: “É de notar que administração dos trabalhos de Nuñez y Gyabaja, não possuía farmácia alguma de emergência e nem medicamentos avulsos, mais necessários naquele serviço e com que pudesse atender a qualquer acidente, e como esse, deixando a ‘peonada’ que ali trabalhava entregue à própria sorte. [...] Empresa fornecia-lhe apenas a comida, que lhe era debitada, assim como

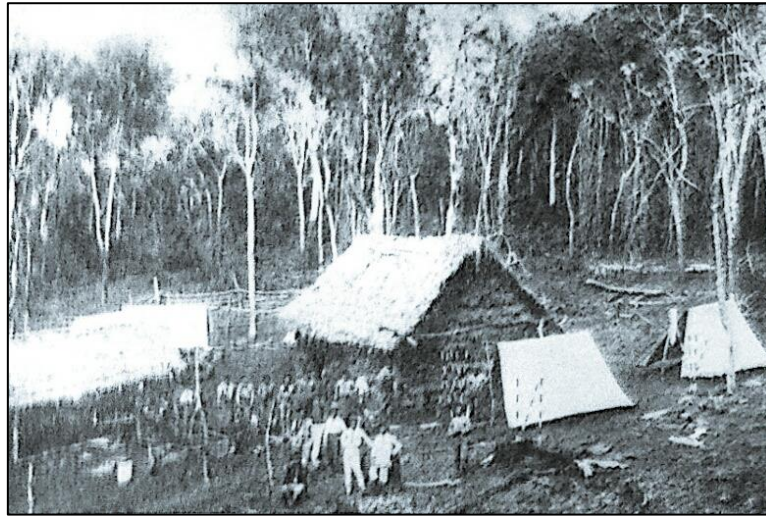
²⁵⁷ Nascimento, *Pela Fronteira*: 17.

²⁵⁸ Nascimento, *Pela Fronteira*: 34.

²⁵⁹ Nascimento, *Pela Fronteira*: 40.

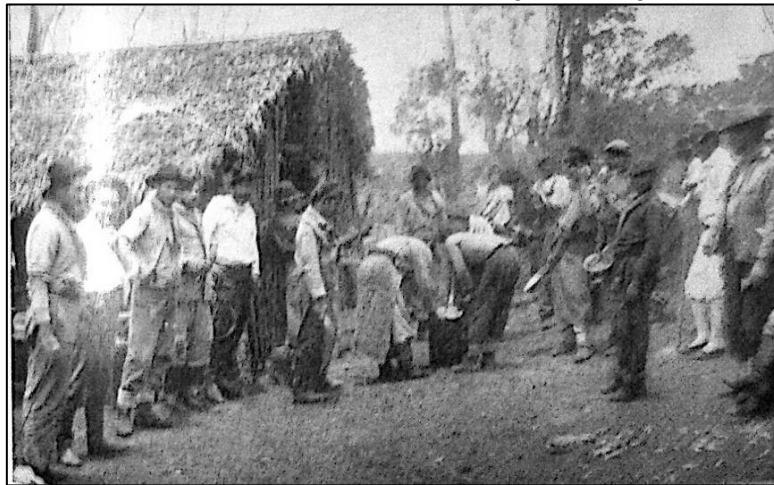
qualquer droga que lhe fosse fornecida”.²⁶⁰ As imagens a seguir, figuras 33 e 34, reportam-se a esse período:

FIGURA 33 - Sertão – Acampamento central.



FONTE: Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*.

FIGURA 34 – Sertão - Distribuição de rações.



FONTE: Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*.

Manuel Azevedo da Silveira Netto apontou em seu relato que a *Comissão de Entradas* havia encontrado um grande contingente de indígenas na fronteira da Província do Paraná, chegando a descrever as principais características desta população: “São em geral de estatura mediana [...], cor amarelo clara, trazem os cabelos longos caídos para as costas, tendo apenas cortada uma franja

²⁶⁰ Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná*: 37-38.

pendente da testa. Os de sexo masculino têm introduzido no lábio inferior, em pequeno orifício, um estilete fino de madeira, cujo comprimento varia na razão direta as idades”.²⁶¹

Nos relatórios de governos não foram feitas menções em relação à ocupação cultural, já nos relatos de viagens, somente Domingos Virgílio Nascimento trouxe informações sobre a existência do “Collegio Becker”, que tinha, então, 30 alunos matriculados e reforçou sua preocupação com a conquista cultural na fronteira.

d) Entre 1911 a 1920: A era da ocupação político-administrativa

Sobre a ocupação da fronteira Oeste no período de 1911 a 1920, foram selecionados os relatórios de governo de Francisco Xavier da Silva (1911 e 1912), Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1913 a 1916) e Affonso Alves de Camargo (1917 a 1920), além dos relatos de viagens de Julio Nogueira²⁶² (1919) e Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior²⁶³ (1919) e Cesar Prieto Martinez²⁶⁴ (1920).

²⁶¹ Silveira Netto, *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu* [1920]: 23-24. (Grifos do autor).

²⁶² Julio Nogueira, com a narrativa publicada com título de “Do Rio ao Iguassú e ao Guayra” no ano de 1920, apresenta uma viagem expedicionária encomendada pelo Governo Federal do Brasil com o intuito de estudar as terras nacionais da fronteira. Nogueira saiu do Rio de Janeiro em direção a fronteira, percorrendo um campo vastíssimo com objetivo de fazer propaganda para a conquista do território nacional da fronteira, que estava sendo criminosamente explorado por estrangeiros. Também era “Professor, especializado em lingüística, ao final de 1919, no gozo de suas férias, ausenta-se do Rio de Janeiro, percorre o Estado de Santa Catarina, Buenos Aires e Montevidéu, adentra a região do Prata, até a localidade Porto Iguassú a fim de conhecer as quedas do rio Iguaçu, reconhecidas na época pelo atributo: quedas do Guairá, águas situadas em território extremo-oeste paranaense”. Freitag, “Extremo – Oeste Paranaense”:50-51.

²⁶³ A viagem de Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior em direção à fronteira Oeste paranaense ocorreu no ano de 1919 e teve seu relato publicado com o título “Pelas Selvas e Rios do Paraná” somente no ano de 1946. O relato consiste num levantamento dos “campos despovoados” e dos rios ignorados do sertão. Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior “Nasceu em Curitiba, em 2 de novembro de 1894. Em 1918, trabalhava para os jornais cariocas O País e A Rua, ganhando por mês, duzentos e cinquenta mil réis. Por indicação de seu colega Monteiro Neto ganhou o cargo de topógrafo para desenho e fixação de pranchas de um projeto do ramal na Baixada Fluminense. Ao andar pelos cabarés do Rio e se encontrar com Edmundo Mercer, resolveu retornar ao Paraná, já que o amigo estava encarregado de grandes trabalhos topográficos no nosso Oeste. Coelho Júnior tornou-se um bandeirante, percorrendo milhares de quilômetros a pé, a cavalo, de canoa, com o teodolito em punho, a medir e demarcar terras. Sertanista nato, viveu na selva momentos de aventuras, marrando-as em Perfis e Panoramas, 1940. Em 1946 surge Pelas Selvas e Rios do Paraná, memórias de sua estada em sertões paranaenses. Cronista, poeta e contista pouco divulgado, eleito para o Centro de Letras do Paraná em 21 de novembro de 1944, faleceu em Curitiba em 21 de junho de 1969”. Academia de Letras Paranaense, “2º Ocupante: Carlos Alberto Teixeira Coelho Júnior (1894-1969)”. Consultado no dia 03 janeiro 2016, URL: <http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-29/>

²⁶⁴ Cesar Prieto Martinez, em seu relato “Sertões do Iguaçu” publicado em 1925, enfatizou que antes de ser inaugurada a estrada de rodagem que ligava Guarapuava a Foz do Iguaçu, pouco se conhecia sobre a imensa região sertaneja, completamente desconhecida dos que residiam na capital do Paraná. Cesar Prieto Martinez Professor paulista, Diretor da Escola normal de Pirassununga, foi escolhido para remodelar o ensino paranaense assumiu o cargo de Inspetor

Sobre a ocupação militar da fronteira Oeste, os relatórios de governo do Paraná não chegaram abordar a presença de militares na região, ancorando-se no argumento central da delimitação da fronteira entre Paraná e Santa Catarina, que ainda estava por ser definida, fato que mais tarde resultaria numa disputa territorial conhecida como a Guerra do Contestado (1912-1916)²⁶⁵; porém, a atuação militar na fronteira Oeste foi apontada no relato de viagem de Julio Nogueira, que observou que o serviço de policiamento da fronteira estava confiado a um oficial da *Força Pública Paranaense* e a dezoito praças, todos sediados em Foz do Iguaçu. Além disso, ressalta o viajante que a única autoridade presente naquele local tinha que sair constantemente em busca de criminosos.²⁶⁶

Pode-se perceber que, ainda no período de 1911 a 1920, há certo abandono do Estado Nacional brasileiro e do governo do Paraná em relação à fronteira. Representativo dessa situação é o relato de Julio Nogueira, que mostra diversas impressões desfavoráveis à atuação militar, tais como: *local de violência, exploração e conflitos*, registrando algumas fotografias acerca da situação dos militares na fronteira, conforme a figura 35.

Geral do Ensino do Estado do Paraná, durante o governo de Caetano Munhoz da Rocha (1920-1924) no dia 08 de abril de 1920. Em sua viagem teve como objetivo conhecer as escolas do interior do Paraná, porém descreveu as impressões sobre o Oeste do Paraná. Marlete dos Anjos Silva Schaffrath, “A Escola Normal no Paraná na reforma de Prieto Martinez (1920): a base sólida da reforma racional do ensino” in *VI Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil*, 16 a 19 de maio de 2011 – Vitória – ES. Consultado no dia 17 outubro 2015, URL: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/1188.pdf

²⁶⁵ Segundo Rogério Rosa Rodrigues, a Guerra do Contestado: “é o nome dado a um dos maiores conflitos rurais ocorridos na história republicana do Brasil. O nome de batismo do movimento se refere à disputa travada entre os governantes do Paraná e de Santa Catarina pela delimitação da fronteira entre os dois Estados. A querela política durou décadas e foi refutada pelos paranaenses que defendiam o sistema de *uti possidetis* como base para fixar os limites na região. Os catarinenses, por sua vez, defendiam os critérios de delimitação a partir das fronteiras naturais, ou seja, as margens do rio do Peixe deveriam servir de referência para estabelecer os limites entre os dois Estados. Essa disputa política estava assentada nos interesses econômicos existentes entre os Estados vizinhos, visto que ambos tinham em mira beneficiar-se da erva-mate abundante na região. Esse produto possuía um mercado externo privilegiado à época. Além disso, tal disputa pode ser situada em contexto mais amplo de redefinição de limites entre os Estados da República Federativa do Brasil, já que após a implantação do novo regime político os Estados buscavam aumentar sua receita, havendo uma maior corrida por arrecadação de impostos e exploração de recursos naturais”. Consultar: Rogério Rosa Rodrigues, “Estilhaços da violência: A Guerra do Contestado e a memória oficial”, *Revista Contemporânea – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX*. Ano 5, nº 8, vol. 2. 2015: 3-4. Consultado no dia 14 janeiro 2017, URL: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/12_roge_rio_rosa_rodrigues.pdf

²⁶⁶ Nogueira, *Do Rio ao Iguaçu e ao Guayra*.

FIGURA 35 - Ruínas do Edifício do Quartel Federal em Foz do Iguçu.



FONTE: Nogueira, *Do Rio ao Iguaçu e ao Guayra*: 84.

Nota-se aí, o evidente abandono do o edifício que se destinava à bateria de artilharia, além da sede da Mesa de Rendas (Figura 36), tomada pela vegetação:

FIGURA 36 - Ruínas de edifício para a Mesa de Rendas em Foz do Iguçu.



FONTE: Nogueira, *Do Rio ao Iguaçu e ao Guayra*: 86.

Outra crítica de Julio Nogueira foi em relação a lancha fiscal, que tinha a função de reprimir contrabando na fronteira, mas não era dirigida por brasileiros e sim por paraguaios. O descaso em relação as condições da fronteira levaram à seguinte crítica: “Ninguém quer ser guarda da Mesa de

Rendas a menos que tenha outro meio de vida e sirva ... por favor. Imagine-se que a esse funcionario que deve gosar de relativa independencia o nosso governo paga 119\$000 mensaes numa terra em que um kilo de feijão custa 1\$500. Não existe força federal na Foz do Iguassú, apesar da sua dupla situação fronteira. E para que se julgue como corria a nossa vigilancia militar (quando existia) basta dizer que serviram na 12ª Companhia dois soldados estrangeiros: um argentino e outro paraguay”.²⁶⁷ O viajante retrata a fronteira como local de total abandono por parte do governo, chegando a nominar os responsáveis pela guarda fronteira e enfatizar que os habitantes sabiam que os guardas da fronteira do Brasil eram os estrangeiros.

A ocupação político-administrativa, de acordo com o relatório de Francisco Xavier da Silva, ocorria regularmente através de serviços de medição e demarcação de terras sujeitas à legitimação de posse, inclusive dos índios, cujo relatório da União ressalta que agia “reservando-lhes terras para o seu estabelecimento, e facilitando aos trabalhadores nacionaes a aquisição de terras, anunciando pela folha oficial que lh’as cede com as mesmas condições de pagamentos offerecidos aos imigrantes”.²⁶⁸ Além disso, naquele período iniciava-se o processo de ocupação das terras para desenvolvimento da agricultura e definição da futura comarca de Foz do Iguacu, que foi efetivamente elevada à categoria de comarca com a promulgação da Lei nº 1658 de 3 de março de 1917, uma consistente medida político-administrativa para ocupação da fronteira²⁶⁹

Mais adiante, entre aos anos de 1919 a 1920, as tentativas de integração da fronteira Oeste ao Estado do Paraná ganharam novo fôlego com a construção de “1.102 kilometros de estradas de rodagem, inclusive 451 km de Guarapuava á Fóz do Iguassú, ligando a que daquela primeira cidade vem ao porto de Antonina, com um percurso total de 852 kilometros, o que faz dessa via de comunicação a maior do Brasil, a primeira que liga o nosso Paiz de leste á oeste e o Atlantico ao

²⁶⁷ Nogueira, *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra*: 84-85.

²⁶⁸ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 11ª Legislatura de Francisco Xavier da Silva, em 2 de fevereiro de 1912, Curitiba: Typographia D’A Republica, 1912: 17.

²⁶⁹ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 14ª Legislatura de Affonso Alves de Camargo, em 1 de fevereiro de 1918, Curitiba: Typographia D’A Republica, 1918.

Rio Paraná, dando acesso ás fronteiras Argentina e Paraguaya e ás grandiosas cataractas de Santa Maria do Iguassu e Sete Quédas”.²⁷⁰

Em linhas gerais, os relatos dos viajantes desse período reafirmam a necessidade de ocupação econômica da fronteira em face da necessidade de exploração da erva-mate, da madeira e, sobretudo, das Cataratas do Iguaçu. Cesar Prieto Martinez chegou a enfatizar acerca desse período, a exploração em larga escala da erva-mate por parte da empresa do argentino Barthe, que empregava nesse serviço extrativista mais de cem peões, além de possuir uma estrada própria até o Porto de Santa Helena, local de recebimento e beneficiamento da erva-mate, reforçando a ideia de que a erva-mate era uma riqueza natural que deveria ser melhor explorada pelos brasileiros. Seu relato culmina no ponto comum dos demais relatos até aqui apresentados, o de que os brasileiros que habitavam a fronteira Oeste estavam esquecidos pelo próprio país. Não obstante, Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior, reforçou essa ideia observando que tanto o sertão quanto a população do Oeste sofria uma exploração devastadora de suas riquezas por parte das *companhias argentinas*: “assistimos o desolado panorama humano de nossos sertões, onde, inúltimente, a terra se desfloresta, sucedendo-lhe uma agricultura que queima milhares de pinheiros e madeiras de lei para plantar umas centenas de punhados de milho, e o homem se degrada à míngua de recursos”.²⁷¹

Dentre os viajantes, Julio Nogueira, dedicou-se a explicar as minúcias da visita técnica às Cataratas do Iguaçu, acompanhado do Coronel Schimmelpfeng e do engenheiro Juan Bohoslavski com vistas viabilizar o comércio e a exploração de recursos hidráulicos.²⁷² Essa visita foi retratada em seu relato com fotografias dos Saltos brasileiros e argentinos, conforme as figuras 37 e 38.

²⁷⁰ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 15ª Legislatura de Affonso Alves de Camargo, em 1 de fevereiro de 1920, Curitiba: Typographia D'A Republica, 1920: 7.

²⁷¹ Coelho Junior, *Pelas Selvas e Rios do Paraná*: 162-163.

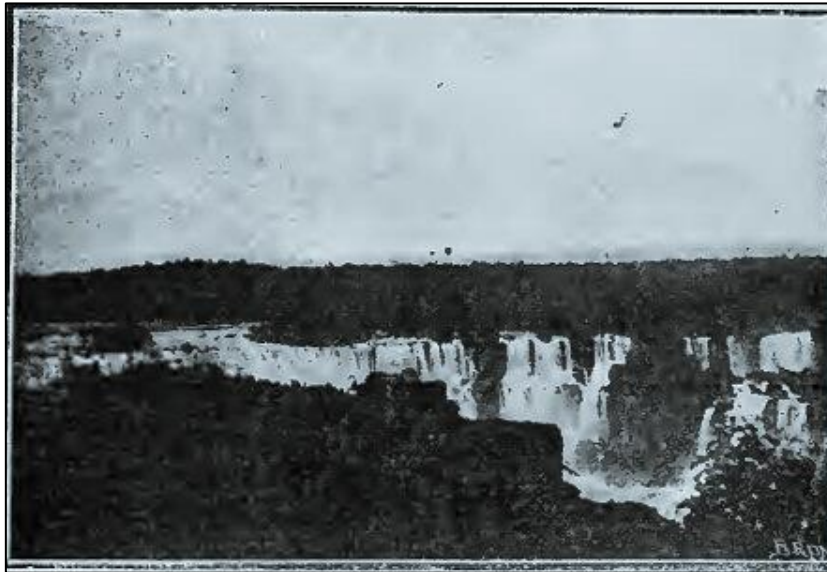
²⁷² Nogueira, *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra*.

FIGURA 37 - Visita de Julio Nogueira no grupo de Saltos.



Fonte: Nogueira, *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra*: 96.

FIGURA 38 - Vista geral dos Saltos Argentinos.



Fonte: Nogueira, *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra*: 98.

Além do potencial turístico descrito por Julio Nogueira, sobressai-se à crítica a inoperância do governo brasileiro quanto ao potencial hidrelétrico das Cataratas do Iguaçu, já de longa data estudado por expedições de engenheiros argentinos.²⁷³ Para este expedicionário, o Brasil deveria considerar o potencial das Cataratas do Iguaçu como elemento para atrair a presença brasileira para

²⁷³ Nogueira, *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra*.

a fronteira, incentivando a vinda de turistas e a criação de um *Parque Internacional* atrelado à construção de estradas de rodagem e, conseqüentemente, a nacionalização da fronteira. Nesse mesmo propósito, Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior também encaminhou nota ao Governo Federal reforçando a ideia de um *Parque Nacional em Foz do Iguaçu*, bem como, de rodovias.²⁷⁴

No que tange à ocupação demográfica da fronteira, dado ausente nos relatos do governo, Julio Nogueira, reforçou a baixa presença de *sujeitos nacionais* na região chegando a observar que os próprios funcionários da empresa *Matte Larangeira* eram, em grande parte, estrangeiros. Em suas palavras: “[...] aquele pedaço do território brasileiro acha-se lamentavelmente afastado da comunidade nacional, situação de que, em parte, cabem culpas á empresa [Matte Larangeira], mas, sobretudo, ao nosso governo centralizador, que nada procura conhecer dos territorios longinquos do paiz, até hoje entregues a sua propria sorte”.²⁷⁵

Acerca desse dado, Cesar Prieto Martinez observa a constante presença de índios na região, classificando-os como primitivos que não contribuíam para construção da cidade, posto que suas casas eram “quatro páos fincados, meia água de sapé ou palma de coqueiro, sem paredes, ou quando muito pequenos retalhos de taquara roliça. O caboclo seguiu-le os passos”.²⁷⁶ Apresentando outro ponto de vista, Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior identificou os habitantes do Oeste como *caboclos caluniados* e verdadeiros desbravadores das selvas e dos rios do Paraná: “O incomparável pioneiro ameríndio, que vai desbravando – balizado o seu rumo pelo sol poente, como um marco luminoso de nossa soberania no extremo Oeste, na selva êrma, sanhuda e hostil, secularmente, desde que o Brasil amanheceu – o caminho nacionalizador e civilizador”.²⁷⁷ Seu argumento considerava a escassez populacional no processo de ocupação e colonização dos sertões do Oeste e estado de abandono do caboclo que habitava o sertão: “Geralmente os nossos caboclos abandonam os seus ‘sítios’ e penetram o sertão, na sua voluntária marcha para o Oeste, com o

²⁷⁴ Coelho Junior, *Pelas Selvas e Rios do Paraná*.

²⁷⁵ Nogueira, *Do Rio ao Iguaçu e ao Guayra*: 115.

²⁷⁶ Martinez, *Sertões do Iguaçu*: 124.

²⁷⁷ Coelho Junior, *Pelas Selvas e Rios do Paraná*: 42.

exclusivo auxílio de suas próprias forças” – quase sempre tocados de suas terras, de posse sem formalidades legais, por despejos judiciais”.²⁷⁸ Vê-se aqui que o caboclo que migrava em busca de novas posses de terras ficava à margem da exploração presente nestes espaços.

A presença indígena foi matéria recorrente também no relatório do presidente Vicente Machado da Silva Lima, que advertiu ao *Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio* a necessidade do processo de *catequização dos indígenas* para facilitar a ocupação. No entanto, a presença indígena acaba sendo tema de menor impacto quando observado que as práticas escolares acabavam sofrendo influência estrangeira. Acerca desse tema, é mister ressaltar que durante o governo de Affonso Alves de Camargo, numa tentativa da nacionalização do ensino primário, observou-se que o ensino era ministrado no idioma estrangeiro e não na língua nacional: “nessas escolas a maior parte dos alumnos só frequenta as aulas onde é ministrada a lingua dos seus maiores [idioma de origem], onde tambem aprendem, no mesmo idioma, as demais disciplinas escolares com maior descaso pela língua do Paiz”.²⁷⁹

Corroborando essa ideia, Cesar Prieto Martinez, observou que a fronteira Oeste, mesmo sendo território brasileiro, era mais paraguaia e argentina: “[...] nem o nosso idioma, nem o nosso dinheiro, ahi conseguiram chegar. Os poucos nacionaes aqui ahi aportam, embora de passagem, no desempenho de um mandato oficial, submetem-se ao meio que lhes deita o seu braço de ferro e os converte, pelo menos aparentemente”.²⁸⁰ Em decorrência, estrangeiros assumiam a identidade de brasileiros na fronteira, como o caso da mulher, típica cabocla brasileira, que sendo indagada respondeu em espanhol: “sorriu, mostrando uma fileira de dentes alvos e nos diz com visível safistação. – Soy brasileña, senhor gracias a Diós; pero como me crié entre paraguayos”.²⁸¹ O fato

²⁷⁸ Coelho Junior, *Pelas Selvas e Rios do Paraná*: 47.

²⁷⁹ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 14ª Legislatura de Affonso Alves de Camargo, em 1 de fevereiro de 1918, Curitiba: Typographia D'A Republica, 1918: 18.; Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 15ª Legislatura de Affonso Alves de Camargo, em 1 de fevereiro de 1920, Curitiba: Typographia D'A Republica, 1920.

²⁸⁰ Martinez, *Sertões do Iguassú*: 8.

²⁸¹ Martinez, *Sertões do Iguassú*: 76.

é ilustrativo daquilo que o viajante tenta demonstrar: que no sertão do Iguazu se falava mais o espanhol/castelhano do que o próprio português.

A prevalência da língua espanhola sobre a brasileira também foi observada por Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior: “em Foz do Iguazú [...] tudo estrangeiro, afora um ou outro funcionário público, e esses, falando castelhano e acastelhanados em tudo! Tudo estrangeiro. Só não o era, o nosso coração de patriota entristecido, a pulsar de revolta ante o descaso de nossa orientação nacionalista e civilizadora”.²⁸² Para ele, assim como para os demais viajantes, o avanço dos imigrantes em direção ao Oeste ajudaria na construção da brasilidade, bem como, na reversão dos quadros de *escravização do homem branco*, situação imposta pelas companhias ervateiras, pela ausência do idioma e pela ineficiência da presença do Estado.

e) Entre 1921 a 1930: A era das ocupações econômica, demográfica e cultural

Para a análise das dimensões da ocupação de 1921 a 1930 foram selecionados os seguintes relatórios de governo: Caetano Munhoz da Rocha (1921 a 1928) e Afonso Alves de Camargo (1928 a 1930). E os relatos de viagem do Tenente João Cabanas²⁸³ (1924 e 1925) e do Tenente-Coronel José de Lima Figueiredo²⁸⁴ (1930). Os relatórios governamentais desse período não mencionam

²⁸² Coelho Junior, *Pelas Selvas e Rios do Paraná*: 181.

²⁸³ “João Cabanas nasceu em São Paulo, em 1895. Militar, cursou a Escola de Oficiais da Força Pública paulista, tendo também se bahacrelado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1924, teve participação ativa no levante tenentista deflagrado em São Paulo contra o governo de Artur Bernardes. A capital paulista esteve, então, por três semanas, sob o controle dos rebeldes. Após a retirada dos revolucionários da cidade, prolongou a luta pelo interior do estado comandando a Coluna da Morte. Nessa época, seus feitos militares estimulavam o aparecimento de muitas lendas sobre a sua pessoa, a quem se atribuía poderes sobre-humanos em combates e fugas espetaculares. Por conta disso, o governo colocou sua cabeça a prêmio por quinhentos contos. Exilou-se, então, no Paraguai, não integrando-se à Coluna Prestes, exército guerrilheiro nascido da unificação das forças rebeldes de São Paulo com as que haviam sublevado guarnições do Exército no interior gaúcho, também em 1924, sob a liderança de Luís Carlos Prestes”. FGV CPDOC, “João Cabanas” Consultado no dia 20 outubro 2017, URL: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/joao_cabanas

²⁸⁴ Vários foram os oficiais do Exército brasileiro que viajaram para a fronteira, porém, a viagem do Tenente-Coronel José de Lima Figueiredo, além de empreender uma excursão nos de 1930 para esse espaço fronteiriço Oeste, descreveu a sua vivência de Paranaguá até a região do Iguazu. O resultado deste esforço foi publicado no ano de 1937 em relato intitulado “Oeste Paranaense”. “No posto de Tenente-Coronel, foi Comandante da Escola de Educação Física do Exército. No posto de Coronel, foi adjunto do Gabinete do Ministro da Guerra em 1945. Diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Ocupou a Cadeira 39 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Ex-Deputado do PSD de São Paulo. Faleceu aos 54 anos de idade. Sepultado no Cemitério São João Baptista, Rio de Janeiro (RJ). Faz parte das seguintes instituições: sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da The National Geography

questões ligadas à ocupação militar da fronteira, porém os viajantes descrevem as condições em que a fronteira se encontrava sob múltiplos aspectos.

Especificamente em 1922, Caetano Munhoz da Rocha, em mensagem do governo, aponta a criação da *Estrada de Ferro Oeste do Paraná* e a construção da “Estrada de Ferro-Paraguay” como esteios da ocupação²⁸⁵ e em 1923, atenta para o início dos trabalhos de descrição geográfica da fronteira para a produção de mapas atualizados. É também no governo de Caetano Munhoz da Rocha que a ocupação e colonização das terras devolutas da fronteira passaram a ficar sob a responsabilidade de *Companhias colonizadoras privadas*.²⁸⁶

Sob a ótica dos viajantes, faltava à fronteira Oeste, principalmente em *Porto Guayra* e *Foz do Iguaçu*, a efetiva presença do Estado Nacional brasileiro. Para o Tenente-Coronel José de Lima Figueiredo, a presença dos paraguaios e argentinos era vista como um elemento preocupante para a construção da identidade nacional da fronteira e alertou sobre a necessidade de exploração das Cataratas, aludindo que a exploração “poderia fornecer mais de 1.000.000 de cavalos, se fosse utilizada como força motriz”.²⁸⁷ Partindo dessa mesma preocupação, o Tenente João Cabanas observou que a exploração econômica da fronteira por parte das madeireiras ocorrida de forma predatória e explorava mão de obra brasileira, argentina, e paraguaia, tornando os trabalhadores bestializados: “característicos da vida miserável que passavam sem os mais rudimentares cuidados de higiene; uns, bestializados pelos maus tratos, riam alvarmente, olhar parado, em ponto fixo imaginário. A grande maioria com os artelhos deformados pelos bichos de pé, faces entumecidas pela anchilostomiase ou pelo mal de Chagas”.²⁸⁸

Society de Washington, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Sul rio grandense, consultor técnico de ‘Geografia Regional’ do Conselho Nacional de Geografia, membro da Comissão Diretora da Biblioteca Militar, membro da Comissão Redatora da Revista Brasileira de Geografia e da ‘Biblioteca Geográfica Brasileira’, detentor da cadeira General Couto de Magalhães no Instituto Militar de História e Geografia”. Sanguê do Meu Sanguê. General José de Lima Figueiredo, Consultado no dia 06 janeiro de 2016, URL: <http://pagfam.gencall.net/2762/pessoas.php?id=1172088>

²⁸⁵ Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se 1º Sessão da 16ª legislatura, em 1 de fevereiro de 1922, Curitiba, 1922.

²⁸⁶ Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se 1º Sessão da 17ª legislatura, em 1 de fevereiro de 1924, Curitiba, 1924.

²⁸⁷ Figueiredo, *Oeste Paranaense*: 96.

²⁸⁸ Cabanas, *A column da morte*: 245.

Vale ressaltar que nesse período de sua passagem pela fronteira, a escravidão já havia sido extinta através da Lei Áurea²⁸⁹, mas os trabalhadores dos ervais continuavam a ser explorados como os escravos negros pela figura do “Capataz”. Segundo ele, os capatazes aplicavam castigos aos trabalhadores e impunham suas crenças sobre eles. Corroborando essa ideia, o Tenente-Coronel José de Lima Figueiredo ressaltou a condição *miserável* dos colonos (brasileiros, argentinos e caboclos) e indígenas que encontrou em seu trajeto e relatou o desenvolvimento de colônias alemãs, tomadas como referência modelar para a colonização do Oeste do Paraná: “Os nossos sertões e desertos só podem, só devem ser povoados – e o hão de ser – por imigração européa, que mui espontaneamente e por si caminhe da periferia para centro, reflua do litoral e suas imediações para a zona do interior”.²⁹⁰

Acerca da ocupação demográfica, Caetano Munhoz da Rocha, resalta o incentivo que o Estado do Paraná vinha promovendo para a ocupação e colonização do território por meio da migração de *colonos nacionais*, oriundos do Rio Grande do Sul e descendentes dos antigos italianos e alemães: “Além da vantagem de serem colonos já com recursos próprios, accresce a circumstancia de já serem acclimatados e familizou com os nossos hábitos e systemas de trabalho”.²⁹¹ Nota-se uma inversão discursiva na mensagem: a valorização de uma corrente migratória interna em detrimento da imigração de estrangeiros: “em benefício dos nacionaes, os verdadeiros povoadores e desbravadores dos nossos sertões [...]. Nessas condições, mais de 500 famílias oriundas do Rio Grande e Estados limitrophes, têm se estabelecido nestes últimos tempos em terras do nosso Estado, principalmente nos municipios Palmas, Fóz do Iguassu, S. Jeronymo e Guarakessaba”.²⁹²

²⁸⁹ Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, responsável por declarar extinta a escravidão no Brasil, promulgada pela Princesa Isabel. “A Lei recebeu este nome porque a princesa Isabel elegeu a data de 13 de maio, dia do nascimento de seu bisavô D. João VI, para assinar o documento que tornaria todos os escravos existentes no Brasil em “homens livres”. Conferir em: Alejandra Magalhães Esteves, Almanaque: Documentos Históricos. *Revista África e Africanidades* - Ano I - n. 1 - maio. 2008. Consultado em 14 janeiro 2017, URL: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Lei_Aurea.pdf

²⁹⁰ Figueiredo, *Oeste Paranaense*: 83-84.

²⁹¹ Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se 2º Sessão da 15ª legislatura, em 1 de fevereiro de 1921, Curitiba, 1921:68.

²⁹² Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se 1º Sessão da 16ª legislatura, em 1 de fevereiro de 1922, Curitiba, 1922: 66.

Em relação à ocupação cultural, as mensagens de governo desse período reforçavam a implantação de *escolas de instrução primária* para o ensino da língua portuguesa e costumes brasileiros, aspecto que, para ambos os viajantes, somente seria possível com a vinda dos imigrantes europeus.

3. A OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA NORDESTE - MISIONES: A DINÂMICA “ARGENTINA”

a) Entre 1881 a 1890: A era da ocupação militar

Para a compreensão da dinâmica da ocupação da fronteira Nordeste – Misiones, durante o período de 1881 a 1890, foram selecionados três relatos de viajantes para analisar o caso argentino: Alejo Peyret (1881), Ramon Lista (1883), Juan Queirel (1885)²⁹³ e Rafael Hernández (1887). Já em relação às mensagens presidenciais apresentadas no Congresso Argentino, destacam-se os seguintes presidentes: Julio Argentino Roca entre os anos de (1881 a 1886), e Miguel Juárez Celman, entre os anos de (1887 a 1890).

Em relação a dimensão da ocupação militar da fronteira, conforme análise das mensagens de governo dos presidentes ao congresso argentino, nota-se que os presidentes iniciaram o processo de reconhecimento do território pelos militares. Na mensagem de governo de Julio Roca do ano de 1881, o Estado Nacional argentino buscava um movimento militar para efetuar as explorações e reconhecimento topográficos do território da fronteira (Misiones). Os militares seriam, assim, utilizados para demarcação das terras da fronteira, lembrando que nesse período Argentina e Brasil estavam disputando a posse do Território de Misiones, conforme a discussão do capítulo I.

Mesmo não criando colônias militares em Misiones, a exemplo do Brasil, a presença dos militares era constante na promoção da *limpeza étnica* dos territórios nacionais, visando proteger a

²⁹³ Apesar da viagem ter acontecido em 1885 o relato só foi publicado no ano de 1897.

população dos territórios da fronteira que estavam abandonados a “selvageria” (índio), para que a civilização tivesse o benefício da riqueza nacional (terra e erva-mate no caso de Misiones).²⁹⁴ Além disso, os militares tinham a função de mapear as riquezas naturais: “la Pilcomayo y el Talita al mando del Sargento Mayor Pérez y a servicio del mismo ingeniero, salen á practicar un estudio hidrográfico completo del Alto Paraná, con fin de proyectar los medios de allanar los obstáculos á su navegación, para el formento de la colonización y explotaciones de las riquezas naturales del territorio nacional de Misiones”.²⁹⁵ O discurso presidencial enfatiza a importância de promover o movimento militar em direção a fronteira para efetiva a exploração e o reconhecimento topográfico. Preocupado com a segurança dos imigrantes (colonos), apresentou ainda medidas de segurança para dar maior segurança à população na fronteira, pois segundo Roca, havia pequenos grupos de índios que eram um perigo real aos colonos que habitavam o território.²⁹⁶

De modo geral, a presença dos militares na fronteira contribuiu para a ocupação do território, trazendo o desenvolvimento para a nação argentina.²⁹⁷ Por essa razão, o presidente solicitou um estudo ao *Sargento Mayor Pérez* (também engenheiro) sobre a hidrografia completa do Alto Paraná, visando ao desenvolvimento das navegações, ao fomento da colonização e à exploração das riquezas naturais do Território Nacional de Misiones.²⁹⁸ Em de 1884, Julio Roca reforçou atuação do exército na fronteira: “no cruza un solo indio por las extensas pampas donde tenían sus asientos numerosas tribos; allí se levantan ahora pueblos y se fundan establecimientos industriales de importancia bajo la salvaguardia de los acantonamientos militares; la población de cinco provincias se desborda en sus soledades, y el valor de esas tierras sube en proporciones

²⁹⁴ Mensaje Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1881 (Buenos Aires: Imprenta de “La República”, 1881): 61.

²⁹⁵ Mensaje Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1881 (Buenos Aires: Imprenta de “La República”, 1881): 62.

²⁹⁶ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1882).

²⁹⁷ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1882).

²⁹⁸ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1882).

inesperadas”.²⁹⁹ O teor das mensagens de 1886 e 1887 reforçam a atuação do exército no Território de Misiones e a conquista dos territórios que estavam no poder dos selvagens (índios).³⁰⁰

O viajante Alejo Peyret reforçou a presença de soldados na região, enfatizando que estavam fazendo uma “*grande limpeza*” no território, a qual pode ser entendida como retirada ou extermínio da população indígena.³⁰¹ Segundo ele, *Posadas* e *Trinchera de San José* só existiam graças a ocupação militar. Já Juan Queirel citou a necessidade de que ocorresse a ocupação militar de Misiones, pois era necessário explorar riquezas existentes nesse território e estabelecer colônias militares na fronteira para garantir segurança no Território de Misiones.³⁰²

No que tange à dimensão da ocupação político-administrativa, Julio Argentino Roca, em 1881, enfatizou a necessidade do incentivo da vinda da imigração europeia para o desenvolvimento da fronteira e observou que a delimitação da fronteira entre Argentina e Brasil acerca do território de Misiones estava sendo tratada de forma cordial e que nesse período ambos os países estavam promovendo um *movimento civilizador* para a fronteira. Além disso, enfatizou a ideia de levar à fronteira correios e telégrafos para melhorar a comunicação com esses locais e promover a *colonização oficial*.³⁰³ Também aludiu à colonização nos seguintes termos: “corrientes poderosas de inmigración y convertir tan vastos desiertos em centros de vida y civilización, por más que encierren em sí todas as ventajas que constribuyen al bienestar del hombre”. Uma vez desenvolvidos os núcleos populacionais, haveria a prosperidade e atração, principalmente a partir da: “inmigración expontánea no irá á los extremos desiertos del país sino llevada por mano de la nación y con ventajas y concesiones liberales”.³⁰⁴

²⁹⁹ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1884 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1884): 125.

³⁰⁰ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1886); Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1887. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo IV (1881-1890).

³⁰¹ Peyret, *Cartas sobre Misiones*

³⁰² Queirel, *Misiones*.

³⁰³ Mensaje Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1881 (Buenos Aires: Imprenta de “La República”, 1881).

³⁰⁴ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1882): 34.

A organização político-administrativa do território, segundo Julio Argentino Roca, era necessária, até mesmo para a criação de comunicação interprovincial, que seria responsável em promover “marcha do progresso nacional” para a fronteira, e a seguridade em seu desenvolvimento. A medida que a população fosse avançando, o deserto iria desaparecendo.³⁰⁵ A esse respeito, no ano de 1883, apresentou ao Congresso Argentino a necessidade da continuidade com a política de imigração para Argentina, cabendo ao congresso aprovar fundos para o cumprimento da *Ley de Tierras e Inmigración de 1876*, só assim, seria possível o desenvolvimento dos territórios nacionais da Argentina. Como grande parte da fronteira era “inabitada”, para promover essa ação era necessário dinheiro para fomentá-la. O governo não poderia esperar que a colonização se estabelecesse de forma espontânea em Misiones.³⁰⁶

As mensagens dos anos de 1885 e 1886 relatam a construção da estrada de ferro em direção à fronteira e a instalação de governo no Território de Misiones como elementos indispensáveis para a garantia para a população que desejava ocupar o “deserto”.³⁰⁷

Nos anos de 1887 a 1889, a presidência de Miguel Ángel Juárez Celman apontou a existência de uma cordialidade na *ocupação político-administrativa* da fronteira entre Argentina e Brasil, evidenciando com isso que a situação ainda permanecia da mesma forma com que se desenhou à época do governo de Julio Argentino Roca³⁰⁸. Para tanto, retomou o discurso da construção de uma ferrovia ligando Corrientes à Misiones, a qual seria promovida pela *Compañía González y Cía.*³⁰⁹ e criticou fortemente a terceirização do processo de ocupação do território fronteiriço por companhias privadas. Segundo seu argumento, a construção das estradas de ferro permitiria a presença do Estado nacional na fronteira, daí a necessidade premente de que o território e o processo estivessem nas mãos da Federação argentina.

³⁰⁵ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1882).

³⁰⁶ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1884 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1884).

³⁰⁷ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1886).

³⁰⁸ Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman de 1887 a 1889.

³⁰⁹ Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman de 1887 e 1888.

Miguel Ángel Juárez Celman defendia a *colonização oficial* promovida pelo Estado argentino, afirmando a necessidade de posse documentada e garantida dos terrenos que os imigrantes fossem ocupar³¹⁰, sustentando que, dessa forma, seria possível garantir a defesa nacional, que poderia ser fragilizada se permanecesse nas mãos das companhias colonizadoras privadas, as quais assumiam o controle sobre o comércio e a exportação dos produtos de Misiones e dos demais Territórios Nacionais.³¹¹

Na mensagem do ano de 1889, relatou a tentativa de garantir 809 Km de estrada de ferro no Nordeste Argentino (Misiones) e de rever a forma da aquisição das terras por meio de nova reformulação da *Ley de Tierras e Inmigración de 1876*, que obrigasse o colono (imigrante europeu) a definitiva efetivação e a colonização do território repassado pelo governo, pois até o ano 1889, a ocupação promovida pelo Estado não tinha sido eficiente.³¹²

Nos relatos de viagem, Alejo Peyret, Rafael Hernández e Ramón Lista observa-se que o Estado estava ausente da ocupação no Território de Misiones, que permanecia esquecido pelo próprio governo. Além disso, reforçavam a necessidade de que o Estado promovesse meios de comunicação para Misiones, visando à ocupação político-administrativa, principalmente na utilização da comunicação fluvial pelo Rio Paraná.³¹³ Em Misiones, na narrativa de Alejo Peyret, faltavam serviços públicos e só haveria colonização se houvesse uma força coletiva do governo nacional, ou seja, a ocupação deveria sair do papel das leis e serem colocadas em prática.³¹⁴ Segundo Rafael Hernández, a terra só iria ser valorizada a partir do momento que ocorresse o pleno

³¹⁰ Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1887. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo IV (1881-1890).

³¹¹ Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1887. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo IV (1881-1890)

³¹² Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1889. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo IV (1881-1890).

³¹³ Peyret, *Cartas sobre Misiones*.

³¹⁴ Peyret, *Cartas sobre Misiones*.

incentivo do Estado na construção de casas, comércios e outros.³¹⁵ Porém, o único empecilho para ocupação que o Estado Nacional argentino deveria ter controle era a *formação da grande propriedade rural*.

De acordo com Ramon Lista, havia estudos para a construção de uma Estrada de Ferro para colocar Misiones em comunicação com os outros locais: “Considero factible y estratégica la nueva línea férrea que se proyecta, y aunque sus resultados económicos, inmediatos, no serian satisfactorios, el rapido desarrollo de la riqueza pública y privada, que como consecuencia lógica se produciria en Misiones, en breve tempo, es induble que aumentaria las entradas de aquella, cubriendo y sobrepasando los gastos de explotación”.³¹⁶ Segundo ele, no período de sua viagem já chegara o telegráfo na *Vila de Posadas*.³¹⁷

O grande problema de Misiones estava na ausência de caminhos e na instalação de meios de comunicação como o telégrafo, o que reforçava a necessidade de desenvolver estratégias de ocupação, pois as terras de Misiones teriam “altos valores” para o governo nacional.³¹⁸ Sob o olhar dos viajantes, a exploração econômica era a grande possibilidade de colonização de Misiones, de acordo com a narrativa de Alejo Peyret, a exploração da vegetação permitiria estabelecer indústrias e usinas utilizando água do rio, além do cultivo da cana de açúcar e da exploração da erva-mate que já estava ocorrendo em Misiones. Entretanto, os ervateiros não consolidavam a ocupação e a colonização de Misiones, pois praticavam a exploração de forma nômade, de modo que não formavam uma verdadeira sociedade, como os colonos (agricultores), mas, serviam para a abertura de caminhos (picadas) nas selvas de Misiones.³¹⁹

Rafael Hernández, apontou a falta de interesse em explorar a zona do Iguaçu, um local privilegiado de riqueza que estava escondido na inexplorada selva, enfatizando a possibilidade de

³¹⁵ Hernández, *Cartas Misioneras*.

³¹⁶ Lista, *El Territorio de las Misiones*: 60.

³¹⁷ Lista, *El Territorio de las Misiones*.

³¹⁸ Queirel, *Misiones*.

³¹⁹ Peyret, *Cartas sobre Misiones*.

exploração agrícola pelo cultivo de cana de açúcar.³²⁰ A crítica de Ramon Lista residia no fato de que em Misiones só havia exploração de erva-mate, única forma de ocupação econômica de Misiones.³²¹ Juan Queirel aludiu à possibilidade de desenvolver a exploração econômica de Misiones pelas qualidades naturais.³²² Em comum, todos os viajantes atentaram para a potencialidade econômica das Cataratas do Iguazu como ponto turístico, comparando-as às Cataratas com a do Niágara no Estados Unidos.

Em relação à ocupação demográfica, as mensagens de governo reforçavam a política de incentivo ao imigrante europeu para Misiones. No ano de 1884, Julio Roca apontou que a imigração ainda não havia contribuído para a incorporação dos “braços” que a fronteira exigia para seu desenvolvimento, no entanto, para que a ocupação demográfica fosse efetiva, o Estado teria que promover o auxílio financeiro.³²³ A intenção, nesse caso, era a de que os deputados aprovassem fundos para o transporte dos imigrantes até o Território de Misiones: “Durante el año transcurrido el Poder Ejecutivo se há visto obligado à rechazar diversas propuestas que le fueron, presentadas con el fin de favorecer el transporte de inmigrantes, acatando a que cuyo conveniente no votar fondos destinados a este objeto”.³²⁴

Em 1887, o presidente Miguel Ángel Juárez Celman ainda apresentava ao legislativo essa mesma preocupação como fomento da imigração, afirmando que era necessário o levantamento de fundos para a ocupação dos territórios despovoados da Argentina, pois, mesmo diante do incentivo de Julio Argentino Roca, não foram perceptíveis os benefícios da vinda dos imigrantes europeus, posto que Misiones *continuava vazia*.³²⁵ Em 1890, após insistentes ações junto ao

³²⁰ Hernández, *Cartas Misioneras*.

³²¹ Lista, *El Territorio de las Misiones*.

³²² Queirel, *Misiones*.

³²³ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1884 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1884).

³²⁴ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1884 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1884): 97.

³²⁵ Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1887.

congresso, Celman informou que a ocupação demográfica de Misiones estava ocorrendo com a criação de várias colônias de imigrantes para civilizar um local onde só existia os índios.³²⁶

Em relação à ocupação demográfica, o viajante Alejo Peyret relatou que faltava *humanidades* e *civilização* em Misiones em face da numerosa população de *indígenas*.³²⁷ Observou ainda a dificuldade de calcular a população que estava nos ervais, pois eram *nômades* e que nas Barrancas do Rio Paraná, havia a presença de *brasileiros* e que os imigrantes europeus seriam responsáveis por tirar os vícios e as deficiências de Misiones.³²⁸

Para Rafael Hernández, em Guayra, na margem esquerda do Alto Paraná (Brasil), havia habitantes *espanhóis e indígenas guarani* em grande contingente e que Misiones era *uma parte estrangeira dentro do próprio país*, ou seja, um local que carecia de vida culta e civilizada: “una inmensa población nómada habita los bosques, pobre, desnuda, barbára, sin ideas de industria, de sociabilidad, patria, religion, esa fuente absoluta de toda legislacion humana, ni de ningun otro elemento útil para radicarse y preparar el progreso social, intelectual y moral de la generacion que la suceda”.³²⁹ Reforçando este argumento, Ramon Lista apresentou como sugestão para *ocupação demográfica* atear “fogo” na mata para limpar o local de “todas as malezas”; e, em relação aos habitantes, apontou a presença dos *índios Guayanas e Cayguás*, enfatizando sua recorrente presença: “estes selvagens habitán también as selvas do Paraguay, pero não é raro velos em Misiones donde ‘suelen’ fixar sua residênciã, vagabunda e azarosa”. Apontou a presença também em Misiones de *índios Tupíes*, que eram centenas e os mesmos obedeciam aos seus caciques e, também, os *índios Guayaquís*, que tinham uma linguagem completamente primitiva.³³⁰

Juan Queirel também aludiu aos índios como um problemas demográfico, bem como à população temporária das obrages, que não contribuía para a colonização do território. Igualmente,

³²⁶ Mensaje del Presidente del la República, Miguel Juárez al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1890. Buenos Aires: Imprenta de “Sud-América”, 1890.

³²⁷ Peyret, *Cartas sobre Misiones*.

³²⁸ Peyret, *Cartas sobre Misiones*.

³²⁹ Hernández, *Cartas Misioneras*: 147-148.

³³⁰ Lista, *El Territorio de las Misiones*: 101.

reforçou a colonização europeia como resolução dos problemas.³³¹ A estes colonos deveria, sob sua ótica, serem repassados lotes de no máximo 25 hectares, para que efetivamente fosse povoada, livrando a presença de índios Caingua (Figura 39).

FIGURA 39 - Fotografia dos índios Caingua.



Fonte: Queirel, *Misiones*: 470.

Para este viajante, a promoção da ocupação cultural dar-se-ia pela implantação da instrução pública. No entanto, entre os anos de 1882 a 1887 as ações presidenciais não contemplaram essa questão e no ano de 1888, Miguel Ángel Juárez Celman ainda apontava a necessidade de incentivar a instrução pública (escolas) nos territórios nacionais.³³²

As narrativas de viagens desse período reforçam a necessidade de ocupação cultural do Território de Misiones para a preservação da identidade nacional argentina na fronteira. Alejo Peyret atenta para o idioma falado em Misiones, especificando que o “Castilla” do *povo Guaraní* era

³³¹ Queirel, *Misiones*.

³³² Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1888.

muito utilizado em todas as partes e que o idioma “castelhano” era misturado ao “Guarani”. Chegou, inclusive, a apresentar críticas ao governo, que não cumpria o seu papel social em Misiones de melhorar a população e promover uma *ação civilizadora* tanto em relação a distância de Misiones dos centros civilizados, quanto em relação ao idioma que separava essa sociedade, de uma sociedade moderna: “pues bien, en Misiones, el guaraní es el idioma general, cuando no se oye portugués, se oye el guarani: el castellano es la excepción”.³³³ Sob sua ótica, somente uma ação civilizadora promovida pela o Estado, através dos homens civilizados vindos da Europa, poderia modificar os costumes selvagens da população.

Na mesma perspectiva, Rafael Hernández observou que no Território de Misiones havia diferentes idiomas e isso implicava numa diversidade de costumes e tendências sociais: “La diferencia de idioma es barrera más poderosa que el Oceano [...] Aquí somos mas extranjeros que el Inglés en Buenos Aires”.³³⁴ A solução seria construir escolas para aumentar o vínculo desses sujeitos com a nacionalidade argentina e agilizar a imigração.

De modo geral, todos os viajantes focaram a apresentação de subsídios ao governo argentino, visando ao empreendimento da colonização na fronteira.

b) Entre 1891 a 1900: A era da ocupação político-administrativa

Para a análise da ocupação da fronteira Nordeste – Misiones entre os anos de 1891 a 1900, foram selecionadas as seguintes mensagens de governo: Carlos Pellegrini (1891 a 1892), Luiz Saénz Peña (1893 a 1894), José Evaristo Urriburu (1895 a 1898) e Julio Argentino Roca (1898 a 1900) e

³³³ Peyret, *Cartas sobre Misiones*: 164.

³³⁴ Hernández, *Cartas Misioneras*: 30 e 37.

os relatos de viagem de Juan Bautista Ambrosetti³³⁵ (1891, 1892, 1894a e 1894b), Carlos Burmeister³³⁶ (1899) e Florencio de Basaldúa³³⁷ (1897 a 1898).

A ocupação militar entre os anos 1891 a 1883 não foi assunto presente nas mensagens dos presidentes argentinos, somente retomado em 1894, quando o presidente Luiz Saenz Peña citou a possibilidade de colocar guardas nacionais em todo o Território Nacional. A ideia era de uma intervenção nacional em diversos locais, principalmente na fronteira.³³⁸ As mensagens dos viajantes, por outro lado, focavam a presença da ocupação militar do Brasil através da criação da Colônia Militar de Foz do Iguazu como mecanismo evidente de que os brasileiros estavam buscando meios para dominar e controlar a sua fronteira. Juan Bautista Ambrosetti deu ênfase à Colônia Militar de Foz do Iguazu e aos vários levantamentos em relação aos ervais existentes, além da descrição da estrutura das obrages próximas a essa colônia. Chegou a enfatizar, em sua narrativa durante a visita ao “Salto do Iguazú” (Cataratas do Iguazu), a necessidade do governo argentino estabelecer ali uma

³³⁵ Das viagens de Juan Bautista Ambrosetti para a fronteira entre Argentina e Brasil foram escritos três livros: “Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay” em 1892; “Segundo viage Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú)” em 1894 e por último “Tercer viaje a Misiones” em 1895. Esses três relatos de viagem constituem um registro folclórico, arqueológico e etnográfico da fronteira de Misiones para o Governo Argentino. Além desses relatos, utilizar-se-á nesta pesquisa, outro relato de Ambrosetti, intitulado “Los indios Caingua del Alto Paraná (Misiones)” publicado pelo Boletín del Instituto Geográfico Argentino em 1894, no qual se apresenta uma descrição dos índios Caingua que viviam em Misiones durante esse período: seus hábitos, características, cultura, entre outros fatores. Juan Bautista Ambrosetti foi Paleontólogo, arqueólogo e historiador. Ele nasceu em Gualeguay, Entre Rios (Argentina), 22 de agosto de 1865. Ele foi o iniciador na exploração arqueológica do país critérios estritamente científicos e os primeiros a realizar estudos sistemáticos do folclore nacional, que foi chamado de “Padre de la Ciencia Folklórica”. Foi professor de Arqueologia e diretor do Museu Etnográfico da Faculdade de Letras da Universidade de Buenos Aires. Em 1906, quando ele atuou como professor de Arqueologia americana na Faculdade de Artes da Universidade de Buenos Aires. Folklore Del Norte. “Juan Bautista Ambrosetti,” Consultado no dia 31 outubro de 2015, URL: <http://www.folkloredelnorte.com.ar/creadores/ambrosetti.htm>

³³⁶ O viajante naturalista Carlos Burmeister produziu um relato publicado no ano de 1899 sob o título “Memoria sobre El Territorio de Misiones”, cuja intenção era a de investigar a exploração da erva-mate e a viabilidade do território para exploração dos bosques. *Karl Hermann Konrad* conhecido na Argetina Carlos Burmeister, nasceu em Stralsund (Alemanha) em 05 de janeiro de 1807 e morreu em Buenos Aires (Argentina) no dia 2 de maio de 1892. Foi um naturalista, paleontólogo e zoólogo alemão nacionalizado argentino, que viveu a maior parte de sua carreira na Argentina, na Direção de Agricultura e Ganadería do Ministerio de Agricultura de la República Argentina.

³³⁷ A viagem de Florencio de Basaldúa rendeu um relato intitulado “Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones” editado no ano de 1901, que teve como foco explorar a região de fronteira da Argentina numa expedição de caráter científico, desde a Capital até o interior, em direção de Misiones. A viagem visava apresentar informações sobre o lago de Ú-bera, San Martín de Yapeyú, as Caratas do Ú-guazú (Iguazu), além de informações sobre os bosques missioneiros, a erva-mate e a maneira pela qual deveria proceder a colonização em Misiones. Florencio de Basaldúa nasceu em Bilbao (País Basco), 23 de fevereiro de 1853, filho de Gerardo Basaldúa e Manuela Elodingoitia. Muito jovem mudou-se para o Rio de la Plata; Ele chegou em Montevideú, em 1868 e após um breve período na costa nas proximidades, mudou-se para a Argentina. Horacio Reggini, *Florencio de Basaldúa, un vasco argentino* (Buenos Aires: Academia Nacional de Educación, 2008).

³³⁸ Mensaje del Presidente de la República, Luis Sáenz Peña al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1894. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo V (1901-1910).

colônia militar. Para este viajante, o Brasil estava fazendo todo o esforço possível para colocar colônias militares na fronteira e a Argentina deveria seguir este modelo, evitando, no entanto, fundar colônia com *gente pobre*, pois as pessoas deveriam ter recursos para contribuir no desenvolvimento da colônia.³³⁹

Carlos Burmeister, no ano de 1899, visitou a *Colônia Militar de Foz do Iguaçu* e apresentou em sua narrativa que o Capitão do Exército Edimundo Barros pretendia que se reservasse uma zona de terreno nos arredores do Salto do Iguaçu para a construção de um parque nacional e que a presença de militares brasileiros na fronteira era elemento de preocupação para o Estado Nacional argentino. Ainda nesse período, o viajante Francisco Basaldúa, enfatizou que a Colônia Militar de Foz do Iguaçu era uma forma de garantir o processo de ocupação para a fronteira para o Brasil. A presença de militares seria responsável pela garantia das leis nesse território selvagem.³⁴⁰

Em relação a isso, o presidente Carlos Pellegrini atentou para a necessidade de colonização efetiva, redistribuindo terras e garantindo emigrações espontâneas.³⁴¹ Luiz Saenz Peña, no ano de 1893, apontou que o Estado, precisava promover uma imigração efetiva diferente da “imigração artificial” dos governos anteriores. Para tanto, havia a necessidade de intervir nos vastos territórios despovoados (Misiones) e influenciar a imigração para cultivá-los, o que exigia adotar uma política de *Dirección de Inmigración*, selecionando pessoas que valorizassem o sentimento de patriotismo.³⁴² Em 1894, Luiz Saenz Peña buscou criar meios de comunicação para viabilizar comércio e intercâmbio de produtos e sanar o problema da administração dos territórios extensos frente a uma população pouco condensada e ausência de controle do Estado Central.³⁴³

Durante a presidência de José Evaristo Urriburu, em 1895, tornou a apontar a ausência de correios e telégrafos e a necessidade de criar um *Código Rural* para garantir a eficácia dos povoados

³³⁹ Ambrosetti, *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay*.

³⁴⁰ Basaldúa, *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones* [1897-1898].

³⁴¹ Mensaje del Presidente de la República, Carlos Pellegrini al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1891. Buenos Aires: Imprenta la Tribuna Nacional, 1891.

³⁴² Mensaje del Presidente de la República, Luis Sáenz Peña al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1893.

³⁴³ Mensaje del Presidente de la República, Luis Sáenz Peña al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1894.

e assim facilitar o crescimento e desenvolvimento industrial de Misiones. Além da criação meios de comunicação, esse presidente atentou para a importância de colocar a *justiça federal ordinária* nesse território para resolver conflitos entre as autoridades judiciais e administrativas e a criação de cadeias para o desenvolvimento da segurança.³⁴⁴ Por essa razão, em 1897, defendeu no congresso argentino a ideia de que em Misiones havia a falta de uma legislação que realmente contribuísse com a ocupação, criando a *Oficina Nacional de Geodesia* para trabalhar na demarcação e no registro das terras públicas e verificar as condições de vida e o costume da população que ali habitava.³⁴⁵

Na volta a presidência da Argentina, Julio Argentino Roca, em 1899, enfatizou a necessidade da exploração das terras públicas, como uma *obra civilizadora* no território nacional e principalmente na região de fronteira, para trazer a corrente de imigrantes trabalhadores (europeus). Para que essa *obra civilizadora* fosse efetivada, seria necessária a reforma da *Ley de Tierras e Inmigración (1876)*, como forma de organizar os territórios nacionais. Uma nova lei seria necessária para promover de fato a imigração e a colonização. Em sua mensagem, apontou como fator poderoso, ou os territórios ficariam na “sorte dos indígenas”.³⁴⁶

Em relação aos indígenas que habitavam o território, afirmou ser necessário elaborar um plano que permitisse incorporá-los à civilização e à indústria. Os indígenas poderiam, pela sua aptidão física, trabalhar nas indústrias. Ainda na discussão da reforma da *Ley de Tierras e Inmigración (1876)*, Julio Argentino Roca no ano de 1900, enfatizou que o *Ministério do Interior* e *Ministério da Agricultura* estavam estudando como ocorreria o fomento da colonização.³⁴⁷

³⁴⁴ Mensaje del Presidente de la República, José Evaristo Urriburu al honorable Congreso de la Nación al abrir sus sesiones. Mayo de 1895 e 1898.

³⁴⁵ Mensaje del Presidente de la República, José Evaristo Urriburu al honorable Congreso de la Nación al abrir sus sesiones. Mayo de 1897.

³⁴⁶ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1899.

³⁴⁷ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1900.

No relato do viajante Juan Bautista Ambrosetti, a ocupação político-administrativa requeria “sangue novo” e para modificar essa situação seria necessário que o governo desenvolvesse meios de comunicação e acesso ao território de Misiones.³⁴⁸

Segundo Carlos Burmeister, a ocupação político-administrativa de Misiones somente ocorreria se o Estado Nacional argentino promovesse o desenvolvimento da agricultura, porém, até a criação desses centros agrícolas, a erva-mate seria responsável em dar o retorno esperado para aqueles que ocupassem o Território de Misiones.³⁴⁹ Francisco Basaldúa, por seu turno, aludiu à estrada de ferro como elemento para o desenvolvimento agrícola-industrial, afirmando que o Estado deveria eliminar as dificuldades fiscais para as empresas construírem estradas de ferro que ampliassem as vias de comunicação com Misiones.³⁵⁰

Em relação a ocupação econômica, durante a presidência de Carlos Pellegrini (1891 a 1894) as mensagens não apresentaram informações de como estava ocorrendo esse processo.³⁵¹ Mote, em crítica ao presidente José Evaristo Urriburu, advertiu as terras das colônias não estavam mensuradas, o que se tornava um empecilho para o desenvolvimento da agricultura e da exploração econômica do território.³⁵²

Nos relatos de viagens, a ocupação econômica esteve atrelada à exploração da erva-mate e da madeira. Juan Bautista Ambrosetti apontou que única forma de exploração econômica que ocorria em Misiones era erva-mate e a extração da madeira, entretanto, as obras nada traziam de progresso para Misiones, pois não promovia a ocupação, somente a exploração dos recursos naturais.³⁵³ Ambrosetti enfatizou a necessidade da exploração de Misiones, dada sua grande extensão de terras disponíveis e proprietários que não se preocupavam em cultivá-las, o que se tornava um

³⁴⁸ Ambrosetti, *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay*.

³⁴⁹ Burmeister, *Memoria sobre el Territorio de Misiones*.

³⁵⁰ Basaldúa, *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*.

³⁵¹ Mensaje del Presidente de la República, Luis Sáenz Peña al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1894.

³⁵² Mensaje del Presidente de la República, José Evaristo Urriburu al honorable Congreso de la Nación al abrir sus sesiones. Mayo de 1895. Buenos Aires: s/ed. 1895 e 1896.

³⁵³ Ambrosetti, *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay*.

complicador do “progresso” na ocupação e exploração das riquezas.³⁵⁴ Dentre as dificuldades, ressaltou que a maioria dos peões do Alto Paraná eram *paraguaios, correntinos e brasileiros* e que havia grande devastação nos bosques de Misiones.³⁵⁵ Carlos Burmeister, por sua vez, atentou para a necessidade da indústria ervateira, porém, para que isso acontecesse seria necessária a intervenção do Estado no controle dos ervais, dado que a exploração da madeira era inadequada.³⁵⁶ O problema do Estado Nacional argentino, na perspectiva de Burmeister, era o de não ter titulado a propriedade dos colonos que habitavam Misiones, impedindo-os de obter ou vender madeira argentina e os forçando a importar madeiras paraguaias e brasileiras que, por sua vez, eram bem mais caras do que a madeira de seu próprio país.³⁵⁷

Um ponto comum entre todos os viajantes desse período era a necessidade de tomar a direção dos ervais e explorar economicamente as Cataratas do Iguazú e seu potencial energético. No que toca especificamente aos ervais, pode-se listar os seguintes: “Yerbales de San Antonio e Iguazú; Yerbal de Capiñas de Amercio; Yerbales de Pepiri; Yerbal de Tobías y Tacuaruzú; Yerbales Chico de la Costa del Paraná; Yerbal de San Pedro; Yerbal del Jabotí; Yerbal de Ipané Congollas; Yerbal Nuevos (destruído); Yerbal Viejo y Campo Grande (destruído); Yerbales Chicos de la Costa del Uruguay”.³⁵⁸

A ocupação demográfica nesse período foi apresentada somente na mensagem de Carlos Pellegrini, que enfatizou o aumento da população nos territórios nacionais sem, contudo, apresentar o contingente.³⁵⁹ Nos relatos dos viajantes, nota-se referências mais pontuais: Juan Bautista Ambrosetti relatou ter encontrado famílias polacas que se dirigiam para a Argentina (estavam do

³⁵⁴ Ambrosetti, *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay*.

³⁵⁵ Ambrosetti, *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay* e Ambrosetti, “Segundo viage Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú)”.

³⁵⁶ Burmeister, *Memoria sobre el Territorio de Misiones*: VI-VII.

³⁵⁷ Burmeister, *Memoria sobre el Territorio de Misiones*.

³⁵⁸ Burmeister, *Memoria sobre el Territorio de Misiones*: 52.

³⁵⁹ Mensaje del Presidente del la República, Carlos Pellegrini al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1892. Buenos Aires: Imprenta la Tribuna Nacional, 1892.

lado brasileiro da fronteira).³⁶⁰ Em sua viagem ao Alto Paraná, descreveu a presença de índios Caingúá (ou Caiguá), de origem guarani, como uma das tribos que habitava o espaço missioneiro e que em Misiones esses índios viviam em bosques, praticavam a agricultura e existiam algumas famílias que viviam em grupos isolados, porém todas sobre a autoridade do cacique.³⁶¹ Ambrosetti relatou ainda, que os *índios Caingúá* tinham amizades com os homens brancos que habitavam a fronteira e que presenteavam os Caingúá com roupas e estabeleciam com eles acordos comerciais: “En sus tratos comerciales, digamos así, son sumamente cumplidores y exactos, y raro es el Caingúá que haya prometido algo, yerba, por ejemplo, que no cumpliera estrictamente, y casi es seguro que no dejará de llevarla, aun cuando otro venga y le ofrezca el doble por ella”.³⁶² Ambrosetti chegou a comparar *Caingúás* com *Kaingangues*, afirmando que aqueles eram mais dóceis que estes.³⁶³

O relato de Carlos Burmeister enfatizou que o Território de Misiones estava povoado tanto sob a forma de pequenas aldeias, quanto em forma de colônia, explicitando a presença de argentinos, paraguaios, brasileiros, imigrantes europeus e índios. Segundo Francisco Basaldúa, havia um grande contingente de indígenas e europeus que habitavam os bosques de Misiones, além da presença de bandeirantes paulistas; em relação à população feminina e infantil apontou que sofriam com a escravidão e prostituição.³⁶⁴

Nesse período, a ocupação cultural estava voltada ainda à criação de Escolas de Instrução Primárias. Carlos Pellegrini, apontou que não havia ainda desenvolvimento de escolas e nem universidades nesse período nos territórios nacionais.³⁶⁵ Do lado governamental, a mensagem do presidente Luiz Sáenz Peña, no ano de 1893, apontou que o *Conselho Nacional de Educação* estava estudando a possibilidade de fundar escolas agrícolas nos territórios nacionais³⁶⁶, no entanto, em 1897

³⁶⁰ Ambrosetti, *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay*.

³⁶¹ Ambrosetti, “Los indios Caingúá del Alto Paraná (Misiones)”: 662.

³⁶² Ambrosetti, “Los indios Caingúá del Alto Paraná (Misiones)”: 685.

³⁶³ Ambrosetti, “Los indios Caingúá del Alto Paraná (Misiones)”.

³⁶⁴ Basaldúa, *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*.

³⁶⁵ Mensaje del Presidente de la República, Carlos Pellegrini al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1891. Buenos Aires: Imprenta la Tribuna Nacional, 1891.

³⁶⁶ Mensaje del Presidente de la República, Luis Sáenz Peña al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1893.

José Evaristo Urriburu apresentou em seu discurso que ainda estava projetando a “*Marcha da instrução primária*” para Misiones e demais Territórios Nacionais.³⁶⁷

Francisco Basalduá apresentou em sua narrativa preocupação em relação à ocupação cultural, a qual, em sua opinião, deveria se dar por europeus e que o grande problema era a população indígena que vivia ali, a qual contribuía para a inferioridade intelectual.³⁶⁸

c) Entre 1901 a 1910: A era da ocupação econômica

Para a análise da ocupação da fronteira Nordeste – Misiones, foram selecionadas as seguintes mensagens de governo: Julio Argentino Roca (1901 a 1904), Manuel Quintana (1904 a 1906) e José Figueroa Alcorta (1906 a 1910) e os relatos de viagem de Manuel Bernárdez³⁶⁹ (1901), Santiago Pusso³⁷⁰ (1906), Carlos Spegazzini³⁷¹ (1909) e Francisco Manzi³⁷² (1909).

³⁶⁷ Mensaje del Presidente de la República, José Evaristo Urriburu al honorable Congreso de la Nación al abrir sus sesiones. Mayo de 1897.

³⁶⁸ Basalduá, *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*.

³⁶⁹ A narrativa do viajante Manuel Bernárdez, descreveu o trajeto de Buenos Aires, passando por Corrientes e Misiones até Iguazú (Iguazú), publicada posteriormente no relato intitulado: *De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico á corrientes y misiones* – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas” no ano de 1901. Manuel Bernárdez nasceu na Galiza (Europa), mas já na infância vivia no Uruguai. Suas primeiras publicações são relatos de viagem ao interior do Uruguai e em seguida à Argentina, inicialmente em missão crônica de apresentá-la ao Uruguai. Da Argentina, em 1908, veio em missão ao Brasil, pelo jornal El Diario. Posteriormente a esta primeira missão, Bernárdez acabou passando dez anos no Brasil nos cargos de cônsul (1910-1916) e Ministro Plenipotenciário (1916-1920) a serviço Uruguai, período em que aprofundou seus estudos sobre o país. Lyanna Carvalho, “A Cultura nas representações argentinas sobre o Brasil (1889-1922),” Goiânia. (Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal de Goiás – UFG: 2014): 65.

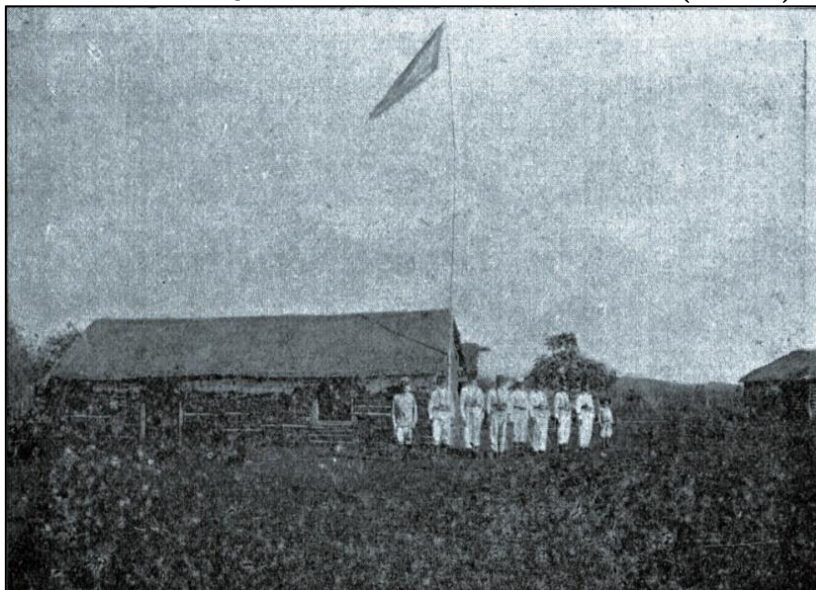
³⁷⁰ Seu relato de viagem, foi publicado com o título “Viaje por mi tierra – Al Iguazú – A Nahuel Hauapí – Por las costas de Sur” foi editado em de 1912. Pusso descreveu “Al Iguazú” mostrando as riquezas disponíveis e a população que habitava a região norte de Misiones. Santiago Pusso foi viajante vendedor de Mercadería, repassava as informações para o Presidente da Cámara de Comercio, del Banco Municipal de Préstamos y Concejalía de Rosario.

³⁷¹ Carlos Spegazzini nasceu em Piemonte (Itália), na cidade de Bairo em 20 de abril de 1858, onde começou a estudar fungos sobre a orientação do micólogo Pedro Andrea Saccardo. Ele estudou na Escola Real de Viticultura e Enología de Conegliano. Foi na Itália onde realizou as primeiras publicações científicas. Em 1879, ele decide para vir para o Novo Mundo, para cumprir o seu anseio naturalista; passou um ano no Brasil, não permanecendo devido a uma epidemia de febre amarela e decidindo a sua mudança Buenos Aires (Argentina). Em 1880, ele começou a fazer parte do Gabinete de História Natural da Faculdade de Físico-Naturais Ciências, onde publicou seus primeiros trabalhos nos Anais da Sociedade Argentina Scientific. Museo de La Plata, “Biografía: Carlos Spegazzini,” Consultado no dia 31 outubro de 2015, URL: <http://www.fcnym.unlp.edu.ar/museo/institutos/spegazzini/ibsmicologo.html>

³⁷² Francisco Manzi (1883-1954), italiano nacionalizado argentino, jornalista, historiador, funcionário público, cronista, artista e professor, que foi nomeado diretor do Museo Histórico y de Bellas Artes em 1945 e delegado de la Comisión Nacional de Monumentos y Lugares Históricos y del Sindicato de Escritores Argentinos em 1951. María del Mar Solís Carnicer, “¿Historia o política? Las lecturas peronistas del pasado correntino (1946-1955),” *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n° 14, jan./jun. 2013: 197-221, Consultado no dia 02 dezembro 2015, URL: <http://revista.anphlac.org.br/index.php/revista>

Durante o período de 1901 a 1910, os presidentes argentinos não abordaram nenhuma questão relacionada ao desenvolvimento da ocupação militar do Território de Misiones. Os indícios dessa ocupação ficaram presentes nas mensagens dos viajantes Carlos Spegazzini e Santiago Pusso. Destes, Carlos Spegazzini apresentou as imagens da presença da ocupação militar no Território de Misiones, por meio de fotos do *Quartel - Comisário de Santa Ana (Policia)*, conforme a figura 40 e 41 durante a passagem por Santa Ana.

FIGURA 40 - Quartel - Comisário de Santa Ana (Policia).



FONTE: Spegazzini, “Al través de Misiones”: 19.

FIGURA 41 - Comissário Torres e os Peões Armados.



FONTE: Spegazzini, “Al través de Misiones”: 19.

Santiago Pusso fotografou o quartel militar de Posadas (figura 42), uma raridade em termos de garantia de leis e observou que o policiamento era escasso e mal aparelhado, conforme permite visualizar a figura 42.³⁷³

FIGURA 42 - Quartel Militar em Posadas.



FONTE: Pusso, *Viaje por mi tierra*: 32.

Nesse período, a ocupação político-administrativa descrita nas mensagens de governo dos presidentes argentinos enfatizaram a necessidade da intervenção do Estado no processo de ocupação das terras públicas em Misiones. Segundo Julio Roca, fazia-se necessário criar leis específicas para a ocupação dos territórios nacionais, incentivar a política de imigração visando à ocupação de grandes extensões sem custo para o Estado, bem como, incentivar *empresas privadas* a promoverem a ocupação e melhoramento dos meios de comunicação e transporte.³⁷⁴ Ao Estado, nesse processo, caberia a função de criar aparatos jurídicos para essas empresas, visando à garantia social.³⁷⁵

³⁷³ Pusso, *Viaje por mi tierra*.

³⁷⁴ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1901.

³⁷⁵ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1902.

No ano de 1905, o presidente Manuel Quintana, iniciou o trabalho de divisão do Território de Misiones em *departamentos* para a consolidação da ocupação e da exploração, porém, não detalhou essa divisão.³⁷⁶ Em 1906, José Figueroa Alcorta observou que a efetivação da ocupação política-administrativa em Misiones exigia *investimento sanitário* e vias de comunicação³⁷⁷, aspecto retomado de 1907 a 1910, reforçando, ainda, a necessidade de intervenção organização judicial com vistas à uniformidade do país no cumprimento das leis.³⁷⁸ Este aspecto foi igualmente elucidado no relatório do viajante Francisco Manzi,³⁷⁹ que ressaltou a promoção da agricultura e o desenvolvimento da indústria como pontos fundamentais para o progresso local, bem como no relatório de Santiago Pusso³⁸⁰, para quem a ocupação político-administrativa deveria primar pela organização urbana de Misiones e Posadas. A figura 43 dá uma ideia da urbanização local:

FIGURA 43 - Casa do Governo em Posadas.



FONTE: Pusso, *Viaje por mi tierra*: 21.

³⁷⁶ Mensaje del Presidente de la República, Manuel Quintana al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1905.

³⁷⁷ Mensaje del Presidente de la República José Figueroa Alcorta al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1906.

³⁷⁸ Mensaje del Presidente de la República José Figueroa Alcorta al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1907.

³⁷⁹ Manzi, *Impresiones de Viaje*.

³⁸⁰ Pusso, *Viaje por mi tierra*.

Retomando todos estos aspectos, Julio Argentino Roca³⁸¹, em 1904, apresentou as ações governamentais promovidas para tanto. Nesse mesmo sentido, Manuel Bernárdez observou que Misiones era um local da “fortuna vegetal”, especificando as espécies listadas e demonstrando como as terras dos bosques eram propícias para agricultura, embora faltasse às famílias produtos industrializados: “cada familia de colono en Misiones, puede, pues, mientras el azucar no llegue para constituir allí una industria importante, fabricarse el necesario para su consumo, con sujo destino existen aparatos sencillos y baratos”.³⁸² No tocante a esse aspecto, Carlos Spegazzini observou existência de algumas indústrias em Santa Ana e Francisco Manzi, enfatizou que Posadas tinha 3 empresas que desenvolviam rotas de navegação e que em Candelaria já havia indústrias e a agricultura era bem desenvolvida. Um fator comum nestas narrativas era a necessidade da exploração econômica das Cataratas do Iguazú: “el Salto es una belleza natural que es preciso aprovecharla, no solo como atractivo para los turistas y elemento para los hombres de ciencia, sino como fuerza productora que servirá eficientemente á la industria del país”.³⁸³

Julio Argentino Roca, em 1903, reforçou as iniciativas quanto ao desenvolvimento da agricultura com amparo de colonos da “Europa Septentrional”, mas não enuncia nada acerca das cataratas. Nesse mesmo sentido, o presidente Manuel Quintana³⁸⁴, em 1905, e José Figueroa Alcorta, em 1906, reforçaram a política de imigração, defendendo o discurso de imigração do europeu como povo civilizador, promovida pelo Estado Nacional. Contudo, esse último mudou seu discurso em 1908, reforçando a ideia de *imigração espontânea* como algo mais vantajoso para o Estado.³⁸⁵ Quanto ao viajantes, Carlos Spegazzini retoma o argumento do europeu civilizador em detrimento da grande população de indígenas, como se observa nas figuras 44, 45 e 46, em que índios aparecem

³⁸¹ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1904.

³⁸² Bernárdez, *De Buenos Aires al Iguazú*: 27.

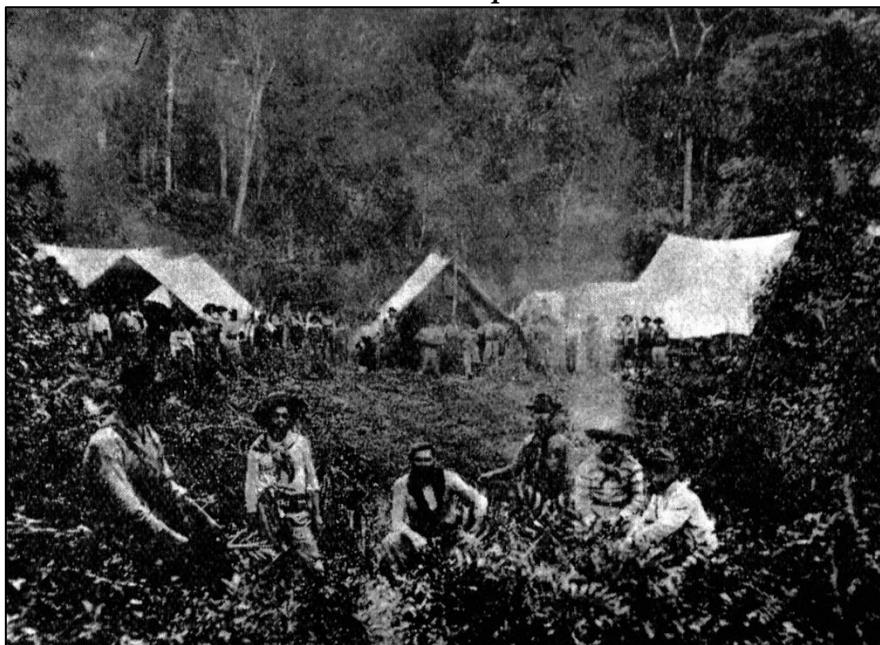
³⁸³ Manzi, *Impresiones de Viaje*: 209-210.

³⁸⁴ Mensaje del Presidente de la República, Manuel Quintana al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1905.

³⁸⁵ Mensaje del Presidente de la República José Figueroa Alcorta al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1908.

trabalhando na exploração da erva-mate, além do grande contingente de paraguaios e rio-grandenses (brasileiros); a menor quantidade presente eram correntinos (argentinos) e outros estrangeiros.³⁸⁶

FIGURA 44 - Peonada acampando em Tacuaruzú.



FONTE: Spegazzini, “Al través de Misiones”: 87.

FIGURA 45 - Acampamento ervateiro em Campiña de Américo.



FONTE: Spegazzini, “Al través de Misiones”: 87.

³⁸⁶ Spegazzini, “Al través de Misiones”.

FIGURA 46 - Barbacua cayado e peões canchando erva.



FONTE Spegazzini, “Al través de Misiones”: 90.

Para Francisco Manzi, a população local era múltipla, jovem e vigorosa, porém, também era um *grande problema sociológico* para a República da Argentina, pois tal multiplicidade englobava *guaraníes* (índios mansos) e *Tupíes* (índios selvagens e ferozes) que prejudicavam a ocupação demográfica de Misiones. Os primeiros colonos de origem europeia (polacos), chegaram em 1897, mas como observa o viajante, não sabiam ler e nem escrever, aspecto que reforça a ideia de imigrantes pobres ocupando a região.³⁸⁷ Santiago Pusso, no tocante a esse aspecto, informa que a população era “muito triste” e que somente a corrente imigratória oficial (europeia) poderia transformar Misiones.³⁸⁸

Em relação a *ocupação cultural*, encontra-se referência à criação de *Institutos técnicos* para desenvolver práticas agrícolas³⁸⁹ e a criação de escolas em Misiones e demais territórios nacionais para

³⁸⁷ Manzi, *Impresiones de Viaje*.

³⁸⁸ Pusso, *Viaje por mi tierra*.

³⁸⁹ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1901, 1902 e 1903.

a promoção da instrução da população.³⁹⁰ O presidente José Figueroa Alcorta, em 1908, começou a se preocupar com a *ocupação cultural* de Misiones, enfatizando a necessidade de selecionar os imigrantes com vistas à assimilação das leis do país e com facilidade para falar o idioma nacional e não somente a sua língua materna.³⁹¹

d) Entre 1911 a 1920: A era da ocupação demográfica

Em relação a fronteira Nordeste – Misiones, no período de 1911 a 1920 foram selecionadas as seguintes mensagens de governo: Roque Saenz Peña (1911 a 1913), Victorino de la Plaza (1914 a 1915) e Hipólito Yrigoyen (1916 a 1920). Em relação ao período correspondente entre 1911 a 1930, não foram encontradas narrativas de viagem que descrevessem as ocupações apresentadas neste estudo. Assim, no referido período, não foram apresentadas informações sobre a *ocupação militar e cultural* em Misiones nas mensagens presidenciais.

Sobre a ocupação político-administrativa, o presidente Roque Saenz Peña, apresentou ao congresso as tentativas de sanar a deficiência de comunicação com os Territórios Nacionais implementando o *Dirección General de Correos y Telégrafos* e o desenvolvimento da *agricultura*.³⁹² Contudo, para Roque Saenz Peña, a falta de ferrovias e *Portos* em direção de Misiones impactava diretamente na ocupação, o que exigia medidas paliativas que atenuassem a negatividade da ausência de colonização culta. Por essa razão, o Ministério da Agricultura estava ajudando a população rural na criação de cooperativas, além de conceder, às famílias de imigrantes, lotes agrícolas para a efetiva moradia.

³⁹⁰ Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1904.

³⁹¹ Mensaje del Presidente de la República José Figueroa Alcorta al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1908.

³⁹² Mensaje del Presidente de la República, Roque Saenz Peña, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1911.

Em 1913, o governo ainda continuava dedicado a ocupação dos territórios nacionais, porém voltando-se mais amplamente para a fronteira, chegando a criar a chamada “*Policia volante en Misiones*”, visando à posse da terra para os imigrantes.³⁹³

Outro aparato para a garantia da ocupação político-administrativa foi a vinda de *juízes letrados e leigos* para a fronteira, uma tentativa de incorporação ativa de Misiones à nação Argentina com a presença de representantes da lei, cuja presença seria uma forma de cativar o imigrante de origem europeia.³⁹⁴

Durante a presidência de Victorino de la Plaza, no ano de 1914, anunciou-se dificuldade no desenvolvimento da ocupação político-administrativa devido aos serviços públicos estarem sempre distantes da população, além da falta de homens para os serviços policiais.³⁹⁵ Em 1915, este mesmo presidente ainda alegava dificuldades no desenvolvimento do serviço de policiamento da fronteira, mas anunciava a expedição de títulos de propriedade para imigrantes: dividindo terras a *lotes pastoriles, agrícolas-pastoriles, urbanos e rurais* em Misiones.³⁹⁶ No entanto, a ocupação demográfica de Misiones ainda era abalada pela presença da população indígena, situação que levou à criação da *redução Napalpi*, para abrigar índios, uma ação semelhante à *tática jesuítica* de catequização para garantir a ocupação e evitar conflitos com os *civilizados*.³⁹⁷

Segundo Victorino de la Plaza, em 1915 a *redução de Napalpi* abrigava mais de 1300 índios e tinha servido ao propósito de facilitar a colonização de origem europeia, que a este tempo começava a diminuir em decorrência da Primeira Guerra Mundial. Nesse período, o presidente assinalou,

³⁹³ Mensaje del Presidente de la República, Roque Saenz Peña, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1912 e 1913.

³⁹⁴ Mensaje del Presidente de la Nación Argentina, Roque Sáenz Peña en mayo de 1913. Buenos Aires: Talleres de la Oficina Meteorológica, 1913.

³⁹⁵ Mensaje del Presidente de la República, Victorino de la Plaza, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1914.

³⁹⁶ Mensaje del Presidente de la República, Victorino de la Plaza, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1914.

³⁹⁷ Mensaje del Presidente de la Nación Argentina, Roque Sáenz Peña en mayo de 1913. Buenos Aires: Talleres de la Oficina Meteorológica, 1913.

também, que a agricultura e a pecuária começavam a trazer lucros para o Estado e a atrair imigrantes.³⁹⁸ Hipólito Yrigoyen³⁹⁹ via a dificuldade da ocupação econômica atrelada à falta de população nas áreas rurais, o que contribuía para a formação de latifúndios e para a fragmentação do Território. A terra pública, de forma geral, constituía uma grande preocupação para o Estado Nacional argentino, pois por meio dela, seria possível organizar o país e acionar a corrente migratória agrícola estrangeira.

e) Entre 1921 a 1930: A era das ocupações político-administrativa, econômica, demográfica e cultural

Durante os anos de 1921 a 1930, não foram encontradas narrativas de viagem para a fronteira Nordeste – Misiones, somente as mensagens de governo dos presidentes Hipólito Yrigoyen (1921 a 1922/1928 a 1930) e Máximo Marcelo Torcuato de Alvear (1922 a 1928), cujas mensagens evidenciavam a *ocupação político-administrativa, econômica, demográfica e cultural* do Território. Acerca dessa forma de ocupação político-administrativa, Hipólito Yrigoyen julgava necessário rever as colônias criadas até ali: “Hoy se conoce precisión la cantidad, ubicación, dimensiones y clase de las tierras fiscales de la República que aun están disponibles para venta o arrendamiento, de manera que podrán ofrecerse a los que demuestren enterés por ellas, proporcionándose en las Oficinas de la ‘Dirección de Tierras’ todas as informaciones que puedan necesitar”.⁴⁰⁰

Foi efetivamente no governo de Marcelo Torcuato de Alvear⁴⁰¹ que ocorreu a elaboração do consórcio da construção de ferroviário, fato difundindo na Europa com a intenção de despertar a vinda de imigrantes, mesmo em face da política de imigração estar fragilizada pela guerra (Primeira

³⁹⁸ Mensaje del Presidente de la República, Victorino de la Plaza, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1915.

³⁹⁹ Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1917.

⁴⁰⁰ Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1921: 9.

⁴⁰¹ Mensaje del Presidente de la República, Marcelo Torcuato de Alvear, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1927.

Guerra Mundial 1914-1918), e de empresários que promovessem a colonização por meio de empresas colonizadoras. Seu governo promoveu a construção de 1.109 Km da linha de ferro de Apóstoles a Concepción e San Javier em Misiones e acionou a política de *ocupação econômica* por meio de empresas colonizadoras que deveriam “organizar”, “atrair” e “distribuir” os imigrantes em zonas especialmente preparadas para a colonização.

Em 1921, o presidente Hipólito Yrigoyen⁴⁰² anunciou a finalização do projeto de colonização das “tierras fiscales”, tornado Misiones um lugar de possibilidade de explorações econômicas e em 1928, Marcelo Torcuato de Alvear apresentou ao Congresso argentino os resultados da política de *ocupação econômica* segundo o qual, foram outorgados 533 títulos definitivos de propriedade e 2.016 títulos provisórios, 1.550 concessões de arrendamentos formalizados, 860 permissões de ocupação das terras de pastoril e 2.500 posses de terras agrícolas. Em suas palavras: “La situación de la tierra pública puede considerarse regularizada y dentro de un régimen definido, quedando trazada la ruta para un trabajo de mayor perfección, que comprenderá por una parte la solución de asuntos sencillos y aislados, y por otra, los vitales y de mayor trascendencia: la dotación de obras públicas en los territorios nacionales como medio de promover sus riquezas y aumentar los rendimientos”.⁴⁰³

Em relação a ocupação demográfica, Hipólito Yrigoyen⁴⁰⁴ aludiu à necessidade de que os imigrantes assumissem a identidade argentina para dar maior sustentação à ocupação demográfica, o que, em tese, evitaria o problema sofrido pelo Brasil a esse tempo, posto que a maioria dos habitantes eram estrangeiros e falantes de idioma estrangeiro, conforme demonstrado anteriormente. Entre os temas recorrentes, aparecem a preocupação com a presença indígena como entrave à colonização de imigrantes e a necessidade de *companhias colonizadoras privadas* para organizar a

⁴⁰² Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1921.

⁴⁰³ Mensaje del Presidente de la República, Marcelo Torcuato de Alvear, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1928.

⁴⁰⁴ Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1922.

“aquisição” e “divisão” da terra.⁴⁰⁵ Acerca da questão indígena, Marcelo Torcuato de Alvear, em 1928, assinala a necessidade da vigilância das colônias e núcleos populacionais indígenas que trabalhavam em propriedades particulares e de mensuração e divisão das terras públicas pela Dirección General de Tierras.⁴⁰⁶

Em relação a ocupação cultural, Hipólito Yrigoyen, em seu governo, começou a intensificar a construção de escolas (instrução primária) em Misiones, consideradas por ele como uma ação humanitária e civilizadora.⁴⁰⁷ Entre os anos 1929 a 1930 Hipólito Yrigoyen e José Félix Uriburu promoveram a construção de escolas primárias para levar cultura à fronteira.⁴⁰⁸

4. SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES NA TERCEIRA ETAPA DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA NORDESTE – MISIONES/OESTE DO PARANÁ

Em uma análise comparada do processo histórico da ocupação dos Estados nacionais da Argentina e Brasil, pode-se inferir que a formação da fronteira vai além do conflito diplomático da *Questão de Misiones*, conforme discutido no capítulo I. A partir da análise dos relatórios e mensagens de governo e relatos de viajantes, pode-se perceber diferenças e semelhanças na dinâmica da construção da fronteira em relação à ocupação militar, político-administrativa, econômica, demográfica e cultural. Nestas todas, nota-se que houve primeiro o estabelecimento da fronteira externa e, só então, da fronteira interna.

Em relação a ocupação militar na fronteira Oeste do Paraná e na Fronteira Nordeste – Misiones no período de 1881 a 1890, há semelhanças na intervenção militar no espaço transnacional: no Oeste existia a presença de Comissão de Militar para o reconhecimento da

⁴⁰⁵ Mensaje del Presidente de la República, Marcelo Torcuato de Alvear, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1928.

⁴⁰⁶ Mensaje del Presidente de la República, Marcelo Torcuato de Alvear, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1928.

⁴⁰⁷ Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1922.

⁴⁰⁸ Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1929; Mensaje del Presidente de la República, José Félix Uriburu, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1930.

fronteira, visando à criação de Colônias Militares e em Misiones havia a presença de militares para reconhecimento e exploração do território, sem contudo, criar Colônias Militares como no Brasil. Ambas, no entanto, promoveram ações de limpeza étnica da população indígena. No período de 1891 a 1900, tanto Argentina quanto Brasil promoviam a ocupação militar da fronteira: no Oeste, tem-se a Comissão Estratégica de fronteira, composta por engenheiros militares e também a criação de Colônias Militares e em Misiones, nesse mesmo período, não há descrição de atuação militar para exploração da fronteira. De 1901 a 1910, ampliam-se as ações das Colônias Militares de Foz do Iguaçu, Chapecó e Chopim como pontos estratégicos para garantia e proteção da fronteira do Brasil e inicia-se a ocupação militar de Misiones com a criação do Quartel (Comissário de Santa Ana) e Quartel Militar em Posadas (com severas críticas sobre a falta de equipamentos).

Entre os anos de 1911 a 1920 não foi possível constatar nas mensagens de governos e nos relatos de viagens descrições voltadas à ocupação militar em Misiones que, embora houvesse de fato, não fosse descrita. Já em relação ao Oeste paranaense, as Colônias Militares de Foz do Iguaçu, Chapecó e Chopim foram agregadas à Força Pública Paranaense, pois o Quartel Federal presente na fronteira se encontrava em ruínas e ainda havia estrangeiros cuidando da fiscalização da fronteira brasileira. No período de 1921 a 1930, em Foz do Iguaçu, têm destaque os serviços prestados pelo Departamento do Serviço Geográfico Militar brasileiro e em Misiones não constam referências nas fontes consultadas. Conforme cartografia do período (discussão do Capítulo III), Misiones demarcara seu território com a unidade administrativa de departamento para o controle, sem a presença dos militares.

No que toca à ocupação político-administrativa, observa-se a atuação discursiva sobrepondo a prática efetiva dos Estados nacionais. Entre os anos de 1881 a 1890, na fronteira Oeste do Paraná, os presidentes de Província buscaram desenvolver a ocupação militar através da criação núcleos coloniais, da construção de estradas, da confecção de mapas, da atração de empresas privadas, da demarcação de lotes para agricultura, do auxílio financeiro para vinda de imigrantes europeus e pela presença de engenheiros no reconhecimento topográfico da fronteira.

Já a fronteira Nordeste, em Misiones pretendia levar meios de comunicação, correios e telégrafos para promover a colonização oficial e criar vias de comunicação intraprovincial com estradas e ferrovias, visando à construção de Casa do Governo, do Congresso, de um hospital e de asilo para imigrantes no Território de Misiones. Entre os anos de 1891 a 1900, os temas se mantêm os mesmos em relação à ocupação político-administrativa: construção de estradas e meios de comunicação com a fronteira. No caso argentino, nota-se a previsão de concessão de terras para empresários e de implantação de linhas de telégrafos, além do início da promoção da colonização por imigrantes europeus da criação da *Dirección de Tierras y Colonias* e *Dirección de Inmigración* e de uma Oficina Nacional de Geodesia. Depreende-se daí que o Estado Argentino entreviu a necessidade de implantar a Justiça Federal Ordinária no local para evitar conflitos e irregularidades judiciais e administrativas e a necessidade de criar meios de comunicação com a fronteira (Estradas e Estradas de Ferro) e do desenvolvimento agrícola-industrial.

No período de 1901 a 1910, a perspectiva comum era subsidiar a vinda do imigrante europeu para “melhorar” o desenvolvimento. Em relação ao Oeste paranaense, buscava-se subsidiar a vinda de imigrantes europeus, catequizar os indígenas e desenvolver a *colonização oficial* (com ajuda financeira do Estado) e *espontânea* (sem ajuda financeira do Estado) atreladas à comissões de demarcação de território, além dos já citados meios de comunicação. Misiones, por seu lado, também visava a política de incentivo à imigrantes nas terras públicas e não exploradas na fronteira, o incentivo à ocupação por meio de empresas (companhias) privadas e os já citados problemas sanitários, de comunicação e transporte. O governo argentino, nesse período, criou a Inspeção do Estado em Misiones e incentivava o desenvolvimento agrícola e industrial. Entre os anos 1911 a 1920, Misiones contou com a *Dirección General de Correos y Telégrafos* para o aumento da corrente migratória e com o subsídio do Ministério da Agricultura para criar cooperativas e conceder lotes agrícolas para famílias de imigrantes, além da criação da *Policia volante em Misiones*. No Oeste paranaense, no entanto, a única ação desenvolvida foi a criação da *Inspeção do Serviço de*

Catequese e Proteção aos índios, enquanto o espaço nacional era dominado por estrangeiros (argentinos - obrages) em face do isolamento da população de Foz do Iguaçu.

Entre os anos de 1921 a 1930, o Estado do Paraná projetava a construção de uma Estrada de Ferro no Oeste do Paraná, porém, a qual, mesmo com a presença da *Companhia Brasileira de Viação* no local, não foi efetivada. Entretanto, incentivou as companhias colonizadoras privadas a desenvolverem a colonização do território e a demarcação das terras do Oeste. Em Misiones, a dinâmica de ocupação apresentou algumas características semelhantes: consórcio da construção de ferroviária, colonização do Território de Misiones, classificação e demarcação das terras públicas e o incentivo à companhias colonizadoras privadas para efetivar a ocupação da fronteira.

Em relação à ocupação econômica, a dinâmica foi semelhante entre as duas nações entre os anos 1881 a 1930: exploração da *erva-mate e da madeira* como principal recurso natural e exploração da Cataratas do Iguaçu. A construção de um Parque Nacional foi elemento comum nas narrativas de viajantes de ambas as fronteiras, que, além do parque, listavam a possibilidade de que as Cataratas produzissem energia elétrica e comparavam o potencial local às cataratas do Niágara, nos Estados Unidos. Já no que tange à preocupação em relação à fronteira, nota-se, no caso Brasileiro, o receio de perder território para os argentinos obrageiros que exploravam as riquezas locais, o que permite afirmar que o processo de ocupação da fronteira foi motivado por questões econômicas e não étnico-raciais, como na Argentina.

Em relação à ocupação demográfica, a análise do período de 1881 a 1930 permite contrapor e constatar a historiografia tradicional de ambos os países, que apresenta a ocupação da fronteira como consolidação da identidade nacional sob o discurso de que aquele espaço seria uma linha de tensão, de selvageria e de vazio demográfico.

Os documentos aqui consultados confirmam a presença de populações variadas de ambos os lados. Durante esse período. O espaço transnacional era ocupado por argentinos, brasileiros, imigrantes europeus, orientais, índios e caboclos que eram igualmente explorados pelos donos das Obrages, conforme observado tanto pelos viajantes que se dirigiam à Misiones, quanto pelos que

se dirigiam ao Oeste paranaense. Cumpre ressaltar, no entanto, que mesmo em face da presença desses habitantes, os relatos e mensagens de governo reforçavam a ideia de “retomada”, “conquista”, “ocupação” e “colonização” da fronteira.

Outra dimensão relevante para a compreensão da terceira etapa da ocupação desta fronteira é a ocupação cultural. Entre os anos de 1881 a 1930, a preocupação com a língua falada no espaço transnacional transparece tanto nos relatórios e mensagens de governo quanto nos relatos de viagem, os quais confirmam que o idioma *castilha*, o *castelhano* e o *guarani* eram predominantes e não havia resquícios do idioma espanhol em Misiones, ao passo que no Oeste do Paraná, o *castelhano* e o *guarani* eram comuns e não se encontrava falantes do idioma português.

Para reversão desse quadro, conforme apontado acima, ambas as nações assinalavam a necessidade de criar Escolas de Instrução Primária, denominadas pelo governo de José Evaristo Urriburu de “Marcha da instrução Primária”, bem como, de selecionar imigrantes que obedecessem as leis do País e fossem capazes de falar o idioma nacional e não somente a sua língua materna. Somam-se às ações deste pacote, o desenvolvimento da catequização dos indígenas como forma de ensinar o idioma português, no caso do Oeste, e espanhol, no caso do Nordeste.

A ocupação da fronteira Misiones-Oeste do Paraná, vista a partir dos relatórios, mensagens (governo) e relatos de viagens permite compreender a ocupação da fronteira na dimensão militar, político-administrativa, econômica, demográfica e cultural, além de favorecer a visualização do processo de constituição da fronteira. Para reforçar os argumentos aqui levantados, no entanto, além das fontes utilizadas nesse capítulo, faz-se necessário analisar dados pormenorizados da ocupação demográfica. Por esta razão, o capítulo seguinte busca apresentar os censos demográficos e as cartografias da ocupação territorial efetiva da fronteira como fonte de pesquisa e análise.

CAPÍTULO III

A FRONTEIRA OESTE (PARANÁ) E NORDESTE (MISIONES) NA TERCEIRA ETAPA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, TERRITÓRIOS E SUJEITOS SOCIAIS

1. OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E ARGENTINA

A consolidação da fronteira entre Argentina e Brasil começou a ser efetivada a partir da terceira etapa do processo de ocupação com a vida dos imigrantes de origem europeia, no caso de Misiones, e migrantes nacionais, no Oeste do Paraná. Conforme enfatizado no capítulo anterior com base análises dos relatos de viagens, relatórios e mensagens de governo, pôde-se elaborar um painel geral da ocupação militar, político-administrativa, econômica, demográfica e cultural.

Partindo da ideia de fronteira transnacional na perspectiva da história comparada, tem-se entre a Argentina e o Brasil uma fronteira que não pode ser descrita no período recortado para a análise (terceira etapa da ocupação), apenas sobre a ótica dos Estados nacionais. Assim, para avaliar a consolidação da ocupação é necessário analisar dados da ocupação demográfica até a quarta etapa de ocupação. Sustenta-se assim, que a partir de uma análise demográfica (Censos Populacionais) e da dinâmica de criação de municípios (organização administrativa), é possível reconstituir o processo de ocupação efetiva do espaço da fronteira.

Nessa parte do estudo, analisar-se-á as fontes cartográficas e os censos demográficos da fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) como referências em relação à ocupação político-administrativa e demográfica por parte dos Estados nacionais. A cartografia utilizada para o entendimento da ocupação territorial da fronteira Oeste (Paraná) foi a seguinte: Mapa Geral da Província do Paraná de 1876, Mapa Topográfico da Província do Paraná em 1881, Mapa da Província do Paraná em 1896, Mapa da Planta da Viação do Estado do Paraná em 1908, Mapa do Estado do Paraná em 1911, Mapa do Estado do Paraná em 1912, Mapa do Estado do Paraná em 1919, Mapa do Estado do Paraná em 1921, Mapa do Estado do Paraná em 1924, Mapa do Estado

do Paraná em 1938, Mapa do Estado do Paraná em 1939, Mapa do Estado do Paraná em 1944, Mapas da Evolução administrativa do Paraná em 1940, 1951 e 1960.

Em relação à Misiones, foram utilizadas as seguintes cartografias: Mapa do Território de Misiones 1768, Mapa do Território de Misiones em 1865 (Representação da presença indígena e dos ervais), Mapa do Território de Misiones em 1881, Mapa do Território Nacional de Misiones em 1882, Mapa do Território de Misiones em 1888, Mapas dos Departamentos de Misiones em 1895, 1914, 1947 e 1960.

Para a reconstituição da ocupação demográfica da fronteira, foram utilizados os censos paranaenses de 1872 a 1960 e de 1876 a 1960 no caso de Misiones. A problematização da evolução populacional da fronteira Oeste do Paraná parte dos seguintes documentos: Censo Geral do Império em 1872, Recensamento de 1890, Recenseamento de 1900; Recenseamento de 1920; Recenseamento Geral do Brasil de 1940; Censo Demográfico e Econômicos de 1950 e o Censo Demográfico de 1960. No caso de Misiones, utilizar-se-á os seguintes documentos: Primeiro Censo argentino 1876, Segundo Censo argentino 1895, Censo de Poblacion de Los Territorios Nacionales 1912, Terceiro Censo Nacional de 1914, Quarto Censo General de la Nación 1947 e Censo Nacional de Población 1960.

Segundo Tarcísio Botelho, censos populacionais são levantamentos populacionais que obedecem a alguns princípios básicos na coleta das informações e constituem fontes seguras de informações demográficas.⁴⁰⁹ Em linhas gerais, os censos são fontes pouco utilizadas na reconstituição dos sujeitos que habitavam a fronteira entre Argentina e Brasil, por essa razão, a análise aqui apresentada é centrada nos atores sociais da fronteira Oeste do Paraná e Fronteira Nordeste - Misiones, buscando um olhar apurado acerca dos aspectos demográficos e dos censos populacionais de então com o objetivo de apresentar uma visão quantitativa e espacial da terceira etapa do processo de ocupação da fronteira transnacional.

⁴⁰⁹ Tarcísio Botelho, “Censos Populacionais,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* (Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011).

2. MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA OESTE DO PARANÁ

a) Reconhecimento do território do Oeste (1876 a 1908)

Entre os anos de 1876 a 1896, os mapas da Província do Paraná procuravam apresentar a primeira ideia das dimensões de seu território e, principalmente suas fronteiras com os países vizinhos (Paraguai e Argentina) e com as unidades federativas, (Mato Grosso e Santa Catarina). As representações das Figuras 47, 48 e 49 são as primeiras tentativas de legitimar a fronteira política do Paraná e, sobretudo, de dar a ideia do espaço territorial do Oeste.

O *Mapa Geral da Província do Paraná de 1876* (Figura 47) apresenta a possibilidade de ocupação da fronteira Oeste a partir da projeção das estradas de ferro e do potencial pluvial da região, com o reconhecimento dos rios, ou seja, uma fronteira desconhecida que poderia ser explorada. Por meio dele, é possível notar a falta do conhecimento das dimensões da Província do Paraná, bem como a utilização do início da construção da estrada de ferro como referência para a ocupação político-administrativa do território. Além disso, permite visualizar a fronteira como maior dificuldade de ocupação do território em decorrência da falta de caminhos e do conhecimento territorial por parte do governo da Província. Entendia-se, à época, que a dificuldade de acesso seria sanada com a construção da estrada de ferro, no entanto, a própria projeção cartográfica evidencia o desconhecimento dos limites do território.

O governo da Província do Paraná estava disposto a promover a ocupação das terras da fronteira da Província (terras devolutas) e este era um símbolo do processo de ocupação atrelado à construção da estrada de ferro. Chama a atenção, no entanto, o fato de que a cartografia de 1876 descreve a região onde se encontravam os índios coroados e botocudos, referência as Sete Quedas do Paraná, mas ignora as Cataratas do Iguçu. Conforme estudo de Liliane Freitag, a cartografia da Província do Paraná buscava apresentar os limites políticos demonstrando a proeminência de áreas

dominadas “sertões desconhecidos” e “território invadido por catarinenses”, bem como as extensões destinadas à proteção do território, tais como as Colônias Militares.⁴¹⁰

A criação dos municípios na Província do Paraná no período de 1881, conforme o *Mapa Topográfico da Província do Paraná em 1881* (Figura 48), caracteriza-se pelo início da imigração e a tentativa governamental de fixar os colonos (imigrantes europeus) em quatro áreas: litoral, arredores de Curitiba, Assungui e Campos Gerais, ignorando o espaço territorial a Oeste.⁴¹¹ Nesse período, também tiveram início as expedições e ocupações em direção para à fronteira Oeste com a instalação da *Colônia Militar de Chapecó*, conforme os relatos de viajantes e relatórios provinciais apresentados no capítulo anterior; no entanto, nesse mapa a fronteira Oeste é definida além de uma linha navegável entre Sete Quedas a Guarapuava.

Segundo Instituto de Terras, Cartografias e Geociências (ITCG), esse mapa foi um registro da exploração do vale do Iguaçu (fronteira Oeste) elaborado pela expedição do Major Imperial do Corpo de Engenheiros Beaurepaire Rohan. Para Antonio Marcos Myskiw, “as primeiras ações nesse sentido remetem ao final da quarta década do século XIX, quando uma equipe de militares, inicialmente chefiada pelo major Henrique de Beaurepaire Rohan, abriu uma picada ligando Guarapuava ao rio Paraná. Era uma estratégia utilizada pelos militares visando incentivar os fazendeiros guarapuavanos a ocuparem novas áreas de terras e, ao mesmo tempo, inibir a ação belicosa dos índios guaranis na orla dos campos de Guarapuava”.⁴¹²

O *Mapa Topográfico da Província do Paraná de 1881*, ainda que com algumas limitações de conhecimento geográfico e divisas, apresenta as primeiras dimensões de territorialidade da Província do Paraná e a delinear a separação das terras da fronteira externa com a Argentina, o Paraguai e das fronteiras internas entre Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, é capaz de retratar o “vazio demográfico da fronteira Oeste”, marcado pela

⁴¹⁰ Freitag, “Extremo-oeste paranaense”.

⁴¹¹ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html

⁴¹² Myskiw, A Fronteira como destino de viagem: 24-25.

presença de argentinos, paraguaios, indígenas e nacionais explorados pelas obras e exploradores de recursos naturais, conforme exposto no capítulo anterior.

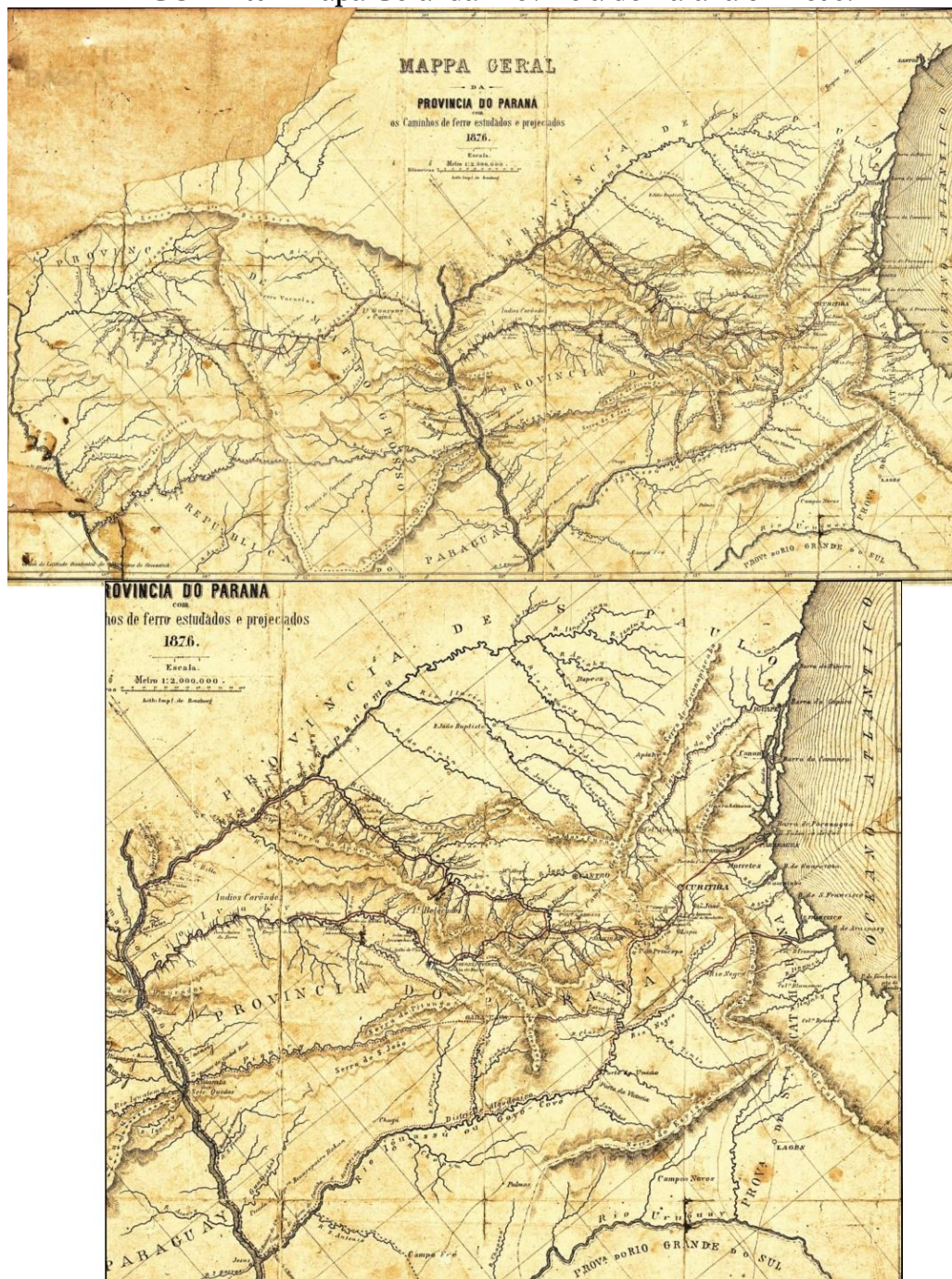
O *Mapa da Província do Paraná em 1896* (Figura 49), elaborado por ordem do governador José Pereira Santos Andrade, pelos *Engenheiro militar Alberto Ferreira de Abreu, Engenheiro civil Candido Ferreira de Abreu, Engenheiro Geográfico Manuel Francisco Ferreira Correia* e desenhado por *Marcos Leschaut*, desenhista da Secretaria das Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná, mostra um maior conhecimento cartográfico acerca do território, constituindo-se como o primeiro mapa oficial do Paraná. Segundo o ITCG, esse mapa marca o início da afirmação do território do Paraná em relação aos limites com Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul e com os países vizinhos, Paraguai e Argentina. Além do mais permite entrever o processo de ocupação administrativa do governo provincial, demonstrado nas convenções cartográficas das *Cidades, Vilas, Freguezias, Povoados, Aldeamentos ou Toldos de Índios, Colônias, Colônias Militares, Estrada de Ferro, Estradas em Construções, Estrada em Estudos, Estradas de Rodagem, Estradas de Cargueiros*, bem como, pelos rios por onde aconteciam as navegações.

Outro aspecto importante é o relacionado aos “sertões desconhecidos” e às “terras devolutas” na fronteira Oeste. Segundo o ITCG, a constituição republicana brasileira de 1881 repassou as terras devolutas à Província do Paraná, o que, na prática, significava o fortalecimento das oligarquias regionais paranaenses, que, através do governo, poderiam mais facilmente adquirir terras e possibilitar que o próprio governo autorizasse a concessão de áreas às companhias de estradas de ferro. Além disso, o mapa permite visualizar a construção de estradas de ferro, ponto amplamente debatido tanto nos relatórios provinciais quanto nas narrativas de viagens, sempre atrelados à necessidade de meios de transporte e de comunicação com a região de fronteira.

Essa cartografia de 1896, portanto, desvela uma maior presença do Estado na fronteira, no que tange à ocupação político-administrativa, garantindo a posse do território e efetivando a ocupação militar com as colônias de Chopim, Chapecó e Foz do Iguaçu. É válido ressaltar que nesse período o Brasil ainda estava em disputa com a Argentina sobre a Questão de Misiones.

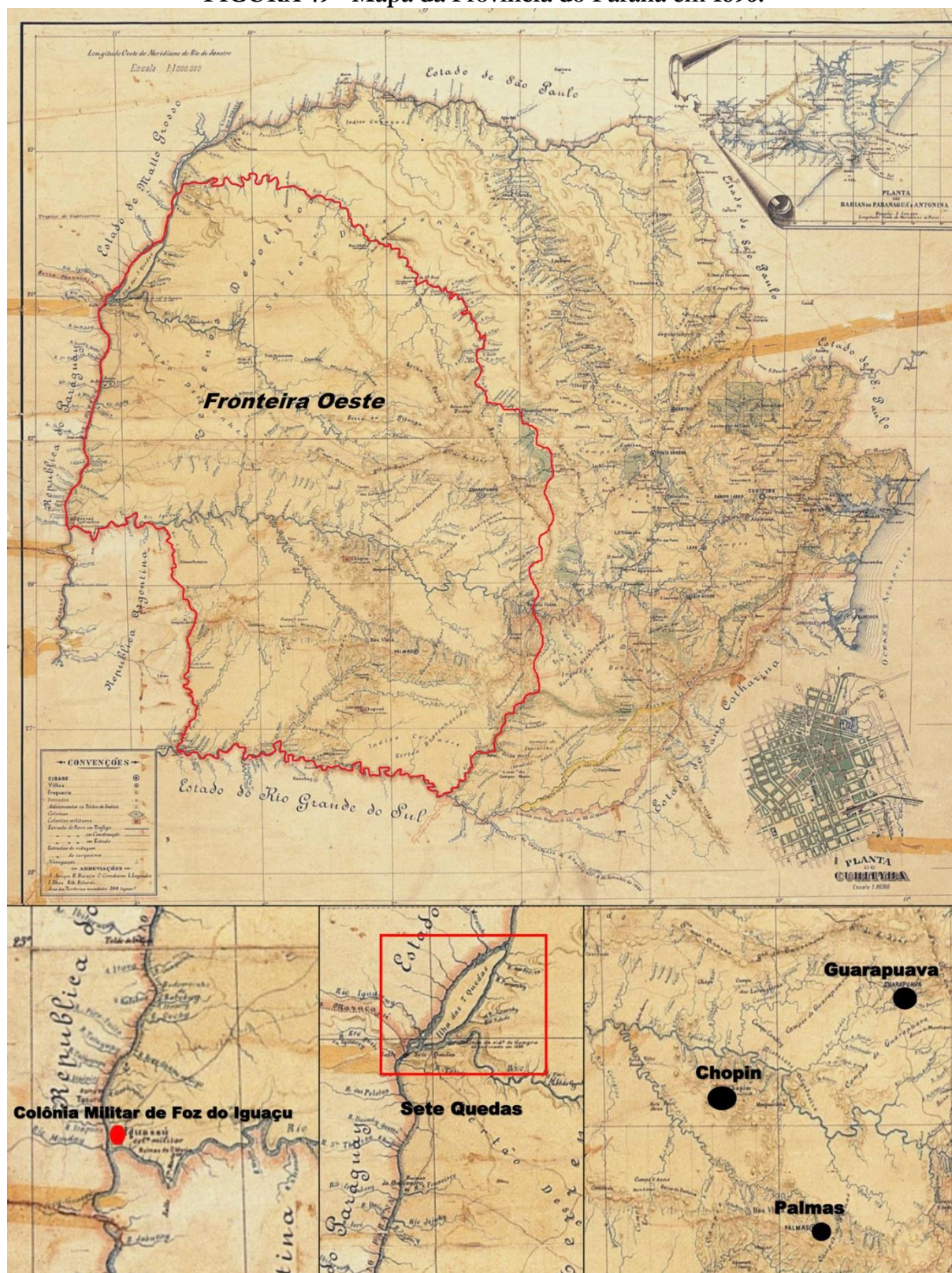
O *Mapa da Planta da Viação do Estado do Paraná em 1908* (Figura 50), por fim, ressalta as estradas de rodagem existentes de Guarapuava para Campo Mourão, Mangueirinha, Colônia Militar do Chopim, Bella Vista de Palmas, Palmas, Campo Êre, Barracão, Chagu, Catanduvas e Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

FIGURA 47 - Mapa Geral da Província do Paraná em 1876.



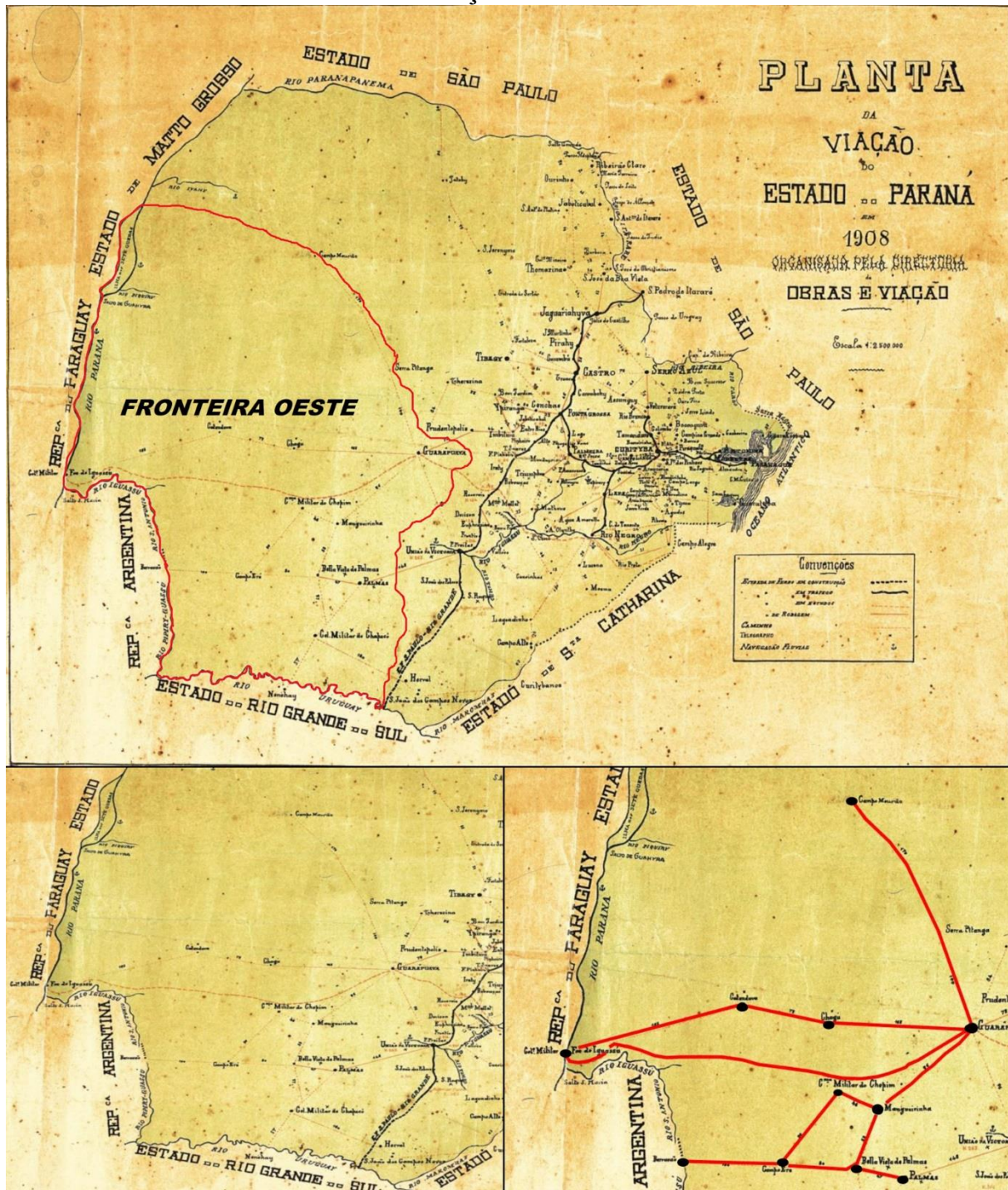
FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná MAPA de 1876 – Província do Paraná. 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

FIGURA 49 - Mapa da Província do Paraná em 1876.



FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná MAPA de 1876 – Província do Paraná. 2008 Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

FIGURA 50- Planta da Viação do Estado do Paraná em 1908.



FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná - Planta da Viação do Estado do Paraná em 1908. 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

b) Criação de Caminhos e a exploração econômica (1911 a 1919)

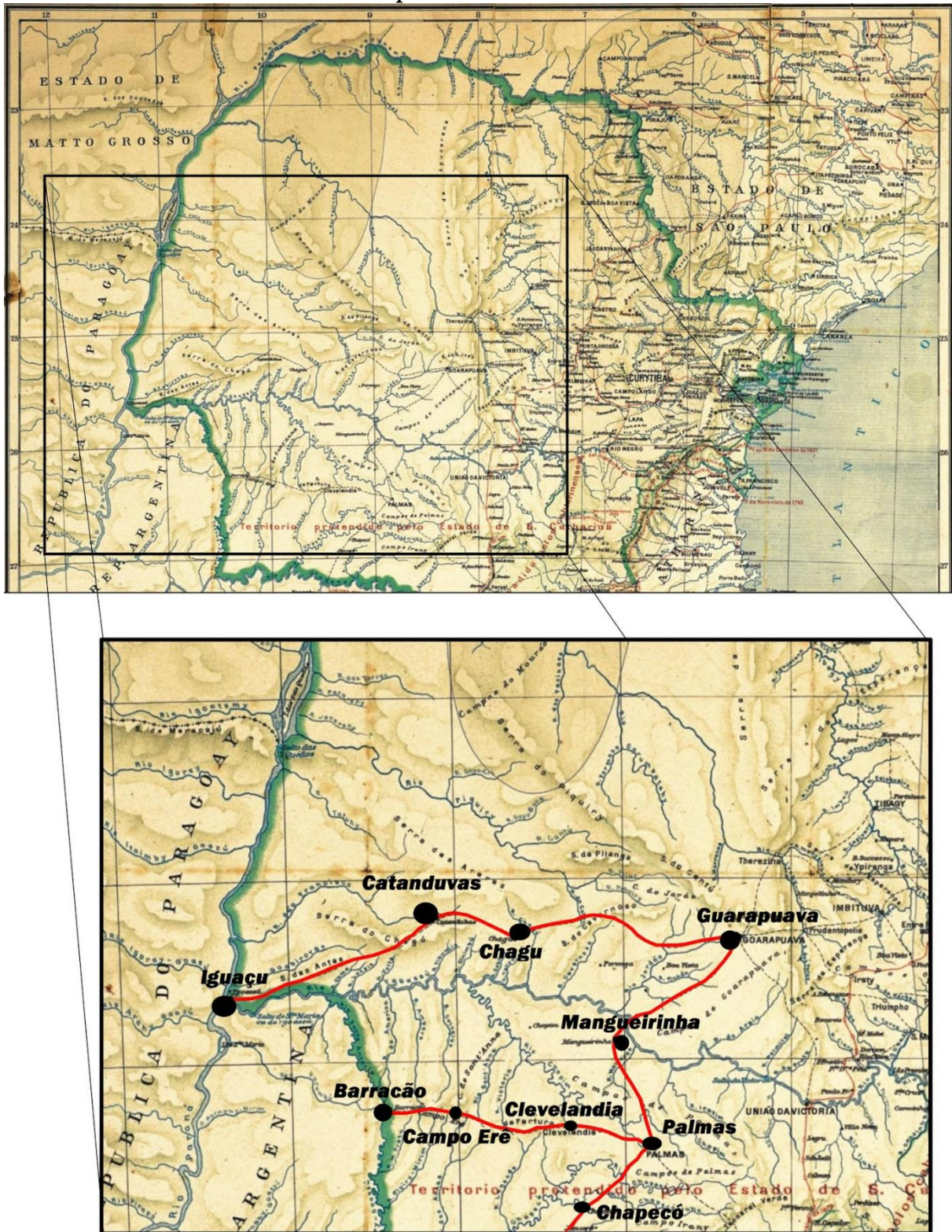
O *Mapa do Estado do Paraná em 1911* (Figura 51) apresenta alguns núcleos de povoamento na fronteira Oeste, além de permitir que se constate a disputa da fronteira interna entre Paraná e Santa Catarina. Esse estudo cartográfico foi realizado sobre a coordenação de Romário Martins (Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná), que procurou fundamentar os argumentos históricos da “Questão do Contestado”, na divisa com Santa Catarina. Para tanto, a cartografia se pautou em argumentos históricos, como Cartas e Avisos Régios de 1765 a 1809, que colocavam como limite meridional da Capitania de São Paulo os rios Pelotas e Uruguai.⁴¹³

Para solucionar a problemática das terras da fronteira seria necessário, antes, resolver o problema da *zona inválida* ou da reivindicação das terras pretendidas por Santa Catarina. De acordo com ITCG, no ano de 1911, o “Paraná já havia perdido, para Santa Catarina, no Judiciário, ‘todo o território contestado’. Para não entregá-lo à administração catarinense, passou a estimular a criação do ‘Estado das Missões’ na região e a dificultar a execução da sentença”.⁴¹⁴ A solução para os conflitos da fronteira interna entre Paraná e Santa Catarina seria solucionada com o fim da “Guerra do Contestado”. Com esta resolução, o Paraná voltava a ocupar definitivamente as terras devolutas da fronteira. Na Figura 51, a seguir, é possível visualizar a separação da área territorial pertencente aos estados em conflito.

⁴¹³ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná: 2008.

⁴¹⁴ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná: 2008.

FIGURA 51 - Mapa do Estado do Paraná em 1911.



FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná MAPA de 1911 – Província do Paraná. 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

Ao analisar o *Mapa do Estado do Paraná em 1912* (Figura 52), é possível perceber a tentativa de criação de caminhos de comunicação com a fronteira Oeste. Nesse período, segundo ITCG, manifestava-se uma espécie de pensamento utópico em relação à construção de novas estradas de ferro, tanto pelo governo federal quanto pelo Estado do Paraná: “Não dispondo de verbas para construí-las, apelaram para concessões de ramais fantásticos a particulares, esperando desta forma um verdadeiro milagre, isto é, a sua efetiva concretização”.⁴¹⁵

Em direção à fronteira Oeste, de acordo com o *Mapa do Estado do Paraná em 1912*, é possível perceber várias concessões promovidas pelo Estado do Paraná para a realização de projetos para a construção de estradas, tais como: 1) Rio Negro a Foz do Iguaçu, passando por Guarapuava; 2) Ponta Grossa a Guairá, pelo vale do Piquiri; 3) Guarapuava e Mato Grosso, pelo divisor Piquiri-Ivaí; 3) Jacarezinho às Sete Quedas, ramal concedido à Sorocabana (Companhia colonizadora) pelo Governo Federal.⁴¹⁶

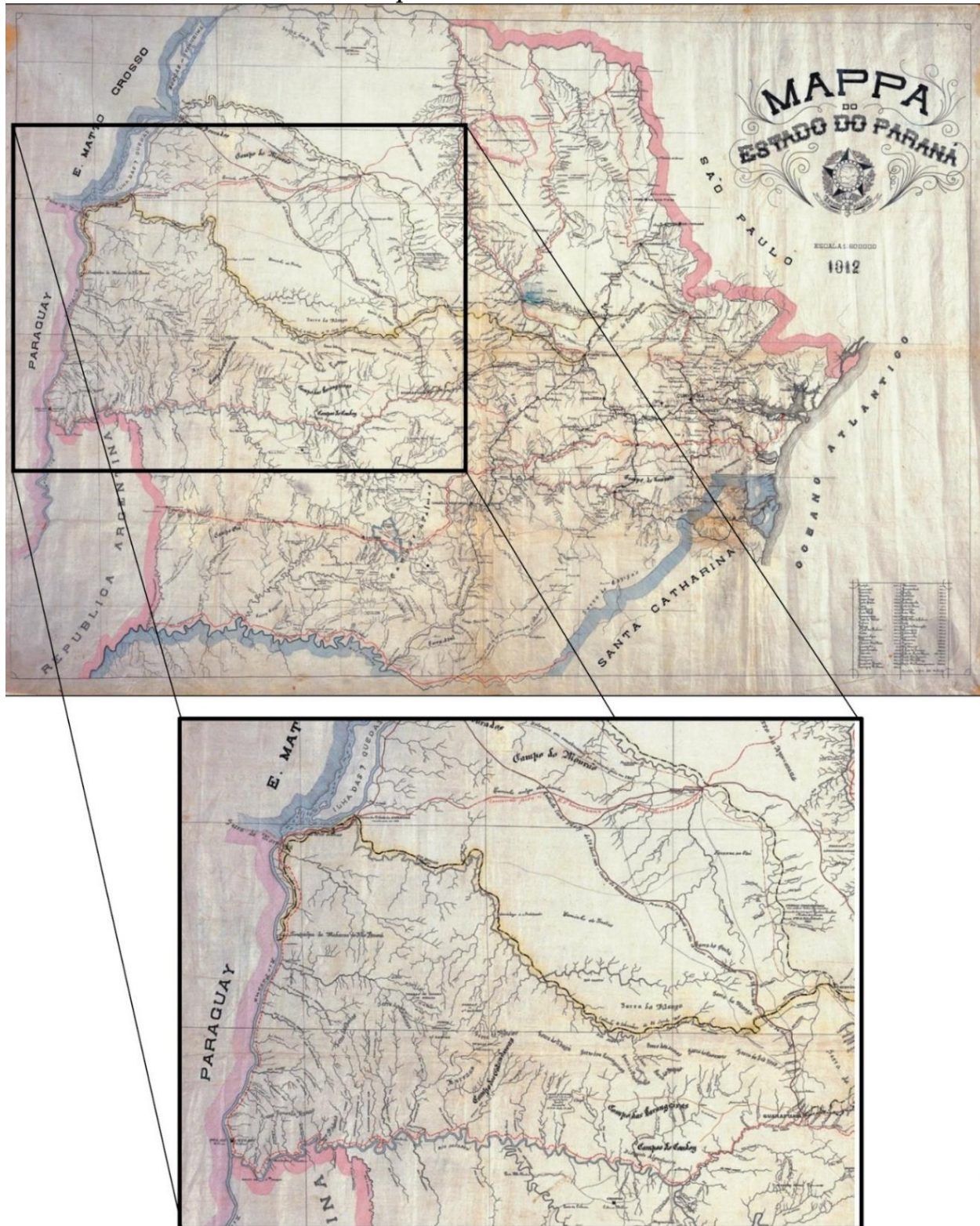
O *Mapa do Estado do Paraná em 1919* (Figura 53), elaborado por Romário Martins, traz uma definição do território paranaense após a Guerra do Contestado, com seus limites meridionais, demarcando os portos existentes no trajeto do rio Paraná, os domínios da *Companhia de Madeiras do Alto Paraná* e também as concessões de terras. Esse mapa, *a priori*, é o mais detalhado, principalmente quanto à hidrografia da fronteira Oeste, destacando os “Grandes Saltos do Yguassú” e trazendo a localização exata das Cataratas do Iguaçu. Outro elemento presente são as frentes de ocupação e colonização onde já constavam: “1) A penetração para Oeste em direção a Foz do Iguaçu, partindo de Guarapuava, registra os núcleos de Mallet (Laranjeiras do Sul), Formigas e Catanduvás; 2) A frente de Palmas e Clevelândia em direção à fronteira Argentina, já aparecendo o núcleo de Pato Branco; 3) As “obrages” argentinas com mãos-de-obra paraguaia e os “mensus”, na margem esquerda do rio Paraná”.⁴¹⁷

⁴¹⁵ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná: 2008.

⁴¹⁶ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná: 2008.

⁴¹⁷ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná: 2008.

FIGURA 52 - Mapa do Estado do Paraná em 1912.



FONTE: Instituto de Terras, Cartografia E Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná MAPA de 1912 – Província do Paraná. 2008. Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html Acessado em 30 de agosto de 2015.

Esse mapa faz referência à presença dos estrangeiros que estavam explorando erva-mate na fronteira. De acordo com os apontamentos do ITCG sobre o *Mapa do Estado do Paraná em 1919*, o Oeste paranaense, especificamente entre Guairá e Porto Mendes, possuía uma pequena estrada de ferro em sistema Decauville, executada pela empresa Mate Larangeira, com o objetivo de facilitar a exportação da erva-mate mato-grossense para o mercado argentino. A ferrovia em questão foi construída para contornar o Salto das Sete Quedas. É possível notar ainda, no referido mapa, que as obrages ficavam no entorno do rio Paraná para facilitar o transporte da madeira e da erva-mate pelo rio, haja vista que o processo de ocupação econômica estava todo voltado para estas riquezas extrativistas. Segundo Valdir Gregory, a exploração estava sempre ligada ao sistema obrageiro: “Em torno das obrages foi sendo estruturado um ambiente de exploração, produção e comercialização extrativista para o mercado platino”.⁴¹⁸

As obrages foram, dessa forma, um empreendimento de ocupação econômica importante: “fazendas com características próprias, tendo normalmente áreas de acesso aos rios, onde era costume criar uma infraestrutura de portos para os quais eram transportadas as riquezas extrativas da erva mate, madeira e outras”.⁴¹⁹

⁴¹⁸ Gregory, *Fronteiras e territórios*: 18.

⁴¹⁹ Gregory, *Fronteiras e territórios*: 10.

FIGURA 53 - Mapa do Estado do Paraná em 1919.



FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – Itcg. Coletânea de históricos do Paraná MAPA de 1919 – Província do Paraná. 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

c) A marcha para Oeste (1921 a 1938)

O *Mapa do Estado do Paraná em 1921* (Figura 54) é elaborado sobre a coordenação de Romário Martins para corrigir os erros presentes no Mapa do Estado do Paraná de 1919 em relação aos locais da exploração da erva-mate e da madeira e ressalta a presença das obrages nas margens do rio Paraná, na fronteira Oeste. Já o mapa *Mapa do Estado do Paraná de 1924* (Figura 55) apresenta o começo da efetivação da ocupação político-administrativa na fronteira Oeste, com a criação de estradas de rodagem não mecanizadas. Nesse período, o Estado do Paraná, de acordo com a cartografia, estava começando a desenvolver a ocupação político-administrativa com a criação de estradas que ligavam os centros urbanos às cidades, vilas e povoados da região fronteiriça.

Vale ressaltar que se não houvesse controle da fronteira do Estado, as obrages estrangeiras teriam se expandido em direção a leste do território, facilitando a comunicação. Conforme aponta o ITCG: “Abriu estrada atravessando o rio Piquiri e chegou a explorar erva-mate na região de Campo Mourão. Entre as localidades de Salto e Depósito Barthe está localizado um povoado sem nome, mas que será a futura cidade de Cascavel”.⁴²⁰

Após o ano de 1930, com a política de nacionalização da fronteira promovida por Getúlio Vargas, conhecida como “Marcha para Oeste”, a preocupação do Estado brasileiro era a efetiva ocupação e colonização da fronteira Oeste. No caso do Paraná, a Marcha para Oeste seria responsável pela retirada dos estrangeiros (argentinos e paraguaios) que controlavam as terras brasileiras por meio das obrages. O *Mapa do Estado do Paraná de 1924* (Figura 55) mostra como o governo começou a se preocupar com a colonização das terras devolutas (sertões desconhecidos), criando o *Departamento de Terras e Colonização*, o que aconteceu no período de governo do *Interventor Federal Manoel Ribas*, indicado por Getúlio Vargas.

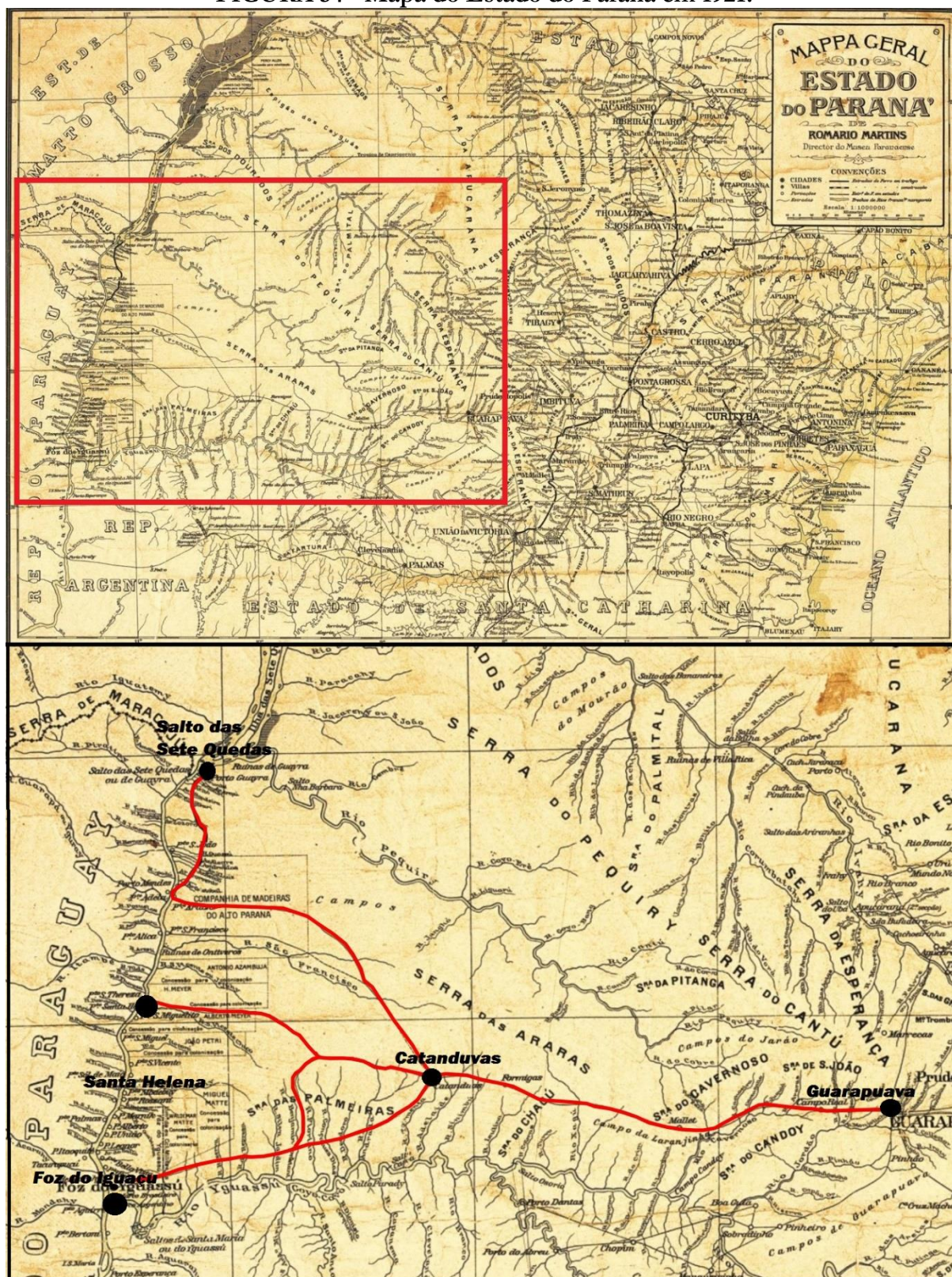
⁴²⁰ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná: 2008.

Manoel Ribas foi responsável por promover a política de ocupação da fronteira Oeste e efetivar a criação de municípios nas terras devolutas do Estado a partir de um sistema de divisão das terras em pequenas propriedades rurais, em zonas, glebas, colônias e lotes.

Segundo dados do ITCG, nessa época a mobilidade de outras duas frentes de colonização também é percebida no *Mapa do Estado do Paraná em 1938* (Figura 56), tais como: “Para o oeste, em direção a Foz do Iguaçu, seguindo pela estrada carroçável, já se destacam dois núcleos, Catanduvas e Cascavel. [...] Pela Picada a oeste de Pato Branco, surgem pequenos núcleos como Renascença e Santo Antônio, este último na fronteira com a Argentina. Aparece também a localização da gleba Missões, palco de futuros conflitos de terras”.⁴²¹

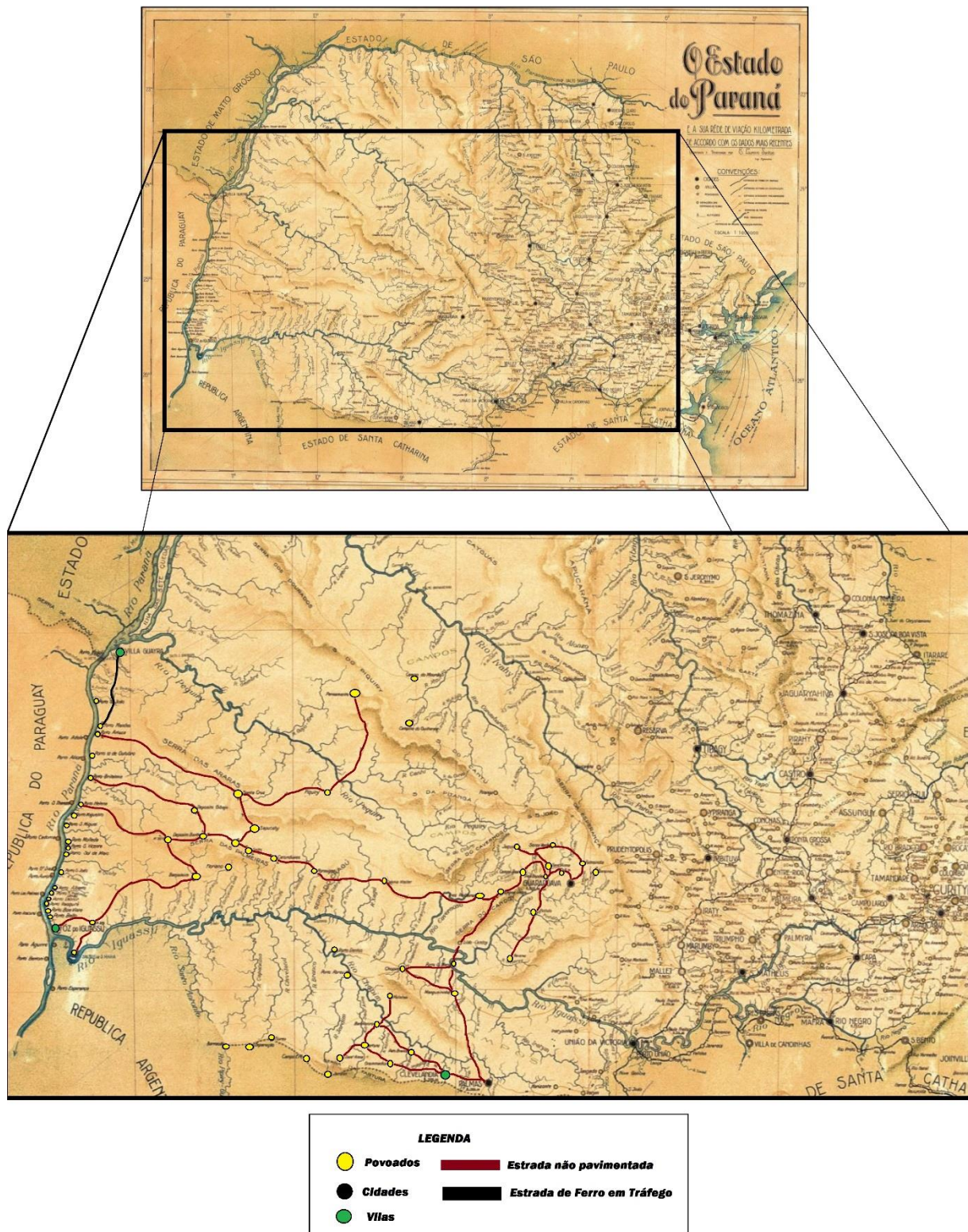
⁴²¹ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná: 2008.

FIGURA 54 - Mapa do Estado do Paraná em 1921.



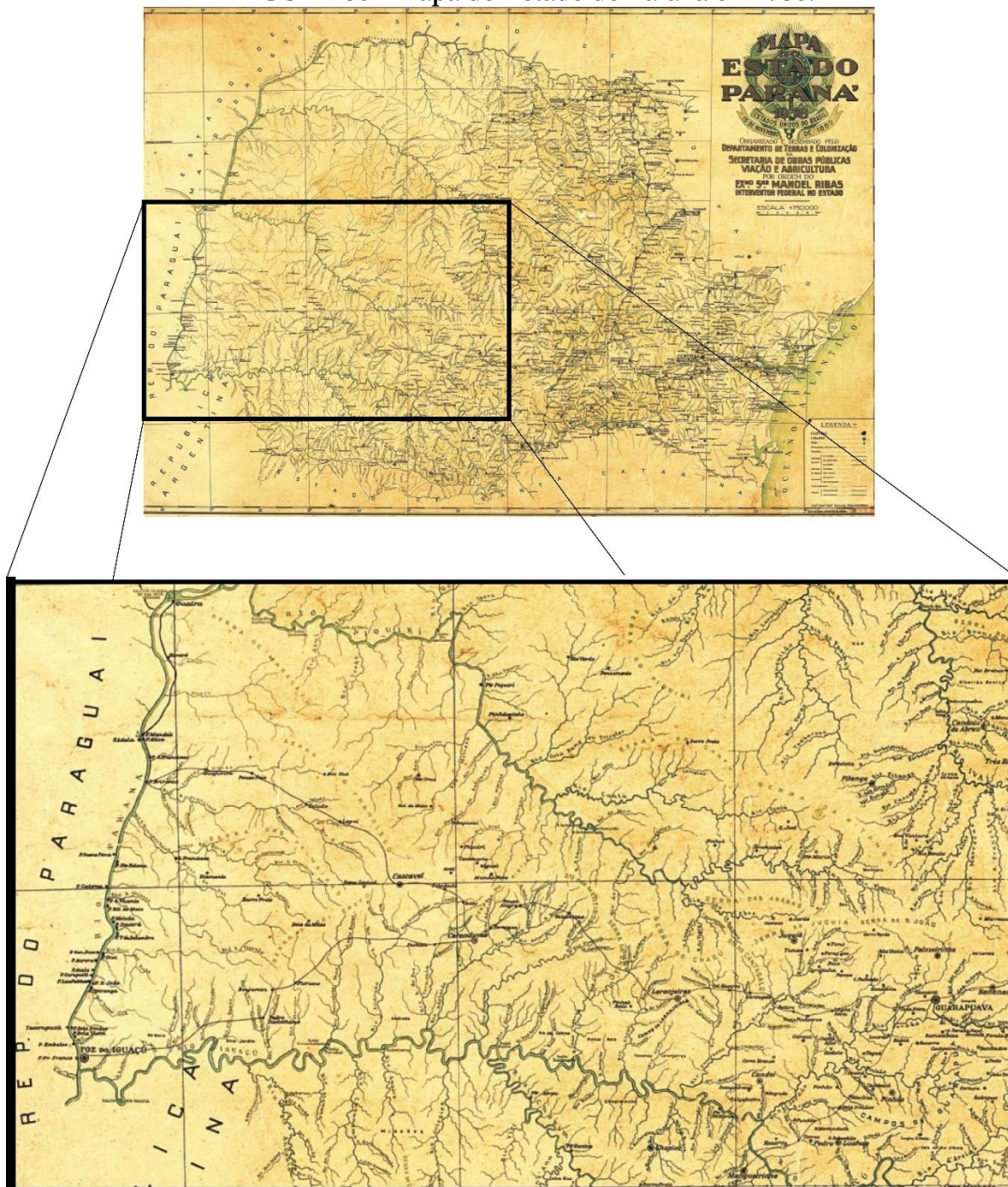
FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná MAPA de 1921 – Província do Paraná. 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

FIGURA 55 - Mapa do Estado do Paraná em 1924.



FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná MAPA de 1924 – Província do Paraná. 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

FIGURA 56 - Mapa do Estado do Paraná em 1938.



FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná MAPA de 1938 – Província do Paraná. 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

d) Ocupação efetiva do Oeste (1939 a 1960)

Nota-se que as regiões Norte e Leste do Estado do Paraná tinham o processo de ocupação e colonização consolidado no período de 1939 a 1960. No Oeste, esse processo ainda estava acontecendo, pois havia municípios com grandes extensões territoriais, como Foz do Iguaçu, Guarapuava, Clevelândia e Palmas, cuja colonização fora tardia. Apesar do foco de análise desta tese se circunscrever à terceira etapa do processo de ocupação, é interessante observar que no ano de 1943, dentro do processo de consolidação da fronteira, ocorreu uma tentativa de divisão do Paraná, separando a Oeste o Território Federal do Iguaçu, que pode ser visualizado na quarta etapa de ocupação (*Mapa do Estado do Paraná em 1944* – Figura 57).

Dentre as tentativas de ocupação implementadas no governo de Getúlio Vargas, houve a criação do Território Federal para nacionalizar a “fronteira guarani”, assim denominada pelo próprio governo federal. Na verdade, a preocupação com as terras da fronteira não se limitava à nacionalização, e sim ao valor econômico do território, isto: “ocorreu para que grupos econômicos do Rio Grande do Sul adquirissem extensas glebas de terra, entre outras as que haviam sido retomadas da ‘Brazil Railway Company’, e iniciassem lucrativos negócios imobiliários. O objetivo principal era orientar o excedente de mão-de-obra agrícola, que já começava a deixar o Rio Grande do Sul para outras unidades da Federação”.⁴²²

Com a saída de Vargas da Presidência do Brasil, o Estado do Paraná, conseguiu a retomada da fronteira extinguindo no ano de 1946 o Território Federal do Iguaçu. Dessa forma, o processo de ocupação da fronteira Oeste começou definitivamente a acontecer na quarta etapa, com a política da Marcha para Oeste. Conforme Valdir Gregory, a colonização no Oeste ficou polarizada, a partir desse processo, nas cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido

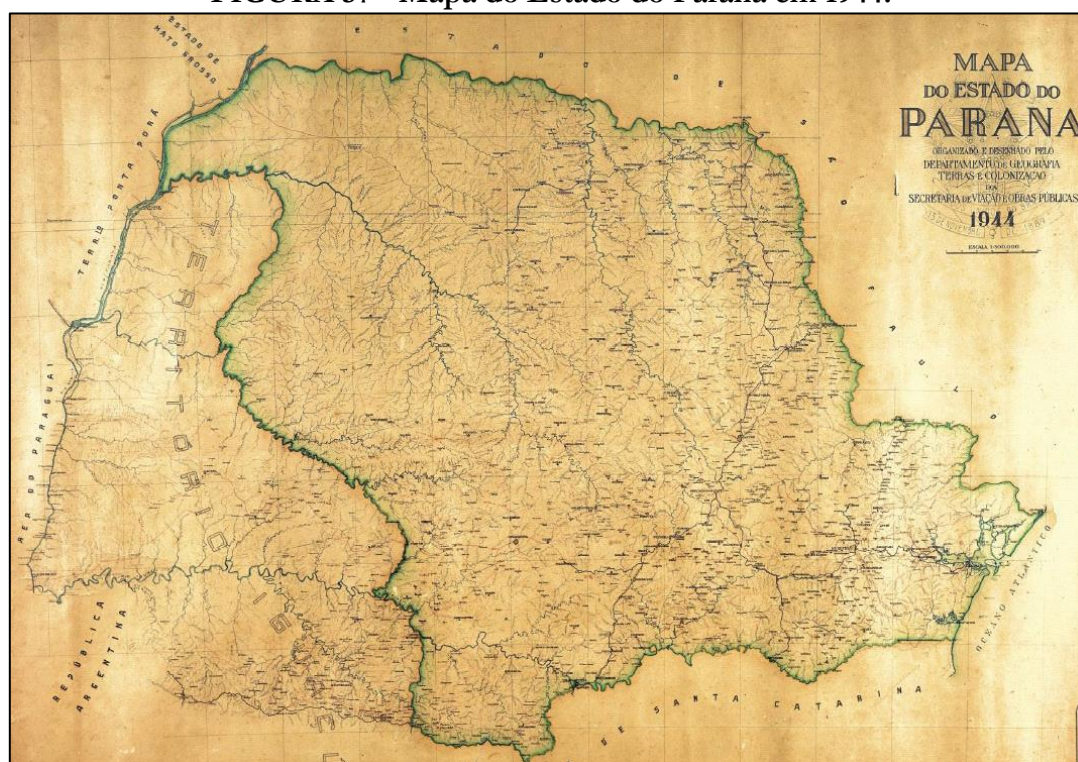
⁴²² Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná: 2008.

Rondon e se tratava de uma divisão geopolítica de cunho social e ideológico que abarcava os migrantes do Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).⁴²³

A ocupação da fronteira Oeste, esteve diretamente ligada à política ideológica do Estado Novo de Vargas, propondo uma perspectiva nacionalista para integração das terras fronteiriças.

Por volta da década de 1950 (*Mapa do Estado do Paraná em 1951*), a fronteira começou a receber as correntes imigratórias destinadas às regiões geográficas específicas: Oeste e Sudoeste, que começaram a ser ocupadas por imigrantes vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Na sequência, na década de 1960, começa a vinda da corrente nortista (*Mapa do Estado do Paraná em 1960*). No entanto, a ocupação efetiva da fronteira Oeste exigiu a criação de municípios, ou seja, a ocupação administrativa enquanto procedimento para fragmentar o território, como se pode conferir nas Figuras 58, 59 e 60.

FIGURA 57 - Mapa do Estado do Paraná em 1944.



FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná MAPA de 1944 – Província do Paraná. 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html

⁴²³ Gregory, *Os eurbrasileiros e o espaço colonial*: 64.

Essa política de ocupação do espaço contava com a vinda de grupos de imigrantes europeus, que seriam responsáveis pela criação e desenvolvimento de colônias no antigo espaço das reduções jesuíticas (Figura 61). Desse modo, a fronteira Nordeste, seria ocupada e colonizada pelos imigrantes europeus.

No *Mapa do Território de Misiones 1768*⁴²⁴, pode-se perceber que desde o ano 1768, no Território de Misiones, existiam algumas fazendas de exploração da erva-mate assentadas em locais onde antes existiram 24 reduções jesuíticas, são elas: *San José, San Carlos, Apostoles, Concepcion, Santa Maria, San Xavier, San Nicolas, San Lucas, San Lorenzo, San Miguel, San Angelo, Yapeyu, La Cruz, Santo Tomé, San Borja, Ytaly, Loreto, San Ignacio, Itapua, Candelaria, Santa Ana, Corpus, Concepcion, Martines*. Havia, também fazendo de criação de animais: *como burros, mulas, potros éguas, cavalos, bois e gados de rodeios*.

Uma questão interessante no *Mapa do Território de Misiones 1768*, ainda não discutida pela historiografia argentina, é a existência de uma *Colônia Militar* no Território de Misiones chamada de “Marco Colocado en de 1863”, além dos ervais Central e do Costa. Os relatos de viagens e mensagens presidenciais enfatizam a presença do exército como elemento civilizador, porém não há registros nos relatos e nas mensagens de governos de colônias militares promovidas pela Argentina na fronteira.

O mapeamento e a ocupação da fronteira pelo Estado, em meados do século XIX, foi fundamental para a vinda do imigrante europeu, sendo a estratégia política implementada para a ocupação e colonização das terras disponíveis, principalmente as terras da fronteira, pelo menos a partir do último quartel do século XIX. As ações oficiais do governo argentino foram baseadas numa política de desenvolvimento pautada no sujeito europeu como elemento de fortalecimento do Estado Nacional na fronteira. A partir da ação administrativa da *Marcha para o Nordeste* que levou o imigrante europeu para a fronteira, atingir-se-ia a civilidade e o desenvolvimento econômico para

⁴²⁴ É necessário utilização das projeções cartográficas anteriores ao início da terceira etapa de ocupação, para a compreensão do processo de ocupação da fronteira Nordeste-Misiones.

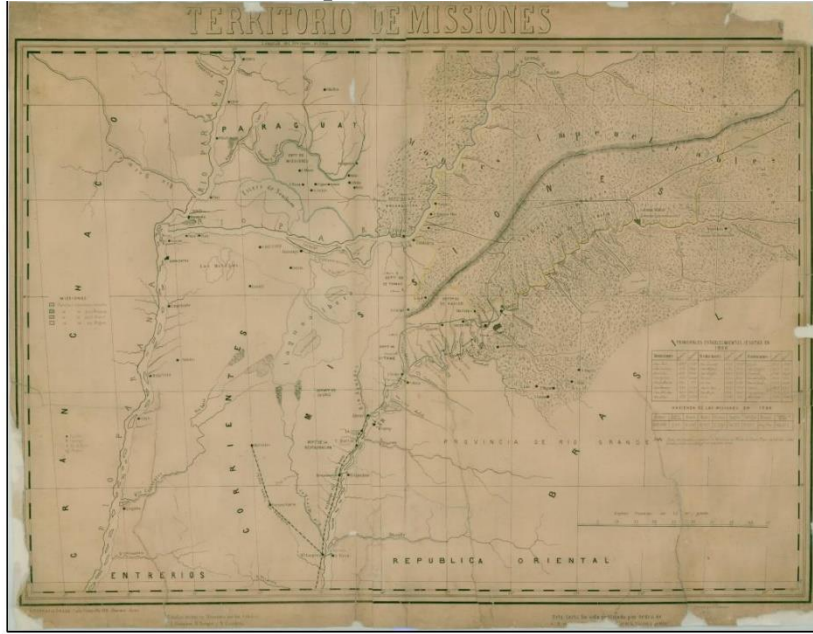
a região. A intenção do Estado Nacional argentino não era a de desenvolver grandes latifúndios, pois dessa forma o espaço continuaria vazio e improdutivo, mas de atrair o pequeno agricultor que, com os seus familiares, ocuparia o território até então inexplorado, conforme a Figura 37.

No *Mapa do Território de Misiones em 1865 (Representação da presença indígena e dos ervais)* (Figura 38) pode-se perceber a descrição da floresta virgem de erva-mate a ser explorada e as que já estavam sendo exploradas, além da presença de *índios tupis (ou guaranis) e de bugres* no território. Nota-se uma grande atividade nos ervais nesse período em decorrência das obrages que são anteriores ao início da terceira etapa em Misiones, vindo em direção ao Oeste paranaense.

No encaminhamento da mensagem do ano de 1882, o presidente Julio Argentino Roca afirmou que a Argentina e o Brasil estavam desenvolvendo a mesma política de colonização com os imigrantes europeus, a qual se mostrava necessária para uma poderosa corrente de imigração que promovesse em larga escala um processo de conversão de seus vastos desertos em centros civilizados, pois quanto mais o Território de Misiones fosse fragmentado, mais intensa seria a ocupação política-administrativa, conforme a Figura 62.⁴²⁵ Pode-se considerar que a terceira etapa da ocupação da fronteira Nordeste de Misiones foi manipulada por um discurso civilizatório do Estado Nacional argentino, ou seja, desde 1865, havia a presença de empresas privadas explorando a erva-mate através das obrages e realizando a ocupação econômica do território.

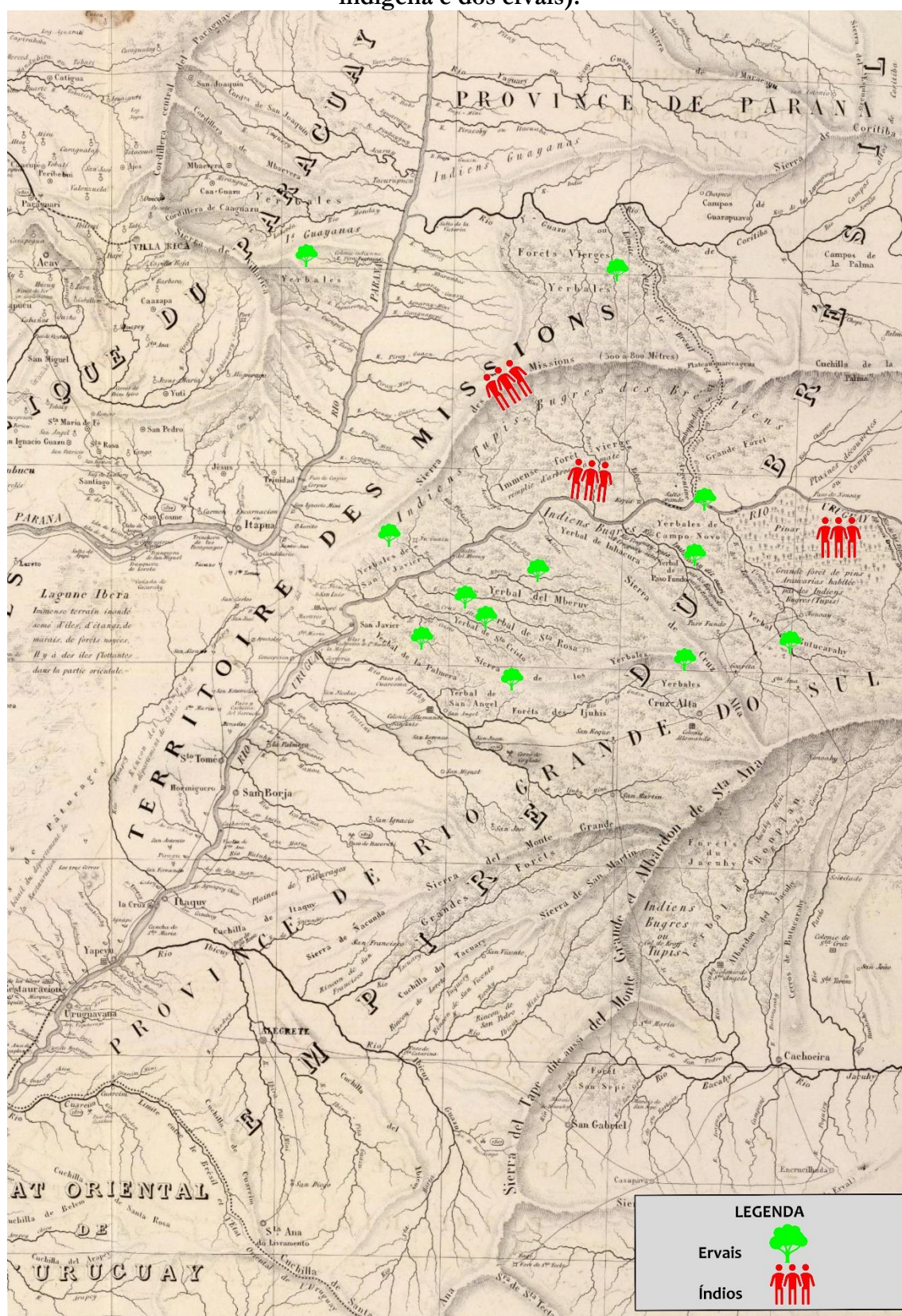
⁴²⁵ Mensaje del Presidente del la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882. Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1882.

FIGURA 61 - Mapa do Território de Missões 1768.



FONTE: Bomplan, A. Territorio de Misiones. Elaborado em 1850. Consultado no dia 14 janeiro 2017 outubro de 2015, URL: <http://bibliotecadigital.bibna.gub.uy:8080/jspui/handle/123456789/5979> (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

FIGURA 62 - Mapa do Território de Missões em 1865 (Representação da presença indígena e dos ervais).



FONTE: Carte de la Province de Corrientes, du Territoire des Missions et des pays adjacents. Par le Dr. V. Martin de Moussy 1865. Grave par Kautz, r. Bonaparte 82 - Paris. Paris - Imp. Lemerrier, r. de Seine 57. (Paris Librairie de Firmin Didot Freres, Fils et Cie., 1873). (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

b) A marcha da civilização para Misiones (1881 a 1888)

A Argentina sustentava, à época, o ideário de construção de uma nação moderna e para efetivar a ocupação da fronteira, via na imigração europeia a “chave” para o progresso.⁴²⁶ Logo, a *Marcha para o Nordeste* deveria levar a imigração europeia à fronteira. De acordo com Gallero e Karutstofil, a colonização oficial do Território Nacional de Misiones, em 1881, foi concretizada nos antigos povoados jesuíticos que a nova frente pioneira ocuparia: *Corpus, San Ignacio, Loreto, Santa Ana, Mártires, Candelaria, Cerro Corá, San José, San Javier, Apóstoles y Concepción, que foram reocupadas em 1877*.⁴²⁷ Em relação à colonização oficial, o governo argentino visava à ocupação das *tierras fiscales* que seriam demarcadas pelo Estado para facilitar a entrega da titulação de posse aos imigrantes europeus, conforme o *Mapa do Território de Misiones em 1881* (Figura 63).

Em relação à Misiones, Julio Argentino Roca, no ano de 1882, apontava a falta de conhecimento por parte do governo acerca das dimensões deste espaço como uma das causas fundamentais do isolamento da região. A intenção do governo argentino era a de trazer o colono europeu para civilizar o Território de Misiones, desenvolver o potencial agrícola e valorizar a fronteira Argentina, aspecto que está presente na lei de colonização.

No mapa do ano de 1888, é possível acompanhar a ocupação administrativa do Estado Nacional e o início da definição dos limites internacionais (Brasil, Paraguai e Uruguai), dos limites provinciais, dos limites de departamentos, da criação de Departamentos, das Colonias Agrícolas (Colônia del Guazú Machado, Colônia del Piray, Colônia del Paranay, Colônia Guaraguape, Colônia Anel, San Ignacio-mini, Santa Ana, Candelaria, San Carlos, Apóstoles, Mártires, San Isidro), além de estradas em construção e telégrafos para Misiones (Figura 64).

No ano de 1888, o Território de Misiones começou a ser repartido entre poucos proprietários que teriam feito a aquisição de enormes faixas de terras por um valor irrisório. Apesar

⁴²⁶ Gallero e Krautstofil, “Proceso de poblamiento y migraciones em la Provincia de Misiones”.

⁴²⁷ Gallero e Krautstofil, “Proceso de poblamiento y migraciones em la Provincia de Misiones”.

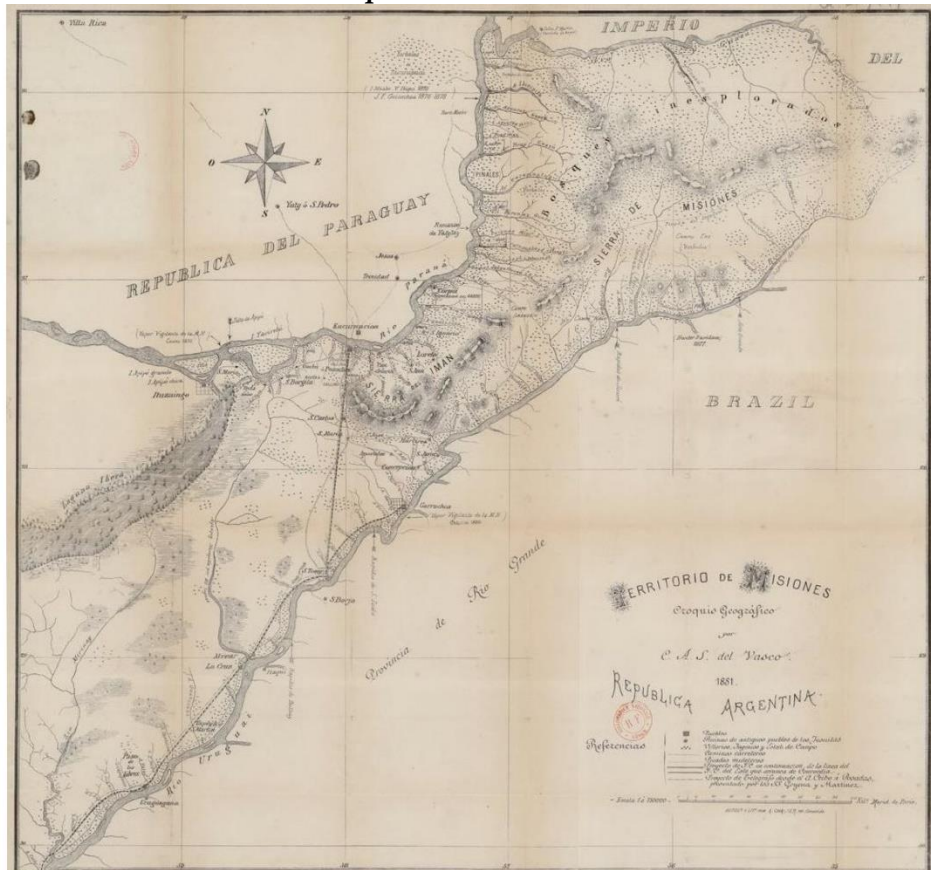
dessa informação estar presente no “*Atlas General de la Provincia de Misiones*” (1888) não há uma definição de quem seriam os sujeitos, tampouco, os nomes dos locais.

Esses proprietários de faixas de terras foram responsáveis pelas “grandes empresas extrativistas” nessa terceira etapa do processo de ocupação, isto é, a frente extrativista responsável por tirar o principal recurso natural de Misiones: *a erva-mate*. A partir do ano de 1890, o governo argentino foi consolidando a *marcha da civilização* para Misiones, o que se dava em paralelo à disputa entre Brasil e Argentina na Questão de Misiones, discutida no primeiro capítulo desta pesquisa.

A grande aposta do governador argentino era de refundar em Apóstoles a colonização com os imigrantes europeus, especificamente com as famílias polacas de “galitizianas”. Outro objetivo era a fundação de colônias com lotes previamente divididos para facilitar a posse dos novos colonos.⁴²⁸ Neste processo de fundação das colônias para a garantia a ocupação da fronteira, fica caracterizado, conforme aponta María Cecília Gallero e Elena M. Krautstoftl, que o imigrante europeu viria para este território motivado pelo Estado Nacional, esboçando uma configuração de matriz interétnica na população em Misiones.

⁴²⁸ Gallero e Krautstoftl, “Proceso de poblamiento y migraciones em la Provincia de Misiones”.

FIGURA 63 - Mapa do Território de Misiones em 1881.



FONTE: Vasco, C. A. S. del. *Território de Misiones: croquis geográfico* (1881) República Argentina. Consultado no dia 14 janeiro 2017 outubro de 2015, URL: <http://trapalanda.bn.gov.ar/jspui/handle/123456789/13860> (Mapa adaptado por Leandro de Araújo Crestani).

c) Ocupação efetiva para Misiones (1895 a 1960)

Em 1895 a 1960, conforme a cartografia presente no *Atlas general de la Provincia de Misiones* (1978), houve intensa ocupação político-administrativa e econômica do Território de Misiones, efetivando a exploração agrícola que ainda tinha na erva-mate seu principal recurso. Nessa época, a ocupação político-administrativa foi consolidada pela criação de “departamentos” e “unidades administrativas”, assim como por meio de leis específicas para cada unidade, subdividida em unidades administrativas menores.

Em 1895, tem-se os seguintes departamentos: a Capital (Posadas), San Carlos, Apóstoles, San José, Concepción, Candelaria, Cerro Corá, San Carlos, San Javier, San Ignacio, Campo Grande, Monteagudo, San Pedro, Frontera (Figura 65). No período de 1914, temos os seguintes departamentos: Capital (Posadas), Apóstoles, San José, Candelaria, Concepción, Cerro Corá, San Carlos, Itacaruaré, San Ignacio, San Javier, Campo Grande, Monteagudo, San Pedro, Frontera (Figura 66).

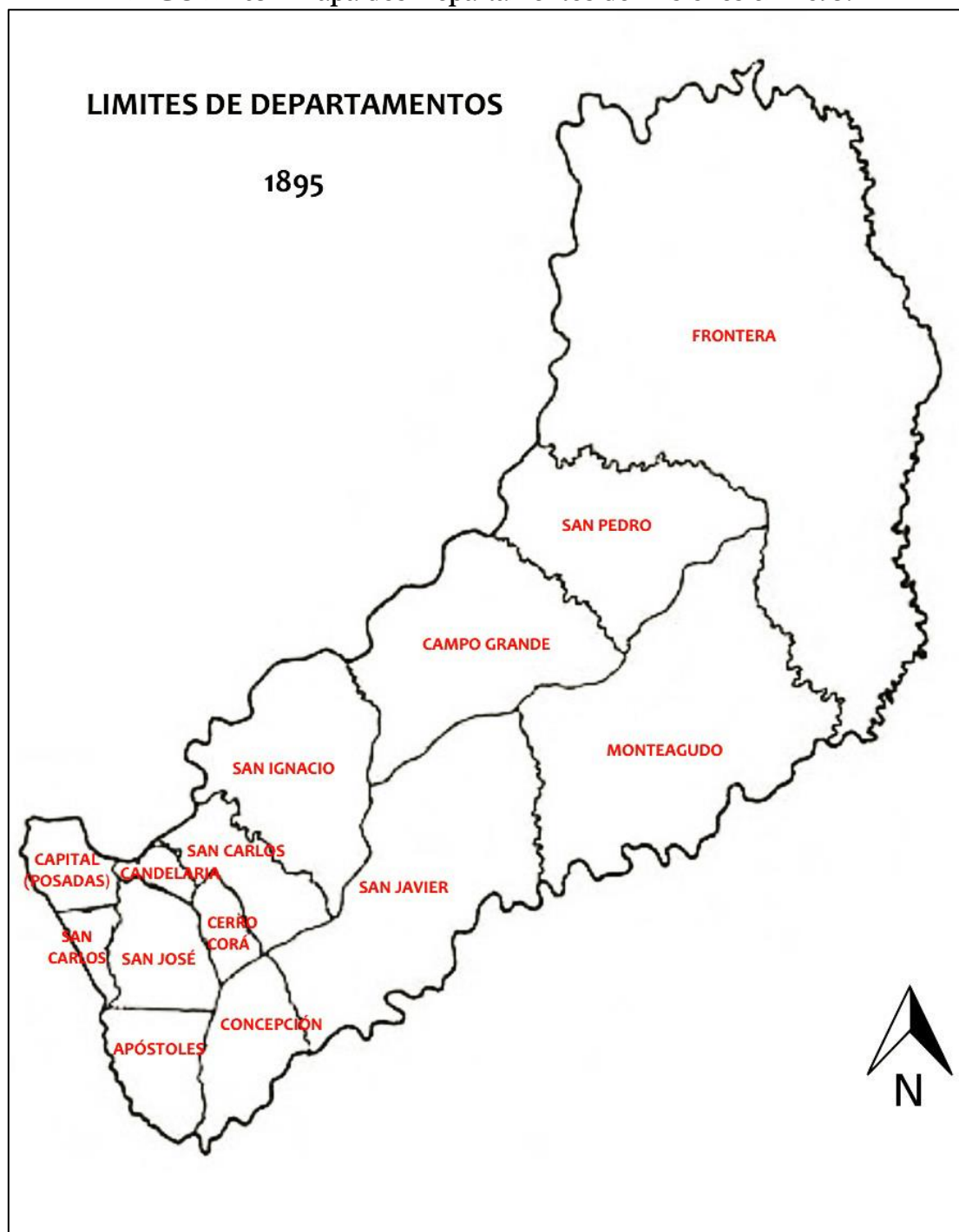
Segundo María Cecilia Gallero e Elena M. Krautstoft, após a colonização oficial promovida pelo Estado Nacional argentino para Misiones a conjuntura socioeconômica no Pós-Guerra (Primeira Guerra Mundial) possibilitou a empresários particulares iniciarem a etapa da colonização privada, isto é, o projeto empresarial de compra e venda de terras públicas a partir do que estava estabelecido na legislação oficial.⁴²⁹

A expansão de colônias públicas e privadas em Misiones ocorreu efetivamente após 1920, contribuindo com o processo de ocupação da fronteira. Nessa perspectiva, o Estado Nacional argentino foi ineficiente na política da ocupação, consolidada somente com a colonização privada, que efetivamente promoveu a ocupação e a colonização das terras da fronteira. Em 1947, existiam os seguintes departamentos: Capital (Posadas), Apóstoles, Concepción, Candelaria, San Javier, San Ignacio, Caingúas, Guarani, San Pedro, Frontera, Iguazú (Figura 67).

⁴²⁹ Gallero e Krautstoft, “Proceso de poblamiento y migraciones em la Provincia de Misiones”.

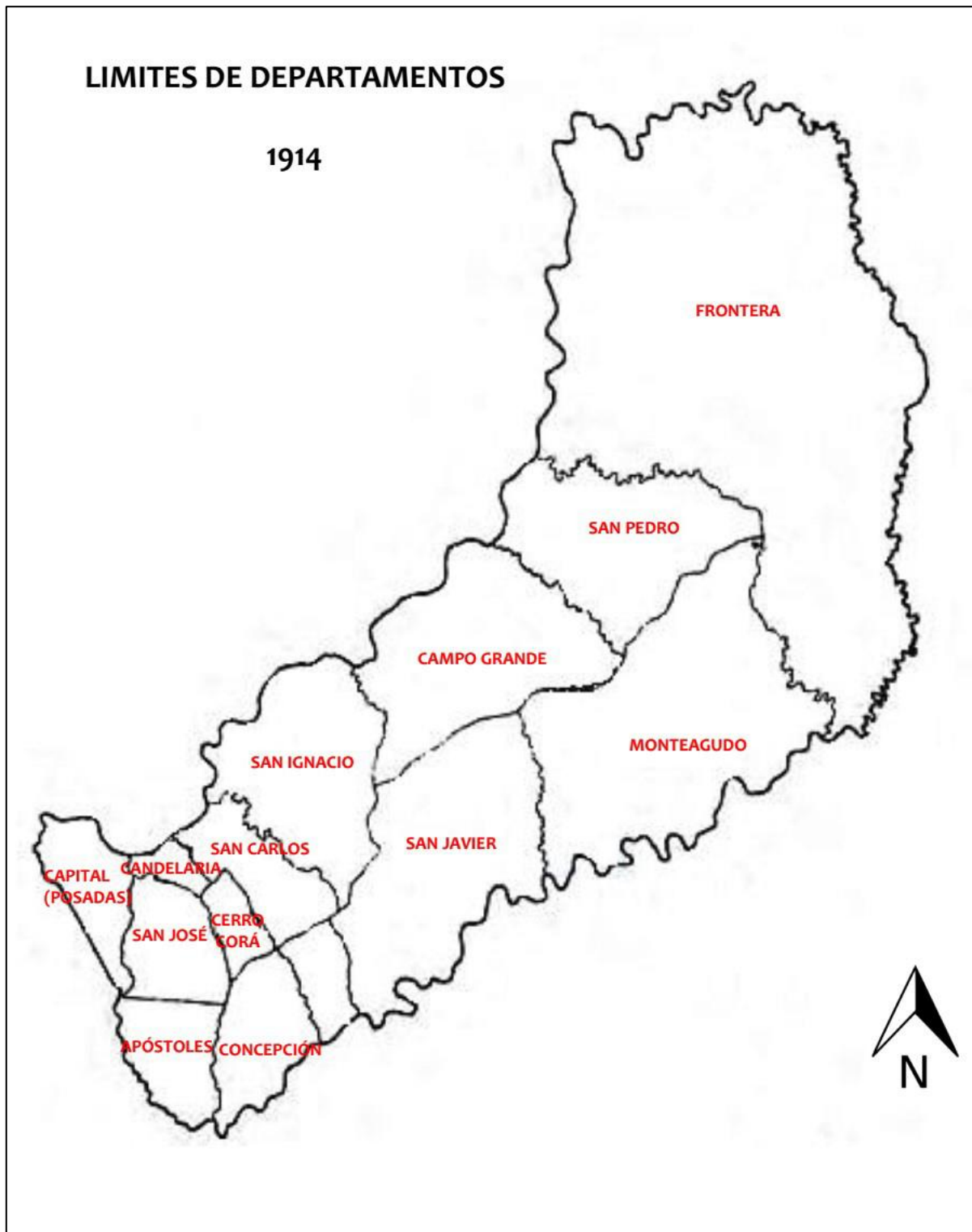
Em 1960, há os seguintes departamentos: Posadas (Capital), Apóstoles, Candelaria, Leandro N. Alem, Concepción San Javier, San Ignacio, Oberá, Libertador General San Martín, Cainguaás, 25 de Mayo, Montecarlo, Guaraní, Eldorado, San Pedro, Iguazú e General Manuel Belgrano (Figura 68).

FIGURA 65 - Mapa dos Departamentos de Misiones em 1895.



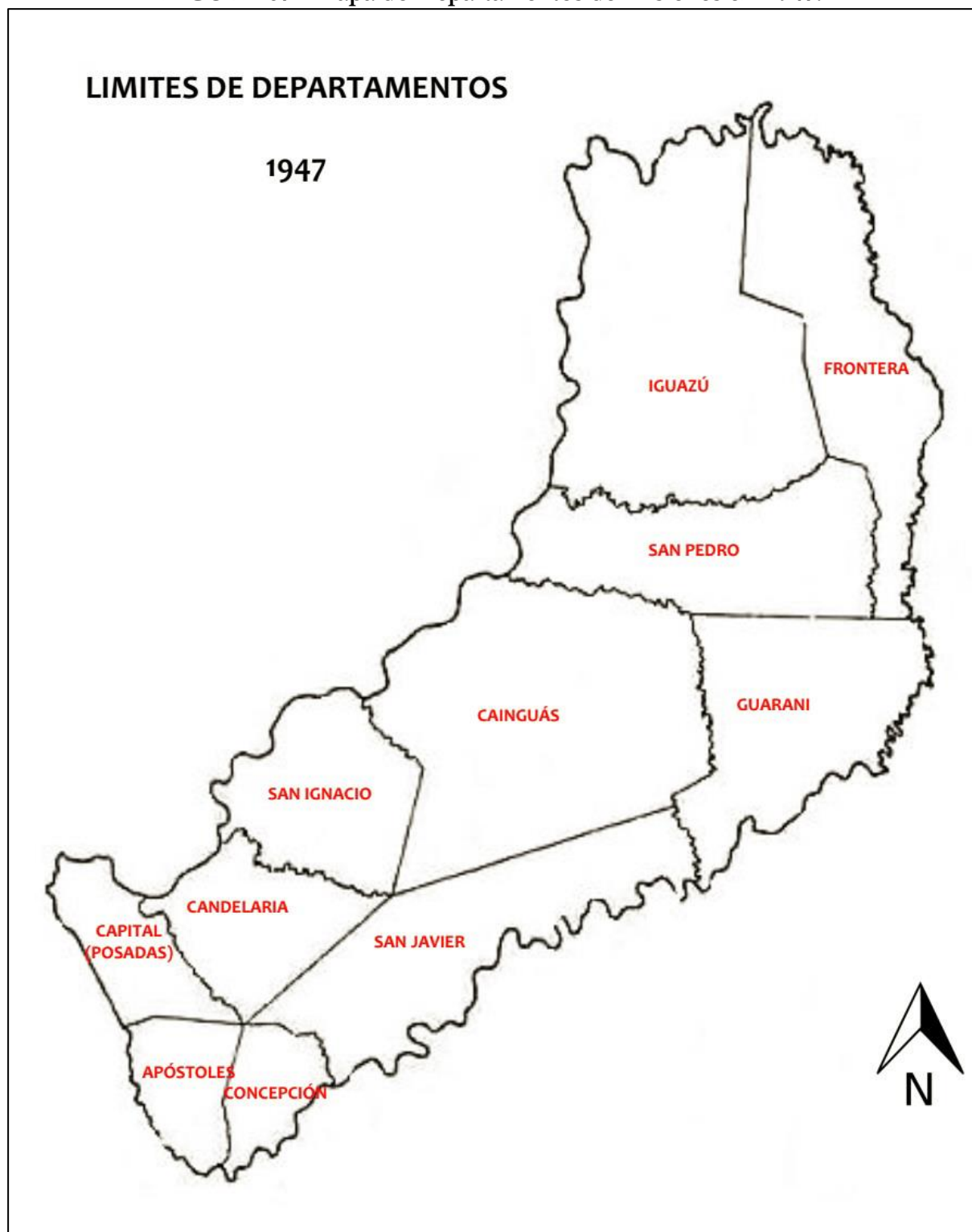
FONTE: Provincia de Misiones – Secretaría de Planificación y Control/ Dirección General de Estadísticas y Censos. *Atlas general de la Provincia de Misiones*. Posadas: República Argentina, 1978: 43. (Adaptado e relaborado por Leandro de Araújo Crestani).

FIGURA 66 - Mapa do Departamentos de Misiones em 1914.



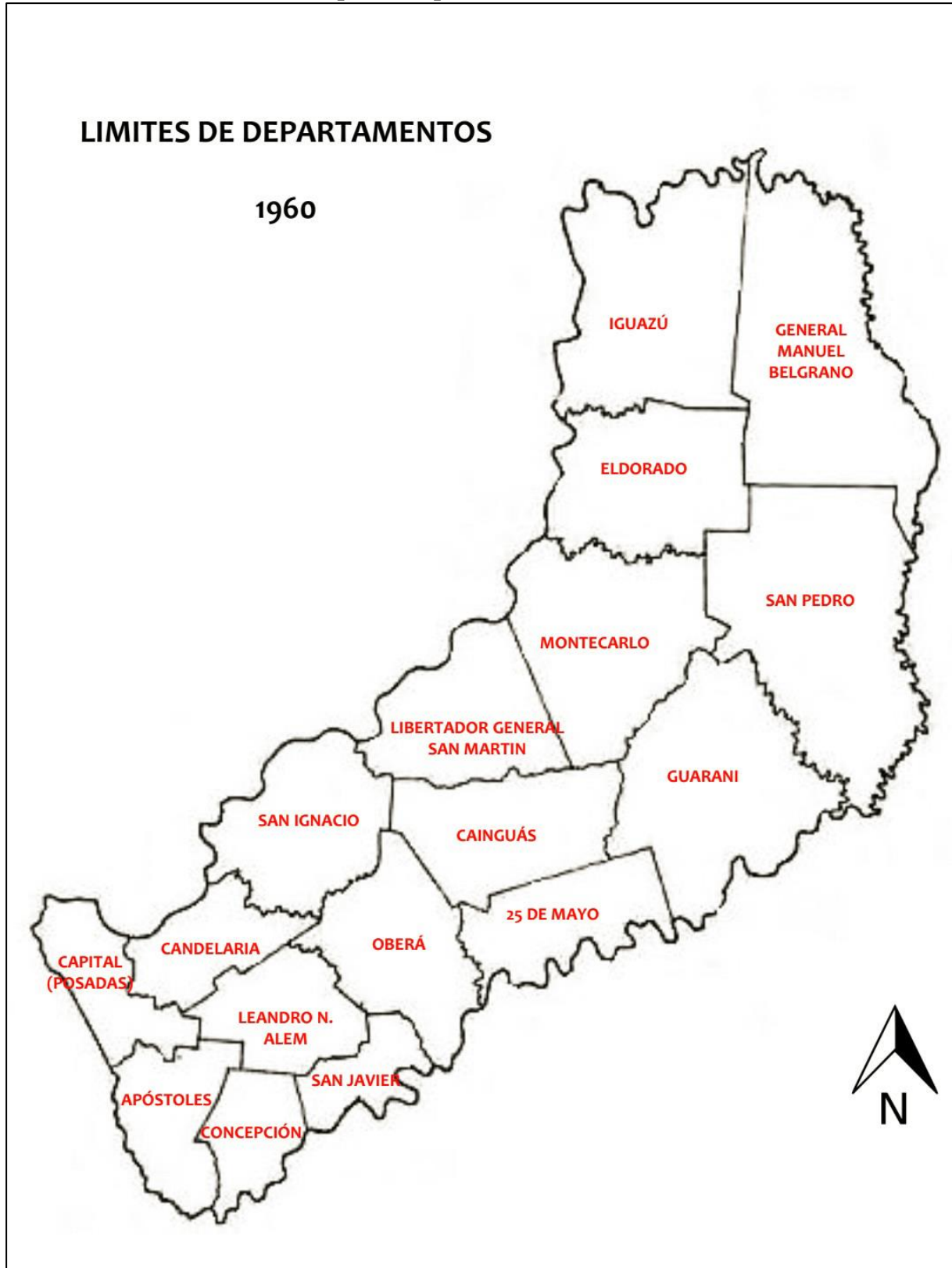
FONTE: Provincia de Misiones – Secretaría de Planificación y Control/ Dirección General de Estadísticas y Censos. *Atlas general de la Provincia de Misiones*. Posadas: República Argentina, 1978: 43. (Adaptado e relaborado por Leandro de Araújo Crestani).

FIGURA 67 - Mapa do Departamentos de Misiones em 1947.



FONTE: Provincia de Misiones – Secretaría de Planificación y Control/ Dirección General de Estadísticas y Censos. *Atlas general de la Provincia de Misiones*. Posadas: República Argentina, 1978: 43. (Adaptado e relaborado por Leandro de Araújo Crestani).

FIGURA 68 - Mapa do Departamentos de Misiones em 1960.



FONTE: Provincia de Misiones – Secretaría de Planificación y Control/ Dirección General de Estadísticas y Censos. *Atlas general de la Provincia de Misiones*. Posadas: República Argentina, 1978: 43. (Adaptado e relaborado por Leandro de Araújo Crestani).

4. EVOLUÇÃO POPULACIONAL DA FRONTEIRA OESTE DO PARANÁ

a) *Censo de 1872 – fronteira Oeste (PR)*

O primeiro Censo Populacional realizado no Brasil ocorreu em 1872. Nesse levantamento demográfico, nota-se, em relação aos sertões do Oeste da Província do Paraná, duas paróquias que posteriormente formaram os municípios de Guarapuava (*Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava*) e Palmas (*Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas*).⁴³⁰ A população da *Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava*, segundo o Censo de 1872, era de 5.161 de habitantes e foi recenseada na divisão das condições de “livres” e “escravos”, subdividindo homens e mulheres. A população total era composta por 56,65% brancos, 25,69% pardos, 9,80% pretos e 7,86% caboclos. Na condição de população livre, havia 4.585 habitantes, sendo 63,77% brancos, 23,64% pardos, 3,65% pretos e 8,94% caboclos; e na condição de escravos, havia 576 habitantes dos quais, 41,14% de pardos e 58,86% de pretos (Quadro 8).

QUADRO 8 - População da Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava em 1872.

Raças						
Condições	Sexos	Pessoas	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	HOMENS	2.447	1.500	601	101	236
	MULHERES	2.138	1.415	483	66	174
	Total	4.585	2.924	1.084	167	410
Escravos	HOMENS	308	-	126	182	-
	MULHERES	268	-	111	157	-
	Total	576	-	237	339	-
Total Geral		5.161	2.924	1.321	506	410

FONTE: Brasil, Recenseamento da Província do Paraná em 1872: 64.

Em relação às nacionalidades presentes na *Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava*, a população era de 5.069 brasileiros (98,21%) e 92 estrangeiros (1,79%). Em comparação com a

⁴³⁰ No censo do ano de 1872, foi pesquisado os seguintes pontos em relação a sua população: População (Branco, Pardos, Pretos, Caboclos); Nacionalidade (Brasileiros ou Estrangeiros, subdivido em: Livres e Escravos); Estrangeiros (Africanos – “Escravos e Livres”; Alemães; Austriacos; Argentinos; Dinamarqueses; Franceses; Espanhóis; Italianos; Norte-Americanos; Portuguezes; Russianos).

nacionalidade brasileira, a população livre correspondia a 89,17% e a 10,83% de escravos, já entre os estrangeiros, a população livre correspondia a 70,65% e a escrava a 29,35% (Quadro 9).

QUADRO 9 - Nacionalidade da Paróquia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava em 1872.

Condições	Sexos	Nacionalidade	
		Brasileiros	Estrangeiros
Livres	Homens	2.395	52
	Mulheres	2.125	13
	Total	4.520	65
Escravos	Homens	290	18
	Mulheres	259	9
	Total	549	27
Total Geral		5.069	92

FONTE: Brasil, Recenseamento da Província do Paraná em 1872: 64.

A população nacional nesse período era composta por 93,74% de paranaenses e as seguintes disposições de imigrados de outros estados: 0,02% do Pará, 0,02% do Maranhão, 0,02% de Pernambuco, 0,17% da Bahia, 0,02% do Espírito Santo, 0,16% do Rio de Janeiro, 4,72% de São Paulo, 0,38% de Santa Catarina, 0,45% do Rio Grande do Sul e 0,30% de Minas Gerais, conforme Quadro 10.

QUADRO 10 - Nacionais na Paróquia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava em 1872.

Estrangeiros	Sexos	Nacionais										
		Pará	Maranhão	Pernambuco	Bahia	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Minas Gerais
Natos	Homens	1	1	1	7	1	2	158	2.479	10	15	10
	Mulheres	-	-	1	2	-	6	8	2.273	9	8	5
Total		1	1	1	9	1	8	239	4.752	19	23	15
Total Geral		5.069										

FONTE: Brasil, Recenseamento da Província do Paraná em 1872: 65.

Segundo o Censo de 1872, a concentração de estrangeiros nessa Paróquia era de 92 habitantes, sendo 29,34% de africanos escravos, 14,98% de africanos livres, 15,21% de alemães, 3,26% de Austríacos, 1,08% de argentinos, 2,47% de dinamarqueses, 8,69% de franceses, 3,26% de espanhóis, 7,60% de italianos, 1,08% de norte-americanos, 11,95% portugueses, e 1,08% de russos (Quadro 11).

QUADRO 11 - Estrangeiros da Paróquia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava em 1872.

Estrangeiros	Sexos	Estrangeiros											
		Africanos		Alemães	Austríacos	Argentinos	Dinamarquese	Franceses	Espanhóis	Italianos	Norte-Americanos	Portugueses	Russos
		Escravos	Livres										
Natos	Homens	18	10	10	2	-		7	3	7	1	11	1
	Mulheres	9	2	4	1	1	3	1	-	-	-	-	-
Total		27	12	14	3	1	3	8	3	7	1	11	1
Total Geral		92											

FONTE: Brasil, *Recenseamento da Província do Paraná em 1872*: 65.

Na Paróquia do Senhor Bom Jesus do Campos de Palmas, no ano de 1872 a população total era 3.301 sujeitos, dos quais eram *homens livres*: 806 brancos, 316 pardos, 92 pretos e 398 caboclos. Na condição de *mulheres livres* encontrava-se os seguintes números: 765 brancas, 299 pardas, 64 pretas e 288 caboclas. Em relação à condição de *escravo homem*, nenhum branco, 44 pardos, 74 pretos, e nenhum caboclo. Ainda na condição de *escravas mulheres*, nenhuma branca, 35 pardas, 120 pretas e nenhuma caboclo conforme o quadro 12.

Em relação à população, 91,73% se encontrava na condição livre e 8,27% na condição de escravo. Ao comparar tanto a condição de livres quanto a de escravos tem-se 47,60% de brancos, 21,02% de pardos, 10,60% de pretos e 20,78% de cablocos. Na condição de população livre havia 3.028 habitantes: 51,88% de brancos, 20,31% de pardos, 5,15% de pretos e 22,66% de cablocos. Já na condição de escravos, havia 273 habitantes: 28,93% de pardos e 71,07% de pretos.

QUADRO 12 - População da Paróquia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1872.

Condições	Sexos	Almas	Raças			
			Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens	1.612	806	316	92	398
	Mulheres	1.416	765	299	64	288
	Total	3.028	1.571	615	156	686
Escravos	Homens	118	-	44	74	-
	Mulheres	155	-	35	120	-
	Total	273	-	79	194	-
Total Geral		3.301	1.571	694	350	686

FONTE: Brasil, *Recenseamento da Província do Paraná em 1872*: 67.

Em relação às nacionalidades presentes na *Paróquia do Senhor Bom Jesus do Campos de Palmas*, havia 3.236 brasileiros (98,03%) e 65 estrangeiros (1,97%). Quanto à nacionalidade brasileira, a população livre era de 3.009, correspondendo 92,98% e a escrava, de 227, sendo 7,02% de escravos. Já a população estrangeira somava 19 habitantes correspondendo a 29,24% e a escrava, 65 habitantes, sendo 70,76% (Quadro 13).

QUADRO 13 - Nacionalidade da Paróquia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1872.

Condições	Sexos	Nacionalidades	
		Brasileiros	Estrangeiros
Livres	Homens	1.550	12
	Mulheres	1.459	7
	Total	3.009	19
Escravos	Homens	93	25
	Mulheres	134	21
	Total	227	46
Total brasileiros e estrangeiros		3.236	65
Total geral		3.301	

FONTE: Brasil, *Recenseamento da Província do Paraná em 1872*: 67.

A população nacional nesse período era composta pela presença de 86,68% de pessoas do Paraná e o restante se dividia nos seguintes arranjos: 0,03% brasileiro adotivo⁴³¹, 0,03% de

⁴³¹ No censo em questão não foi descrito o que seria o brasileiro adotivo, entende-se nesse caso com brasileiro naturalizado.

Pernambuco, 0,03% da Bahia, 0,24% do Rio de Janeiro, 6,24% de São Paulo, 0,64% de Santa Catarina, 5,09% do Rio Grande do Sul e 1,02% de Minas Gerais, conforme o quadro 14.

QUADRO 14 - Nacionais da Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1872.

Estrangeiros	Sexos	Nacionais								
		Brasileiro adotivo	Pernambuco	Bahia	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Minas Gerais
Natos	Homens	1	1	12	8	119	1.464	8	68	12
	Mulheres	-	-	-	-	83	1.329	13	97	21
Total		1	1	12	8	202	2.793	21	165	33
Total Geral		3.236								

FONTE: Brasil, *Recenseamento da Província do Paraná em 1872*: 65.

Um dado interessante em relação ao censo da *Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas* está nos 70,76% de africanos escravos, 4,61% de africanos livres, 1,53% de austríacos, 3,07% de argentinos, 1,53% de espanhóis, 13,30% de orientais, 1,53 de peruanos e 3,67% portugueses que habitava essa a paróquia (Quadro 15).

QUADRO 15 - Estrangeiros da Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1872.

Estrangeiros	SEXOS	RAÇAS							
		Africanos		Austríacos	Argentinos	Espanhóis	Orientais	Peruanos	Portugueses
		Escravos	Livres						
Natos	Homens	25	2		2	1	4		3
	Mulheres	21	1	1			4	1	
Total		46	3	1	2	1	8	1	3
Total Geral		65							

FONTE: Brasil, *Recenseamento da Província do Paraná em 1872*: 68.

Como o Censo de 1872 definiu o total da população que habitava a fronteira Oeste da Província do Paraná apresentando o contingente populacional das *Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava* e *Parochia do Senhor Bom Jesus do Campos de Palmas*, na soma dos dados da população das duas Parochia permite inferir que os habitantes estariam no Oeste, porém somente pelo “olhar oficial”.

No período em questão, o Oeste do Paraná tinha 8.462 habitantes. Conforme o censo de 1872, essa região era composta por: 4.495 brancos (53,12%), 2.015 pardos (23,81%), 856 pretos (10,11%) e 1.096 caboclos (12,96%). Em relação aos habitantes nas condições de livres, havia 7.613 habitantes, assim divididos: 4.495 brancos, 2.015 pardos, 856 pretos e 1.096 caboclos. Nas condições de escravos eram 849 habitantes, sendo: 316 pardos e 533 pretos (Quadro 16).

QUADRO 16 - População da Fronteira Oeste em 1872.

Parochia	Condições	Almas	Raças			
			Branco	Pardos	Pretos	Caboclos
Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava	Livres	4.585	2.924	1.084	167	410
	Escravos	576	-	237	339	-
	Total	5.161	2.924	1.321	506	410
Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas	Livres	3.028	1.571	615	156	686
	Escravos	273	-	79	194	-
	Total	3.301	1.571	694	350	686
Total Geral		8.462	4.495	2.015	856	1.096

FONTE: BRAZIL. Brasil, *Recenseamento da Província do Paraná em 1872*.

Em relação às nacionalidades presentes no Oeste do Paraná, a população livre, escrava e estrangeira totalizava 8.462 brasileiros (98,17%) e 157 estrangeiros (1,83%). Nesse período, o Oeste, pelos dados oficiais, possuía 8.619 habitantes (Quadro 17).

QUADRO 17 - Nacionalidade no Oeste do Paraná em 1872.

Condições	Sexos	Nacionalidade	
		Brasileiros	Estrangeiros
Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava	Livres	4.585	65
	Escravos	576	27
	Total	5.161	92
Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas	Livres	3.301	19
	Escravos	273	46
	Total	3.301	65
Total de brasileiros e estrangeiros		8.462	157
Total no Oeste do Paraná		8.619	

FONTE: Brasil, *Recenseamento da Província do Paraná em 1872*.

No que tange à presença do estrangeiro no Oeste, pode-se constatar que a *Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava* possuía a maior diversidade de nacionalidades: africanos, alemães, austríacos, argentinos, dinamarqueses, franceses, espanhóis, italianos, norte-americanos, portugueses e russos, ao passo que na *Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas*, a presença estrangeira incluía africanos, austríacos, argentinos, espanhóis, orientais, peruanos e portugueses.

b) Censo de 1890 – fronteira Oeste (PR)

Pelos dados do recenseamento do ano de 1890, Guarapuava ainda continuava subdivida em: *Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava*; *Parochia do Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas*.⁴³² Diferentemente do censo de 1872, o de 1890 traz estrangeiros na tabulação junto com os nacionais, porém sem definir sua origem. A população da Parochia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava em 1890 era de 8.765 habitantes, assim classificados: 4.923 brancos (56,16%); 434 pretos (4,95%); 1.327 caboclos (15,14%) e 2.081 mestiços (23,75%), conforme o quadro 18.

⁴³² Nesse censo foi retratado os seguintes pontos em relação a sua população: População Masculina e Feminina (Branco (as), Pardos (as), Pretos (as), Cablocos (as) subdivida em Solteiros (as), casados (as), viúvos (as) e divorciados (as); Nacionalidade (Brasileiros e Estrangeiros), subdividido em: homens e mulheres.

QUADRO 18 - População da Parochia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava em 1890.

Parochia Nossa Senhora de Belém de Guarapuava			
	Condições	Homens	Mulheres
Branços	Solteiros	1.780	1.447
	Casados	806	827
	Viúvos	44	106
	Divorciados	12	9
	Total	2.642	2.293
	Total de Brancos	4.923	
	Pretos	Solteiros	170
Casados		58	48
Viúvos		11
Divorciados		2	1
Total		230	204
Total de Pretos		434	
Cablocos	Solteiros	478	403
	Casados	209	197
	Viúvos	28	30
	Divorciados	8	14
	Total	723	644
	Total de Cablocos	1.327	
Mestiços	Solteiros	733	648
	Casados	323	303
	Viúvos	20	39
	Divorciados	7	8
	Total	1.083	998
	Total de Mestiços	2.081	
Total Homens e Mulheres		4.678	4.235
Total Geral		8.765	

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898): 90-91.

A população da Paróquia Santa Thereza de Therezina em 1890 possuía 3.634 habitantes: 2.295 brancos (63,16%); 250 pretos (6,88%); 299 caboclos (8,23%) e 790 mestiços (21,73%), conforme o quadro 19.

QUADRO 19 - População da Paróquia Santa Thereza de Therezina em 1890.

Paróquia Santa Thereza de Therezina			
	Condições	Homens	Mulheres
Branco	Solteiros	763	736
	Casados	333	378
	Viúvos	30	54
	Divorciados	1
	Total	1.126	1.169
	Total de Brancos	2.295	
	Pretos	Solteiros	105
Casados		40	30
Viúvos		4	1
Divorciados		1	...
Total		150	100
Total de Pretos		250	
Cablocos	Solteiros	100	86
	Casados	51	53
	Viúvos	5	3
	Divorciados	...	1
	Total	156	143
	Total de Cablocos	299	
Mestiços	Solteiros	331	214
	Casados	118	99
	Viúvos	11	15
	Divorciados	1	1
	Total	461	329
	Total de Mestiços	790	
Total de Homens e Mulheres		1.893	1.741
Total Geral		3.634	

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898): 90-91.

A população da Paróquia Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas, em 1890, contava com 3.947 habitantes: 1.854 brancos (46,97%); 285 pretos (7,22%); 810 caboclos (20,52%) e 998 mestiços (25,29%), conforme o quadro 20.

QUADRO 20 - População da Paróquia Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1890.

Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas			
	Condições	Homens	Mulheres
Branco	Solteiros	678	479
	Casados	297	330
	Viúvos	23	42
	Divorciados	2	3
	Total	1.000	854
	Total de Brancos	1.854	
Pretos	Solteiros	114	81
	Casados	40	40
	Viúvos	2	5
	Divorciados	2	1
	Total	158	127
	Total de Pretos	285	
Cablocos	Solteiros	362	274
	Casados	88	63
	Viúvos	12	7
	Divorciados	4	...
	Total	466	344
	Total de Cablocos	810	
Mestiços	Solteiros	368	283
	Casados	169	146
	Viúvos	11	16
	Divorciados	2	3
	Total	550	448
	Total de Mestiços	998	
Total de Homens e Mulheres		2.174	1.773
Total Geral		3.947	

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898): 90-91.

A população da Paróquia Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista Palmas, em 1890, era de 3.081 habitantes assim classificados: 1.483 brancos (48,13%); 197 pretos (6,39%); 765 caboclos (24,83%) e 636 mestiços (20,65%), conforme o quadro 21.

QUADRO 21 - População de Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista Palmas em 1890.

Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista			
	Condições	Homens	Mulheres
Branços	Solteiros	559	405
	Casados	244	255
	Viúvos	19	38
	Divorciados	1	2
	Total	823	660
	Total de Brancos	1.483	
Pretos	Solteiros	61	64
	Casados	32	30
	Viúvos	3	5
	Divorciados	1	1
	Total	97	100
	Total de Pretos	197	
Cablocos	Solteiros	286	231
	Casados	125	109
	Viúvos	3	8
	Divorciados	1	2
	Total	415	350
	Total de Cablocos	765	
Mestiços	Solteiros	248	177
	Casados	94	99
	Viúvos	5	12
	Divorciados	1	...
	Total	348	288
	Total de Mestiços	636	
Total de Homens e Mulheres		1683	1438
Total Geral		3.081	

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898): 91.

Percebe-se que nesse período, a população estrangeira era inferior à brasileira. Em Nossa Senhora de Belém de Guarapuava em 1890 havia 4.673 homens brasileiros e 4.235 mulheres

brasileiras, totalizando 8.908 habitantes (99,95%), ao passo que os estrangeiros tinham apenas 5 homens (0,05%) e nenhuma mulher registrada. (Quadro 22).

QUADRO 22 - Nacionalidades de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava em 1890.

Nossa Senhora de Belém de Guarapuava		
	Sexo	Habitantes
Brasileiros	Homens	4.673
	Mulheres	4.235
	Total de brasileiros	8.908
Estrangeiros	Homens	5
	Mulheres	-
	Total de estrangeiros	5
Total Geral		8.913

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898):191.

Novamente aqui, a população estrangeira era inferior a brasileira: 1.885 homens brasileiros e 1.741 mulheres brasileiras, totalizando 3.634 habitantes (99,78%) e apenas 8 homens estrangeiros (0,22%) e nenhuma mulher. (Quadro 23).

QUADRO 23 - Nacionalidades na Paróquia Santa Thereza de Therezina em 1890.

Paróquia Santa Thereza De Therezina		
	Sexo	Habitantes
Brasileiros	Homens	1.885
	Mulheres	1.741
	Total de brasileiros	3.626
Estrangeiros	Homens	8
	Mulheres	-
	Total de estrangeiros	8
Total Geral		3.634

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898): 191.

No período em questão, a população estrangeira era inferior a brasileira. Em 1890, a paróquia Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas tinha 2.149 homens e 1.763 mulheres nacionais, totalizando 3.912 habitantes (99,12%) e 25 homens estrangeiros contra 10 mulheres estrangeiras, totalizando 35 estrangeiros (0,88%) conforme quadro 24.

QUADRO 24 - Nacionalidades de Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas em 1890.
Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas

Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas		
	Sexo	Habitantes
Brasileiros	Homens	2.149
	Mulheres	1.763
	Total de brasileiros	3.912
Estrangeiros	Homens	25
	Mulheres	10
	Total de estrangeiros	35
Total Geral		3.947

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898): 191.

Percebe-se que em 1890, a população estrangeira era inferior à brasileira em Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista de Palmas; brasileiros: 1.677 homens e 1.429 mulheres, totalizando 3.121 habitantes (99,52%) e estrangeiros 6 homens e 9 mulheres, totalizando 15 estrangeiros (0,48%), conforme o quadro 25.

QUADRO 25 - Nacionalidades em Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista de Palmas em 1890.
Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista

Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista		
	Sexo	Habitantes
Brasileiros	Homens	1.677
	Mulheres	1.429
	Total brasileiros	3.106
Estrangeiros	Homens	6
	Mulheres	9
	Total de estrangeiros	15
Total Geral		3.121

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898): 191.

A população do Oeste do Paraná no Censo de 1890, a partir da soma das quatro paróquias categorizava brancos, pretos, mestiços e cablocos em 19.479 habitantes, assim composta: 10.567 brancos (54,19%); 1.166 pretos (5,98%); 3.241 cablocos (16,62%) e 4,505 mestiços (23,21%), conforme o quadro 26.

QUADRO 26 - População do Oeste do Paraná em 1890.

Oeste do Paraná			
	Paróchias	Homens	Mulheres
Branços	Nossa Senhora de Belém de Guarapuava	2.642	2.293
	Santa Thereza de Therezina	1.126	1.169
	Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas	1.000	854
	Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista	823	660
	Total	5.591	4.976
	Total de Brancos	10.567	
Pretos	Nossa Senhora de Belém de Guarapuava	230	204
	Santa Thereza de Therezina	150	100
	Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas	158	127
	Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista	97	100
	Total	635	531
	Total de Pretos	1.166	
Cablocos	Nossa Senhora de Belém de Guarapuava	723	644
	Santa Thereza de Therezina	156	143
	Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas	466	344
	Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista	415	350
	Total	1.760	1.481
	Total de Cablocos	3.241	
Mestiços	Nossa Senhora de Belém de Guarapuava	1.083	998
	Santa Thereza de Therezina	461	329
	Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas	550	448
	Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista	348	288
	Total	2.442	2.063
	Total de Mestiços	4.505	
Total de Homens e Mulheres		10.428	9.051
Total Geral		19.479	

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898). (Dados compilados por Leandro de Araújo Crestani).

Ao somar as quatro paróquias entre brasileiros e estrangeiros, obtinha-se 19.615 pessoas no Oeste. Nota-se que a presença da população brasileira era superior à estrangeira: 19.552 brasileiros (99,67%) e 63 estrangeiros (0,33%), conforme o quadro 27.

QUADRO 27 - Nacionalidades no Oeste do Paraná em 1890.

Nossa Senhora da Luz da Boa Vista		
	Parochias	Habitantes
BRASILEIROS	Nossa Senhora de Belém de Guarapuava	8.908
	Santa Thereza de Therezina	3.626
	Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas	3.912
	Nossa Senhora da Luz da Boa Vista	3.106
	Total brasileiros	19.552
	ESTRANGEIROS	Nossa Senhora de Belém de Guarapuava
Santa Thereza de Therezina		8
Senhor Bom Jesus do Campo de Palmas		35
Nossa Senhora da Luz da Boa Vista		15
Total de estrangeiros		63
Total do Oeste do Paraná		19.615

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898). (Dados compilados por Leandro de Araújo Crestani).

Comparando o Censo de 1872 ao de 1890, o primeiro ponto a chamar a atenção é o aumento do contingente populacional no Oeste do Paraná, de 8.619 habitantes para 19.615 habitantes. Num período de 18 anos, o território em questão teve um crescimento populacional de 127,57%, sendo uma média anual de 7,08%.

c) **Censo de 1900 – fronteira Oeste (PR)**

No censo de 1900 há somente a referência aos municípios de *Guarapuava* e *Palmas* e a *vila de Bella Vista de Palmas*, sem subdivisões iguais a do censo de 1890.⁴³³ A população de Guarapuava em 1900 era de 13.124 habitantes divididos em 6.982 homens e 6.142 mulheres. Em Palmas, 8.503 habitantes divididos em 4.604 homens e 3.899 mulheres e em ella Vista de Palmas, 3.231 habitantes, sendo 1.734 homens e 1.497 mulheres (Quadro 28).

QUADRO 28 - População do Oeste do Paraná em 1900.

População				
Oeste do Paraná	Municípios e Vila	Homens	Mulheres	Total
	Guarapuava	6.982	6.142	13.124
	Palmas	4.604	3.899	8.503
	Bella Vista de Palmas	1.734	1.497	3.231
	Total Geral	13.320	11.538	24.858

FONTE: Brasil, Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900 (Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1905): 61-62 (Dados compilados por Leandro de Araújo Crestani).

Nesse período, somente Guarapuava, Palmas e Bella Vista de Palmas foram retratados nos dados oficiais do censo e dos 24.858 habitantes no Oeste do Paraná, 52,80% estavam em Guarapuava, 34,20% em Palmas e 13% em Bella Vista de Palmas. Em relação ao Censo de 1890, (19.615 habitantes) o censo de 1900 revelou um crescimento populacional de 26,73% no Oeste do Paraná, ou seja, em 10 anos, houve um crescimento populacional em média ano de 2,67%.

O censo de 1900 permite confrontar as informações oficiais aos dados apresentados pelos viajantes e pelos relatórios de Províncias no período de 1900 a 1910. Nota-se que a população que compõem o Oeste do Paraná ficou restrita em 2 cidades (Guarapuava e Palmas) e 1 vila (Bella Vista de Palmas), ficando de fora do censo a Vila do Iguaçu (Foz do Iguaçu), Sete Quedas (Guaíra), Chopim e Boa Vista.

⁴³³ Nesse Censo somente é observado a população (Masculina e Feminina) ficando ausente a descrição de brancos (as), pardos (as), pretos (as), cablocos (as) e ainda as categorias de Solteiros (as), casados (as), viúvos (as) e divorciados (as); e de nacionalidade (brasileiros e estrangeiros).

d) Censo de 1920 – fronteira Oeste (PR)

Em 1920, a fronteira Oeste, contava com três municípios: Foz do Iguaçu, Guarapuava e Palmas e a dinâmica populacional foi apresentada no Censo de 1920. Nesse levantamento estático, foram enfatizados os seguintes pontos: número de brasileiros, estrangeiros e nacionalidade ignorada.⁴³⁴

A população presente nos dados oficiais do censo ficou assim disposta: Guarapuava, 41.452 habitantes, sendo 38.776 (93,49%) brasileiros, 2.676 estrangeiros (6,45%) e ainda 27 de nacionalidades ignorada (0,06%). Em Palmas, 10.325 habitantes: 9.759 brasileiros (94,48%), 563 estrangeiros (5,45%) e 3 de nacionalidades ignorada (0,07%). Em Foz do Iguaçu, 6.431 habitantes: 2.282 brasileiros (35,4%), 4.149 estrangeiros (64,6%) e nenhum registro de população ignorada (Quadro 29).

QUADRO 29 - População do Oeste do Paraná em 1920.

Oeste do Paraná			
Nacionalidades	Guarapuava	Palmas	Foz do Iguaçu
Brasileiros	38.776	9.759	2.282
Estrangeiros	2.676	563	4.149
Nacionalidade Ignorada	27	3	0
Total	41.452	10.325	6.431
Total Geral	58.208		

FONTE: Brasil, *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920* (Volume IV (População)). Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1920): 282-287. (Dados compilados por Leandro de Araújo Crestani).

No ano de 1920, habitavam no Oeste do Paraná, conforme os dados oficiais do censo, 58.208 habitantes: 71,21% em Guarapuava, 17,78% em Palmas e 11,01% em Foz do Iguaçu. Em relação ao Censo de 1900, cuja população era de 24.858 habitantes, o censo de 1920 apresenta um

⁴³⁴ “As publicações contendo os Censos Demográficos de 1872, 1890 e 1900 são raras e de difícil acesso. Os dados foram publicados exclusivamente em nível estadual e municipal e, para algumas poucas variáveis, de freguesias ou paróquias.” Eustáquio Reis, Márcia Pimentel, Ana Isabel Alvarenga, “*Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000*”. Consultado no dia 5 junho 2017, URL: www.ipeadata.gov.br/doc/amc-1872-2000.doc

crescimento populacional de 134,16%, com uma média ano de 6,70%. Os municípios que formavam o Oeste do Paraná nos dados oficiais do censo desse período eram somente Guarapuava, Palmas e Foz do Iguaçu no censo de 1920.

e) Censo de 1940 – fronteira Oeste (PR)

Em 1940, com a nova divisão geográfica do Paraná, o Oeste do Paraná contava apenas com o município de Foz do Iguaçu no Oeste, pois Palmas passava a pertencer a região sudoeste e Guarapuava ao Centro-Sul.⁴³⁵ O Censo desse ano aponta que o município de Foz do Iguaçu tinha 7.645 habitantes: 6.155 brancos (80,51%), 187 pretos (2,44%), 1.303 de pardos (17,05%), conforme o Quadro 30.

QUADRO 30 - População do Oeste de acordo com a cor da pele em 1940.

Oeste do Paraná				
População de fato	Cor da Pele	Sexo	Foz do Iguaçu	
	Branco		Homens	3.438
			Mulheres	2.717
			Total de brancos	6.155
	Pretos		Homens	114
			Mulheres	73
			Total de pretos	187
	Amarelos		Homens	-
			Mulheres	-
			Total de amarelos	-
Pardos		Homens	749	
		Mulheres	554	
		Total de pardos	1.303	
Pessoas de cor não declarada		Homens	-	
		Mulheres	-	
		Total de pessoas de cor não declarada	-	
Total			7.645	

Fonte: Brasil, *Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940. Parte XVIII – Paraná* (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951): 52 (Dados compilados por Leandro de Araújo Crestani).

Em relação à nacionalidade, o município Foz do Iguaçu tinha 5.916 brasileiros natos (77,38%), 38 brasileiros naturalizados (0,49%), 1.690 estrangeiros (22,10%) e 2 pessoas de nacionalidade não declarada (0,03%) conforme o Quadro 31.

⁴³⁵ No Censo de 1940 foi retratado os seguintes pontos: População (Branco, Pretos, Pardos, Amarelos, Pessoas de cor não declaradas); Nacionalidade (brasileiros natos, brasileiros naturalizados, estrangeiros e pessoas de nacionalidade não declarada, subdivido em: homens e mulheres) e estrangeiros.

QUADRO 31 - Nacionalidades no Oeste do Paraná em 1940.

Oeste do Paraná				
População de Fato	Nacionalidade	Sexo	Foz do Iguazu	
	Brasileiros Natos		Homens	3.279
			Mulheres	2.637
			Total de brasileiros natos	5.916
	Brasileiros naturalizados		Homens	31
			Mulheres	7
			Total de brasileiros naturalizados	38
	Estrangeiros		Homens	990
			Mulheres	700
			Total de estrangeiros	1.690
	Pessoas de nacionalidade não declarada		Homens	1
			Mulheres	-
		Total de nacionalidade não declarada	1	
Total			7.645	

Fonte: Brasil, *Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940. Parte XVIII – Paraná* (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951): 54. (Dados compilados por Leandro de Araújo Crestani).

Nesse período, segundo o censo de 1940, o Oeste do Paraná contava com apenas 121 estrangeiros: de acordo com o Quadro 32, havia 98 alemães (81,01%), 1 espanhol (0,82%), 18 italianos (14,87%) e 4 portugueses (3,30%).

QUADRO 32 - Estrangeiros no Oeste do Paraná em 1940.

Oeste do Paraná				
População de Fato	Estrangeiros	Sexo	Foz do Iguazu	
	Alemã		Homens	65
			Mulheres	33
			Total de Alemão	98
	Espanhola		Homens	1
			Mulheres	-
			Total de Espanhol	1
	Italiana		Homens	12
			Mulheres	6
			Total de Italianos	18
	Japoneses		Homens	-
			Mulheres	-
			Total de Japoneses	-
	Portugueses		Homens	4
			Mulheres	-
			Total de Portugueses	4
Total			121	

Fonte: Brasil, *Recenseamento Geral do Brasil de 1º de setembro de 1940. Parte XVIII – Paraná* (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951): 61. (Dados compilados por Leandro de Araújo Crestani).

No ano de 1940, com as mudanças de Guarapuava e Palmas para outras regiões geográficas do Paraná, o Oeste, de 58.208 habitantes, passou a ter somente 7.645. Posteriormente, ocorreu a proclamação do Território Federal do Iguaçu (1943-1946)⁴³⁶ como unidade federativa no Brasil.

f) Censo de 1950 – fronteira Oeste (PR)

Em 1950, o Oeste do Paraná ou Zona do Sertão do Rio Paraná, conforme denominação do Censo de 1950, contava com apenas o município de Foz do Iguaçu e o distrito de Cascavel. O município Foz do Iguaçu tinha 16.421 habitantes, sendo: 13.367 brancos (81,91%), 837 pretos (5,09%), 31 amarelos (0,18%) e 2.106 pardos (12,82%) conforme o Quadro 33.

QUADRO 33 - População do Oeste do Paraná em 1950.

FOZ DO IGUAÇU				
População	Branco	Homens	7282	
		Mulheres	6085	
		Total de brancos	13.367	
	Pretos	Homens	482	
		Mulheres	355	
		Total de pretos	837	
	Amarelos	Homens	22	
		Mulheres	9	
		Total de amarelos	31	
	Pardos	Homens	1136	
		Mulheres	970	
		Total de pardos	2.106	
	TOTAL GERAL			16.421

FONTE: Brasil, *Censos Demográficos e Econômicos (Estado de Paraná - 1950)*, (Série Regional, Volume XXVI, Rio de Janeiro, 1955): 67.

Em relação a Nacionalidade no Oeste, o município Foz do Iguaçu tinha 14.900 brasileiros natos (90,74%), 60 brasileiros naturalizados (0,36%), 1.463 estrangeiros (8,90%) e nenhuma pessoas de nacionalidade não declarada (Quadro 34).

⁴³⁶ Cf. Angelo Priori, Luciana Regina Pomari, Silvia Maria Amâncio e Veronica Karina Ipólito. “O território Federal do Iguaçu” in Angelo PRIORI, et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

QUADRO 34 - Nacionalidades do Oeste do Paraná em 1950.

NACIONALIDADE EM FOZ DO IGUAÇU			
Nacionalidade	Brasileiros Natos	Homens	8085
		Mulheres	6813
		Total de brasileiros natos	14.900
	Brasileiros Naturalizados	Homens	38
		Mulheres	22
		Total de brasileiros naturalizados	60
	Estrangeiros	Homens	836
		Mulheres	627
		Total de estrangeiros	1.463
	Sem Declaração De Nacionalidade	Homens	-
		Mulheres	-
		Total sem declaração de nacionalidade	-
TOTAL			16.421

FONTE: Brasil, *Censos Demográficos e Econômicos (Estado de Paraná - 1950)*, (Série Regional, Volume XXVI, Rio de Janeiro, 1955): 71.

O censo de 1950 traz a divisão de município e distrito comparando o quadro urbano, suburbano e rural. Nesse caso, o município de Foz do Iguaçu tinha sua população em 12.010 habitantes, (6.619 homens e 5.391 mulheres), no quadro urbano era de 2.203 habitantes (1.138 homens e 1.065 mulheres), no suburbano era de 797 habitantes (441 homens e 356 mulheres) e no quadro rural era 9.010 habitantes (5.040 homens e 3.970 mulheres). O distrito de Cascavel tinha no total de 4.411 habitantes (2.340 homens e 2.071 mulheres), no quadro urbano era de 404 habitantes (211 homens e 193 mulheres), e no quadro rural era 4.007 habitantes (2.129 homens e 1.878 mulheres).

QUADRO 35 - População na zona urbana, suburbano e rural do Oeste em 1950.

Oeste do Paraná									
Zona do Sertão do Rio Paraná	Totais			Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Município Foz do Iguaçu	12.010	6.619	5.391	1.138	1.065	441	356	5.040	3.970
Distrito Cascavel	4.411	2.340	2.071	211	193	-	-	2.129	1.878
Total	16.421	8.959	7.462	1.349	1.258	441	356	7.169	5.848

FONTE: Brasil, *Censos Demográficos e Econômicos (Estado de Paraná - 1950)*, (Série Regional, Volume XXVI, Rio de Janeiro, 1955): 94.

No ano de 1950, habitavam no Oeste do Paraná, conforme os dados oficiais do censo, 16.421 habitantes. Em relação ao Censo de 1940, com 7.645 habitantes, o censo de 1950 apontou um crescimento populacional de 114,79%, uma média ano de 11,47%.

g) Censo de 1960 – fronteira Oeste (PR)

Em 1960, o Oeste do Paraná contava com cinco municípios: Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra, Guaraniaçu e Toledo e a população total era 135.697 habitantes. O município de Cascavel tinha 39.598 habitantes: 20.990 homens e 18.523 mulheres; Foz do Iguaçu, 28.212 habitantes: 14.815 homens e 13.264 mulheres; Guaíra, 21.486 habitantes: 11.448 homens e 9.938 mulheres; Guaraniaçu, 21.442 habitantes: 11.084 homens e 10.200 mulheres; e Toledo tinha 24.959 habitantes, sendo 13.065 homens e 11.709 mulheres.

QUADRO 36 -Municípios e habitantes do Oeste do Paraná em 1960.

Nº	MUNICÍPIOS	Homens	Mulheres	TOTAL
1	Cascavel	20.990	18.523	39.598
2	Foz do Iguaçu	14.815	13.264	28.212
3	Guaíra	11.448	9.938	21.486
4	Guaraniaçu	11.084	10.200	21.442
5	Toledo	13.065	11.709	24.959
Total		71.402	63.634	135.697

FONTE: Brasil, *Censo Demográfico de 1960* (Paraná. VII Recenseamento Geral do Brasil. Volume I. Tomo XIV: 82

Conforme o Quadro 36, pode-se notar que a população do Oeste do Paraná podia ser distribuída em 29,18% em Cascavel, 20,79% em Foz do Iguaçu, 18,40% em Toledo, 15,83% em Guaíra e 15,80% em Guaraniaçu.

Em relação ao Censo de 1950, no qual a população era de 16.421 habitantes, o censo de 1960, com 135.697 habitantes demonstrou um crescimento populacional de 726,36%, com uma média ano de 72,63% num período de 10 anos.

5. EVOLUÇÃO DA POPULACIONAL DA FRONTEIRA NORDESTE – MISIONES

a) Censo de 1869 – fronteira Nordeste – Misiones

O censo populacional de 1869 é o primeiro levantamento sistemático da nação Argentina. Em relação a Misiones, o censo traz um histórico aproximado da população que, em 1797, tinha 19.284 habitantes; contudo, esta população, nas informações do censo, teria sido dizimada nas *Guerras contra as Artigas de 1817 e 1820*, além de uma parte ter sido incorporada por Corrientes. De acordo com o primeiro censo, havia diversas tribos, porém sem especificação étnica. A população existente no Território de Misiones nesse período era de 3.000 habitantes.

QUADRO 37 - População de Misiones em 1869.

Território de Misiones	
População	3000

FONTE: Argentina, *Primer Censo de la República Argentina, de septiembre de 1869* (Buenos Aires: Imprenta del Porvenir 1872): VI.

Nesse censo, não foram apresentadas outras informações em relação à presença de estrangeiros, homens, mulheres, crianças, indígenas entre outros. Mesmo não sendo realizada a separação de quais seriam os sujeitos que habitavam a região, nota-se na descrição do censo a existências de “diversas tribos”, o que permite inferir que fora recenseada somente população indígena nesse território.

b) Censo de 1895 – fronteira Nordeste – Misiones

Em relação ao Censo de 1869, um primeiro ponto a chamar a atenção é o aumento do contingente populacional do Território de Misiones, de 3.000 habitantes (Quadro 37) para 33.163 habitantes (Quadro 38), um crescimento populacional de 1005,4% num período de 26 anos com a média de 38,66% ano.

QUADRO 38 - População de Misiones em 1895.

Território de Misiones	
População	33.163

FONTE: Argentina, *Segundo Censo de la República Argentina, realizado el 10 de mayo de 1895* (Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, Tomo I, II y III. 1898): VI.

Segundo o Censo de 1895, a população do Território de Misiones, em sua maioria, habitava a área rural era de 26.194 habitantes (78,9%) e na área urbana havia 6.969 habitantes (21,1%). Os quatorze departamentos do Território de Misiones tinham contingente populacional na zona rural. Em relação à ocupação da zona rural, lista-se Apóstoles (295 habitantes), Candelaria (466 habitantes), Concepción (847 habitantes), Posadas (capital 4.237), Santa Ana (280 habitantes), San Javier (394 habitantes) e San José (450 habitantes). De quatorze departamentos, somente sete tinham ocupação urbana, revelando a grande predominância da ocupação rural, conforme apresenta o Quadro 39.

QUADRO 39 - População urbana e rural por departamento no Território de Misiones em 1895.

Departamentos	1895		
	URBANA	RURAL	TOTAL
1. Apóstoles	295	968	1.263
2. Campo Grande	0	836	836
3. Candelaria	466	1.287	1.753
4. Cerro-Cora	0	1.278	1.278
5. Concepción	847	6.659	7.506
6. Frontera	0	1.285	1.285
7. Monteagudo	0	649	649
8. Posadas (Capital)	4.237	3.062	7.299
9. Santa Ana	280	1.844	2.124
10. San Carlos	0	960	960
11. San Ignacio y Corpus	0	2.046	2.046
12. San Javier	394	3.345	3.739
13. San José	450	1.880	2.330
14. San Pedro	0	600	600
Total	6.969	26.194	33.163

FONTE: Argentina, *Segundo Censo de la República Argentina, realizado el 10 de mayo de 1895* (Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, Tomo I, II y III. 1898): CLXIV.

Um diferencial desse censo foi a separação dos habitantes por nacionalidades, dado que permitiu verificar que havia 16.334 argentinos, sendo 8.496 homens e 7.838 mulheres e 16.829

eram estrangeiros, sendo 10.153 homens e 6.676 mulheres, conforme o quadro 40. De acordo com o Censo de 1895, o Território de Misiones era composto por 50,7% de estrangeiros e somente 49,3% era de argentinos.

QUADRO 40 - População por sexo e nacionalidade do Território de Misiones em 1895.

Nacionalidade do Território de Misiones			
População de Fato	Argentinos	Homens	8.496
		Mulheres	7.838
		Total	16.334
	Estrangeiros	Homens	10.153
		Mulheres	6.676
		Total	16.829
TOTAL			33.163

FONTE: Argentina, *Segundo Censo de la República Argentina, realizado el 10 de mayo de 1895* (Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, Tomo I, II y III. 1898): CLIII.

É relevante observar que no Censo de 1895 há diferenciação entre estrangeiros europeus e americanos: estrangeiros europeus totalizavam 992 habitantes: 119 alemães, 12 austríacos, 270 espanhóis, 170 franceses, 23 ingleses, 308 italianos, 24 suíços e 66 europeus de origem não identificado (Quadro 41).

QUADRO 41 - Estrangeiros no Território de Misiones em 1895 (Europeus).

Território de Misiones (Europeus)									
Estrangeiros	Sexos	Europeus							
		Alemães	Austríacos	Espanhóis	Franceses	Ingleses	Italianos	Suíços	Outros europeus não identificados
		Homens	96	9	216	87	15	241	19
Mulheres	23	3	54	83	8	67	5	13	
Total		119	12	270	170	23	308	24	66
Total Geral		992							

FONTE: Argentina, *Segundo Censo de la República Argentina, realizado el 10 de mayo de 1895* (Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, Tomo I, II y III. 1898): CLXIII.

Os estrangeiros americanos somavam 15.880 habitantes: 9 bolivianos, 11.630 brasileiros, 10 chilenos, 3 norte-americanos, 234 uruguaianos, 3.982 paraguaios e 12 americanos não identificados (Quadro 42).

QUADRO 42 - Estrangeiros no Território de Misiones em 1895 (Americanos).

Território de Misiones (Americanos)								
Estrangeiros	Sexos	Americanos						
		Bolivianos	Brasileiros	Chilenos	Norte-Americanos	Uruguaianos	Paraguaios	Outros Americanos
		Homens	8	7.023	6	2	165	2.193
Mulheres	1	4.607	4	1	69	1.789	6	
Total		9	11.630	10	3	234	3.982	12
Total Geral		15.880						

FONTE: Argentina, *Segundo Censo de la República Argentina, realizado el 10 de mayo de 1895* (Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, Tomo I, II y III. 1898): CLXII.

No Território de Misiones nesse período, o censo apresentou a existência de 992 europeus e 15.880 americanos, sendo um total de 16.872 estrangeiros (conforme os quadros 41 e 42).⁴³⁷ Assim, os estrangeiros europeus correspondiam: alemães (0,70%), austríacos (0,07%), espanhóis (1,60%), franceses (1,00%), ingleses (0,13%), italianos (1,82%), suíços (0,14%) e outros europeus não identificados (0,39%). Já os estrangeiros americanos correspondiam: bolivianos (0,05%), brasileiros (68,99%), chilenos (0,05%), norte-americanos (0,01%), uruguaianos (1,38%), paraguaios (23,60%) e outros americanos (0,07%).

c) Censo de 1912 – fronteira Nordeste – Misiones

No ano de 1912, foi realizado o Censo da População dos Territórios Nacionais, no qual o Território de Misiones apareceu com 46.416 habitantes. Em relação ao Censo de 1895, nota-se um crescimento populacional de 38,86% em um período de 17 anos, com a média de 2,28% ano. A população, na época, era constituída de 59,54% moradores da zona rural e 40,46% da zona urbana (Quadro 43).

⁴³⁷ Nota-se erro nos dados dessa tabulação do censo, pois é apresentado a existência de 16.829 estrangeiros, porém ao somar os estrangeiros europeus e americanos temos 16.872 habitantes, uma diferença de 50 habitantes.

QUADRO 43 - População urbana e rural do Território de Misiones em 1912.

Território de Misiones		
População	Urbana	18.782
	Rural	27.637
	Total	46.419

FONTE: Argentina, Censo de Poblacion de Los Territorios Nacionales, Buenos Aires: Imp. Guillermo Karft. 1912: 13.

Em relação à nacionalidade, a população de estrangeiros era 17.824 habitantes (9.977 homens e 7.824 mulheres) totalizando 38,40% da população, ao passo que argentinos eram 28.594 habitantes (13.805 homens e 14.790 mulheres), um montante de 61,60% da população, conforme o quadro 44.

QUADRO 44 - Nacionalidade do Território de Misiones em 1912.

Nacionalidade no Território de Misiones				
População de Fato	Argentinos	Homens	13,805	
		Mulheres	14.790	
		Total	28.595	
	Estrangeiros	Homens	9977	
		Mulheres	7.847	
		Total	17.824	
	TOTAL			46.419

FONTE: Argentina, Censo de Poblacion de Los Territorios Nacionales, Buenos Aires: Imp. Guillermo Karft. 1912: 48.

As nacionalidades presentes no Território de Misiones estavam assim distribuídas: 29.595 argentinos (61,22%), 464 alemães (0,99%), 3.325 austríacos (7,16%), 3 belgas (0,006%), 6.263 brasileiros (13,49%), 6 chilenos (0,01%), 20 dinamarqueses (0,04%), 460 espanhóis (0,99%), 151 franceses (0,32%), 4 gregos (0,008%), 11 holandeses (0,02%), 20 ingleses (0,04%), 444 italianos (0,95%), 14 norte-americanos (0,03%), 4 noruegueses (0,008%), 4.861 paraguaios (10,47%), 2 peruanos (0,004%), 12 portugueses (0,02%), 913 russos (1,96%), 44 suíços (0,09%), 104 turcos (0,22%), 282 turcos (0,60%), 282 uruguaios (0,60%) e 357 outras nacionalidades (0,76%), conforme o quadro 45.

QUADRO 45 - População total do Território de Misiones (Nacionalidade e Sexos) em 1912.

Estrangeiros por sexo em Território de Misiones			
Nacionalidade	Homens	Mulheres	TOTAL
Argentinos	13.803	14.790	29.595
Alemães	281	183	464
Austriacos	1.775	1.610	3.385
Belgas	2	1	3
Brasileiros	3.422	2.841	6.263
Chilenos	2	4	6
Dinamarqueses	16	4	20
Espanhois	316	144	460
Franceses	98	53	151
Gregos	4	0	4
Holandeses	6	5	11
Ingleses	16	4	20
Italianos	304	140	444
Norte Americanos	9	5	14
Noruegueses	4	0	4
Paraguaios	2.720	2.141	4.861
Peruanos	1	1	2
Portugueses	12	0	12
Russos	501	412	913
Suíços	26	18	44
Turcos	82	22	104
Uruguaios	163	119	282
Outras nacionalidades	217	140	357
TOTAL	23.782	22.637	46.419

FONTE: Argentina, Censo de Poblacion de Los Territorios Nacionales, Buenos Aires: Imp. Guillermo Karft. 1912: 57-58.

d) Censo de 1914 – fronteira Nordeste – Misiones

No ano de 1914, foi realizado o *Terceiro Censo Nacional*, no qual o Território de Misiones listou 53.563 habitantes. Em relação ao Censo de 1912, houve um crescimento populacional de 15,29%, em um período de 2 anos. A sua população era constituída 70,07% vivendo na zona rural e 29,93 % na zona urbana (Quadro 46).

QUADRO 46 - População urbana e rural do Território de Misiones em 1914.

Território de Misiones		
População	Urbana	16.029
	Rural	37.534
	TOTAL	53.563

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 400.

Em 1914, havia 33.205 argentinos, cerca de 62% da população que ocupava essa fronteira, e 20.538 estrangeiros correspondendo a 38% da população (Quadro 47).

QUADRO 47 - Nacionalidades no Território de Misiones em 1914.

Território de Misiones		
Nacionalidades	Argentinos	33.205
	Estrangeiros	20.358
	TOTAL	53.563

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 123.

O Censo de 1914, traz a informação dos habitantes por departamentos pela nacionalidade e por sexo conforme (quadro 48). Os Departamentos do Território de Misiones apresentavam: Posadas tinha-se 67% de argentinos e 33% de estrangeiros; Apóstoles: 74,6% de argentinos e 25,40% de estrangeiros; Campo Grande 47,57% argentinos e 52,43% estrangeiros; Candelaria: 74% argentinos e 26% de estrangeiros; Cerro Corá 55,97% de argentinos e 44,03% de estrangeiros; Concepción: 75,84% argentinos e 24,16% de estrangeiros; Itacaruaré: 58,62% argentinos e 41,38% estrangeiros; La Frontera: 47,60% argentinos e 52,40% estrangeiros; Monteagudo: 44,47% de argentinos e 55,53% estrangeiros. San Ignacio: 58,25% de argentinos e 41,75% de estrangeiros; San Javier: 56,30% de argentinos e 43,70% de estrangeiros; San José: 75% de argentinos e 25% de estrangeiros; San Pedro: 53,17% de argentinos e 46,83% de estrangeiros; e Santa Ana: 55% de argentinos e 45% de estrangeiros.

QUADRO 48 - Nacionalidades nos Departamentos do Território de Misiones em 1914.

Nacionalidades dos Departamentos do Território de Misiones						
Departamentos	Argentinos			Estrangeiros		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Posadas	4.946	5.714	10.660	2.692	2.382	5.074
Población fluvial	183	34	217	254	35	289
Total	5.129	5.748	10.877	2.946	2.417	5.363
Apóstoles	1.401	1.417	2.818	1.153	1.046	2.199
Azara	811	855	1.666	757	757	1.526
Total	2.212	2.272	4.484	1.922	1.803	3.725
Campo Grande	210	123	333	279	88	367
Candelaria	535	583	1.118	230	163	393
Cerro Corá	808	842	1.650	729	569	1.298
Concepción	1.173	1.266	2.439	429	352	781
Islas	41	28	69	9	9	18
Total	1.214	1.294	2.508	438	361	799
Itacaruaré	918	982	1.900	710	631	1.341
La Frontera	368	197	565	466	156	622
Monteagudo	95	50	145	117	64	181
San Ignacio	679	729	1.408	524	331	855
Corpus	427	414	851	442	322	764
Total	1.116	1.143	2.259	966	653	1.619
San Javier	628	726	1.354	539	512	1.051
San José	1.344	1.442	2.786	536	392	928
San Pedro	327	236	563	351	145	496
Santa Ana	707	878	1.585	314	259	573
Bonpland	517	561	1.078	906	696	1.602
Total	1.224	1.439	2.663	1.220	955	2.175
Total Geral	16.128	17.077	33.205	11.449	8.909	20.358

FORNE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 105-106.

Nesse censo, foi retratado cada nacionalidade presente nos Departamentos do Território de Misiones, apontando qual área habitavam (urbana ou rural) e separando sexo (homens e mulheres). Havia 28 nacionalidades com 16.240 habitantes no departamento de Posadas e, apesar de 18.877 dos habitantes serem argentinos, encontra-se as seguintes nacionalidades em Misiones: 66,97% de Argentinos, 0,69% de Alemães, 0,02 de Asiáticos (não determinados), 0,01% de

Australianos, 0,48% de Austro-húngaros, 0,03% de Belgas, 0,006% de Bolivianos, 3,81% de Brasileiros, 0,006% de Cubanos, 0,04% de Chilenos, 0,03 %de Chinos, 0,01% de Dinamarqueses, 2,45% de Espanhóis, 0,5% de Franceses, 0,03% de Gregos, 0,01 % de Holandeses, 0,02% de Ingleses, 1,33% de Italianos, 0,006% de Luxemburgueses, 0,01% de Norte-americanos, 0,93% de Otomanos, 19,76% de Paraguaio, 0,006% de Peruanos, 0,04% de Portugueses, 0,03% de Romenos, 1,42% de Russos, 0,04% de Suecos, 0,08% de Suíços e 1,20% de Uruguaio (Quadro 49).

A população urbana era de 10.128 habitantes, dividida em 61,98% de Argentinos, 0,74% de Alemães, 0,03 de Asiáticos (não determinados), 0,02% de Australianos, 0,62% de Austro-húngaros, 0,05 de % Belgas, 0,01% de Bolivianos, 4,16% de Brasileiros, 0,01% de Cubanos, 0,04% de Chilenos, 0,04 %de Chinos, 0,01% de Dinamarqueses, 2,92% de Espanhóis, 0,55% de Franceses, 0,03% de Gregos, 0,01 % de Holandeses, 0,03% de Ingleses, 1,63% de Italianos, 0,01% de Luxemburgueses, 0,03% de Norte-americanos, 1,37% de Otomanos, 22,45% de Paraguaio, 0,01% de Peruanos, 0,05% de Portugueses, 0,04% de Romenos, 1,91% de Russos, 0,03% de Suecos, 0,10% de Suíços e 1,12% de Uruguaio (Quadro 49).

A população rural era de 6.112 habitantes, dividida em 75,35% de Argentinos, 0,60% de Alemães, 0,01% de Australianos, 0,24% de Austro-húngaros, 3,24% de Brasileiros, 0,01% de Chilenos, 0,01% de Dinamarqueses, 1,66% de Espanhóis, 0,42% de Franceses, 0,01% de Gregos, 0,01 % de Holandeses, 0,81% de Italianos, 0,21% de Otomanos, 15,65% de Paraguaio, 0,01% de Portugueses, 0,60% de Russos, 0,04% de Suecos, 0,03% de Suíços e 1,09% de Uruguaio. Não teve registro da presença de habitantes das seguintes nacionalidades: Asiáticos (não determinados), Belgas, Bolivianos, Cubanos, Chinos, Ingleses, Luxemburgueses, Norte-americanos, Peruanos e Romenos (Quadro 49).

QUADRO 49 - Nacionalidades no Departamento de Posadas em 1914.

Departamento de Posadas (Capital)									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	2.808	3.470	6.278	2.321	2.278	4.599	5.129	5.748	10.877
Alemães	42	33	75	27	10	37	69	43	112
Asiáticos (não determinados)	3	1	4	-	-	-	3	1	4
Australianos	-	2	2	1	-	1	1	2	3
Austro-húngaros	36	27	63	10	5	15	46	32	78
Belgas	1	5	6	-	-	-	1	5	6
Bolivianos	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Brasileiros	213	209	422	122	76	198	335	285	620
Cubanos	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Chilenos	3	3	6	1	-	1	4	3	7
Chinos	3	2	5	-	-	-	3	2	5
Dinamarqueses	1	-	1	1	-	1	2	-	2
Espanhóis	200	96	296	77	25	102	277	121	398
Franceses	37	19	56	20	6	26	57	25	82
Gregos	3	1	4	1	-	1	4	1	5
Holandeses	1	-	1	1	-	1	2	-	2
Inglêses	3	1	4	-	-	-	3	1	4
Italianos	122	44	166	40	10	50	162	54	216
Luxemburgueses	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Norte-americanos	3	-	3	-	-	-	3	-	3
Otomanos	93	46	139	10	3	13	103	49	152
Paraguaios	1.034	1.219	2.253	585	372	957	1.619	1.591	3.210
Peruanos	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Portugueses	6	-	6	1	-	1	7	-	7
Romenos	5	1	6	-	-	-	5	1	6
Russos	108	86	194	24	13	37	132	99	231
Suecos	3	1	4	3	-	3	6	1	7
Suíços	7	4	11	2	-	2	9	4	13
Uruguaios	51	63	114	36	31	67	87	94	181
Total	4.792	5.336	10.128	3.283	2.829	6.112	8.075	8.165	16.240

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 373.

No departamento de Apóstoles, a população total era composta por 54, 62% de argentinos, 0,11 de alemães, 40,72% de austro-húngaros, 1,73% de brasileiros, 0,06% de chilenos, 0,19% de espanhóis, 0,08% franceses, 0,08% de italianos, 0,47% de paraguaios, 1,94% de russos. Em 1914, 84,45% habitavam a zona rural e somente 15,55% a zona urbana, conforme o Quadro 50.

Na zona rural, de 6.933 era composta por 51,78% de argentinos, 0,04% de alemães, 44,74% de austro-húngaros, 1,16% de brasileiros, 0,07% de chilenos, 0,01% de espanhóis, 0,01% de franceses, 0,05% de italianos, 0,33% de paraguaios, 1,81% de russos (Quadro 50).

Na zona urbana de 1.276 era composta por 70,06% de argentinos, 0,47% de alemães, 17,32% de austro-húngaros, 4,78% de brasileiros, nenhum chilenos, 1,17% de espanhóis, 0,47%

de franceses, 0,23% de italianos, 1,25% de paraguaios, 2,6% de russos e 1,65% de uruguaios (Quadro 50).

QUADRO 50 - Nacionalidades no Departamento de Apóstoles em 1914.

Departamento de Apóstoles									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	412	482	894	1.800	1.790	3.590	2.212	2.272	4.484
Alemães	3	3	6	1	2	3	4	5	9
Austro-húngaros	122	99	221	1.579	1.515	3.094	1.701	1.614	3.315
Brasileiros	28	33	61	43	38	81	71	71	142
Chilenos	-	-	-	3	2	5	3	2	5
Espanhóis	12	3	15	-	1	1	12	4	16
Franceses	5	1	6	1	-	1	6	1	7
Italianos	1	2	3	4	-	4	5	2	7
Paraguaios	9	7	16	13	10	23	22	17	39
Russos	18	16	34	63	63	126	81	79	160
Uruguaios	10	7	17	4	1	5	14	8	22
Total	623	653	1.276	3.511	3.422	6.933	4.134	4.075	8.209

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 373-374.

No departamento de Campo Grande, existiam 700 habitantes, compostos por 47,5% de Argentinos, 1,14% de Alemães, 0,71% de Austro-húngaros, 8,42% de brasileiros, 0,28% de Chilenos, 0,85 de espanhóis, 0,14% de Franceses, 1,57% de italianos, 38,83% de Paraguaios, 0,14% de Suíços e 0,42% de Uruguaios. Nesse departamento a população habitava somente a zona rural (Quadro 51).

QUADRO 51 - Nacionalidades no Departamento de Campo Grande em 1914.

Departamento Campo Grande									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	-	-	-	210	123	333	210	123	333
Alemães	-	-	-	6	2	8	6	2	8
Austro-húngaros	-	-	-	3	2	5	3	2	5
Brasileiros	-	-	-	45	14	59	45	14	59
Chilenos	-	-	-	2	-	2	2	-	2
Espanhóis	-	-	-	4	2	6	4	2	6
Franceses	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Italianos	-	-	-	9	2	11	9	2	11
Paraguaios	-	-	-	205	66	271	205	66	271
Suíços	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Uruguaios	-	-	-	3	-	3	3	-	3
Total	-	-	-	489	211	700	489	211	700

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 374.

O departamento de Candelaria, listava 1.511 habitantes divididos em 73,99% de Argentinos, 0,39% de Alemães, 1,05% de Austro-húngaros, 2,25% de Brasileiros, 0,33% de

Espanhóis, 0,52% de Franceses, 0,06% de Ingleses, 0,92% de Italianos, 0,33% de Otomanos, 18,66% de Paraguaiois, 0,06% de Russos, 0,19% de Suíços e 1,25% de Uruguaiois conforme o quadro 52.

A sua população era de 42,75% habitantes da zona urbana e 57,25% na zona rural. Na zona urbana tinha 646 habitantes, sendo: 76,47% de Argentinos, 0,46% de Alemães, 0,46% de Austro-húngaros, 2,47% de Brasileiros, 0,61% de Espanhóis, 0,31% de Franceses, 0,15% de Ingleses, 0,61% de Italianos, 0,77% de Otomanos, 16,40% de Paraguaiois, 0,15% de Suíços e 1,14% de Uruguaiois (Quadro 52)

Na zona rural tinha 865 habitantes, sendo: 72,18% de Argentinos, 0,34% de Alemães, 1,50% de Austro-húngaros, 2,08% de Brasileiros, 0,11% de Espanhóis, 0,69% de Franceses, 1,15% de Italianos, 20,34% de Paraguaiois, 0,11% de Russos, 0,23% de Suíços e 1,27% de Uruguaiois (Quadro 52).

QUADRO 52 - Nacionalidades no Departamento de Candelaria em 1914.

Departamento de Candelaria									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	221	273	494	314	310	624	535	583	1.118
Alemães	1	2	3	2	1	3	3	3	6
Austro-húngaros	2	1	3	8	5	13	10	6	16
Brasileiros	8	8	16	10	8	18	18	16	34
Espanhóis	4	-	4	1	-	1	5	-	5
Franceses	-	2	2	4	2	6	4	4	8
Ingleses	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Italianos	2	2	4	7	3	10	9	5	14
Otomanos	3	2	5	-	-	-	3	2	5
Paraguaiois	48	58	106	114	62	176	162	120	282
Russos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Suíços	1	-	1	1	1	2	2	1	3
Uruguaiois	6	1	7	6	5	11	12	6	18
Total	297	349	646	468	397	865	765	746	1.511

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 374.

No Departamento de Cerro Corá existiam 2.948 habitantes, divididos em 56,06% de Argentinos, 2,06% de Alemães, 4,85% de Austro-húngaros, 25,98% de Brasileiros, 0,03% de Chilenos, 0,03% de Dinamarqueses, 0,13% de Espanhóis, 0,13% de Franceses, 0,10% de Holandeses, 0,10% de Ingleses, 0,81% de Italianos, 0,03% de Norte-americanos, 6% de Paraguaiois,

0,03% de Peruanos, 0,03% de Portugueses, 2,06% de Russos, 0,33% de Suecos, 0,67% de Suíços e 0,57% de Uruguaios, conforme o quadro 53.

Em Cerro Corá, 9,67% habitava a zona urbana e 90,33% habitavam a zona rural. A zona urbana com os seus 285 habitantes era composta pelas seguintes nacionalidades: 78,70% de Argentinos, 1,40% de Alemães, 0,35% de Austro-húngaros, 2,45% de Brasileiros, 1,05% de Espanhóis, 0,35 % de Italianos, 15% de Paraguaiois, 0,35% de Peruanos, 0,35% de Suecos. Não tendo nenhum habitante na zona urbana das seguintes nacionalidades: Chilenos, Dinamarqueses, Franceses, Holandeses, Ingleses, Norte-americanos, Portugueses, Russos, Suíços e Uruguaios (Quadro 53).

A zona rural tinha 2.663 habitantes das seguintes nacionalidades: 53,62% de Argentinos, 2,14% de Alemães, 5,33% de Austro-húngaros, 28,50% de Brasileiros, 0,03% de Chilenos, 0,03% de Dinamarqueses, 0,03% de Espanhóis, 0,15% de Franceses, 0,11% de Holandeses, 0,11% de Ingleses, 0,86 % de Italianos, 0,03% de Norte-americanos, 5,03% de Paraguaiois, 0,03% de Portugueses, 2,29% de Russos, 0,33% de Suecos, 0,75% de Suíços e 0,63% de Uruguaios e nenhum peruano (Quadro 53).

QUADRO 53 - Nacionalidades no Departamento de Cerro Corá em 1914.

Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	98	126	224	710	716	1.426	808	842	1.650
Alemães	2	2	4	42	15	57	44	17	61
Austro-húngaros	1	-	1	79	63	142	80	63	143
Brasileiros	1	6	7	420	339	759	421	345	766
Chilenos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Dinamarqueses	-	-	-	-	1	1	-	1	1
Espanhóis	3	-	3	1	-	1	4	-	4
Franceses	-	-	-	2	2	4	2	2	4
Holandeses	-	-	-	2	1	3	2	1	3
Ingleses	-	-	-	2	1	3	2	1	3
Italianos	1	-	1	14	9	23	15	9	24
Norte-americanos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Paraguaiois	21	22	43	73	61	134	94	83	177
Peruanos	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Portugueses	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Russos	-	-	-	37	24	61	37	24	61
Suecos	-	1	1	6	3	9	6	4	10
Suíços	-	-	-	12	8	20	12	8	20
Uruguaios	-	-	-	6	11	17	6	11	17
Total	128	157	285	1.409	1.254	2.663	1.537	1.411	2.948

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 374-375.

No departamento de Concepción, a população total era de 3.307, tendo a seguintes nacionalidades: 75,88% de Argentinos, 0,24% de Alemães, 0,06 de Australianos, 0,87 de Austro-húngaros, 17,69% de Brasileiros, 0,12 % de Dinamarqueses, 0,27% de Espanhóis, 0,15% de Franceses, 0,12% de Ingleses, 1,14% de Italianos, 0,06% de Otomanos, 2,35% de Paraguaiois, 0,36% de Russos, 0,15% de Suecos, 0,09% de Suíços e 0,45% de Uruguaiois conforme o quadro 54.

Em Concepción, 23,07% habitavam a zona urbana e 76,93% a zona rural. A população da zona urbana era 763 pessoas, composta pelas seguintes nacionalidades: 81,78% de Argentinos, 0,13% de Alemães, 0,39% de Austro-húngaros, 10,14% de Brasileiros, 0,78% de Espanhóis, 0,39% de Franceses, 0,13% de Ingleses, 2,09% de Italianos, 2,35% de Paraguaiois, 0,52% de Russos, 0,26% de Suecos, 0,13% de Suíços e 0,91% de Uruguaiois. E nenhum habitante das nacionalidades Dinamarqueses, Australianos e Otomanos (Quadro 54).

A população da zona rural era de 2.544 pessoas, composta pelas seguintes nacionalidades: 74,16% de Argentinos, 0,27% de Alemães, 0,07 de Australianos, 1,02 de Austro-húngaros, 19,96% de Brasileiros, 0,15 % de Dinamarqueses, 0,11% de Espanhóis, 0,07% de Franceses, 0,11% de Ingleses, 0,86% de Italianos, 0,07% de Otomanos, 2,35% de Paraguaiois, 0,31% de Russos, 0,11% de Suecos, 0,07% de Suíços e 0,31% de Uruguaiois (Quadro 54).

Departamento de Concepción									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	276	348	624	938	946	1.884	1.214	1.294	2.508
Alemães	1	-	1	5	2	7	6	2	8
Australianos	-	-	-	2	-	2	2	-	2
Austro-húngaros	1	2	3	16	10	26	17	12	29
Brasileiros	34	43	77	276	232	508	310	275	585
Dinamarqueses	-	-	-	4	-	4	4	-	4
Espanhóis	6	-	6	2	1	3	8	1	9
Franceses	2	1	3	-	2	2	2	3	5
Ingleses	1	-	1	3	-	3	4	-	4
Italianos	11	5	16	16	6	22	27	11	38
Otomanos	-	-	-	2	-	2	2	-	2
Paraguaiois	4	14	18	32	28	60	36	42	78
Russos	2	2	4	3	5	8	5	7	12
Suecos	1	1	2	1	2	3	2	3	5
Suíços	1	-	1	1	1	2	2	1	3
Uruguaiois	4	3	7	7	1	8	11	4	15
Total	344	419	763	1.308	1.236	2.544	1.652	1.655	3.307

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 375.

O Departamento de Itacaruaré tinha 3.241 habitantes e as seguintes nacionalidades: 58,72% de Argentinos, 1,41% de Alemães, 0,15% de Austro-húngaros, 37,27% de Brasileiros, 0,40% de Espanhóis, 0,06% de Holandeses, 0,52% de Italianos, 0,61% de Paraguaiois, 0,15% de Portugueses, 0,21% de Russos e 0,50% de Uruguaiois conforme o quadro 55.

Em Itacaruaré, 9,50% de sua população habitava a zona urbana e 90,50% a zona rural. A zona urbana tinha 308 habitantes, com as seguintes nacionalidades: 73,37% de Argentinos, 22,11% de Brasileiros, 0,64% de Espanhóis, 0,32% de Italianos, 0,32% de Paraguaiois, 1,62% de Portugueses e 1,62% de Uruguaiois. Não foram registrados a presença de habitantes das seguintes nacionalidades: Alemães, Austro-húngaros, Holandeses e Russos (Quadro 55).

A zona rural tinha 2.933 habitantes com as seguintes nacionalidades: 57,12% de Argentinos, 1,56% de Alemães, 0,17% de Austro-húngaros, 38,97% de Brasileiros, 0,37% de Espanhóis, 0,06% de Holandeses, 0,54% de Italianos, 0,64% de Paraguaiois, 0,23% de Russos e 0,34% de Uruguaiois. E nenhum habitante de origem Portuguesa (Quadro 55).

QUADRO 55 - Nacionalidades no Departamento de Itacaruaré em 1914.

Departamento de Itacaruaré									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	106	120	226	812	862	1.674	918	982	1.900
Alemães	-	-	-	26	20	46	26	20	46
Austro-húngaros	-	-	-	1	4	5	1	4	5
Brasileiros	30	35	65	602	541	1.143	632	576	1.208
Espanhóis	2	-	2	7	4	11	9	4	13
Holandeses	-	-	-	1	1	2	1	1	2
Italianos	1	-	1	10	6	16	11	6	17
Paraguaiois	-	1	1	14	5	19	14	6	20
Portugueses	4	1	5	-	-	-	4	1	5
Russos	-	-	-	3	4	7	3	4	7
Uruguaiois	2	3	5	4	6	10	6	9	15
Total	148	160	308	1.480	1.453	2.933	1.628	1.613	3.241

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 374-375.

A população do departamento de La Frontera era de 1.187 habitantes que viviam somente na zona rural. Era composta pelas seguintes nacionalidades: 47,59% de Argentinos, 0,25% de Alemães, 0,08% de Austro-húngaros, 21,46% de Brasileiros, 0,08% de Dinamarqueses, 0,50% de Espanhóis, 0,25% de Italianos, 0,08% de Norte-americanos, 1,01% de Otomanos, 27,63% de

Paraguaios, 0,16% de Russos, 0,08% de Suecos, 0,08 % de Suíços e 0,75% de Uruguaios (Quadro 56).

QUADRO 56 - Nacionalidades no Departamento de La Frontera em 1914.

Departamento La Frontera									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	-	-	-	368	197	565	368	197	565
Alemães	-	-	-	3	-	3	3	-	3
Austro-húngaros	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Brasileiros	-	-	-	162	92	254	162	92	254
Dinamarqueses	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Espanhóis	-	-	-	3	3	6	3	3	6
Italianos	-	-	-	3	-	3	3	-	3
Norte-americanos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Otomanos	-	-	-	9	3	12	9	3	12
Paraguaios	-	-	-	272	56	328	272	56	328
Russos	-	-	-	1	1	2	1	1	2
Suecos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Suíços	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Uruguaios	-	-	-	8	1	9	8	1	9
Total	-	-	-	834	353	1.187	834	353	1.187

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 375.

A população do departamento de Monteagudo era de 326 que viviam somente a zona rural: 44,39% de Argentinos, 0,30% de Belgas, 40% de Brasileiros, 0,30% de Espanhóis, 0,30% de Franceses, 0,30% de Italianos, 11,67% de Paraguaios, 0,30% de Portugueses, 1,22% de Suecos e 1,22% de Uruguaios.

QUADRO 57 - Nacionalidades no Departamento de Monteagudo em 1914.

Departamento de Monteagudo									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	-	-	--	95	50	145	95	50	145
Belgas	-	-	-	-	1	1	-	1	1
Brasileiros	-	-	-	76	57	133	76	57	133
Espanholes	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Franceses	-	-	-	-	1	1	-	1	1
Italianos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Paraguaios	-	-	-	33	5	38	33	5	38
Portugueses	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Suecos	-	-	-	4	-	4	4	-	4
Uruguaios	-	-	-	4	-	4	4	-	4
Total	-	-	-	212	114	326	212	114	326

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 375.

O Departamento de San Ignacio tinha 3.878 habitantes das seguintes nacionalidades: 58,50% de Argentinos, 0,02% de Albaneses, 0,49% de Alemães, 0,02% de Australianos, 2,86% de

Austro-húngaros, 0,02% de Belgas, 13,10% de Brasileiros, 0,05% de Cubanos, 1,28% de Espanhóis, 0,64% de Franceses, 0,02% de Gregos, 0,51% de Italianos, 0,30% de Otomanos, 18,77% de Paraguaiois, 2,81% de Russos, 0,43% de Suíços e 0,18% de Uruguaiois conforme o quadro 58.

Em San Ignacio, 21,50% de sua população habitava a zona urbana e 78,50% a zona rural. A zona urbana tinha 834 habitantes, com as seguintes nacionalidades: 63,78% de Argentinos, 0,83% de Alemães, 0,71% de Austro-húngaros, 7,97% de Brasileiros, 0,24% de Cubanos, 2,27% de Espanhóis, 0,60% de Franceses, 0,24% de Italianos, 1,07% de Otomanos, 20,86% de Paraguaiois, 0,60% de Russos, e 0,83% de Uruguaiois. Em relação aos Albaneses, Australianos, Belgas, Gregos e Suíços não foi registrado nenhum habitante na zona urbana (Quadro 58).

A zona rural tinha 3.044 habitantes com as seguintes nacionalidades: 56,76% de Argentinos, 0,03% de Albaneses, 0,39% de Alemães, 0,03% de Australianos, 3,44% de Austro-húngaros, 0,03% de Belgas, 14,52% de Brasileiros, 1,01% de Espanhóis, 0,65% de Franceses, 0,03% de Gregos, 0,59% de Italianos, 0,09% de Otomanos, 18,20% de Paraguaiois, 3,68% de Russos e 0,55% de Suíços. Não foi registrado nenhum habitante cubano ou uruguaiois na zona rural (Quadro 58).

QUADRO 58 - Nacionalidades no Departamento de San Ignacio em 1914.

Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	244	288	532	872	855	1.727	1.116	1.143	2.259
Albaneses	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Alemães	4	3	7	7	5	12	11	8	19
Australianos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Austro-húngaros	4	2	6	60	45	105	64	47	111
Belgas	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Brasileiros	34	32	66	250	192	442	284	224	508
Cubanos	1	1	2	-	-	-	1	1	2
Espanhóis	12	7	19	21	10	31	33	17	50
Franceses	4	1	5	11	9	20	15	10	25
Gregos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Italianos	1	1	2	11	7	18	12	8	20
Otomanos	7	2	9	3	-	3	10	2	12
Paraguaiois	88	86	174	363	191	554	451	277	728
Russos	2	3	5	60	44	104	62	47	109
Suíços	-	-	-	13	4	17	13	4	17
Uruguaiois	3	4	7	-	-	-	3	4	7
Total	404	430	834	1.678	1.366	3.044	2.082	1.796	3.878

FONTE: Argentina, *Terceiro Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 375-376.

O Departamento de San Javier contava 2.405 habitantes das seguintes nacionalidades: 56,41% de Argentinos, 0,45% de Alemães, 0,49% de Austro-húngaros, 0,04% de Belgas, 39% de Brasileiros, 0,08% de Espanhóis, 0,04% de Franceses, 0,04% de Holandeses, 0,24% de Italianos, 0,04% de Luxemburgueses, 0,04% de Otomanos, 0,95% de Paraguaiois, 0,41% de Russos, 1,53% de Suecos, 0,04% de Suíços e 0,20% de Uruguaiois conforme o quadro 59.

Em San Ignacio, 22,92% de sua população habitava a zona urbana e 77,08% a zona rural. A zona urbana tinha 551 habitantes, com as seguintes nacionalidades: 62,36% de Argentinos, 1,27% de Alemães, 1,27% de Austro-húngaros, 0,18% de Belgas, 28,23% de Brasileiros, 0,36% de Espanhóis, 0,18% de Holandeses, 0,18% de Italianos, 0,18% de Luxemburgueses, 0,18% de Otomanos, 1,63% de Paraguaiois, 1,27% de Russos, 1,81% de Suecos e 0,90% de Uruguaiois. Não foram registradas a presença de franceses e suíços (Quadro 59).

A zona rural tinha 1.854 habitantes com as seguintes nacionalidades: 54,56% de Argentinos, 0,21% de Alemães, 0,27% de Austro-húngaros, 42,23% de Brasileiros, 0,05% de Franceses, 0,27% de Italianos, 0,75% de Paraguaiois, 0,16% de Russos, 1,45% de Suecos, 0,05% de Suíços. Não havia nenhum resgistro das seguintes nacionalidades: Belgas, Espanhóis, Holandeses, Luxemburgueses, Otomanos e Uruguaiois (Quadro 59).

QUADRO 59 - Nacionalidades no Departamento de San Javier em 1914.

Departamento de San Javier									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	149	194	343	479	532	1.011	628	726	1.354
Alemães	4	3	7	2	2	4	6	5	11
Austro-húngaros	6	1	7	2	3	5	8	4	12
Belgas	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Brasileiros	75	80	155	403	380	783	478	460	938
Espanhóis	1	1	2	-	-	-	1	1	2
Françeses	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Holandeses	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Italianos	-	1	1	3	2	5	3	3	6
Luxemburgueses	-	1	1	-	-	-	-	1	1
Otomanos	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Paraguaiois	2	7	9	10	4	14	12	11	23
Russos	2	5	7	1	2	3	3	7	10
Suecos	6	4	10	17	10	27	23	14	37
Suíços	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Uruguaiois	-	5	5	-	-	-	-	5	5
Total	248	303	551	919	935	1.854	1.167	1.238	2.405

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 376.

No departamento de San José havia 3.714 habitantes: 75,05% de argentinos, 0,08% de alemães, 4,52% de austro-húngaros, 13,57% de brasileiros, 0,51% de espanhóis, 0,05% de franceses, 0,24% de italianos, 3,68% de paraguaios, 1,07% de russos, 0,05% de suíços, 1,02% de uruguaios e 0,16% de venezuelanos, conforme o quadro 60.

Em San José, 12,44% de sua população habitava a zona urbana e 87,56% a zona rural. A zona urbana tinha 462 habitantes, com as seguintes nacionalidades: 81,65% de argentinos, 0,21% de alemães, 1,29% de austro-húngaros, 12,98% de brasileiros, 0,21% de espanhóis, 0,21% de franceses, 0,43% de italianos, 0,64% de paraguaios e 2,38% de uruguaios. E não tinha no período nenhum russo, suíço, e venezuelano (Quadro 60).

A zona rural tinha 3.252 habitantes das seguintes nacionalidades: 74,10% de argentinos, 0,06% de alemães, 4,98% de austro-húngaros, 13,65% de brasileiros, 0,55% de espanhóis, 0,03% de franceses, 0,21% de italianos, 4,12% de paraguaios, 1,23% de russos, 0,06% de suíços, 0,83% de uruguaios e 0,18% de venezuelanos (Quadro 60).

QUADRO 60 - Nacionalidades no Departamento de San José em 1914.

Departamento de San José									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	169	208	377	1.175	1.234	2.409	1.344	1.442	2.786
Alemães	1	-	1	2	-	2	3	-	3
Austro-húngaros	4	2	6	83	79	162	87	81	168
Brasileiros	31	29	60	255	189	444	286	218	504
Espanhóis	-	1	1	11	7	18	11	8	19
Franceses	1	-	1	1	-	1	2	-	2
Italianos	1	1	2	5	2	7	6	3	9
Paraguaios	3	-	3	81	53	134	84	53	137
Russos	-	-	-	22	18	40	22	18	40
Suíços	-	-	-	2	-	2	2	-	2
Uruguaios	9	2	11	19	8	27	28	10	38
Venezuelanos	-	-	-	5	1	6	5	1	6
Total	219	243	462	1.661	1.591	3.252	1.880	1.834	3.714

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 376

No departamento de San Pedro, conforme o censo de 1914, havia 1.059 habitantes que viviam somente na zona rural, os quais tinham as seguintes nacionalidades: 53,21% de argentinos,

0,18% de alemães, 0,09 de austro-húngaros, 21,62% de brasileiros, 0,18% de espanhóis, 0,09% de italianos, 0,09 de otomanos, 24,26% de paraguaios e 0,28% de uruguaios (Quadro 61).

QUADRO 61 - Nacionalidades no Departamento de San Pedro em 1914.

Departamento de San Pedro									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	-	-	-	327	236	563	327	236	563
Alemães	-	-	-	2	-	2	2	-	2
Austro-húngaros	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Brasileiros	-	-	-	141	88	229	141	88	229
Espanhóis	-	-	-	2	-	2	2	-	2
Italianos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Otomanos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Paraguaios	-	-	-	201	56	257	201	56	257
Uruguaios	-	-	-	2	1	3	2	1	3
Total	-	-	-	678	381	1.059	678	381	1.059

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 377.

No departamento de San Ana tinha 4.838, a população era composta por 55,23% de Argentinos, 3,12% de Alemães, 0,02% de Argelinos, 2,89% de Austro-húngaros, 0,10% de Belgas, 21,29% de Brasileiros, 0,28% de Dinamarqueses, 1,38% de Espanhóis, 0,57% de Franceses, 0,06% de Ingleses, 1,09% de Italianos, 0,02% de Jamaicanos, 0,28% de Norte-americanos, 0,06% de Noruegueses, 0,06% de Otomanos, 4,25% de Paraguaios, 0,08% Portugueses, 7,35% de Russos, 0,02 de Sul-africanos (não determinados), 1,53% de Suecos, 0,12% de Suíços e 0,20% de Uruguaios conforme o quadro 62.

Em San Ana, 16,04% de sua população habitava a zona urbana e 83,96% a zona rural. A zona urbana tinha 776 habitantes, com as seguintes nacionalidades: 75,71% de Argentinos, 0,51% de Alemães, 11,46% de Brasileiros, 1,93% de Espanhóis, 0,51% de Franceses, 1,80% de Italianos, 0,25% de Norte-americanos, 5,79% de Paraguaios, 0,12% Portugueses, 1,16% de Russos, 0,38% de Suecos, e 0,38% de Uruguaios. Na zona urbana não tinha a presença de Argelinos, Austro-húngaros, Belgas, Dinamarqueses, Ingleses, Jamaicanos, Noruegueses, Otomanos, Sul-africanos (não determinados) e Suíços (Quadro 62).

A zona rural tinha 4.052 habitantes das seguintes nacionalidades: 51,10% de Argentinos, 3,61% de Alemães, 0,02% de Argelinos, 3,44% de Austro-húngaros, 0,12% de Belgas, 23,37% de

Brasileiros, 0,34% de Dinamarqueses, 1,28% de Espanhóis, 0,59% de Franceses, 0,07% de Ingleses, 0,96% de Italianos, 0,02% de Jamaicanos, 0,29% de Norte-americanos, 0,07% de Noruegueses, 0,07% de Otomanos, 3,96% de Paraguaio, 0,07% Portugueses, 8,54% de Russos, 0,02 de Sul-africanos (não determinados), 1,74% de Suecos, 0,14% de Suíços e 0,18% de Uruguaio (Quadro 62).

QUADRO 62 - Nacionalidades no Departamento de Santa Ana em 1914.

Departamento de Santa Ana									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	263	324	587	961	1.115	2.076	1.224	1.439	2.663
Alemães	2	2	4	95	52	147	97	54	151
Argelinos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Austro-húngaros	-	-	-	82	58	140	82	58	140
Belgas	-	-	-	3	2	5	3	2	5
Brasileiros	48	41	89	509	437	946	557	478	1.035
Dinamarqueses	-	-	-	11	3	14	11	3	14
Espanhóis	9	6	15	30	22	52	39	28	67
Franceses	4	-	4	17	7	24	21	7	28
Ingleses	-	-	-	2	1	3	2	1	3
Italianos	8	6	14	28	11	39	36	17	53
Jamaicanos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Norte-americanos	1	1	2	6	6	12	7	7	14
Noruegueses	-	-	-	3	-	3	3	-	3
Otomanos	-	-	-	2	1	3	2	1	3
Paraguaio	19	26	45	80	81	161	99	107	206
Portugueses	1	-	1	3	-	3	4	-	4
Russos	6	3	9	192	155	347	198	158	356
Sul-africanos (não determinados)	-	-	-	-	1	1	-	1	1
Suecos	2	1	3	43	28	71	45	29	74
Suíços	-	-	-	4	2	6	4	2	6
Uruguaio	1	2	3	7	-	7	8	2	10
Total	364	412	776	2.080	1.982	4.062	2.444	2.394	4.838

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 377.

Conforme o quadro 63, o Território de Misiones estava composto por: 61,99% de argentinos, 0,002% de albaneses, 0,82% de alemães, 0,002% de argelinos, 0,007% asiáticos (não determinados), 0,01% de australianos, 7,51% de austro-húngaros, 0,02% de belgas, 0,002% de bolivianos, 13,09% brasileiros, 0,006% de cubanos, 0,02% chilenos, 0,009% chinos, 0,04% de dinamarqueses, 1,11% de espanhóis, 0,03% de franceses, 0,01% de gregos, 0,01% de holandeses, 0,02% de ingleses, 0,7% de italianos, 0,002% jamaicanos, 0,002% luxemburgueses, 0,09% de

marroquinos, 0,002% mexicanos, 0,03% de norte-americanos, 0,006% de noruegueses, 0,36% de otomanos, 10,81% de paraguaios, 0,004% de peruanos, 0,03% de portugueses, 0,01% de romenos, 1,84% de russos, 0,002% de sul-africanos não determinados, 0,25% de suecos, 0,10% de suíços, 0,66% de uruguaios, 0,02% de venezuelanos.

No Território de Misiones 29,92% da população habitava a zona urbana e 70,08% a zona rural. A zona urbana tinha 16.029 habitantes das seguintes nacionalidades: 65,98% de argentinos, 0,67% de alemães, 0,02% asiáticos (não determinados), 0,01% de australianos, 1,93% de austro-húngaros, 0,04% de belgas, 0,006% de bolivianos, 6,35% brasileiros, 0,01% de cubanos, 0,03% chilenos, 0,03% chinos, 0,006% de dinamarqueses, 2,265% de espanhóis, 0,48% de franceses, 0,02% de gregos, 0,01% de holandeses, 0,03% de ingleses, 1,31% de italianos, 0,006% luxemburgueses, 0,03% de marroquinos, 0,006% mexicanos, 0,03% de norte-americanos, 0,99% de otomanos, 16,64% de paraguaios, 0,01% de peruanos, 0,07% de portugueses, 0,03% de romenos, 1,57% de russos, 0,12% de suecos, 0,08% de suíços, 1,05% de uruguaios, 0,04% de venezuelanos. Na zona urbana nesse período não tinha a representatividade das seguintes nacionalidades: albaneses, argelinos, jamaicanos, noruegueses e sul-africanos não determinados.

A zona rural tinha 37.534 habitantes das seguintes nacionalidades: 60,28% de argentinos, 0,003% de albaneses, 0,88% de alemães, 0,003% de argelinos, 0,01% de australianos, 9,89% de austro-húngaros, 0,01% de belgas, 15,97% brasileiros, 0,02% chilenos, 0,05% de dinamarqueses, 0,62% de espanhóis, 0,23% de franceses, 0,005% de gregos, 0,01% de holandeses, 0,02% de ingleses, 0,55% de italianos, 0,003% jamaicanos, 0,03% de norte-americanos, 0,008% de noruegueses, 0,09% de otomanos, 8,32% de paraguaios, 0,01% de portugueses 1,96% de russos, 0,003% de sul-africanos não determinados, 0,30% de suecos, 0,11% de suíços, 0,50% de uruguaios, 0,01% de venezuelanos. As nacionalidades asiáticas (não determinados), bolivianas, cubanas, chinesa, luxemburgueses, marroquinas, mexicanas, peruanas e romenas não foram listadas.

QUADRO 63 - Nacionalidades por etnias no Território de Misiones em 1914.

Território de Misiones									
Nacionalidades	Urbana			Rural			Total Geral		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentinos	4.746	5.833	10.576	11.382	11.244	22.626	16.128	17.077	33.205
Albaneses	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Alemães	60	48	108	220	111	331	280	159	439
Argelinos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Asiáticos (não determinados)	3	1	4	-	-	-	3	1	4
Australianos	-	2	2	4	-	4	4	2	6
Austro-húngaros	176	134	310	1.925	1.789	3.714	2.101	1.923	4.024
Belgas	2	5	7	4	3	7	6	8	14
Bolivianos	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Brasileiros	502	516	1.018	3.314	2.683	5.997	3.816	3.199	7.015
Cubanos	2	1	3	-	-	-	2	1	3
Chilenos	3	3	6	7	2	9	10	5	15
Chinos	3	2	5	-	-	-	3	2	5
Dinamarqueses	1	-	1	17	4	21	18	4	22
Espanhóis	249	114	363	160	75	235	409	189	598
Franceses	53	24	77	58	29	87	111	53	164
Gregos	3	1	4	2	-	2	5	1	6
Holandeses	1	1	2	4	2	6	5	3	8
Ingleses	5	1	6	7	2	9	12	3	15
Italianos	148	62	210	152	58	210	300	120	420
Jamaicanos	-	-	-	1	-	1	1	-	1
Luxemburgueses	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Marroquinos	3	2	5	-	-	-	3	2	5
Mexicanos	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Norte-americanos	4	2	6	8	6	14	12	8	20
Noruegueses	-	-	-	3	-	3	3	-	3
Otomanos	110	50	160	27	7	34	137	57	194
Paraguaios	1.228	1.440	2.668	2.076	1.050	3.126	3.304	2.490	5.794
Peruanos	1	1	2	-	-	-	1	1	2
Portugueses	11	1	12	6	-	6	17	1	18
Romenos	5	1	6	-	-	-	5	1	6
Russos	138	115	253	407	329	736	545	444	989
Sul-africanos (não determinados)	-	-	-	-	1	1	-	1	1
Suecos	12	8	20	72	43	115	84	51	135
Suíços	9	4	13	28	16	44	37	20	57
Uruguaios	83	86	169	119	69	188	202	155	357
Venezuelanos	3	4	7	5	1	6	8	5	13
Total	7.567	8.462	16.029	20.010	15.524	37.534	27.577	25.986	53.563

FONTE: Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 378.

e) Censo de 1947 – fronteira Nordeste – Misiones

No ano de 1947 o foi realizado o *IV Censo general de la Nacional* que apresentou o Território de Misiones com 246.396 habitantes. Em relação ao Censo de 1914, houve um crescimento populacional de 360,01% em um período de 33 anos, em média ano de 10,90%.

QUADRO 64 - População do Território de Misiones em 1947.

Território de Misiones		
População	Urbana	45.796
	Rural	200.600
	TOTAL	246.396

FONTE: Argentina, *Cuarto Censo General de la Nación*. (Buenos Aires, Dirección Nacional del Servicio Estadístico, Guillermo Kraft Ltda. 1947): 536.

A população era constituída 81,42 % de habitantes da zona rural e 18,58% da zona urbana (Quadro 64). No IV Censo General de la Nación em 1947, não foram descritas as nacionalidades dos estrangeiros presentes Misiones tal qual o Censo de 1914. A presença de argentinos era de 181.770 habitantes, sendo 73,77% da população do território e a presença de estrangeiros era de 64.626 habitantes, correspondendo 26,23% da população conforme o quadro 65.

QUADRO 65 - Nacionalidade do Território de Misiones em 1947.

Território de Misiones			
Nacionalidades	Argentinos	Homens	92.882
		Mulheres	88.888
		Total	129.413
	Estrangeiros	Homens	36.531
		Mulheres	28.095
		Total	116.983
	Total Geral		

FONTE: Argentina, *Cuarto Censo General de la Nación*. (Buenos Aires, Dirección Nacional del Servicio Estadístico, Guillermo Kraft Ltda. 1947): 536.

Segundo Censo de 1947, com exceção de Posadas (Capital) cujo contingente populacional era maior na zona urbana, 37.588 habitantes e 10.981 na zona rural, Apóstoles e Candelaria, os demais departamentos conforme o quadro 66 estavam a desenvolver somente a ocupação da zona rural.

QUADRO 66 - População dos Departamentos do Território de Misiones em 1947.

Território	Departamentos	Urbana	Rural
Misiones	Apóstoles	3.385	14.909
	Cainguás	-	19.662
	Candelaria	4.823	41.635
	Posadas (Capital)	37.588	10.981
	Concepción	-	8.430
	Frontera	-	1.676
	Guaraní	-	1.204
	Iguazú	-	23.512
	San Ignacio	-	32.172
	San Javier	-	38.005
	San Pedro	-	8.414
Total	45.796	200.600	

FONTE: Argentina, *Cuarto Censo General de la Nación*. (Buenos Aires, Dirección Nacional del Servicio Estadístico, Guillermo Kraft Ltda. 1947): 536

f) Censo de 1960 – fronteira Nordeste – Misiones

No ano de 1960, foi realizado o *Censo Nacional de Población*, apresentando a Província de Misiones⁴³⁸ com 361.440 habitantes. Em relação ao Censo de 1947, nota-se um crescimento populacional de 46,69% num período de 13 anos, com média anual de 3,59%. A população era constituída 31,85% de habitantes da zona urbana e 68,15% da zona rural, conforme o quadro 67.

QUADRO 67 - População da Província de Misiones em 1960.

Província de Misiones		
População	Urbana	115.096
	Rural	246.344
	TOTAL	361.440

FONTE: Argentina, *Censo Nacional de Población 1960* (Buenos Aires, Dirección Nacional de Estadísticas y Censos, Tomo V. 1967): 3.

No Censo de 1960 não foram descritas as nacionalidades dos estrangeiros presentes na Província de Misiones, nem nos departamentos. A presença de argentinos era de 279.005 habitantes, correspondendo a 77,20% da população da Província e a presença de estrangeiros era 82.385 de habitante, totalizando 22,80% da população (Quadro 68).

⁴³⁸ No ano de 1953 ocorreu o processo de provincialização do Território de Misiones, sendo criada a Província de Misiones.

QUADRO 68 - Nacionalidade da Província de Misiones em 1960.

Província de Misiones			
Nacionalidades	Argentinos	Homens	141.786
		Mulheres	137.269
		Total	279.005
	Estrangeiros	Homens	44.633
		Mulheres	37.752
		Total	82.385
	Total Geral		361.440

FONTE: Argentina, *Censo Nacional de Población 1960* (Buenos Aires, Dirección Nacional de Estadísticas y Censos, Tomo V. 1967): 8.

6. SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES NOS ASPECTOS TERRITORIAIS E DEMOGRÁFICOS

A terceira etapa de ocupação da fronteira entre Argentina e Brasil foi marcada pela ação da ocupação político-administrativa por parte dos Estados Nacionais. A primeira forma de ocupação foi a criação de grandes municípios, no caso do Oeste do Paraná, e de um grande território no caso de Misiones, posteriormente fragmentados quando se intensificou a ocupação da fronteira, um ponto em comum na dinâmica de ambos os países.

A criação dos *municipios* no Oeste do Paraná e a criação dos *departamentos* em Misiones, de acordo com análise das fontes cartográficas e censitárias, deixa entrever como ocorreu a ocupação político-administrativa: a organização do espaço territorial em *municipios* ou *departamentos*, representa a consolidação da ocupação político-administrativa do Estado Nacional, que começou a avançar em direção à fronteira entre as nações no período de 1881 a 1930.

A existência de várias unidades de ocupação fragmentadas em pequenas unidades e não em grandes unidades, permitem afirmar uma estratégia específica de ocupação do espaço fronteiriço: quanto mais densa a organização territorial, mais denso era o processo de ocupação.

Apesar deste estudo visar à terceira etapa da ocupação de ambos os países, 1881 a 1930, aqui denominada como período comum na ocupação fronteiriça, fez-se necessário prolongar o levantamento de dados até 1960 para entender a dinâmica da ocupação da fronteira entre Brasil e Argentina.

A análise da cartografia da fronteira apresenta historicamente a forma pela qual Misiones e o Oeste do Paraná foram representados na constituição de sua ocupação, ou seja, na definição do espaço geográfico transnacional entre os dois países e na delimitação do espaço jurídico-político da fronteira.

No período de 1869 a 1880, a ocupação político-administrativa ocorreu com a criação de um grande território na fronteira Nordeste (Misiones) e, no caso da fronteira Oeste (Paraná), a criação de duas paróquias como unidades administrativas no Brasil: “Paróquia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava” e “Paróquia do Senhor do Bom Jesus do Campos de Palmas”, conforme a Figura 69. Durante o período de 1869 a 1880, a estratégia de ocupação da fronteira foi semelhante entre as nações.

FIGURA 69 - Ocupação político-administrativa da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1869 a 1880.



Fonte: Brasil: Cartografia do Oeste do Paraná de 1876 a 1908/ Censo Demográfico de 1872 (Oeste do Paraná); Argentina: Cartografia de Misiones de 1850 a 1881/ Primer censo argentino de 1869. Elaboração por Leandro de Araújo Crestani.

A população total da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre os anos de 1869 a 1880 era de 11.462 habitantes. Apesar de a Argentina, durante a disputa sobre a Questão de Misiones, enfatizar nos relatórios ministeriais que a maior presença populacional era de argentinos nessa fronteira, pôde-se constatar nos dados do Censo de 1872 que a maior ocupação demográfica residia na fronteira Oeste (Paraná), com 8.462 habitantes (73,83%), ao passo que na fronteira Nordeste (Misiones) havia 3.000 habitantes (26,17%), conforme o quadro 69.

QUADRO 69 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1869 a 1880.

População fronteira entre Argentina e Brasil				
Nação	Fronteira	Unidade administrativa	População	População Total do Espaço transnacional
Argentina	Nordeste	Território de Misiones	3.000	11.462
		Total	3.000	
Brasil	Oeste	Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava	5.161	
		Parochia do Senhor do Bom Jesus do Campo de Palmas	3.301	
		Total	8.462	

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890*. Argentina, *Primer Censo de la República Argentina, de septiembre de 1869* (Buenos Aires: Imprenta del Porvenir 1872). (Dados compilados por Leandro de Araújo Crestani).

Em relação à população da fronteira na comparação dos censos populacionais (Misiones, 1869/Oeste, 1972), foi constatado que no caso de Misiones não houve um levantamento qualitativo da população que se limitou a apresentar a existência de 3.000 habitantes e uma breve descrição da população que constituía esse território, basicamente, estrangeiros, homens, mulheres, crianças e indígenas.

Já a população do Oeste do Paraná, no Censo de 1872, pode ser apresentada de forma detalhada através das “Parochia de Nossa Senhora de Bethelem de Guarapuava” e “Parochia do Senhor do Bom Jesus do Campos de Palmas”, chegando, inclusive, a classificar a população por “Raças” (brancos, pardos, pretos e caboclos), gênero (homens e mulheres) e a condição de “livre” ou “escravo”. Além de classificar a presença de “nacionais”, vindo do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande

do Sul e Minas Gerais e de “estrangeiros” como africanos (livres e escravos), alemães, austríacos, argentinos, dinamarqueses, franceses, espanhóis, italianos, norte-americanos, portugueses e russos.

As diferenças nesse período de 1869 a 1880 que antecede ao início da terceira etapa de ocupação residem no controle político-administrativo da fronteira: pelas informações dos censos, constata-se que o Brasil, nesse período, tinha maior controle de informações sobre a fronteira do que a Argentina sobre Misiones.

No período de 1881 a 1895, início da terceira etapa de ocupação, a ocupação político-administrativa ocorreu com a fragmentação do Território de Misiones nos seguintes departamentos: *a Capital (Posadas), San Carlos, Apóstoles, San José, Concepción, Candelaria, Cerro Corá, San Carlos, San Javier, San Ignacio, Campo Grande, Monteagudo, San Pedro, Frontera*. Na fronteira Oeste, nota-se quatro paróquias como unidades administrativas: *Parochia de Nossa Senhora de Belém de Guaraçuava, Parochia de Santa Thereza de Therezina, Parochia do Senhor do Bom Jesus do Campo de Palmas e Parochia de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista*, conforme a Figura 70.

Nesse período, a diferença entre Argentina e Brasil fica na estratégia de ocupação da fronteira: a criação de quatorze departamentos em Misiones deu maior controle à Argentina sobre a sua fronteira.

FIGURA 70 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1881 a 1895.



Fonte: Brasil: Cartografia do Oeste do Paraná de 1876 a 1908/ Censo Demográfico de 1890 (Oeste do Paraná); Argentina: Cartografia de Misiones de 1881 a 1895/ Segundo censo argentino de 1895. Elaboração por Leandro de Araújo Crestani.

A população total da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre os anos de 1881 a 1895 era de 53.096 habitantes. Pode-se constatar que a criação de Departamentos contribuiu nesse período para o processo da ocupação territorial: a fronteira Nordeste (Misiones) estava com 33.163 habitantes (62,45%), enquanto o Oeste (Paraná) listava 19.428 habitantes (37,55%) conforme o quadro 70.

QUADRO 70 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1881 a 1895.

População fronteira entre Argentina e Brasil				
Nação	Fronteira	Unidade político-administrativa	População	População Total do Espaço transnacional
Argentina	Nordeste	Apóstoles	1.263	53.096
		Campo Grande	836	
		Candelaria	1.753	
		Cerro-Cora	1.278	
		Concepción	7.506	
		Frontera	1.285	
		Monteagudo	649	
		Posadas (Capital)	7.299	
		Santa Ana	2.124	
		San Carlos	960	
		San Ignacio y Corpus	2.046	
		San Javier	3.739	
		San José	2.330	
		San Pedro	600	
		Total	33.668	
Brasil	Oeste	Parochia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava	8.765	
		Parochia de Santa Thereza de Therezina	3.634	
		Parochia do Senhor do Bom Jesus do Campo de Palmas	3.947	
		Parochia de Nossa Senhora da Luz da Bôa Vista	3.082	
		Total	19.428	

FONTE: Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898); Argentina, *Segundo Censo de la República Argentina, realizado el 10 de mayo de 1895* (Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, Tomo I, II y III. 1898). (Dados compilados por Leandro de Araújo Crestani).

Em relação à população da fronteira, a comparação dos censos populacionais (Misiones, 1895/Oeste, 1890), permite inferir que nesse período ambos os países tinham uma pesquisa populacional detalhada em relação aos seus habitantes. No caso de Misiones, diferentemente do censo de 1869, o de 1895 passou a classificar a sua população através dos quatorze departamentos,

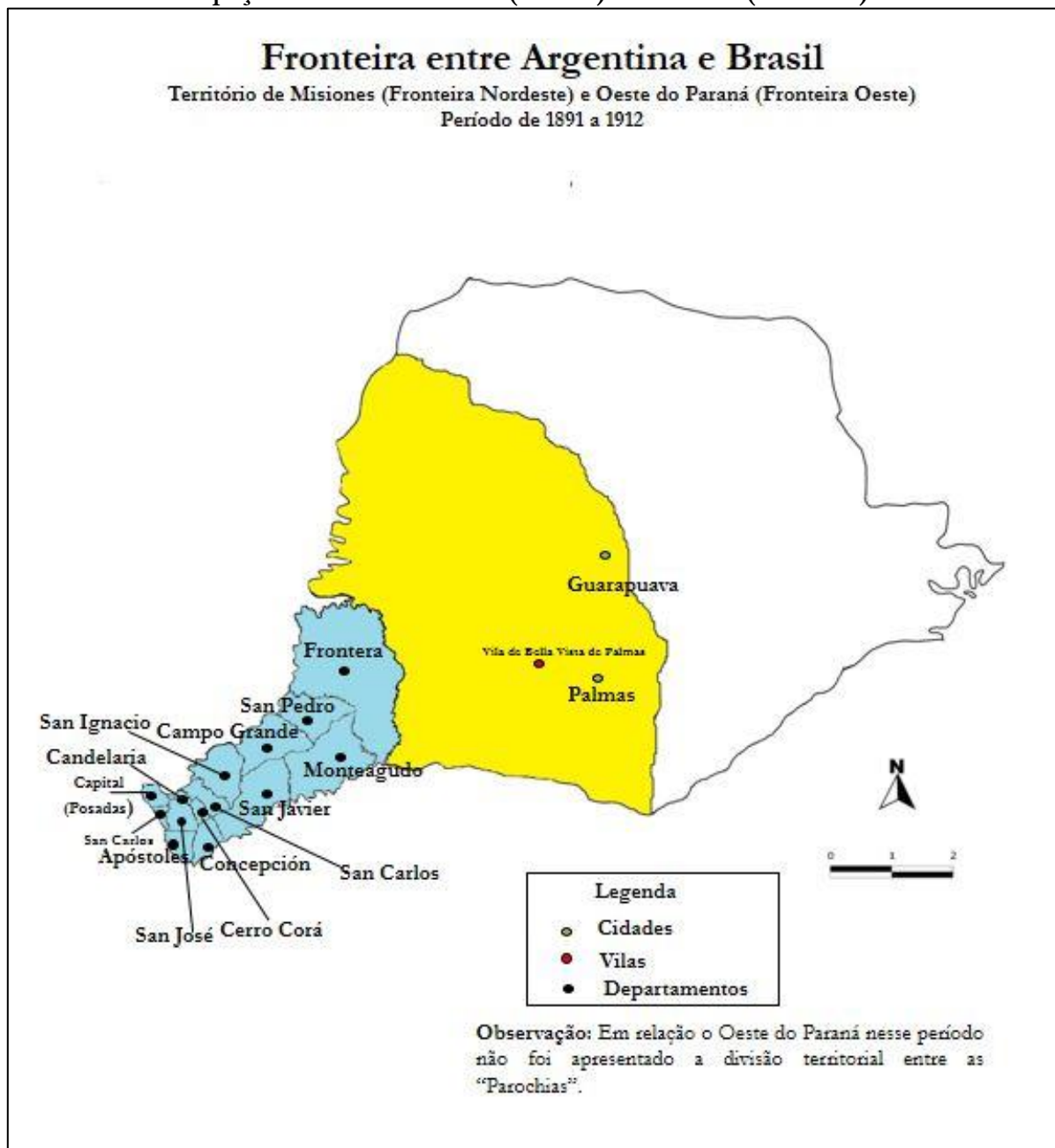
dividindo população rural e urbana; nacionalidade, além de classificar quem eram os estrangeiros europeus e americanos em Misiones.⁴³⁹

O censo de 1890 da população do Oeste do Paraná em relação ao Censo de 1872 apresentou de forma detalhada a população das *Parochia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava*, *Parochia de Santa Theresza de Thereszina*, *Parochia do Senhor do Bom Jesus do Campo de Palmas* e *Parochia de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista*, classificando a população por “Raças”, subdividindo (solteiros, casados, viúvos, divorciados), brancos, pretos, caboclos e mestiços e também, classificando as nacionalidades brasileira e estrangeira, porém, nesse censo não se especificou a origem da população estrangeira.

Nota-se que ambos os países, no início da terceira etapa de ocupação, passaram a buscar maior controle político-administrativo da fronteira e tanto a Argentina quanto o Brasil buscaram fazer o levantamento da população presente na fronteira transnacional. No período de 1896 a 1912, a fronteira Nordeste do Território de Misiones ainda contava com os seguintes departamentos: *a Capital (Posadas)*, *San Carlos*, *Apóstoles*, *San José*, *Concepción*, *Candelaria*, *Cerro Corá*, *San Carlos*, *San Javier*, *San Ignacio*, *Campo Grande*, *Monteagudo*, *San Pedro*, *Frontera*. Na caso da fronteira Oeste, surgiram duas cidades: das paróquias *de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava* e *de Santa Theresza de Thereszina*, surgiu a cidade de *Guarapuava* e da *Parochia do Senhor do Bom Jesus do Campo de Palmas* e *de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista*, surgiu a cidade de *Palmas* e a *Vila de Bella Vista de Palmas* conforme a Figura 71.

⁴³⁹ Os estrangeiros europeus eram: alemães, austríacos, espanhóis, franceses, ingleses, italianos, suícos e outros europeus não identificados. Já os estrangeiros americanos eram: bolivianos, brasileiros, chilenos, norte-americanos, uruguaios, paraguaios e outros americanos. In: Argentina. Segundo Censo de La República Argentina de 10 de mayo de 1895. Tomo II. Población. Buenos Aires: Taller Tipográfico de La Penitenciária Nacional, 1898, p. CLXII-CLXIII.

FIGURA 71 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1896 a 1912.



Fonte: Brasil: Cartografia do Oeste do Paraná de 1876 a 1919/ Censo Demográfico de 1900 (Oeste do Paraná); Argentina: Cartografia de Misiones de 1881 a 1914/ Argentina, *Censo de Poblacion de Los Territorios Nacionales*, Buenos Aires: Imp. Guillermo Karft. 1912. Elaboração por Leandro de Araújo Crestani.

A população total da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre os anos de 1896 a 1912 era de 71.227 habitantes. Na fronteira Nordeste (Misiones), havia 46.419 habitantes (65,17%), enquanto o Oeste (Paraná) estava com 24.858 habitantes (34,90%) conforme o quadro 71.

QUADRO 71 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1896 a 1912.

População fronteira entre Argentina e Brasil				
Nação	Fronteira	Unidade político-administrativa	População	População Total da Fronteira transnacional
Argentina	Nordeste	Território de Misiones*	46.419	71.277
		Total	46.419	
Brasil	Oeste	Guarapuava	13.124	
		Palmas	8.503	
		Bella Vista de Palmas	3.231	
		Total	24.858	

FONTE: Brasil, População recenseada em 32 de dezembro de 1890 (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898); Argentina, *Segundo Censo de la República Argentina, realizado el 10 de mayo de 1895* (Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, Tomo I, II y III. 1898).

*Nesse Censo de 1912 não foi apresentada a população por Departamento, somente do Território de Misiones.

Em relação à população da fronteira, comparando os censos populacionais (Misiones, 1912/Oeste, 1900), constata-se que no Oeste do Paraná as informações levantadas sobre a população se limitavam ao total de habitantes de dois municípios e uma vila, classificando somente a divisão homem/mulher e deixando de lado aspectos como nacionalidade e raça. No caso de Misiones, o Censo de 1912, traz um levantamento mais apurado da população: divisão entre zona urbana e rural, nacionalidade de homens e mulheres quanto à serem argentinos ou estrangeiros, estes classificados de acordo com o que se encontrava na fronteira, tais como: argentinos, alemães, austríacos, belgas, brasileiros, chilenos, dinamarqueses, espanhóis, franceses, gregos, holandeses, ingleses, italianos, norte americanos, noruegueses, paraguaios, peruanos, portugueses, russos, suíços, turcos, uruguaios e outras nacionalidades.

No período de 1914 a 1920, a fronteira Nordeste do Território de Misiones tinha os seguintes departamentos: *Capital (Posadas), Apóstoles, San José, Candelaria, Concepción, Cerro Corá, San Carlos, Itacaruaré, San Ignacio, San Javier, Campo Grande, Monteagudo, San Pedro, Frontera*, ao passo que a fronteira Oeste tinha três cidades: *Foz do Iguaçu, Guarapuava e Palmas*, conforme a Figura 72.

FIGURA 72 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1914 a 1920.



Fonte: Brasil: Cartografia do Oeste do Paraná de 1876 a 1919/ Censo Demográfico de 1900 (Oeste do Paraná); Argentina: Cartografia de Misiones de 1881 a 1914/ Argentina, *Censo de Poblacion de Los Territorios Nacionales*, Buenos Aires: Imp. Guillermo Karft. 1912. Elaboração por Leandro de Araújo Crestani.

A população total da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones), entre os anos de 1914 a 1920 era de 107.204 habitantes. Misiones totalizava 48.996 habitantes (45,70%) e o Oeste do Paraná, 58.208 habitantes (54,30%) conforme o quadro 72.

QUADRO 72 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1914 a 1920.

População fronteira entre Argentina e Brasil				
Nação	Fronteira	Unidade político-administrativa	População	População Total da Espaço transnacional
Argentina	Nordeste	Posadas	11.673	107.204
		Apóstoles	8.209	
		Campo Grande	700	
		Candelaria	1.511	
		Cerro Corá	2.948	
		Concepción	3.307	
		Itacaruaré	3.241	
		Frontera	1.187	
		Monteagudo	326	
		San Ignacio	3.878	
		San Javier	2.405	
		San José	3714	
		San Pedro	1.059	
		Santa Ana	4.838	
	Total	48.996		
Brasil	Oeste	Guarapuava	41.452	
		Palmas	10.325	
		Foz do Iguazu	6.431	
		Total	58.208	

FONTE: Brasil, *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920* (Volume IV (População). Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1920): 282-287/ Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919): 105-106.

Em relação à população da fronteira, comparando os censos populacionais Misiones 1914/Oeste, 1920, observa-se que o Oeste do Paraná não teve um levantamento qualitativo de sua população, listando 58.208, habitantes classificados em relação à nacionalidade (brasileiros, estrangeiros e nacionalidades ignoradas) e por municípios (Guarapuava, Palmas e Foz do Iguazu).

O censo de 1914, apresentou de forma detalhada a população da fronteira Nordeste (Misiones), dentro os quatorze departamentos, subdividindo a população em urbana e rural, quanto à nacionalidade (argentinos e estrangeiros – classificados entre homens e mulheres) e apresentando cada nacionalidade por departamento, classificadas entre urbano e rural e gênero.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ Nas nacionalidades presentes nos departamentos do Território de Misiones eram: argentinos, albaneses, alemães, argelinos, asiáticos (não determinados), australianos, austro-húngaros, belgas, bolivianos, brasileiros, cubanos, chilenos, chinos, dinamarqueses, espanhóis, franceses, gregos, holandeses, ingleses, italianos, jamaicanos, luxemburgueses, marroquinos, mexicanos, norte-americanos, noruegueses, otomanos, paraguaios, peruanos, portugueses, romenos, russos, sul-africanos (não determinados), suecos, suíços, uruguaios e venezuelanos. In: *Tercer Censo Nacional (Levantado el 1° de junio de 1914)*. Tomo II – Población: Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cia. 1916.

Dessa forma, no período de 1914 a 1920, a Argentina continua com maior controle político-administrativo da fronteira. O período de 1921 a 1940, por fim, corresponde ao encerramento da terceira etapa de ocupação. A este tempo, a fronteira Nordeste do Território de Misiones tinha os seguintes departamentos: *Capital (Posadas)*, *Apóstoles*, *San José*, *Candelaria*, *Concepción*, *Cerro Corá*, *San Carlos*, *Itacaruaré*, *San Ignacio*, *San Javier*, *Campo Grande*, *Monteagudo*, *San Pedro*, *Frontera* e a fronteira Oeste apresentou uma modificação em seu domínio territorial, de três municípios (*Foz do Iguaçu*, *Guarapuava* e *Palmas*), passou a apenas uma, *Foz do Iguaçu*, conforme Figura 73.

FIGURA 73 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1921 a 1940.



Fonte: Brasil: Cartografia do Oeste do Paraná de 1920 a 1940/ Censo Demográfico de 1940 (Oeste do Paraná); Argentina: Cartografia de Misiones de 1895 a 1960/ Censo de Poblacion de Los Territorios Nacionales – República Argentina. Buenos Aires: Imp. Guillermo Karft. 1912. Elaboração por Leandro de Araújo Crestani.

A população de fronteira nesse período não pode ser comparada pelo fato de que somente o Brasil realizou o Censo em 1940. Após o levantamento demográfico de 1914, a Argentina voltou a realizar o censo somente no ano de 1947, totalizando um período de 33 anos sem levantamento estático da população do Território de Misiones. No caso do Oeste, a população presente no município de Foz do Iguaçu, de acordo com o censo, era 7.645 habitantes classificados pela cor da pele: brancos, pretos, amarelos, pardos e pessoas de cor não declarada; também pela nacionalidade: brasileiros natos, brasileiros naturalizados, estrangeiros e pessoas de nacionalidade não declarada, especificando que presença estrangeira no Oeste eram de origem: alemã, espanhola, italiana e portuguesa.

No período de 1941 a 1950, após o término da terceira etapa de ocupação, correspondente a ocupação político-administrativa dos Estados nacionais argentino e brasileiro, inicia-se uma quarta etapa de ocupação, correspondente a atuação das companhias colonizadoras privadas. Nesse período, começa a ocorrer a efetiva ocupação e colonização da fronteira: o Território de Misiones, à essa época, passou de quatorze departamentos para onze: *Capital (Posadas), Apóstoles, Concepción, Candelaria, San Javier, San Ignacio, Caingúas, Guaraní, San Pedro, Frontera, Iguazú*. Na fronteira Oeste, apenas o município de Foz do Iguaçu com o distrito de Cascavel, conforme a Figura 74.

Nesse período, observa-se semelhanças em ambas as fronteiras quanto à atuação das Companhias colonizadoras, que somente na quarta etapa de ocupação começam a implementar o plano definitivo de controle da fronteira.

FIGURA 74- Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1941 a 1950.



Fonte: Brasil: Cartografia do Oeste do Paraná de 1939 a 1960/ Censo Demográfico de 1950 (Oeste do Paraná); Argentina: Cartografia de Misiones de 1947 a 1960/ Argentina, *Cuarto Censo General de la Nación* (Buenos Aires, Dirección Nacional del Servicio Estadístico, Guillermo Kraft Ltda. 1947). Elaboração por Leandro de Araújo Crestani.

A população total da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre os anos de 1941 a 1950 era de 347.231 habitantes. A fronteira Nordeste (Misiones) estava com 330.810 habitantes (95,27%), enquanto o Oeste (Paraná) estava com 16.421 habitantes (4,73%), conforme o quadro 73.

QUADRO 73 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1941 a 1950.

População fronteira entre Argentina e Brasil				
Nação	Fronteira	Unidade político-administrativa	População	População Total da Fronteira transnacional
Argentina	Nordeste	Apóstoles	18.294	347.231
		Cainguás	19.662	
		Candelaria	46.458	
		Posadas (Capital)	48.569	
		Concepción	8.430	
		Frontera	1.676	
		Guaraní	1.204	
		Iguazú	23.512	
		San Ignacio	32.172	
		San Javier	38.005	
		San Pedro	8.414	
		Apóstoles	18.294	
		Cainguás	19.662	
		Candelaria	46.458	
		Total	330.810	
Brasil	Oeste	Foz do Iguacu	12.010	
		Cascavel (Distrito)	4.411	
		Total	16.421	

FONTE: Argentina, *Cuarto Censo General de la Nación* (Buenos Aires, Dirección Nacional del Servicio Estadístico, Guillermo Kraft Ltda. 1947): 536/ Brasil, *Censos Demográficos e Econômicos* (Estado de Paraná - 1950), (Série Regional, Volume XXVI, Rio de Janeiro, 1955): 94.

O censo argentino de 1947 se limitou a classificar a população em urbana e rural, em nacionalidades (argentinos e estrangeiros) e por Departamentos. Em relação às nacionalidades, não foram apresentadas as origens da população estrangeira, nem sua nacionalidade. No caso do Oeste do Paraná, o Censo de 1940 trouxe um levantamento mais apurado da população: brancos, pretos, amarelos e pardos (separados por gênero: homens e mulheres). Em relação à nacionalidade, limitou-se à classificar brasileiros natos, brasileiros naturalizados, estrangeiros e os sem declaração de nacionalidade, separados por gênero e também, a população do espaço urbano, suburbano e rural.

Em relação à população da fronteira, comparando os censos populacionais (Misiones, 1947/Oeste, 1950), constata-se que somente na quarta etapa a ocupação e colonização foi realmente efetivada no Território de Misiones, que ampliou, então, o contingente populacional. Já a fronteira Oeste do Paraná, com essa nova configuração territorial, até 1950 ainda estava a busca da efetiva ocupação e colonização do território.

A reorganização do espaço fronteiriço ocorrida no decênio de 1950 a 1960 esteve, portanto, inteiramente ligada às companhias colonizadoras privadas que, por meio da atividade de loteamento e distribuição, gerou os seguintes departamentos na fronteira Nordeste do Território de Misiones: *Posadas (Capital), Apóstoles, Candelaria, Leandro N. Alem, Concepción San Javier, San Ignacio, Oberá, Libertador General San Martín, Cainguás, 25 de Mayo, Montecarlo, Guarani, Eldorado, San Pedro, Iguazú e General Manuel Belgrano*. No caso do Brasil, a ação das colonizadoras fez com que surgisse nesse período 5 municípios: Foz do Iguaçu, Toledo, Guaíra, Cascavel e Guaraniaçu, e uma nova configuração geográfica do Oeste do Paraná conforme a Figura 75.

FIGURA 75 - Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1951 a 1960.



Fonte: Brasil: Cartografia do Oeste do Paraná de 1939 a 1960/ Censo Demográfico de 1950 (Oeste do Paraná); Argentina: Cartografia de Misiones de 1895 a 1960/ Censo Nacional de Población 1960. Elaboração por Leandro de Araújo Crestani.

Ambas as fronteiras, nessa década, somavam 497.137 habitantes. A fronteira Nordeste (Misiones) estava com 361.440 habitantes (72,70%), enquanto o Oeste (Paraná) estava com 135.697 habitantes (27,30%), conforme o quadro 74.

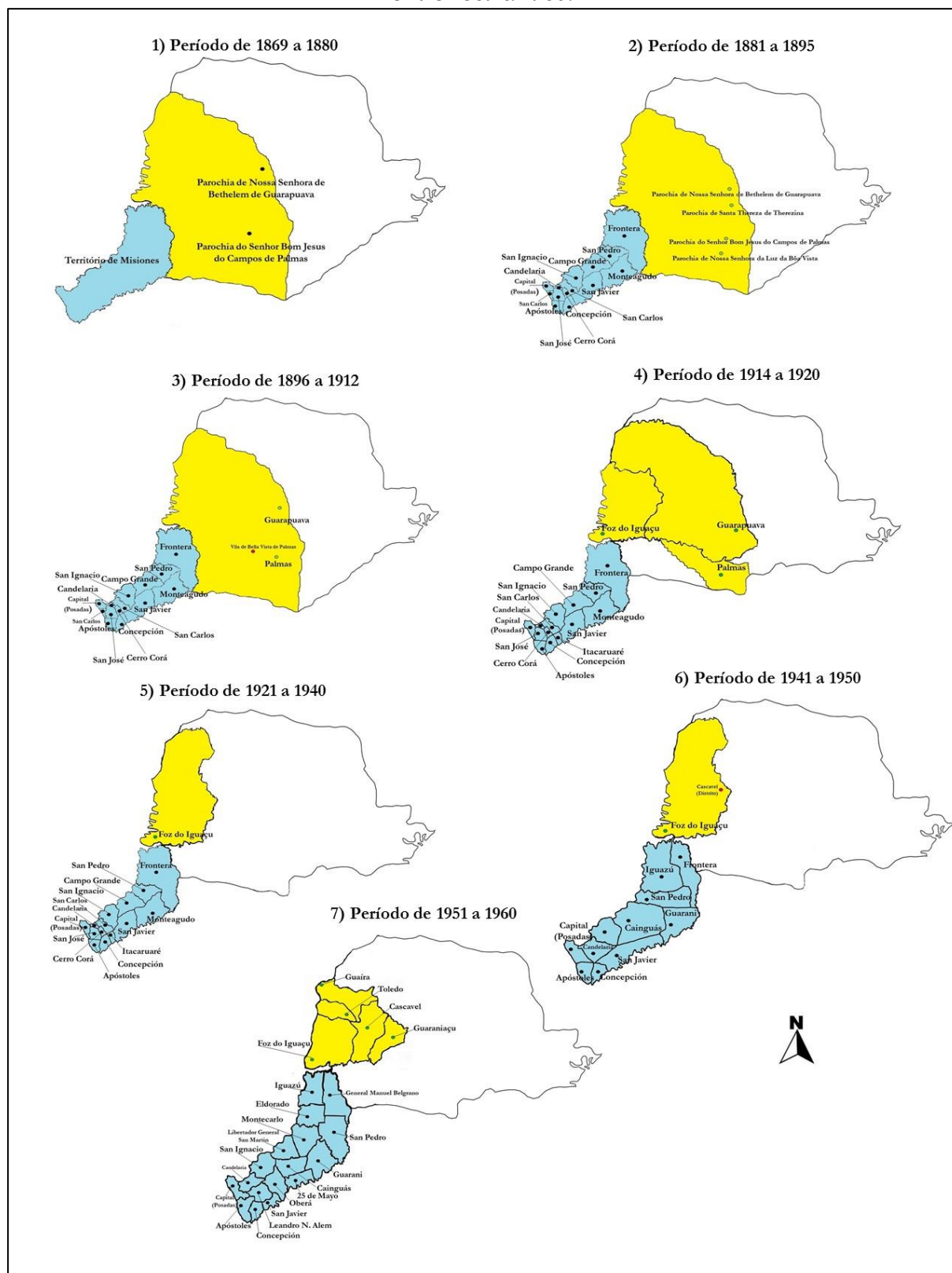
QUADRO 74 - População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1951 a 1960.

População fronteira entre Argentina e Brasil				
Nação	Fronteira	Unidade político-administrativa	População	População Total da Fronteira transnacional
Argentina	Nordeste	Província de Misiones	361.440	497.137
		Total	361.440	
Brasil	Oeste	Cascavel	39.598	
		Foz do Iguaçu	28.212	
		Guaira	21.486	
		Guaraniaçu	21.442	
		Toledo	24.959	
		Total	135.697	

FONTE: Brasil, Censo Demográfico de 1960 (Paraná. VII *Recenseamento Geral do Brasil*. Volume I. Tomo XIV): 82/ Argentina, *Censo Nacional de Población 1960* (Buenos Aires, Dirección Nacional de Estadísticas y Censos, Tomo V. 1967): 3.

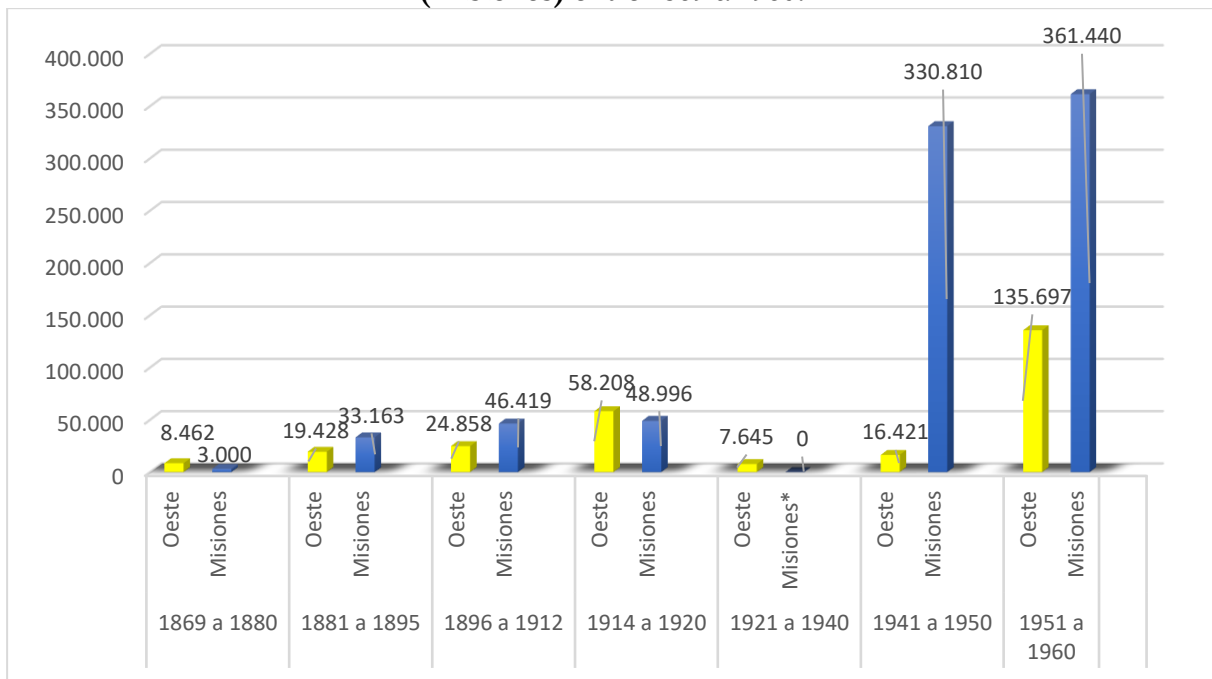
Observa-se, assim, que a ocupação demográfica, por sua vez, levou à redução dos departamentos e ao surgimento de municípios, aspecto ligado à ação dos sujeitos sociais e não apenas à presença da população, ou seja, esteve mais ligada à mobilização implementada pelas Colonizadoras do que a simples presença humana, o que aconteceu de ambos os lados, com a criação de municípios aqui e a fortificação dos departamentos lá (Figura 76) que permitiram superação do *vazio* demográfico, conforme os gráficos 1 e 2.

FIGURA 76 - Processo de Ocupação da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1869 a 1960.



FONTE: Cartografia de 1876 a 1960 (Brasil) e Cartografia de 1872 a 1960 (Argentina)/Censos de 1872 a 1960 (Brasil) e Censos de 1860 a 1960 (Argentina). (Elaborado por Leandro de Araújo Crestani).

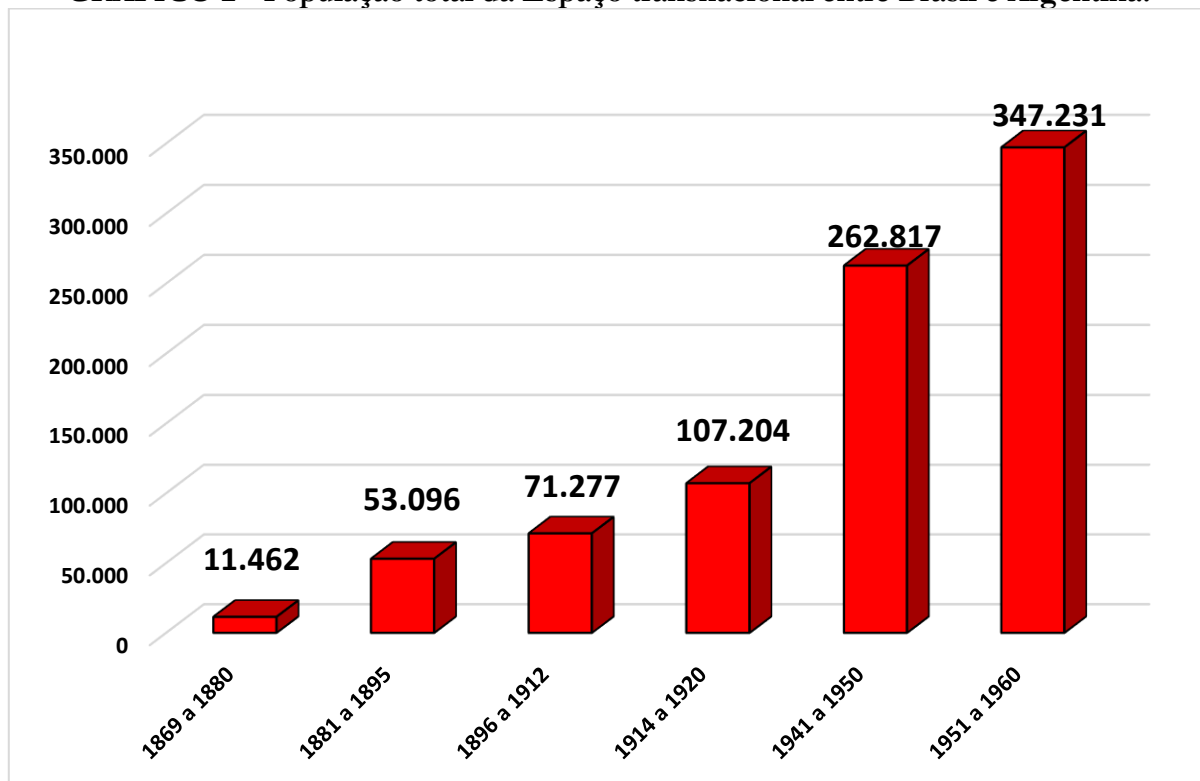
GRÁFICO 1 - Comparação da População da Fronteira Oeste (Paraná) e Nordeste (Misiones) entre 1869 a 1960.



FONTE: Censos de 1872 a 1960 (Brasil) e Censos de 1860 a 1960 (Argentina).

*Não ocorreu Censo demográfico na Argentina entre os anos de 1921 a 1940, ficando ausente o contingente populacional deste período em questão.

GRÁFICO 2 - População total da Espaço transnacional entre Brasil e Argentina.



FONTE: Censos de 1872 a 1960 (Brasil) e Censos de 1860 a 1960 (Argentina).

À medida que avançava o processo de ocupação, aumentava também a fragmentação dessas grandes extensões, e quanto mais o espaço da fronteira ia se fragmentando, mais a ocupação administrativa ia se firmando durante a terceira etapa de ocupação. Em paralelo a esse processo, no entanto, houve a dizimação da população indígena tanto de Misiones quanto no Oeste do Paraná, que mesmo considerada nos relatos de viajantes, nos relatórios de Províncias e nas mensagens ao congresso, acabou ficando de fora dos dados oficiais (censos populacionais).

A população indígena aparece nos relatos de viagens e nas mensagens de governos e desaparece na cartografia e nos censos demográficos da história da ocupação na fronteira entre Brasil e Argentina durante os anos de 1881 a 1930. Pode-se perceber, tanto na cartografia quanto nos censos demográficos, o predomínio do ocultamento da presença indígena na fronteira Oeste – Paraná e Nordeste - Misiones, o que pode ser lido como uma tentativa de demonstrar o seu desaparecimento dos dados oficiais do Estado para justificar e legitimar “vazio demográfico” no processo de ocupação.

Vale recordar aqui que a população indígena que foi ocultada dos dados oficiais da ocupação continua presente até os dias atuais nesta fronteira, havendo enfrentamentos e conflitos pela demarcação das terras indígenas, mesmo após a quarta etapa de ocupação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a definição das fronteiras externas, os países em estudo passaram a investir no fortalecimento de suas fronteiras internas, visando à ocupação dos espaços considerados vazios, desérticos ou selvagens por meio da imigração. No tocante a esse aspecto, cumpre ressaltar que “as fronteiras deixaram de ter o sentido maior de conquista de territórios para se tornarem espaços de ocupação e reprodução dos interesses do capital (nacional)”.⁴⁴¹ Dito de outra forma, as terras da região passaram a compor o campo econômico do mercado de terras apenas quando sua negociação se atrelou aos interesses das elites locais, que passaram a monopolizar a exploração e a posse da terra.

A análise comparada da história de construção dos Estados nacionais argentino e brasileiro permite afirmar que os processos de ocupação militar, político-administrativo, econômico, demográfico e cultural contribuíram para a colonização efetiva da fronteira como local de encontro de argentinos, paraguaios, brasileiros, imigrantes europeus, indígenas e caboclos. Esses sujeitos moldaram o sentido de fronteira nesse espaço transnacional; estabeleceram a fronteira externa e posteriormente, a fronteira interna.

Nesta região, a construção e a ocupação da fronteira pelo Estado Nacional argentino e brasileiro tiveram início na terceira etapa de ocupação, entre 1881 a 1930; processo que só foi efetivamente consolidado por meio da intervenção das companhias colonizadoras privadas durante a quarta etapa de ocupação, ocorrida entre 1930 a 1960.

No caso da fronteira Nordeste – Misiones, o processo de ocupação se efetivou por meio da força militar, entre os anos de 1881 a 1890, e foi marcado pela limpeza étnica da população indígena do território em questão. Durante os anos de 1891 a 1900, o Estado Nacional argentino promoveu a ocupação político-administrativa do local com a criação de meios de comunicação e a demarcação de lotes e núcleos coloniais, além da elaboração de mapas sobre Misiones. A ocupação

⁴⁴¹ Schallenberger, “Fronteiras em movimento e territórios em Construção”: 55.

econômica, no entanto, só se deu mais tarde, entre os anos de 1901 a 1910, quando a exploração da erva-mate, da madeira e das Cataratas do Iguaçu receberam maior incentivo e atenção. Em decorrência, nos anos de 1911 a 1920 houve intensificação da ocupação demográfica, processo que priorizou a vinda de sujeitos de origem europeia. O maior contingente populacional, por seu turno, fez com que, no período de 1921 a 1930, ocorresse a ocupação cultural, processo intensificado com a construção de escolas primárias em Misiones.

Em relação à fronteira Oeste – Paraná, a ocupação militar ocorreu entre os anos de 1881 a 1910, o que se deu sem considerar o período caracterizado pelo reconhecimento da fronteira por parte dos militares brasileiros e da fundação de colônias militares (Foz do Iguaçu, Chapecó e Chopim). Entre os anos de 1911 a 1920, teve início a ocupação político-administrativa da fronteira, fase marcada pela construção de estradas de ferro e pela intensificação de meios de comunicação em direção à região fronteira. Em decorrência dessa forma de ocupação, de 1921 a 1930 ampliou-se o processo de ocupação econômica, demográfica e cultural. A exploração econômica foi voltada às riquezas naturais presentes na fronteira, tais como erva-mate, madeira e as Cataratas do Iguaçu. A demográfica, por sua vez, começou a ocorrer pela ação das companhias colonizadoras privadas, as quais incentivavam a vinda de sujeitos nacionais para a fronteira Oeste. A ocupação cultural, por fim, foi promovida pela implantação de escolas de instrução primária, visando ao ensino da língua portuguesa e dos costumes brasileiros como mecanismo de formação da brasilidade da população.

Os mecanismos da colonização da fronteira entre Argentina e Brasil foram avançando por etapas subseqüenciadas, respectivamente, *ocupação militar, ocupação político-administrativa, ocupação econômica, ocupação demográfica e ocupação cultural*. Estas etapas não seguiram o mesmo período cronológico em ambos os países, porém, a forma como foram estabelecidas em cada Estado nacional guarda similaridades entre si, pois visavam ao mesmo propósito: garantir a ocupação efetiva do espaço de fronteira.

A *História Comparada e Transnacional* deu suporte, nesta pesquisa, para compreender a disputa pela posse das terras da fronteira entre Argentina e Brasil como um processo de ocupação

e colonização que não pode ser explicado somente por estudos nacionalistas. A comparação garante a transnacionalidade e permite compreender as semelhanças, diferenças e interconexões na intervenção dos Estados nacionais rumo à integração de seus territórios.

O primeiro argumento que se buscou desenvolver nesta tese é o de que, antes da análise da fronteira externa entre dois países, ou até mesmo do surgimento de suas fronteiras internas, faz-se necessário analisar a luta pela territorialização como elemento que envolve o que denominamos de “espaço transnacional”. O conceito de espaço transnacional se reporta à ideia de um território considerado selvagem ou desértico entre os Estados nacionais argentino e brasileiro no qual, ora havia a presença do Estado, ora a completa ausência dele. A efetiva presença dos Estados nacionais modernos na fronteira, tanto na ótica do Estado e quanto na dos viajantes, estaria ligada à promoção de políticas nacionalistas de incentivo ao processo de ocupação, visando à conquista dos espaços vazios, conforme foi apresentado anteriormente.

A fronteira, sob essa ótica, não foi apenas um lugar de oportunidades para os povos argentinos e brasileiros como no caso da teoria da *frontier thesis* de Turner, pois tanto no Brasil quanto na Argentina forjou-se a necessidade de incentivar a vinda do imigrante como estratégia de garantia da posse das terras e de integração do território aos domínios nacionais. Enquanto Turner aponta a fronteira como local de oportunidades para o povo estadunidense, no qual os *imigrantes foram se americanizando*, aqui, o processo de ocupação, colonização e nacionalização da fronteira se deu ou tentou se efetivar com imigrantes europeus, *os quais deveriam europeizar* a fronteira, relacionando à ideia de que os índios e caboclos que habitavam as regiões fronteiriças eram vulneráveis em relação à fixação do território nacional.

Depois de analisar a terceira etapa de ocupação da fronteira, percebeu-se que Argentina e Brasil promoveram suas políticas de ocupação da fronteira por questões econômicas pautadas na formação do mercado de terras, criado pelas Leis de Terras de 1850 (Brasil) e *Ley de Tierras e Inmigración* de 1876 (Argentina), e não pela necessidade da construção da identidade nacional. Comparando a Província de Misiones ao Estado do Paraná, nota-se que ambos tiveram a mesma

dinâmica de ocupação, forjada pela garantia da posse da terra e não pela necessidade do desenvolvimento da “brasilidade” ou da “argentinaidade” da fronteira.

A ocupação e a colonização da fronteira é, assim, marcada por uma territorialidade construída por agentes políticos e não pelos sujeitos sociais que habitavam o espaço transfronteiriço. Em outras palavras, o espaço transnacional entre Argentina e Brasil não foi formado por lutas sociais de indígenas, colonos e imigrantes que habitavam esse território e sim, através do desenvolvimento de políticas de incorporação da fronteira aos Estados nacionais para a exploração das riquezas naturais e, posteriormente, a valorização das terras para futura comercialização enquanto propriedade, atividade intimamente relacionada à empresas colonizadoras e não apenas à ação do Estado. Sob essa perspectiva, não era interessante à Argentina e ao Brasil ocupar e colonizar a fronteira com os sujeitos nacionais que já viviam neste espaço no período, pois não haveria lucro ou, efetivamente, mercantilização da terra. Numa visão de ganho sobre as terras ditas vazias, era mais rentável forjar a nacionalização da fronteira com sujeitos não nacionais, vindos da Europa, que comprariam a terra já ocupada e alimentariam um mercado de terras na fronteira.

Na historiografia tradicional de ambos os países, esse processo é apresentado como elemento responsável pela consolidação da identidade nacional. A fronteira, neste caso, foi forjada por agentes políticos dos Estados nacionais emergentes que assumiram o discurso acerca deste espaço como linha de tensão, de selvageria e de vazio demográfico, enfim, como um obstáculo a ser superado para a construção da territorialidade. Esse argumento pode ser constatado nas alegações de posses entre Argentina e Brasil, nos relatórios de Província ou do Estado Nacional e em leis sobre a posse da terra, bem como sobre a colonização e a imigração.

A exploração da fronteira entre Argentina e Brasil foi permeada pelo discurso nacionalista da sociedade civilizada e de desenvolvimento da integração da fronteira ao Estado Nacional moderno. Esse processo se iniciou com a criação de leis, com propagandas em países europeus, com relatórios de viagem e investigações agrícolas promovidas pelo Estado para a ocupação e

colonização desse espaço e pela difusão da ideia de que o desenvolvimento territorial favoreceria a construção da identidade nacional: o caminho era nacionalizar e civilizar o espaço transnacional.

Mesmo com a presença de habitantes, povos indígenas, imigrantes europeus, argentinos e brasileiros na fronteira, os viajantes em seus relatos, relatórios e mensagens de governo estimulavam a “retomada”, “conquista”, “ocupação” e “colonização” da fronteira, discurso que dava sustentabilidade e força para incentivar a imigração como forma de “civilizar” um espaço considerado deserto e selvagem mesmo em face da pontuada existência de comunidades indígenas. Assim se justificava a ideia de branqueamento como forma de garantir o progresso por meio da ocupação, colonização e civilização do espaço implementadas pelo homem branco.

Nesse contexto, ambos os países forjaram uma territorialidade sobre os habitantes desse espaço transnacional a partir de um conjunto de ações que buscava dar conta da construção da unidade territorial. Esse aspecto reforça o argumento de que não se pode estudar a fronteira somente pelos marcos geográficos, mas se deve considerar a mobilização de sujeitos sociais e agentes políticos e econômicos interessados nestas terras.

Nota-se a inexistência da menção de conflitos pela posse da terra nas fontes estudadas, porém, deve-se compreender que a ocupação dos ervateiros e dos Estados nacionais envolveu a retirada dos indígenas e caboclos de forma não dialogada. Há, assim, um ocultamento dos conflitos pela posse entre homens brancos e indígenas que a comparação dos relatos de viajantes brasileiros permite inferir, ainda que os relatos oficiais de ambos os países apresentem a retirada pacífica dos povos indígenas, conseqüentemente apagados da história tradicional da formação da fronteira.

A política não preservou a identidade nacional de cada nação, contribuindo para a construção de uma “identidade transnacional” nessa fronteira: a Argentina desmereceu os sujeitos nacionais no processo de nacionalização da fronteira, preferindo o imigrante europeu como elemento civilizador da fronteira, ou seja, sua grande preocupação era melhorar a população da fronteira tomando o europeu como protótipo do desenvolvimento em detrimento da população nativa. No Brasil, a grande preocupação era a ocupação e colonização da fronteira,

independentemente da nacionalidade: o objetivo era tomar a posse das terras devolutas da fronteira como forma de garantia do território, embora também referenciasse esse processo na vinda do imigrante europeu.

O discurso dos relatórios, das mensagens de governo e dos relatos de viagens da época reforçam a importância de europeizar a fronteira para civilizar o país e deixam entrever como a administração do Estado olhava a fronteira e, principalmente, como deveria ocorrer o processo de colonização pautado no *tipo ideal* de população.

Os relatos dos viajantes permitem verificar que a fronteira entre Argentina e Brasil é redefinida historicamente durante a consolidação do Estado Nacional moderno, quando se torna elemento de afirmação para expansão contra as comunidades indígenas. Tais narrativas, dessa forma, nada mais são do que um discurso ideológico para legitimar o processo de conquista da fronteira sobre a população ali existente.

Os viajantes apresentavam uma preocupação com a geopolítica do espaço transnacional e, principalmente, com a urgência de sua ocupação e colonização, já que o Estado Nacional moderno não se fazia presente. Evidenciam-se nestes relatos, juízos, conceitos e, principalmente, preconceitos, além de opiniões quanto às estratégias de incorporação destes territórios a seus Estados nacionais. Além das questões geográficas e econômicas, a análise dos relatos desvela uma preocupação em criar representações culturais sobre a fronteira, forjando a construção da identidade deste espaço, como se nota nos esforços de cada viajante para justificar a necessidade de uma marcha da civilização para a fronteira que efetivasse políticas de ocupação e colonização: no Brasil a Marcha para Oeste e Nordeste para Argentina.

Contudo, mesmo em face de recorrente manifestação em prol da ocupação, somente na terceira etapa é que se percebe a atuação de duas dinâmicas de ocupação que se interconectaram, opuseram-se e se colidiram para a formação da fronteira externa e, posteriormente, da fronteira interna.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

FONTES DOCUMENTAIS

Fontes sobre a Questão de Misiones – (ARGENTINA)

Internet Archive – Disponível em: <https://archive.org/>

Argentina, *Memoria de Relaciones Exteriores presentada al honorable Congreso Nacional* (Buenos Aires: Imprenta de Martín Biedma, 1895).

Boletín del Instituto Geográfico Argentino, *La Cuestión Misiones – Límites Interacionales* (Buenos Aires: Imprenta de Martín Biedma, 1892).

Boletín Oficial de la República Argentina. Año I. n. 528. Buenos Aires, Jueves 18 de abril de 1895.

Carlos A. Aldao, *La cuestión de Misiones ante el Presidente de los Estados Unidos de América* (New York: Imprenta América, 1894).

Estanislao Severo Zeballos, *Límites entre Las Repúblicas Argentina y del Brasil*. Extracto de La Memoria Presentada al Congreso de la Nación. (Imprenta y Litografía “La Nueva Universidad”, 1892).

Estanislao Severo Zeballos, *Alegato de la República Argentina sobre la cuestión de límites con el Brasil en el territorio de Misiones, sometida al presidente de los Estados Unidos de acuerdo con el Tratado de Arbitraje de 7 de septiembre de 1889: seguido de los documentos y mapas que forman la prueba Argentina* (Washington: [s.n.], 1894).

Tratado de Misiones: *Litigio Solucionado*. Las Republicas Brasileira y Argentina. Homenaje al Ministro Brasileño Bocayuva. El Plata. Firma Del. de las Fiestas 1889-90. 1890.

Fontes sobre a Questão de Misiones – (BRASIL)

Internet Archive – Disponível em: <https://archive.org/>

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. República Argentina. Consultado no dia 07 junho 2016, URL: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>

Henrique C. R. Lisboa, *A Questão Missões perante o Tribunal Arbitral – novos elementos para a confirmação dos direitos do Brazil* (Petrópolis: Typ. do Mercantil, 1892).

José da Costa Azevedo [Barão Ladário], *A questão das Missões estudada à luz dos documentos históricos: artigos editoriais d'a Tribuna criticando a missão Bocayuva sobre limites com a confederação Argentina* (Rio de Janeiro: Typ. D'a Tribuna, 1891).

José Maria da Silva Paranhos Junior [Barão do Rio Branco], *Questão de limites entre o Brazil e a República Argentina submetida á decisão arbitral do Presidente Clewend, dos Estados Unidos da América. Exposição que os Estados Unidos do Brazil apresentaram ao Presidente dos Estados Unidos da América como arbitro* (Vol. II, exposição (The Original Statement), New York, 1894).

José Maria da Silva Paranhos Junior [Barão do Rio Branco], *Questões de limites República Argentina* [1894] (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012).

José Maria da Silva Paranhos Junior [Barão do Rio Branco], *Statement submitted by the United States Of Brazil to the President of the United States of America as abrtitrator under the Provisions of the treaty concluded September 7, 1889, Between Brazil and the Argentine Republic* (Vol. V. Appendix/Maps. New York. 1894).

Obras do Barão do Rio Branco: questões de limites República Argentina. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

Pedro Hernández, “*Los comentarios*” de Alvar Núñez Cabeza de Vaca – Adelantado y Gobernador del Rio de La Plata (Instituto Paraguayo, 1902).

Fontes sobre a Terra, Imigração e Colonização (Argentina)

Argentina, *Ley n° 817 – Inmigración y colonización de 1876*. Consultado no dia 13 dezembro 2015. URL: http://valijainmigracion.educ.ar/contenido/materiales_para_formacion_docente/textos_de_consulta/18%20Ley%20817.pdf

Fontes sobre a Terra, Imigração e Colonização (Brasil)

Brasil, *Lei de Terras de 1850*. Consultado no dia 14 dezembro 2015 URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm

Censo Demográficos (Brasil)

Internet Archive – Disponível em: <https://archive.org/>

Brasil, *Recenseamento da Província do Paraná em 1872*.

Brasil, *População recenseada em 32 de dezembro de 1890* (Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898).

Brasil, *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1900* (Rio de Janeiro: Typografia da Estatitica, 1905).

Brasil, *Anuario Estatitico do Brazil. 1° anno (1908-1912)* (Volume I. Territorio e População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatitica, 1916).

Brasil, *Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920* (Volume IV (População). Rio de Janeiro: Typ. Da Estatistica, 1920).

Brasil, *Sinopse Estatitca do Estado do Paraná - n° 2*. Anuário Estatítico do Brasil, Ano II – 1937, (Curitiba: Soc. Ltda. de Artes Graficas, 1938).

Brasil, *Recenseamento Geral do Brasil de 1° de setembro de 1940. Parte XVIII – Paraná* (Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951).

Brasil, *Censos Demográficos e Econômicos (Estado de Paraná - 1950)*, (Série Regional, Volume XXVI, Rio de Janeiro, 1955).

Brasil, *Censo Demográfico de 1960* (Paraná. VII Recenseamento Geral do Brasil. Volume I. Tomo XIV.

Censos Demográficos (Argentina)

Internet Archive – Disponível em: <https://archive.org/>

Argentina, *Primer Censo de la República Argentina, de septiembre de 1869* (Buenos Aires: Imprenta del Porvenir 1872).

Argentina, *Segundo Censo de la República Argentina, realizado el 10 de mayo de 1895* (Buenos Aires, Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, Tomo I, II y III. 1898).

Argentina, *Censo de Poblacion de los Territorios Nacionales*, Buenos Aires: Imp. Guillermo Karft. 1912.

Argentina, *Tercer Censo de la República Argentina, levantado el 1 de junio de 1914* (Buenos Aires, Talleres Gráficos de L.J. Rosso, Tomo II y III. 1919).

Argentina, *Censo General de los Territorios Nacionales* (Buenos Aires, Establecimiento Gráfico A. De Martino, Tomo I. 1920).

Argentina, *Cuarto Censo General de la Nación*. (Buenos Aires, Dirección Nacional del Servicio Estadístico, Guillermo Kraft Ltda. 1947).

Argentina, *Censo Nacional de Población 1960* (Buenos Aires, Dirección Nacional de Estadísticas y Censos, Tomo V. 1967).

Mensagens Presidenciais (Argentina)

Biblioteca Digital Hispánica [Biblioteca Nacional De España]. Disponível em:
<http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

Mensaje Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1881 (Buenos Aires: Imprenta de “La República”, 1881).

Mensaje del Presidente del la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1882).

Mensaje del Presidente del la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1883 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1883).

Mensaje del Presidente del la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1884 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1884).

Mensaje del Presidente del la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1885).

Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1882 (Buenos Aires: Imprenta de “La Tribuna Nacional”, 1886).

Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1887. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo IV (1881-1890).

Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1888. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo IV (1881-1890).

Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez Celman al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1889. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo IV (1881-1890).

Mensaje del Presidente de la República, Miguel Juárez al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1890. Buenos Aires: Imprenta de “Sud-América”, 1890.

Mensaje del Presidente de la República, Carlos Pellegrini al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1891. Buenos Aires: Imprenta La Tribuna Nacional, 1891.

Mensaje del Presidente de la República, Carlos Pellegrini al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1892. Buenos Aires: Imprenta La Tribuna Nacional, 1892.

Mensaje del Presidente de la República, Luis Sáenz Peña al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1893. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo V (1901-1910).

Mensaje del Presidente de La República, Luis Sáenz Peña al abrir las sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1894. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo V (1901-1910).

Mensaje del Presidente de La República, José Evaristo Uriburu al honorable Congreso de la Nacion al abrir sus sesiones. Mayo de 1895. Buenos Aires: s/ed. 1895.

Mensaje del Presidente de la República, José Evaristo Uriburu al honorable Congreso de la Nacion al abrir sus sesiones. Mayo de 1896. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo V (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, José Evaristo Uriburu al honorable Congreso de la Nacion al abrir sus sesiones. Mayo de 1897. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo V (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, José Evaristo Urriburu al honorable Congreso de la Nación al abrir sus sesiones. Mayo de 1898. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo V (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1898. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1891-1900). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo V (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1899. Buenos Aires: Imprenta "Tribuna", 1899.

Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1900. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1901. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1902. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1903. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, Julio Argentino Roca al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1904. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, Manuel Quintana al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1905. MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República José Figueroa Alcorta al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1906. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronologicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comision Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República José Figueroa Alcorta al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1907. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento

de la nación Argentina redactada cronológicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comisión Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República José Figueroa Alcorta al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1908. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronológicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comisión Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República José Figueroa Alcorta al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1909. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronológicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comisión Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República José Figueroa Alcorta al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1910. In: MABRAGAÑA, H. Los Mensajes: Historia del desenvolvimiento de la nación Argentina redactada cronológicamente por sus gobernantes (1810-1910). Buenos Aires: Comisión Nacional del Centenario. Tomo VI (1901-1910).

Mensaje del Presidente de la República, Roque Saenz Peña, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1911.

Mensaje del Presidente de la República, Roque Saenz Peña, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1912.

Mensaje del Presidente de la Nación Argentina, Roque Sáenz Peña en mayo de 1913. Buenos Aires: Talleres de la Oficina Meteorológica, 1913.

Mensaje del Presidente de la República, Victorino de la Plaza, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1914.

Mensaje del Presidente de la República, Victorino de la Plaza, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1915.

Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1917.

Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1918.

Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1919.

Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1920.

Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1921.

Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1922.

Mensaje del Presidente de la República, Marcelo Torcauto de Alvear, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1927.

Mensaje del Presidente de la República, Marcelo Torcauto de Alvear, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1928.

Mensaje del Presidente de la República, Hipólito Yrigoyen, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1929.

Mensaje del Presidente de la República, José Félix Uriburu, al abrir la sesiones del Congreso Argentino en mayo de 1930.

Mensagens Governamental (Brasil)

Arquivo Público do Paraná – Disponível em:

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/contendo/contendo.php?contendo=31>

Mensagem do Presidente da Província do Paraná lida perante ao Congresso, de Francisco Xavier da Silva, em 13 de novembro de 1895, Curityba: Impresora Paranaense, 1895.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 5ª Legislatura de Francisco Xavier da Silva, Curityba: Typographia D'A Republica 1901.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 6ª Legislatura de Francisco Xavier da Silva, Curityba: Typographia D'A Republica 1902.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 7ª Legislatura de Vicente Machado da Silva Lima, Curityba: Typographia da Livraria Economica, 1905.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado no dia 1º de fevereiro de 1906 de Vicente Machado da Silva Lima, Curityba: s/ed., 1906.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 9ª Legislatura de Francisco Xavier da Silva, em 3 de fevereiro de 1909, Curityba: Typographia D'A Republica, 1909.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 11ª Legislatura de Francisco Xavier da Silva, em 2 de fevereiro de 1912, Curityba: Typographia D'A Republica, 1912.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 12ª Legislatura de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 1 de fevereiro de 1914, Curityba: Typographia do Diario Official, 1914.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª Sessão da 12ª Legislatura de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 1 de fevereiro de 1915, Curityba: Typographia D'A Republica, 1915.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 13ª Legislatura de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 1 de fevereiro de 1916, Curityba: Typographia D'A Republica, 1916.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na Sessão extraordinária da 13º Legislatura de Affonso Alves de Camargo, em 25 de novembro de 1916, Curityba: Typographia D'A Republica, 1916.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 14º Legislatura de Affonso Alves de Camargo, em 1 de fevereiro de 1918, Curityba: Typographia D'A Republica, 1918.

Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado na 1ª Sessão da 15º Legislatura de Affonso Alves de Camargo, em 1 de fevereiro de 1920, Curityba: Typographia D'A Republica, 1920.

Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se 2º Sessão da 15º legislatura, em 1 de fevereiro de 1921, Curityba, 1921.

Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se 1º Sessão da 16º legislatura, em 1 de fevereiro de 1922, Curityba, 1922.

Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se 2º Sessão da 16º legislatura, em 1 de fevereiro de 1923, Curityba, 1923.

Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se 1º Sessão da 17º legislatura, em 1 de fevereiro de 1924, Curityba, 1924.

Relatórios Provinciais (Brasil)

Arquivo Público do Paraná – Disponível em:

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/contendo/contendo.php?conteudo=44>

Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor João Jose Pedrosa, na abertura da 2ª sessão da 14ª legislatura, em 16 de fevereiro de 1881. Curityba: Typ. Perseverança, 1881.

Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da 2ª sessão da 15ª legislatura, em 1 de outubro de 1883. Curityba: Typ. Perseverança, 1883.

Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Brazilio Augusto Machado D'Oliveira, na abertura da 1ª sessão da 16ª legislatura, em 15 de setembro de 1884. Curityba: Typ. Perseverança, 1884.

Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na Assembleia Legislativa, em 22 de agosto de 1884. Curityba: Typ. Perseverança, 1884.

Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, na Assembleia Legislativa do Paraná, em 30 de outubro de 1886. Curityba: Typ. Gazeta Paranaense, 1886.

Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Alfredo Descragnolle Taunay, na Assembleia Legislativa do Paraná, em 3 de maio de 1886.

Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho, na Assembleia Legislativa do Paraná, em 26 de dezembro de 1888.

Relatório do Presidente da Província do Paraná, o doutor Miranda Ribeiro, na Assembleia Legislativa do Paraná em 1888.

Relatório do Presidente da Província do Paraná, do Contra-almirante José Marques Guimarães, em 18 de fevereiro de 1890, Curityba: Typographia d'a República, 1890.

Relatos de viajantes (Argentina)

Biblioteca Kaul Grunwald da Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Misiones – Posadas – Misiones - Argentina.

Alejo Peyret, *Cartas sobre Misiones* (Buenos: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881).

Carlos Burmeister, *Memoria sobre el Territorio de Misiones*, Ministerio de Agricultura de la República Argentina, (Buenos Aires: Imprenta Litog. Y Encuadernación de J. Pruser, 1899).

Carlos Spegazzini, “Al través de Misiones,” *Revista de la Facultad de Agronomía y Veterinaria*, Tomo V (Segundo Época) – Universidad Nacional de La Plata, Plata: Talleres Gráficos de Joaquín Sesé, 1909.

Florencio de Basaldúa, *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones* (La Plata: s/d, 1901).

Francisco Manzi, *Impresiones de Viaje: breves apuntes sobre el Territorio de Misiones* (Corrientes: La Popular, 1910).

Juan Bautista Ambrosetti, “Los indios Caingú del Alto Paraná (Misiones),” *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*. Tomo XV. Buenos Aires: Imprenta Roma. 1894a.

Juan Bautista Ambrosetti, “Segundo viaje Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú),” Buenos Aires: Publicado en el Tomo XV *del Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, 1894b.

Juan Bautista Ambrosetti, *Tercer viaje a Misiones* [1895] (Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008).

Juan Bautista Ambrosetti, *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay* (Parte Descriptiva) (La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892).

Juan Queirel, *Misiones* (Buenos Aires: Taller Tipográfico de la Penitenciaría Nacional, 1897).

Manuel Bernárdez, *De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico á Corrientes y Misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas* (Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, Segunda edición, 1901).

Rafael Hernández, *Cartas Misioneras: reseña histórica, científica y descriptiva de las misiones argentinas* (Buenos Aires: Establecimiento Tipográfico de Luz del Alma, 1887).

Ramón Lista, *El Territorio de las Misiones* (Buenos Aires: Imprenta La Universidad de J.N. Klingelfuss, 1883).

Santiago Pusso, *Viaje por mi tierra – Al Iguazú – A Nabel Hauapí – Por las costas de Sur* (Casa Editorial MAUCCI: Barcelona, 1912).

Relatos de viajantes (Brasil)

*Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon – PR.
Biblioteca Pública do Paraná – BPP/Curitiba – PR.*

Arthur Martins Franco, *Recordações de viagens ao Alto Paraná* (Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1973).

Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior, *Pelas Selvas e Rios do Paraná* (Curitiba: Editora Guáira Limitada, 1946).

Cesar Prieto Martinez, *Sertões do Iguassú* (São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925).

Domingos Virgílio Nascimento, *Pela Fronteira* (Curitiba: s/ed, 1903).

João Cabanas, *A columna da morte* (Rio de Janeiro: Livraria Editora Almeida & Torres, 1926).

José Cândido da Silva Muricy, *A' Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava á Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892* (Curitiba: Impressora Paranaense, Paraná, 1896).

José Francisco Thomaz do Nascimento, “Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Provincia do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares,” *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnografico do Brazil*, tomo XLIX, 267-281. Rio de Janeiro Typographia: Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C. 1886.

José Lima Figueiredo, *Oeste Paranaense* (São Paulo – Rio de Janeiro – Recife: Campanhia Editora Nacional, 1937).

Julio Nogueira, *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra* (Rio de Janeiro: Typ. Editora Carioca, 1920).

Manuel Azevedo da Silveira Netto, *Do Guairá aos Saltos do Iguaçu* [1920] (Curitiba: Fundação Cultural, 1995).

Cartografias (Brasil e Argentina)

Atlas Geografico Argentino. Felix Lajouane, Editor, Buenos-Aires, 1888. Grabado por Erhard hermanos, 8 Calle Nicole, Paris: Imp. Erhard hermanos.

Bomplan, A. Territorio de Misiones. Elaborado em 1850. Consultado no dia 14 janeiro 2017 outubro de 2015, URL: <http://bibliotecadigital.bibna.gub.uy:8080/jspui/handle/123456789/5979>

Carte de la Province de Corrientes, du Territoire des Missions et des pays adjacents. Par le Dr. V. Martin de Moussy 1865. Grave par Kautz, r. Bonaparte 82 - Paris. Paris - Imp. Lemerrier, r. de Seine 57. (Paris Librairie de Firmin Didot Freres, Fils et Cie., 1873).

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Breve Histórico sobre a evolução da Divisão Territorial do Estado do Paraná, s/d. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Divisas_Municipais/Evolucao_Divisao_Territorial.pdf

Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Coletânea de históricos do Paraná 2008. Consultado no dia 30 outubro de 2015, URL: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/mapas_itcg.html

Provincia de Misiones – Secretaria de Planificación y Control/ Dirección General de Estadísticas y Censos. *Atlas general de la Provincia de Misiones*. Posadas: República Argentina, 1978.

Vasco, C. A. S. del. *Territorio de Misiones*: croquis geográfico (1881) República Argentina. Consultado no dia 14 janeiro 2017 outubro de 2015, URL: <http://trapalanda.bn.gov.ar/jspui/handle/123456789/13860>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Alzira Alves de, *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Luis Carlos Prestes (verbete). Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Academia de Letras Paranaense, “2º Ocupante: Carlos Alberto Teixeira Coelho Júnior (1894-1969)”, Consultado no dia 03 janeiro 2016, URL: <http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-29/>

Alberdi, Juan Bautista, *Bases y puntos de partida para la organización de la República Argentina*. Buenos Aires: La Cultura Argentina, 1915.

Alberdi, Juan Bautista, *Fundamentos da organização política Argentina* [1852]. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994.

Alcaráz, Jorge, *Misiones a traves de los relatos de viaje*. 1ª ed. Posadas: EDUNAM – Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones, 2009.

Aranha, Bruno Pereira de Lima, “A Natureza em Misiones e a Construção da Identidade Nacional na Argentina: representações imagéticas nos relatos de expedições portenhas da segunda metade do século XIX”, *Dominios da Imagem (UEL)*, v. 9, 2015: 166-195. Consultado no dia 13 janeiro 2016, URL: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/22688>

Aranha, Bruno Pereira de Lima, “Rumo à fronteira de Misiones: O “Destino Manifesto” Argentino (1882-1898)”, *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 16, Jan./Jul. 2014: 225-248.

Aranha, Bruno Pereira de Lima, *De Buenos Aires a Misiones: civilização e barbárie nos relatos de viagens realizados à terra do mate (1882-1898)*. (Dissertação de Mestre em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, Paulo, 2014).

- Aranha, Bruno Pereira de Lima, Rumo à fronteira de Misiones: O “Destino Manifesto” Argentino (1882-1898). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. XIII, 2014: 225-248, 2014. Consultado no dia 15 novembro 2015, URL: <http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1643>
- Barros, Darci Alda, *et. al. Paraná povo e chão: história e geografia regional (4º e 5º ano)*. 1. ed. Curitiba: Base Editorial, 2014.
- Barros, José D’Assunção, “História comparada: Atualidade e Origens de um campo disciplinar,” *História Revista*, Goiânia, vol. 12, nº 2, jul./dez. 2007: 279-315.
- Barros, José D’Assunção, *História Comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- Belaúnde, Victor Andrés, The frontier in Hispanic America. *The Rice Institute Pamphlet*, v.10, nº4, Oct. 1923: 202-213.
- Bloch, Marc, “Pour une histoire comparée des sociétés européennes,” *Revue de Synthèse Historique*. 6: 1928: 15-50.
- Bolsi, Alfredo, “El proceso de poblamiento pionero de Misiones” in. Randle Patricio, (editor). *La Geografía y la Historia em la Identidad Nacional*. Tomo 2. Buenos Aires: Oikos. 1981.
- Bolsi, Alfredo, “El processo de poblamiento pionero em Misiones (1830-1920),” *Folia Histórica del Nordeste*, nº 2, Resistencia-Chaco, IIGHI-UNNE, 1976: 9-176.
- Botelho, Tarcísio, “Censos Populacionais,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* “Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.
- Brighenti, Clovis Antonio, “A territorialidade guarani e a ação do Estado – estudo comparado entre Brasil e Argentina,” *Tellus*, Campo Grande – MS, ano 4, nº 6, 2004:111-136.
- Carnicer, María del Mar Solís, “¿Historia o política? Las lecturas peronistas del pasado correntino (1946-1955),” *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, nº 14, jan./jun. 2013: 197-221, Consultado no dia 02 dezembro 2015, URL: <http://revista.anphlac.org.br/index.php/revista>
- Carvalho, Lyanna, “A Cultura nas representações argentinas sobre o Brasil (1889-1922),” Goiânia. (Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal de Goiás – UFG: 2014).
- Christillino, Cristiano Luíz, “Relatórios Ministeriais,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* “Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.
- Clementi, Hebe, *El significado de la frontera en la historia americana*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1992.
- Colodel, José Augusto, “Cinco Séculos de História,” in Alfredo Fonseca Peris, Org. *Estratégias de Desenvolvimento Regional: Região Oeste do Paraná*. 1ª reimpressão, Cascavel: Edunioeste, 2005.
- Costa, Samuel Guimarães da, *A erva-mate* [1919]. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

- Covington, Paula, ed. *Latin American Frontiers, Borders, and Hinterlands: Research Notes and Resources*, University of New Mexico, 1990.
- Cunha, Euclides, *Os sertões*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- Dias, Edson dos Santos. “Desenvolvimento Regional e Conservação Ambiental: a ‘Estrada do Colono’ como via de (des)integração do Oeste-Sudeste Paranaense”, (Tese de Doutorado em Geografia, UNESP, 2006).
- Doratioto, Francisco, “Rio Branco e a Questão de Palmas” in *Obras do Barão do Rio Branco I: questões de limites República Argentina*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- Escamilla, Francisco, “El significado del termino frontera,” *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Nº 140, 2 de marzo de 1999.
- Esteves, Alejandra Magalhães, Almanaque: Documentos Históricos. *Revista África e Africanidades - Ano I - n. 1 - Maio. 2008*. Consultado em 14 janeiro 2017, URL: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Lei_Aurea.pdf
- Fausto, Boris e Devoto, Fernando J., *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. (São Paulo: Editora 34, 2004): 32.
- Ferrari, Maristela, “Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX),” (Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2011).
- FGV CPDOC, “João Cabanas” Consultado no dia 20 outubro 2017, URL: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/joao_cabanas
- Folklore Del Norte. “Juan Bautista Ambrosetti,” Consultado no dia 31 outubro de 2015, URL: <http://www.folkloredelnorte.com.ar/creadores/ambrosetti.htm>
- Foweraker, Joe, *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1981.
- Freitag, Liliane da Costa, “Extremo – Oeste Paranaense: História territorial, região, identidade e (re)ocupação” (Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca, 2007).
- Freitag, Liliane da Costa, “Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguaçu nos anos de 1897-1898,” *Revista de História Regional* 12(2), 2007: 191-224.
- Gagiotti, Hugo, “La Pampa Río Platense: un espacio degradado en el imaginário Hispano-Criollo”. *Scripta Nova*, nº 17, 1998.
- Gallero, María Cecilia e Krautsofl, Elena M., “Proceso de poblamiento y migraciones en la Provincia de Misiones, Argentina (1881-1970)”. *Avá*, nº16, 2010: 245-264. Consultado no dia 14 maio 2014, URL: <http://www.scielo.org.ar/pdf/ava/n16/n16a13.pdf>
- Gómez, Demetrio Gustavo Núñez, *Limites territoriales: deuda de Guerra impuesta al Paraguay tras la Guerra de La Triple Alianza. Pasado-Presente*”, in Erneldo Schallenger, Org. *Identidades nas fronteiras: Território, Cultura e História*. São Leopoldo: Oikos, 2001.

- Gregory, Valdir, “Fronteiras e territórios: narrativas sobre os sertões do Paraná no início do século XX” (Tese de Pós-doutorado em História – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2009).
- Gregory, Valdir, “Fronteiras múltiplas: narrativas sobre os sertões do Paraná,” in Silvio Antônio Colognese e Eric Gustavo Cardin, (Orgs.), *As Ciências Sociais nas fronteiras: teoria e metodologias de pesquisa*. 1. ed. CASCAVEL: JB, 2014.
- Gregory, Valdir, “Obrages nos sertões do Paraná: exploração, trabalho e fronteiras,” *Revista do Centro de Educação e Letras – Ideação*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus Foz do Iguaçu, vol. 14 – nº1 – 2001: 43-65.
- Gregory, Valdir, *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: Migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- Gregory, Valdir e Schallenberger, Erneldo. *Guaira: um mundo de águas e histórias*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2018.
- Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos, “Sarmiento e seus monstros: caudilhos, deserto e violência na Argentina do século XIX”, *História da historiografia*, Ouro Preto, número 7, nov./dez. , 2011:29-55. Consultado no dia 15 janeiro 2016, URL: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/324/199>
- Guimarães, Elione, “Demarcação e divisão de terras,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* “Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.
- Heinsfeld, Adelar, “Falsificando telegramas: Estanislau Severo Zeballos e as relações Brasil-Argentina no início do século XX,”. Consultado no dia 20 novembro 2015, URL: http://ech2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1211228384_ARQUIVO_FalsificandoTelegramas.pdf
- Heinsfeld, Adelar. “A Geopolítica nas Relações Brasil x Argentina: a Questão de Palmas presente nas páginas do Jornal do Commercio-RJ,” *Roteiro* (Joaçaba), Joaçaba - SC, v. 19, n.37, 1997: 109-135.
- Hennessy, Alistair, *The frontier in Latin American history*, in *Les phénomènes de frontière dans les pays tropicaux: Table ronde organisée en l'honneur de Pierre Monbeig* [en ligne]. Paris: Éditions de l'HEAL, 1981. Postado online no dia 14 junho 2008, consultado no dia 14 maio 2016, URL: <http://books.openedition.org/iheal/1387>
- Hennessy, Charles Alistar, *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 1978.
- Hernández, José, *La Vuelta de Martín Fierro*. Consultado no dia 05 março 2010, URL: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/martin2.html>
- Hobsbawm, Eric, *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- Holanda, Sérgio Buarque de, *Caminhos e Fronteiras*. 3ª Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Jardim, Wagner Cardoso. A Geopolítica no Tratado da Triplice Aliança: Brasil/Argentina/Uruguai. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Postado online julho 2011, consultado no dia 20 janeiro 2016. URL: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848393_ARQUIVO_ARTIGOANPUH.pdf
- L&PM Editores, *Vida e Obra: Álvaro Núñez Cabeza de Vaca*. Consultado no dia 07 dezembro 2015, URL: http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=935474
- Leite, Eudes Fernando, “Prefácio,” in Leandro Baller. *Fronteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios* (1954-2014). Curitiba, PR: CRV, 2014.
- Lenz, Maria Heloisa, “A incorporação de novos territórios na Argentina, no final do século XIX: a Campanha do Deserto e as estradas de ferro”. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, 2004: 561-588, 563.
- Lenz, Maria Heloisa, “O Papel de La Conquista del Desierto na Construção do Estado Argentino no Século XIX”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 27, nº 2, Out. 2006.
- Lorenzetti, Fernanda Lorandi, “O futuro paranaense em seu meio natural: a escrita de Domingos Nascimento e a produção de uma identidade ao Paraná no início do século XX,” *Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)*, v.1, n.1, p.45-59 jan./jul. 2010: 46.
- Machado, Marina, “Relatórios de Presidentes de Província,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* “Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.
- Martins, José de Souza, *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.
- McNEILL, William, *The Great Frontier: freedom and hierarchy in Modern times*. Princenton University Press, 1983.
- Mello, Silvia Gomes Bento, “Percepções sobre o Paraná na escrita de José Cândido Muricy: fronteira, natureza e civilização, no final do século XIX,” in *XIV Encontro Regional de História (ANPUH) – 1964-2014: 50 anos do Golpe Militar no Brasil* (7 a 10 de outubro de 2014). Universidade Estadual do Paraná - Campo Mourão/PR, 2014: 1092.
- Ministerio de Cultura y Educación, *Misiones 21*, (1ª ed. Posadas: Ministerio de Cultura y Educación de Misiones, 2008): 22.
- Miranda, Antonio, “Silveira Netto (1872-1942)”. Consultado no dia 24 dezembro 2015, URL: http://www.antonio Miranda.com.br/poesia_brasil/parana/silveira_netto.html
- Moog, Clodomir Viana, *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

- Motta, Márcia e Machado, Marina, “Fronteiras internas: apontamentos para pesquisa” in Silvio Antonio Colognese, (Org.), *Fronteiras e identidades regionais*. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.
- Museo de La Plata, “Biografia: Carlos Spegazzin,”. Consultado no dia 31 outubro de 2015, URL: <http://www.fcnym.unlp.edu.ar/museo/institutos/spegazzini/ibsmicologo.html> Acessado em 20 de agosto de 2017.
- Myskiw, Antonio Marcos, “Notas sobre o conceito de Fronteira,” *Revista do IEEE América Latina*, Cascavel, vol. 1, n°2, 2003: 14-28,
- Myskiw, Antonio Marcos, “Na fronteira, florestas para explorar e terras para cultivar” in Márcia Motta, Beatriz Anselmo Olinto e Oséias de Oliveira, (Org.), *História Agrária - Propriedade e conflito*. 1. ed. Guarapuava/PR: Unicentro, 2009: 341-357.
- Myskiw, Antonio Marcos, “Relatos de Viajantes,” in Márcia Motta e Elione Guimarães, *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.
- Myskiw, Antonio Marcos, “Ser colono na fronteira: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)” in Elione Silva Guimarães e Marcia Maria Menendes Motta, (Org.), *Campos em Disputa: história agrária e companhia*. 1ed. São Paulo/SP: Anablume, 2007.
- Myskiw, Antonio Marcos, “Ser colono na fronteira: A singularidade da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1889/1910),” *Revista Perspectiva Geográfica*, vol. 6, 2011: 33-50.
- Myskiw, Antonio Marcos, *A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz de Iguaçu (1888-1907)*. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: UFF, 2011.
- Myskiw, Antonio Marcos, “Os colonos de Foz do Iguaçu (1907)” in *XXIV Simpósio Nacional de História - História e Multidisciplinaridade*, São Leopoldo/RS: Oikos Editora, vol. 1. 2007: 218-218.
- Olascoaga, Manuel J. *La Conquista del Desierto*. Proyectada y Llevada a Cabo por el Exmo. Señor Ministro de La Guerra y Marina General D. Julio A. Roca. Tomo Primeiro. Estudio Topografico de La Pampa y Rio Negro. Segunda Edicion. Buenos Aires: Editores Ostwald y Martinez, Calle de la Florida 136. 1881.
- Palmar, Aluizio. *Obrages e Mensus*. Postado online no dia 22 março 2008, consultado no dia 14 fevereiro 2014. URL: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/911535>
- Patriota, Antonio de Aguiar, “Prefácio,” in *Obras do Barão do Rio Branco I: questões de limites República Argentina*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- Pereira, Renato Barbosa Rodrigues, “O Barão do Rio Branco e o traçado das fronteiras do Brasi,”. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano VII, n° 2 (Abril/julho) 1945: 187-245, 1945.
- Piaia, Vander, “*A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*”, (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2004).

- Prado, Maria Ligia C., “América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional,” *Anuário* - Universidad Nacional de Rosario, vol. 24, 2013: 9-22.
- Prado, Maria Ligia C., “Repensando a História Comparada da América Latina,” *Revista de História (USP)*, vol. 153, 2005: 11-33, 2005.
- Priori, Angelo; Pomari, Luciana Regina; Amâncio, Silvia Maria; Ipólito, Veronica Karina. *História do Paraná: (séculos XIX e XX)*. Maringá: Eduem, 2012.
- Priori, Angelo; Pomari, Luciana Regina; Amâncio, Silvia Maria; Ipólito, Veronica Karina. “O território Federal do Iguazu” in Angelo PRIORI, et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.
- Província de Misiones (Argentina), *Historia Contemporánea*. Consultado no dia 12 outubro 2016. URL: <http://www.misiones.gov.ar/index.php/component/content/article?id=7:historia-contemporanea>
- Purdy, Sean, “A História Comparada e o Desafio da Transnacionalidade,” *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, 6-1, 2012: 64-84.
- Quiroga, Horacio, *Cuentos*. Biblioteca Ayacucho, 2004.
- Racedo, Eduardo, *La Conquista del Desierto*. Proyectada y Llevada a Cado por el Exmo. Señor Ministro de La Guerra y Marina General D. Julio A. Roca. Tomo Segundo. Memoria Militar y Descriptiva Sobre La Campaña de la 3ª Division Expedicionaria. Buenos Aires: Editores Ostawald y Martinez, Calle de la Florida 136. 1881.
- Reboratti, Carlos Eduardo, “Migraciones y frontera agraria: Argentina y Brasil en la cuenca del Alto Paraná-Uruguay,” *Desarrollo Económico*, vol. 19, nº74, Jul. – Sep., 1979:189-209.
- Reggini, Horacio, *Florencio de Basaldúa, un vasco Argentino*. Buenos Aires: Academia Nacional de Educación, 2008.
- Reis, Eustáquio; Pimentel, Márcia e Alvarenga, Ana Isabel, “Áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários de 1872 a 2000”. Consultado no dia 5 junho 2017, URL: www.ipeadata.gov.br/doc/amc-1872-2000.doc
- Rensink, Brenden, *Native but foreign: Indigenous transnational refugees and immigrants in the U.S.-Canadian and U.S.-Mexican borderlands, 1880-present*. Ann Arbor, The University of Nebraska – Lincoln, 2010.
- Rensink, Brenden, *The Transnational Immigrant-Refugee Experience of Mexican Yaquis and Canadian Chippewa-Crees in Arizona and Montana*. Ann Arbor, The University of Nebraska – Lincoln, 2009.
- Rodrigues, Rogério Rosa, “Estilhaços da violência: A Guerra do Contestado e a memória oficial”, *Revista Contemporânea – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX*. Ano 5, nº 8, vol. 2. 2015: 3-4. Consultado no dia 14 janeiro 2017, URL: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/12_rogere_rio_rosa_rodrigues.pdf

- Rondon, Frederico, “Livro I – Pelo Brasil Central” in *Pelos Sertões e Fronteiras do Brasil: Sob as Ordens de Rondon, O Civilizador*. Coletânea de Estudos Amazônicos. Botafogo: Reper Editora. 1969.
- Sangue do Meu Sangue. General José de Lima Figueiredo, Consultado no dia 06 janeiro de 2016, URL: <http://pagfam.gencall.net/2762/pessoas.php?id=1172088>
- Santos, Corcino Medeiros dos, “Mauá e a influência brasileira no Rio da Prata,” *Revista de História de América*, n° 104, Jul. – Dec. 1987:31-64.
- Sarmientos, Domingos Faustino, *Facundo: Civilización i Barbarie en las Pampas argentinas*. 4ª ed. Paris: Libreria Hachette y Cia. 1874.
- Schaffrath, Marlete dos Anjos Silva, “A Escola Normal no Paraná na reforma de Prieto Martinez (1920): a base sólida da reforma racional do ensino” in *VI Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil*, 16 a 19 de maio de 2011 – Vitória – ES. Consultado no dia 17 outubro 2015, URL: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/1188.pdf
- Schallenger, Erneldo, “Do Guairá ao Paraná: fronteiras de conflito e territórios em construção,” In IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre. *Vestígios do passado: a história e suas fontes*. Porto Alegre: ANPUH-RS, v.1, p. 01-14, 2008.
- Schallenger, Erneldo, “Fronteiras em movimento e territórios em Construção: O caso do Paraná,” in Silvio Antonio Colognese, (Org.), *Fronteiras e Identidades Regional*. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.
- Schallenger, Erneldo, *A integração do Prata no Sistema Colonial: Colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá*. 2.ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2015.
- Schallenger, Erneldo, *O Guairá e o espaço missionário: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses*. Cascavel – PR: Coluna do Saber, 2006.
- Schaller, Enrique César, *La Provincia de Corrientes y la ocupación de la Banda Occidental del Río Uruguay (1830-1895)*. Consultado no dia 07 dezembro 2015, URL: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-14.pdf>
- Secariollo, Fabiana Marreto, “O espaço paranaense em relatos de viajantes: fronteira, território e ocupação (1870-1900)” (Dissertação de Mestrado em História – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2010).
- Silva, Ligia Osório da, “Fronteira e identidade nacional”, *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu, MG: ABPHE, 2003.
- Silva, Micael Alvino, “Notas sobre Administração Pública em Foz do Iguaçu (1888-1937),” *História na Fronteira*, Foz do Iguaçu, v.3, n.3, jul./dez, 2009: 115-137.
- Stemplowski, Ryszard, “Los colonos eslavos del Nordeste Argentino (1897-1938): Problemática, fuentes e investigaciones en Polonia”. *Estudios Latinoamericanos*. n. 10, 1985. Consultado no dia 03 outubro 2015, URL: http://www.ikl.org.pl/Estudios/EL10/EL10_7.pdf

- Stemplowski, Ryszard, “Los eslavos en Misiones: consideraciones en torno al número y la distribución geográfica de los campesinos polacos e ucranianos (1897-1938),” *Jahrbuch für Lateinamerika* – *Anuario de Historia de América Latina*. Volume 19, Issue 1 (Dec 1982). Consultado no dia 10 outubro 2015, URL: <http://www.degruyter.com/view/j/jbla.1982.19.issue-1/jbla-1982-0116/jbla-1982-0116.xml>
- Stemplowski, Ryszard, “Los ucranianos en la Argentina. *Estudios Latinoamericanos*”, n° 3 1976: 289-307. Consultado no dia 10 outubro 2015, URL: http://www.ikl.org.pl/Estudios/EL03/el03_16_stem.pdf
- Turner, Frederick Jackson, *The frontier in American History*. New York: Henry Holt and Company, 1920.
- Waibel, Leo, “As Zonas Pioneiras do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 17, n°4, 1955: 389-422.
- Walsh, Casey, *Building the Borderlands: A Transnational History of Irrigated Cotton along the Mexico-Texas Border* (College Station, TX: Texas A&M University Press, 2008).
- Weber, David J. e Raush, Jane M., *Where Cultures Meet: Frontiers in Latin American History*. Jaguar Books on Latin America, Wilmington, SR Books, 1994.
- Werner, Michael e Zimmermann, Bénédicte, “Pensar a História Cruzada: entre empiria e reflexividade,” *Textos de História* (Dossiê: a justiça no Antigo Regime), vol. 11, n.1/2, p. 83-127, 2003: 102 -103.
- Zavala, Silvio, *The frontiers of hispanic America*. Editora University of Wisconsin, 1957.



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
E FORMAÇÃO AVANÇADA

Contactos:

Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt